UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ANA LÚCIA MARTINS KAMIMURA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO: LUTA POR EFETIVAÇÃO DE DIREITOS?

FRANCA
2014

ANA LÚCIA MARTINS KAMIMURA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO: LUTA POR EFETIVAÇÃO DE DIREITOS?

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Mundo do Trabalho.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Santos Sant´Ana

FRANCA

2014

Kamimura, Ana Lúcia Martins.
O protagonismo das mulheres dos projetos de assentamentos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro: luta por efetivação de direitos? / Ana Lúcia Martins Kamimura. – Franca : [s.n.], 2014.
265 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.
Orientador: Raquel Santos Sant'Ana

1. Reforme agrária. 2. Função social da propriedade. 3.Mulheres. I. Título.

CDD – 362.8105

ANA LÚCIA MARTINS KAMIMURA

O PROTAGONISMO DAS MULHERES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS LOCALIZADOS NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO: LUTA POR EFETIVAÇÃO DE DIREITOS?

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", para obtenção do título de Doutor em Serviço Social. Área de concentração: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Raquel Santos Sant´Ana

1º Examinador: _____

2º Examinador:_____

3º Examinador: _____

4º Examinador:_____

Franca, _____ de novembro de 2014.

Dedico este trabalho a meus pais, responsáveis pelo que sou. Porém de forma especial a minha mãe, mulher forte, guerreira, destemida, mulher de fé, exemplo de vida.

Dedico também a meu marido, meu amor, meu companheiro de vida. Pessoa presente, carinhosa, companheira. Meu cúmplice em tudo que faço e em tudo que penso.

Dedico, ainda, a meus filhos, fonte da minha inspiração, razão da minha vida, por quem eu luto todos os dias na perspectiva de ser exemplo vivo.

AGRADECIMENTOS

A minha família expresso aqui meu amor infinito. Meu refúgio, minha fortaleza. Minha razão para continuar a caminhada com força, fé e determinação.

A minha orientadora e mestra na arte de ensinar e aprender. Meus sinceros agradecimentos pela sensibilidade expressa no olhar, pela paciência e pela dedicação vividas e ensinadas no cotidiano, pelo exemplo de mulher e profissional e principalmente por ser, na sua simplicidade nata, uma das mais brilhantes intelectuais que já conheci e com quem tive e tenho o prazer de conviver. Arrogância não faz parte do seu dicionário. Reconheço que vive os ensinamentos de Paulo Freire, pois expressa sempre que: "Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo". A você minha reverência.

Aos demais professores que ministraram as disciplinas. Saibam que colaboraram deveras com minha formação neste processo de doutoramento, possibilitando-me que apreendesse com mais propriedade um novo olhar para o Serviço social.

A meus colegas de formação pelo companheirismo, pelas trocas, pelos embates, pelos tensionamentos, pelas risadas. Registro aqui, de forma especial, a convivência com minha amiga/irmã Jeovana Nunes. A você meu amor e minha gratidão.

Ao Ricieri pelo carinho na tradução do resumo; a Karoline pela colaboração preciosa na transcrição das histórias e ao Artur pela construção do Sumário. Ao Renato pelas viagens e todo cuidado a mim dispensado neste período de turbulências. Literalmente um trabalho feito por várias mãos.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

Aos funcionários da Pós-graduação, meu obrigada pelo apoio nesta caminhada. Registro, também, meu especial obrigada a bibliotecária Laura que sempre se dispôs a me atender com alegria no olhar.

Às minhas companheiras de trabalho, Elzimar e Eunice que sempre souberam compreender os momentos em que não pude estar presente na realização de alguns trabalhos do Núcleo. Obrigada pela compreensão, apoio e carinho. Amo vocês.

E, de forma muito especial a todas as mulheres fortes, guerreiras e de luta continuada que confiaram em mim para apresentar aqui suas histórias. Meu agradecimento, meu respeito e minha gratidão que sai do fundo da minh'alma.

Enfim, expresso aqui os meus mais sinceros agradecimentos a todos/as que de uma forma ou de outra colaboraram para o resultado final deste trabalho.

REALIDADE

Hoje olho para esses campos
E essas lindas paisagens
Da terra que conquistei
Com muita fé e coragem
Falto não caber em mim
Penso até ser uma miragem.

Lembro tempo de acampada
Lembro todo sofrimento
Lembro toda caminhada
E das horas de tormenta
Lembro luta e ocupação
Até dormindo no chão
Quando faltava até o pão.

Naquele tempo sofrido
Havia muita união
Hoje é cada um pra si
Existe muita ambição
Sem-terra contra sem-terra
Cada um quer o pé da serra
Causando revolução.

Não sabendo que assim
Só aumenta o sofrimento
Tudo que podia andar
Só vai pro adiamento
Não adianta apontar
Nem ao menos culpar
O próximo de acanhamento.

Vamos nos unir de novo
Para novamente lutar
Ir aos órgãos competentes
Dos responsáveis cobrar
Unidos nós vamos andar
Buscar o que conquistamos
Pois largar de mão não vamos
Não adianta nem pensar.

Um sozinho não adianta
E os outros se acanhar
Nós vamos lutar de novo
Para poder nos ajudar
Ficando parado aqui
de nada vai adiantar
Luta, raça, garra e força
Velhas, meninas e moças
Dizendo o que veio buscar.

Vera Lúcia (trabalhadora do PA Paulo de Faria)

KAMIMURA, Ana Lúcia Martins. **O protagonismo das mulheres dos projetos de assentamentos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro:** luta por efetivação de direitos? 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

RESUMO

A presente pesquisa traz como tema o protagonismo das mulheres nos Projetos de Assentamentos (PAS) localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro. Para tanto buscou explicar a partir de uma análise crítica da realidade dos Assentamentos localizados na Mesorregião do Triângulo Mineiro, como se materializa o protagonismo da mulher/trabalhadora rural enquanto resultado da sua participação ativa em todo o processo de resistência e luta pela terra que é reconhecido como um direito social. Para cumprir este objetivo, balizados em uma análise crítica da realidade e considerando esta mesma realidade numa perspectiva de totalidade, buscamos compreender este protagonismo da mulher trabalhadora rural observando o contexto da questão agrária brasileira que desconsidera a importância de compreender a reforma agrária enquanto uma política de desenvolvimento. Neste sentido, utilizamos de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como parâmetro os estudos feitos à luz do materialismo histórico dialético e, também, por meio da técnica da história oral, lançamos mão das informações retratadas nas histórias de vida de onze mulheres que se encontram vinculadas aos PAs Paulo de Faria, Canudos, Olhos D'Água, Flávia Nunes, Emiliano Zapata, Irmãos Naves, Valcy dos Santos e Dom José Mauro, todos localizados na Mesorregião do Triângulo Mineiro. Os elementos de análise das histórias de cada uma das mulheres foram suas origens, as memórias das infâncias, o nível de escolaridade, sua inserção no mundo do trabalho assalariado, as lutas dentro do Movimento, a condição de mulher e o protagonismo delas nos espaços de luta pela garantia do direito de acesso à terra. Com base na análise de todos esses elementos presentes em suas histórias, foi possível compreender que, apesar do comprovado protagonismo dessas mulheres nos espaços de luta e de sua importância para o sucesso de qualquer empreitada dentro dos PAs, bem como dos avanços acerca da condição da mulher dentro do Movimentos sociais de luta pela terra, ainda necessitam se manter em luta permanente para que seja reconhecida sua competência e capacidade no campo da produção da vida material e, assim haja de fato ruptura do paradigma da divisão sociossexual do trabalho.

Palavras-chave: questão agrária. projetos de assentamentos. mulher. protagonismo.

KAMIMURA, Ana Lúcia Martins. **O protagonismo das mulheres dos projetos de assentamentos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro:** luta por efetivação de direitos? 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

ABSTRACT

The subject of this research is the women's protagonism in Settlement Projects (PAs) located in mesoregion of Triângulo Mineiro. For that reason searching from a critical analysis of those settlements' reality, how materializes as the rural woman/worker protagonism because of their active participation during the resistance and struggle for land that is recognized as a social right. To accomplish this goal, based on a critical analysis of reality and considering this reality from an entire perspective, seeking to understand the protagonism of rural women workers observing the Brazilian's land distribution issues that disregards the importance of understanding land reform as a development policy. In this regard, bibliographic and documentary research were used, having as parameter studies done in the light of dialectical and historical materialism. Additionally, though the technique of oral history, proceeding from information portrayed in the life stories of eleven women who are linked to Pas Paulo de Faria, Canudos, Olhos D'Água, Flávia Nunes, Emiliano Zapata, Irmãos Naves, Valcy dos Santos and Dom José Mauro, all located in the Greater Region of Triângulo Mineiro. The elements of analysis in the stories of each women were their origins, memories of childhood, education level, their integration into the world of wage labor, the struggles within the Movement, the condition as woman and their protagonism in areas of struggle to ensure their right of achieve the land. Based on the analysis of all these elements present in their stories, it was possible to understand that despite the proven protagonism of these women in areas of struggle and its importance to the success of any endeavor whitin the PAs, as well as the progress made regarding the condition of women inside the social movements struggling for land. It still need to keep in constant struggle to be recognized their competence and capacity in the field of production of material life and thus there is in fact breaking the paradigm of division of labor by social class and gender.

Keywords: agrarian issues. settlement projects women. protagonism.

KAMIMURA, Ana Lúcia Martins. **O protagonismo das mulheres dos projetos de assentamentos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro:** luta por efetivação de direitos? 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

RESUMEN

Esta investigación presenta como tema el papel de las mujeres en los proyectos de asentamiento (APs), ubicado en la región centro del Triángulo Mineiro. Ambos trataron de explicar a partir de un análisis crítico de la realidad de los asentamientos ubicados en la Gran Región del Triángulo Mineiro, ya que encarna el papel de la mujer / trabajador rural como resultado de su participación activa en el proceso de resistencia y lucha por la tierra que se reconoce como un derecho social. Para lograr este objetivo, marcado un análisis crítico de la realidad y teniendo en cuenta esta misma realidad desde una perspectiva de totalidad, buscamos entender este papel de las trabajadoras rurales de observación del contexto de cuestión agraria brasileña que no tiene en cuenta la importancia de la reforma de la comprensión de la tierra como una política de desarrollo. En este sentido, el uso de la investigación bibliográfica y documental, que tiene como estudios de parámetros hacen a la luz del materialismo dialéctico e histórico, también, a través de la técnica de la historia oral, se utilizó la información retratado en las historias de vida de once mujeres que están vinculados en el PA Paulo de Faria, Canudos s, Olhos D'Água, Flavia Nunes, Emiliano Zapata, Naves Hermanos, Valcy dos Santos y Don José Mauro, todos ubicados en la Gran Región del Triángulo Mineiro. Los elementos de análisis de las historias de cada una de las mujeres eran sus orígenes, los recuerdos de la infancia, el nivel de educación, su integración en el mundo del trabajo asalariado, las luchas dentro del movimiento, la condición de las mujeres y el papel de ellas en los espacios luchar para garantizar el derecho de acceso a la tierra. Con base en el análisis de todos estos elementos presentes en sus historias, fue posible comprender que a pesar del papel demostrado de estas mujeres en los espacios de lucha y su importancia para el éxito de cualquier esfuerzo dentro de las áreas protegidas, así como los progresos realizados con respecto a la condición de las mujeres dentro de los movimientos sociales que luchan por la tierra, todavía tienen que mantener en constante lucha por ser reconocida su competencia y capacidad en el campo de la producción de la vida material y asi romper con el paradigma de la división del trabajo sociossexual.

Palabras clave: cuestión agraria. proyectos de asentamiento. mujer. protagonismo.

LISTA DE SIGLAS

ABESS	Associação Brasileira de Estudos em Serviço Social
BPC	Benefícios de Prestação Continuada
CCBE	consórcio Capim Branco Energia
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Julieta Diniz
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CIEPS	Centro de Incubação de Empreendimentos Populares solidários
CNA	Confederação Nacional de Agropecuária
CNBB	Confederação dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CUT	Central Única de Trabalhadores
DATALUTA	Dados de Luta pela Terra
FASSU	Faculdade de Serviço Social de Uberlândia
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores/as da Agricultura Familiar
FETRAT	Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma agrária
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCRA	Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
ITR	Imposto Territorial Rural
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária - UFU
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MMCBrasil	Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária Federação Nacional dos
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTL	Movimento Terra e liberdade
NEDH	Núcleo de Educação em Direitos Humanos
PA	Projeto de Assentamento
PCB	Partido comunista Brasileiro
PEA	Plano de Exploração anual
PEDPI	Programa Estadual para a Diversidade Numa Perspectiva Inclusiva
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPNRA	Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária
PROEX	Pró-reitoria de Extensão
PROMACA	Programa Municipal de Apoio à Criança e Adolescente
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDA	Títulos da Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UEG	Universidade Estadual de Goiás.
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIPAC	Universidade Professor Antônio Carlos
UOMEN II	Unidade de Orientação do Menor II
USP	Universidade de são Paulo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do Índice Gini, segundo as Unidades da Federação - 1985/2006..... 81

Tabela 2 – Triângulo Mineiro – evolução da Estrutura Fundiária por municípios - 1993, 1998, 2003 e 2011..... 108

Tabela 3 – Ocupações por município o Triângulo Mineiro – 1990-2012..... 110

Tabela 4 – Triângulo Mineiro – Assentamentos rurais por município - 1986 a 2012..... 111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Ocupação das terras rurais segundo a condição do produtor – 2006..... 82

Gráfico 2 – Pessoas que dirigem o estabelecimento por sexo e nível de instrução, segundo a orientação técnica – Brasil 2006..... 83

Gráfico 3 – Distribuição dos produtores que receberam orientação técnica nos estabelecimentos por sexo, segundo o nível de instrução – Brasil 2006.....

Gráfico 4 – Número de manifestações por município do triângulo Mineiro – 1990-2012..... 84

Gráfico 5 – Triângulo Mineiro – Assentamentos rurais por ano – 1986 - 2012..... 112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Número de famílias assentadas 1995-2002..... 51
Quadro 2 – Número de assentamentos, famílias e áreas (2003-2010)..... 5

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – DATALUTA Minas Gerais – Divisão Mesorregional..... 107

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

CAPITULO 1

MULHER NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS, MULHER TRABALHADORA, MULHER DE LUTA 32

1.1 Breves reflexões sobre a Luta das Mulheres a partir do Projeto de Modernidade 32

1.1.2 Razão e Ontologia: descortinando as relações de gênero 34

1.2 Questão Agrária e o Movimento de Luta pela Terra 44

1.3 Questão fundiária, resistência e luta pela terra 62

1.4 A Questão da Terra e a Questão de Gênero: uma relação intrínseca?.. 85

1.4.1 A presença da mulher nos movimentos de luta pela terra: textos e contextos. 87

CAPITULO 2

O PAPEL DO ESTADO E O PAPEL DA MULHER TRABALHADORA RURAL NA E PARA A GARANTIA DE DIREITOS: SIGNIFICANTES E SIGNIFICADOS 94

2.1 O Estado e as Políticas Públicas nos/dos Projetos de Assentamentos do Triângulo Mineiro 103

2.2 O Protagonismo da Mulher nos Projetos de Assentamentos da Mesorregião do Triângulo Mineiro 114

CAPITULO 3

A CONSTRUÇÃO SOCIAL E O PROTAGONISMO DA MULHER NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO TRIÂNGULO MUNEIRO: HISTÓRIA DE VIDA, VIDA CHEIA DE HISTÓRIAS. 119

3.1 Histórias e memórias: retratando as origens 120

3.2 Reconhecendo e refletindo sobre as memórias das infâncias 127

3.3 Formação escolar: avanços e dificuldades..... 132

3.4 As memórias e histórias acerca do cotidiano do trabalho assalariado 138

3.5 Memórias das lutas junto aos Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais Sem-terra 151

3.6 Ser Mulher no contexto de luta: memórias e histórias 189

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....222

REFERÊNCIAS 239

APÊNDICE

APÊNDICE A - Este apêndice tem a finalidade de apresentar, na perspectiva da ciência (IBGM; GAMA, 2009) as imagens e as características das pedras utilizadas para nominar as onze mulheres que foram sujeitos de pesquisa..... 255

INTRODUÇÃO

Apresentamos nesta tese nossas compreensões acerca do protagonismo da mulher nos projetos de assentamentos (PAs) localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro com enfoque na questão dos direitos. Por isso, esta temática compreende o objeto de estudos desta tese. Neste sentido, nosso objetivo primeiro é explicar, a partir de uma análise crítica da realidade dos Assentamentos localizados na Região do Triângulo Mineiro, como se materializa o protagonismo da mulher/trabalhadora rural enquanto resultado da sua participação ativa em todo o processo de resistência e luta pela terra que é reconhecido como um direito social. Para tanto, desenvolvemos um estudo analítico acerca da mulher, privilegiando o processo histórico da questão agrária e fundiária, bem como a importância do papel social da mulher/trabalhadora rural na luta pela garantia de direitos. Também identificamos o papel do Estado e o papel da mulher neste contexto de análise. E, por fim, buscamos compreender, por meio de histórias de vida, como se dá o protagonismo das mulheres que vivem nos assentamentos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro, priorizando neste contexto a participação destas mulheres no processo de lutas/conquistas impetrados no movimento real do cotidiano destas trabalhadoras.

Nesta perspectiva, reconhecemos que esta temática é importante para o Serviço Social, pois ao ter enquanto eixo norteador da análise o protagonismo da mulher nos movimentos sociais rurais de luta pela terra, materializa nosso projeto ético político por problematizar/tratar de questões que se vinculam à defesa intransigente dos direitos sócio-políticos dos sujeitos históricos. No sentido de dar maior visibilidade à questão em foco, consideramos importante lembrar que esta discussão se aproxima de forma efetiva de todos os princípios que compõem o nosso código de Ética, os quais incorporamos nas intervenções feitas no exercício profissional cotidiano. Entretanto, a título de ilustração, consideramos importante destacar o primeiro e o oitavo princípios do Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 2011, p. 24):

> I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
> VIII Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.

Estes princípios, assim como os demais, não deixam dúvidas que para o Serviço social os resultados do estudo aqui apresentado possui uma relevância teórica e social, permitindo à categoria fazer uso deste trabalho em futuros estudos e pesquisas. Desta feita, reafirmamos ainda que como nosso projeto ético político tem como premissa a construção de um novo projeto societário de cunho coletivo, a luta diária dessas mulheres caminha ao encontro desta proposta. Neste sentido Paulo Netto (1999, p. 2), afirma que "Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la." Neste sentido questiona-se: O que fazem boa parte dessas mulheres que são protagonistas na luta pela garantia do direito à terra? Idealizam e lutam cotidianamente de forma exaustiva por isso: um novo projeto societário onde o que realmente importa é o ser humano genérico. Além disso, importa registrar que a realidade por elas vivenciada retrata a dialética entre a emancipação política e humana.

A luta nesse processo dialético de emancipação política e humana tem acontecido nos Projetos de Assentamos (PAs) localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro, onde vive a maioria das 11 (onze) mulheres, cujas histórias de vida serão aqui apresentadas. Com o sentido de resguardar suas identidades, decidimos utilizar nomes de pedras brasileiras para nominá-las. A título de esclarecimento e para melhor compreensão de todo o processo, decidimos caracterizar os PAs aos quais estas mulheres estão vinculadas, bem como, a bandeira que cada um defende.

Diamante está assentada no PA Valcy dos Santos, localizado no município e Uberlândia-MG, cuja bandeira é a do Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA). Trata-se de um movimento dissidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e foi idealizado e criado no ano de 2000 na cidade de Ituiutaba. A justificativa que apresentam para essa dissidência é que queriam uma bandeira voltada para o núcleo familiar. A regularização deste PA aconteceu em 2008, ano em que receberam o título de posse da terra. Neste sentido já estão com a situação da casa regularizada, porém fazem a produção em lotes individuais. Do período de ocupação e acampamento até a regularização da terra para que se tornasse de fato um PA, este grupo ficou fazendo luta durante 07 (sete) anos. Deste processo de luta resultou o assentamento com 42 (quarenta e duas) famílias que se organizaram por meio da Associação 25 de maio.

Safira, juntamente com 25 famílias, além de filhos e agregados, estão assentados no PA Emiliano Zapata (numa área de 645 hectares), localizado no município e Uberlândia-MG. Defendem a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para a

regularização da área que hoje se localiza o PA, ficaram acampados e fizeram luta de 1999 a 2005, 6 (seis) anos. Já faz 10 anos que estas famílias estão fazendo o uso da terra da qual receberam o título de apropriação, por isso encontram-se com a situação das casas regularizadas, mas a produção da terra acontece de forma individualizada. Também se organizaram por meio da Associação de Trabalhadores Rurais do Assentamento Emiliano Zapata, fazenda Santa Luzia. Entretanto, Safira vive hoje na cidade para sua proteção pessoal, e às vezes visita o assentamento nos finais de semana. Seu lote atualmente é cuidado por um primo. O desejo expresso por ela é o de estar vivendo na terra, mas isto não tem sido possível porque foi ameaçada de morte pelo ex-marido quando pediu a separação. Esta situação será apresentada no capítulo 3 com mais cuidado.

Hematita está vinculada ao Assentamento Olhos D'Água, município de sacramento-MG. Defendem a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ali estão assentadas 45 famílias que ficaram fazendo luta durante 04 (quatro) – de 1998 a 2001 - anos até a terra fosse destina à reforma agrária. Estão assentados já a 13 (treze) anos e desde o início do PA se organizaram por meio da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Olhos D'Água, mas a produção acontece de maneira isolada, ou seja, cada um em seu lote. Ela vive atualmente na cidade e, geralmente passa mais tempo no assentamento no período de férias escolar. Essa realidade ocorreu por causa de uma depressão muito séria. Além disso ela, juntamente com sua família, passou pelo trauma da perda de uma filha vítima de um câncer.

Turquesa vive e faz a terra produzir no PA Flávia Nunes (fazenda Água Limpa), que se localiza no município de Uberlândia-MG, onde vivem 15 famílias, mas entre familiares e agregados, hoje vivem lá 27 famílias numa área de 433 hectares, com a situação das casas regularizadas. Defendem a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Até receberem o título de posse da terra ficaram acampados debaixo da lona por 05 (cinco) anos – de 1999 a 2004 - fazendo a luta. Mas, já vivem dentro da terra, na condição de assentados, desde o ano de 2004, portanto fazem 10 (dez) anos. Neste assentamento tem um grupo de mulheres que está tentado se organizar, por meio da orientação de técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, para fazer produção coletivo em uma queijeira. Desde o início do assentamento se organizaram na Associação de trabalhadores rurais do assentamento Flávia Nunes.

Quartzo Verde mora no PA Canudos (fazenda Bebedouro). Além dela moram hoje lá mais outras 23 famílias (numa área de 585 hectares) que defendem a bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O assentamento também se localiza

no município de Uberlândia-MG. Até acessarem o direito da terra, ficaram fazendo luta por um período de 07 (sete) anos (1999 a 2006). Porém já se encontram assentados desde o ano de 2006, com a situação das casas regularizadas e a produção que ali acontece se faz separadamente nos lotes. Como nos demais PAs, se organizaram por meio da Associação dos Trabalhadores rurais do Assentamento Canudos na qual **Quartzo Verde** faz parte da diretoria.

Ágata, Turmalina Paraíba, Citrino e Topázio estão vinculadas ao PA Paulo de Faria, localizado no município de Prata-MG e faz divisa com o município de Veríssimo-MG. Este Assentamento conta com área de 5.854 hectares, que foi ocupada em 2004 e regularizada em 2005. Em função da pressão popular foi comprada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para assentar 220 famílias. Segundo informações de **Turmalina Paraíba**, foi a área mais cara até hoje negociada pelo INCRA. A princípio eram vinculados à bandeira do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Em 2006 romperam com esse Movimento e se vincularam a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAT). Apesar da extensão da área ocupada, depois de algumas tentativas frustradas de fazer produção coletiva, desistiram e hoje cada um produz a seu modo nos seus lotes. Atualmente, ano de 2014, as famílias ainda moram em barracas de lona e outras estruturas improvisadas. Essa situação se perpetua porque somente em setembro de 2011as famílias conseguiram o Relatório de Impacto Ambiental junto ao INCRA. Porém, apesar dos esforços feitos pelos dirigentes da Associação do Assentamento Paulo de Faria da Fazenda Taquara, a construção das casas que deveriam ter sido iniciadas em novembro de 2011 não acontecera. Somente agora, no segundo semestre de 2014, 10 (anos) depois de assentados, as famílias deram início à assinatura dos contratos junto ao Programa Minha Casa Minha Vida Rural para conseguirem realizar o sonho da casa nos seus lotes.

Rubi está assentada no PA Irmãos Naves, localizado no município de Araguari onde defendem a bandeira do MST. Nesta terra vivem hoje 25 famílias em barracos de lona e outras estruturas improvisadas por seus moradores. Tal situação está relacionada a uma particularidade apresenta nesta área. Em 2003, após 07 (sete) anos de lutas no acampamento, a área foi desapropriada por decreto para fins de Reforma Agrária, porém quinze dias depois o então governador do Estado de Minas Gerias, Aécio Neves, assinou um decreto autorizando O Instituto Estadual de Florestas (IEF) embargar a área para reposição de reserva ou seja reposição ambiental dos impactos causados pela Hidrelétrica Capim Branco I do Consórcio Capim Branco Energia (CCBE). A partir daí, já se passaram 10 (dez) anos que estas famílias do Assentamento irmãos naves (fazenda Quilombo) estão impedidas de produzirem. Por isso existe um processo correndo na justiça para que possam garantir uma indenização para estes

trabalhadores rurais, bem como o acesso à terra, mesmo que seja me outra área, pois no acordo firmado entre o consórcio e o IEF, eles se obrigavam a comprar a área destinada à reposição de reserva.

Cornalina, faz sua terra produzir no PA Dom José Mauro, onde vivem hoje 200 (duzentas) famílias onde a maioria ainda se encontra vinculada a bandeira do MLST. A ocupação desta terra da fazenda douradinho, localizada no município de Uberlândia-MG, se deu no ano de 2004 e foi autorizada por decreto para fins de reforma agrária no ano de 2009. No mesmo ano da regularização ocorreu uma guerra ideológica no interior do PA e, foram às vias de fato (queimaram barracos e expulsaram 20 famílias que não pactuavam com a postura adotada pelos dirigentes do Movimento. Estas 20 famílias, por determinação judicial, retornaram ao Assentamento e, como haviam se desvinculado do MLST, criaram a Associação do Assentamento Dom José Mauro, onde estão, a duras penas, tentando se organizar politicamente. Neste PA a infraestrutura instalada é precária, as famílias ainda aguardam pela habitação e não existe qualquer tipo de produção coletiva.

O ser humano é um ser genérico, produto e expressão das relações e inter-relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano e/ou humano-genérico, portanto, ser social e, enquanto tal, jamais passa pela vida sem estar circundado por outros seres de igual natureza. Portanto, consideramos importante apresentar de forma breve nossas memórias por considerar necessário nos localizar no contexto da presente análise, uma vez que nossa trajetória acadêmica está, indelevelmente, marcada pela nossa trajetória pessoal, em outras palavras, pelas nossas vivências, nossa história. Por isso, acreditamos que as interrogações do passado são hoje a base de nossas investigações acadêmicas.

Considerando que a vida de homens e mulheres, enquanto seres singulares são marcados por formas de sociabilidade que os tornam indivíduos plurais, processo este cujos resultados são imprevisíveis, enquanto síntese de múltiplas determinações. Partimos do princípio de que fazemos a nossa própria história, mas não a fazemos como queremos, mas sim sobre circunstâncias previamente estabelecidas. (MARX, 2009; HELLER, 1985).

Pedimos permissão e desculpas aos leitores para passarmos a escrever na primeira pessoa do singular, formato que julgamos mais adequado e fácil para o exercício de conjugar a vida acadêmica com a nossa história pessoal, ambas inseparáveis, como já apontamos.

Esta proposta de pesquisa resulta das experiências vivenciais nas minhas relações sociais cotidianas desde a minha infância, pois na minha família as histórias de vida das

mulheres[1] retratam uma luta continuada pela sobrevivência do coletivo familiar. A mulher como protagonista da história sempre esteve presente e vinculada nos meus espaços de sociabilidade, o que me permitiu, a partir deste contexto, desenvolver e incorporar uma postura crítica diante da vida e das coisas e, também enxergar nos mais diversos espaços esta força inerente às mulheres. É com esse olhar que buscarei descrever a seguir a minha trajetória de vida.

Sou Filha de pais de classe média baixa, funcionários públicos, trabalhadores em sua essência. Meus pais sempre tiveram uma relação de respeito e amor a terra, pois nasceram, cresceram e viveram boa parte de suas vidas[2] na "roça" e, dessa forma, ensinou-nos, a mim e a meus irmãos, a importância de valorizar o que a terra produz, bem como, respeitar os trabalhadores/as que desenvolvem suas atividades no campo para alimentar quem mora na cidade.

Em fevereiro de 1975 quando fui para o ginásio tinha apenas 09 anos, e consegui acompanhar os demais colegas até com certa facilidade. No 2º grau cursei o técnico em magistério, neste período trabalhei por um semestre como professora substituta de uma 2ª série, em uma escola municipal e, já nesta experiência, minha preocupação se dava com a exclusão das crianças que não aprendiam. Acredito que este mal-estar me acompanhou, levando-me a escolher como profissão o Serviço Social, onde se deu a minha formação acadêmica.

Iniciei o curso de Serviço Social em fevereiro de 1982 na Faculdade de Serviço Social de Uberlândia (FASSU), instituição privada (como a maioria das faculdades que ofereciam este curso à época). Este momento coincidia com o início da abertura democrática do país, e por isso convivi/tive uma formação profissional sob a ótica da reconceituação, além de coincidir com a revisão da matriz curricular do curso de Serviço Social (feita pelos então Associação Brasileira de Estudos em Serviço Social ABESS e conjunto Conselho Federal de Assistentes sociais e Conselho Regional de Assistentes Sociais CFAS/CRAS). Todavia o acesso à leitura dos clássicos era limitado (às vezes inexistentes), bem como, aos prováveis autores que apresentavam uma análise mais crítica e mais rigorosa sobre a questão social inerente à sociedade burguesa, Neste contexto, ainda era muito claro e presente os postulados dos documentos de Araxá, Teresópolis, Alto da Boa Vista e Sumaré e, também, do método de BH.

[1] Neste grupo a referência primeira de força, luta e determinação foi a minha avó, mãe da minha mãe, que desde muito jovem, quando se casou (com 15 anos) sempre lutou pela sobrevivência de seus filhos.
[2] Meu pai até seus 11 anos e minha mãe até seus 18 anos.

A partir de então, no ano de 1986, iniciei-me na carreira profissional como assistente social na Prefeitura Municipal de Quirinópolis, onde tive de enfrentar alguns desafios, mas o principal deles foi ter que esclarecer ao Prefeito, à Primeira Dama e à Secretária da Administração o que era de fato Serviço Social, pois todos três queriam me ensinar o meu exercício profissional, determinado que eu fizesse isso ou aquilo. A título de esclarecimento comprei e presenteie o três com o livro "O que é Serviço Social", da Coleção Primeiros Passos. Permaneci neste espaço sócio-ocupacional até março de 1988.

Em abril de 1988, após uma breve seleção, fui trabalhar na prefeitura municipal de Uberlândia, onde no primeiro mês desempenhei as funções do setor de programas e projetos da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, porém, logo em seguida fui convidada para compor a equipe técnica da Unidade de Orientação do Menor II (UOMEN II), no bairro Jardim Brasília.

Neste local o trabalho da equipe se dava no sentido de fazer valer os direitos e deveres das crianças e adolescentes que frequentavam aquele espaço. Assim, os problemas a serem resolvidos e as decisões a serem tomadas se davam em assembleias, quando discutiam os assuntos e procuravam de forma democrática a solução de todas as questões. A escola do bairro nos chamava constantemente para melhor entender o processo do nosso trabalho, pois alegavam que as "crianças" da Unidade perguntavam demais e discordavam sempre, gerando, assim, "indisciplina" e muito transtorno na escola. Consideravam isso um problema, nós, porém, ficávamos felizes com isso por sabermos que estávamos trabalhando a formação de cidadãos pensantes.

Em abril de 1990 mudei-me para a cidade de Itajá-Go. Assim que cheguei fui convidada a compor a equipe de trabalho da Prefeitura Municipal como Superintendente de Ação Social[3]. Isto se deu por um período de aproximadamente um ano. Neste período, paralelo às atividades do cargo exercido, desenvolvi, também, juntamente com uma equipe técnica, a organização, criação e implantação do trabalho de atendimento às crianças e adolescentes do município que era denominado Programa Municipal de Apoio à Criança e Adolescente (PROMACA). Este trabalho seguia os moldes do que era desenvolvido nas UOMENs, procurando respeitar a realidade daquele contexto social. Residi e trabalhei nesta cidade até o ano de 1993, quando me mudei para Quirinópolis–Go.

[3] No quadro de pessoal da Prefeitura essa função correspondia à de Secretária de Assistência Social.

No período de 1993 até 1999, além de me dedicar à maternagem[4], trabalhei na elaboração de projetos sociais para prefeituras do sudoeste goiano. Em julho de 1999, ingressei no curso de especialização: Formação Didático-Pedagógica para o Ensino Superior, oferecida pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no campus da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em Quirinópolis.

Ainda em 1999 recebi o convite para trabalhar como Assistente Social na Escola especial "Dr. Alfredo Mariz da Costa", o que me permitiu conhecer e estudar um pouco melhor o universo das pessoas com necessidades educacionais especiais e, também, desempenhar novamente as atividades profissionais em uma equipe multidisciplinar.

Em Julho de 2000, ingressei em outro curso de especialização na UFU, "Pedagogia Empresarial: Gestão de Talentos Humanos". De 2001 a dezembro de 2002, minhas atividades profissionais deram-se diretamente no *Programa Estadual para a Diversidade Numa Perspectiva Inclusiva* (PEDPI), desenvolvendo-as juntamente com a Equipe de Apoio à Inclusão.

Em fevereiro de 2003, fui convida a trabalhar como professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade de Quirinópolis-GO, nos cursos sequenciais de Gestão Pública com a disciplina: Políticas Públicas. Atuando neste contexto entendi a necessidade de aprimorar meus conhecimentos e em setembro de 2002 decidi participar da seleção do mestrado em educação da UFU para me enveredar no campo de conhecimento científico e, mais especificamente, me fazer pesquisadora. Participei de todo o processo de seleção onde fui aprovada.

Assim, em março de 2004 iniciei-me nas atividades do mestrado em Educação, na Linha de Políticas Públicas, da UFU. Após 02 (dois) anos de problematizações/reflexões/revisões/mudanças/conclusões preliminares a respeito da temática em estudo, em 06 de junho de 1986 defendi minha dissertação intitulada: "O Programa Estadual para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva: Princípios, Ações e percepções", depois da aprovação, além de indicações para publicação a banca solicitou que eu desse continuidade aos estudos da temática, pois consideraram de extrema relevância o olhar do Serviço Social para as questões da educação.

Já em agosto de 2006, assumi a função de professora no curso de Serviço Social da Faculdade Católica de Uberlândia, inicialmente ministrando duas disciplinas: Pesquisa Social e Pesquisa em Serviço Social. No ano seguinte, 2007, assumi outra disciplina: Administração

[4] Neste período eu e meu companheiro de vida tivemos três filhos: Henrique (12 de dezembro de 1990), Karoline (29 de junho de 1992) e Artur (09 de setembro de 1993).

e Planejamento em Serviço Social, bem como, iniciei ministrando aulas nos cursos de pós-graduação *latu sensu*[5].

A partir de 2009, ministrei, na graduação, as disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e Gênero e Serviço Social. Ainda, nesta instituição, atuei como coordenadora do curso de extensão "Mulheres Ativas" e permaneci desempenhada minhas atividades como professora nesta Faculdade até o primeiro semestre de 2011. Ainda em fevereiro de 2010 fui convidada a trabalhar como professora do curso de Serviço Social da Universidade Presidente Antônio Carlos UNIPAC/Uberlândia onde permaneci até dezembro de 2011. Logo em seguida fui trabalhar como professora do Curso de Serviço Social da Faculdade de Frutal, onde permaneci apenas 06 meses em decorrência da total precarização do trabalho[6], bem como dos baixos salários que eram totalmente incompatíveis com a média de salários da Região.

Em 2012, após aprovação em concurso público, assumi a função de assistente social na Prefeitura Municipal de Uberlândia e, atualmente estou lotada na Secretaria Municipal de Educação e vinculada ao Núcleo de Educação em Direitos Humanos (NEDH) que se localiza no Centro Municipal de Estudos e Projetos Julieta Diniz (CEMEPE) onde trabalho com na formação de trabalhadores/as da rede pública municipal de educação.

Porém, minha aproximação com o movimento de luta pela terra se deu efetivamente em 2008, quando meu Marido passou a prestar serviços como coordenador no Centro de Incubação de Empreendimentos Populares solidários (CIEPS/PROEX/UFU). Por ter especialização e experiência na área Rural, um dos empreendimentos que ele coordenava era o Projeto de Assentamento Paulo de Faria[7]. Como sempre acreditei no direito à luta pela terra, quando meu companheiro de vida fazia visitas ao Assentamento eu me organizava para ir com ele e, assim, conhecer um pouco mais sobre aquela realidade.

Dos estudos feitos para ministrar a disciplina de gênero desenvolvi um novo olhar sobre a nossa sociabilidade e, com estas visitas, que ocorriam de forma constante, pude me aproximar das mulheres, estabelecer vínculos e laços de confiança mútua. Dessa feita, pude observar a força das mulheres que viviam no Assentamento e como a presença delas fazia pulsar, dando sentido e significado àquele espaço social. Estas observações se transformaram em um interesse material em conhecer/compreender/estudar a história de vida, a princípio,

[5] Nesta etapa de formação ministrei aulas em cursos da área das ciências humanas, bem como na área das ciências sociais aplicadas.

[6] Este trabalho me resultou problemas de saúde, ou seja, adoecimento no trabalho: altíssimo stress e ansiedade, pois eu e outra colega saíamos e Uberlândia na segunda-feira à tarde, ministrávamos aula das 19:00 as 22:40, ficávamos na cidade na terça o dia todo para trabalharmos à noite das 19:00 às 22:40, quando saíamos de Frutal para chegarmos em Uberlândia por volta das 01:30 da manhã. O detalhe é que quem dirigia tanto na ida, quanto na volta era eu.

[7] Este Assentamento localiza-se no município de Prata-MG, próximo 70 km de Uberlândia.

daquelas mulheres. Foi esse desejo que me fez buscar a continuidade da minha formação acadêmica que culminou com a participação na seleção de doutorado na UNESP/Franca no ano de 2011, onde apresentei o projeto "Do Acampamento ao Assentamento: a mulher como símbolo de resistência na luta pela garantia do direito à terra". Fui aprovada em todas as etapas e ingressei na Pós-graduação em Serviço Social UNESP/Franca[8], nível de doutorado, em março de 2012.

Tendo como elemento norteador do debate/reflexão/problematização/pressupostos a importância da mulher para e no movimento social rural, iniciamos (eu e minha orientadora) o processo das minhas orientações já repensando o título da presente tese, pois compreendemos que o foco principal era o protagonismo da mulher. Por isso, passei a estudar/ler/analisar textos e livros que traziam reflexões sobre a questão agrária no Brasil, tendo como eixo norteador o debate a mulher neste contexto de análise que culminou no presente trabalho. Para tanto, optamos por descrever e analisar a trajetória de vida de algumas mulheres já assentadas que estão vinculadas à luta pela terra como lideranças/referências nos e dos Projetos de Assentamentos da Região do Triângulo Mineiro, pois a nossa tese, retirada do discurso de uma das mulheres sujeito desta pesquisa é a seguinte: **"a terra sem mulher vira deserto".** Compreendemos que analisar o protagonismo da mulher requer adotar uma postura investigativa e crítica para apontar possibilidades de leitura onde seja possível compreender e apreender as múltiplas determinações do real.

Nesta perspectiva, a proposta de pesquisa aqui apresentada centrou-se numa perspectiva histórico-crítica, tendo como ponto principal de análise o resultado dos diálogos estabelecidos com todas as mulheres já citadas anteriormente. O caminho metodológico percorrido para sua realização passou por algumas etapas. A primeira delas foi a minha convivência[9] por mais de quatro anos com várias mulheres que participaram e ainda participam ativamente da história dos PAs desde o período de ocupação até a posse da terra. Esse foi o primeiro e decisivo fator motivador para a escolha delas como os sujeitos ativos na construção desta pesquisa.

A segunda etapa foi o contato que estabelecemos de maneira prévia com todas as mulheres para, incialmente apresentarmos a nossa proposta. Nesse primeiro contato elas, de

[8] Importa registrar que me sinto privilegiada por ter tido a oportunidade de cursar mestrado e agora doutorado em Universidade Pública, laica e de qualidade, fato que não é comum à grande maioria da população brasileira.

[9] O Centro de Incubação dos Empreendimentos Populares Solidários da Universidade Federal de Uberlândia, local onde meu marido presta serviços, desenvolve atividades com vários Projetos de Assentamentos da mesorregião do Triângulo Mineiro. Desta feita, convivo com os assentados da região e, por conseguinte, com as mulheres diretamente vinculadas a estes Projetos de Assentamentos, desde do ano de 2008.

forma unânime concordaram verbalmente[10] em fazer parte deste processo de pesquisa, por acreditarem que o resultado do trabalho possibilitará reflexões para o coletivo do assentamento – homens e mulheres - acerca da participação ativa, bem como do protagonismo destas mulheres na história cotidiana de lutas, resistência e conquista da terra como um direito social. A terceira etapa consistiu na gravação das histórias de vidas das onze mulheres ocorreu via telefone, quando agendamos a data de visita nas suas residências para realizarmos as gravações de suas histórias. Para tanto, antes do início de todos os trabalhos de gravação, elas, de forma individual, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que lhes foi apresentado.

Foi justamente por meio da convivência que conseguimos observar mais de perto toda luta que estas mulheres travaram e ainda travam para a efetivação de direitos sociais para o coletivo dos assentados/as em toda essa espiral que compreende o universo pesquisado. Podemos destacar que a dimensão empírica colaborou incialmente com o resultado desta pesquisa, pois além da coleta de dados que fizemos com as onze mulheres[11] por meio de gravação de suas histórias, autorizada via termo de consentimento livre esclarecido, também acompanhamos a participação de algumas dessas trabalhadoras no cotidiano do assentamento (**Ágata, Topázio, Citrino, Turmalina Paraíba, Safira, Diamante e Cornalina**).

Os contatos com as demais mulheres ocorreram por indicação entre elas mesmas, ou seja, **Diamante** indicou a companheira **Turquesa** que por sua vez indicou a companheira **Quartzo Verde**. Já Safira indicou as companheiras **Hematita** e **Rubi;** nestas indicações compreendemos que há um reconhecimento do trabalho de militância reconhecido entre as próprias mulheres o que configura em uma identidade social de gênero no contexto de luta pela terra na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Salientamos que as gravações de todas as histórias de vida dessas mulheres aconteceram ao longo do período de um ano e meio. Ressaltamos, também, que nessas incursões de trabalho de campo, mediante autorização prévia, participamos das algumas reuniões, assembleias e comemorações festivas organizadas por essas mulheres e que contaram com a participação de boa parte dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente no universo da luta pela terra.

Nestes termos, para que o trabalho acontecesse dentro dos parâmetros da ciência e também para o cumprimento dos trâmites legais, depositamos nosso projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, que foi encaminhado para apreciação do Comitê de Ética da

[10] Ao iniciarmos realizarmos a coleta de dados da pesquisa utilizamos o termo de consentimento livre e esclarecido para documentar o trabalho.

[11] A maioria destas onze mulheres vive em assentamentos diferentes e com distâncias bastante consideráveis um do outro. O nosso contato com elas para a gravação de suas histórias.

UNESP/Franca, onde foi devidamente avaliado e aprovado por pareceristas vinculados a este órgão.

Neste ínterim, o embasamento de nossa análise se deu a partir de uma perspectiva teórico-conceitual pautada no materialismo histórico-dialético, pois segundo Paulo Netto (2011, p. 20, grifo do autor) "[...] o conhecimento teórico é *o conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ela é em si mesmo*, na sua existência efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador." A partir desse norte, fizemos inúmeros estudos e pesquisas de cunho bibliográfico e documental, com vistas a subsidiar e fundamentar teoricamente o nosso trabalho.

Portanto, a quarta e última etapa consistiu no processo de escrita, quando procuramos fazer uso das categorias totalidade, contradição/negatividade e mediação, uma vez que "[...] a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus *fundamentos*, os seus *condicionantes* e os seus *limites*." (PAULO NETTO, 2011, p. 18, grifo do autor). Por isso, com vistas a compreender de forma crítica a vivência destas mulheres na resistência e na luta pela garantia do direito à terra, privilegiamos o estudo de suas histórias e memórias, observando cuidadosamente todas as etapas do processo, cujo pano de fundo foi o contexto sócio-histórico-político-econômico-relacional dessas mulheres trabalhadoras rurais que vivem e convivem cotidianamente nos PAs da mesorregião do Triângulo Mineiro.

Enquanto recurso metodológico, fizemos a opção pela história oral com base em Thompson (1998). No entanto, compreendemos que este método tem os mesmos problemas e limites de quaisquer outros, mas para nossos estudos apresenta vantagens muito grandes do ponto de vista da abrangência. Segundo Thompson (1998) a história oral permite uma escrita mais democrática, muito ligada ao movimento novo conhecido como "história vista de baixo". Dá voz aos que, nos documentos tradicionais, não seriam considerados. O mesmo autor defende, ainda, que se deve realizar uma espécie de triangulação com a documentação escrita, com outros testemunhos e com as diversas fases do discurso do testemunho, a fim de compreender melhor a história e o próprio depoimento. Nesse momento, em que o objetivo fundamental passa a ser a análise,

> [...] a forma global já não pode ser orientada pela história de vida como forma de evidência, mas deve emergir da lógica interna da exposição [...] e o material deve ser interpretado com plena consciência do contexto em que foi coletado, das formas de viés a que está sujeito e dos métodos de avaliação então necessários. (THOMPSON, 1998, p. 305).

Neste sentido, é mister levar em consideração que o que está sendo produzido se trata de um material que não só foi descoberto, mas que, de um certo modo, ajudou-se a criar,

sendo desta forma, totalmente diferente de qualquer outro tipo de documento. Por isso Thompson (1998, p. 305) conclui que: "A elegância da generalização histórica, ou da teoria sociológica, flutua muito acima da experiência da vida comum que está na raiz da história oral. A tensão percebida pelo historiador oral é a tensão básica: entre história e vida real." Desta feita, para este trabalho, consideramos o relato de vida como uma técnica, por excelência, para estudo dos processos ligados a grupos historicamente reconhecidos no campo da produção e reprodução social, além de nos permitir captar as rupturas que marcam a trajetória de todos os que se envolvem na luta pela terra.

Ao nos colocarmos o desafio de apreender a dinâmica da vida cotidiana do coletivo de mulheres destes PAs, bem como os significados que se verificam no território da luta dos trabalhadores/as, por meio da perspectiva de gênero, assumimos, como instrumento válido e fundamental, a análise qualitativa, por meio da análise das histórias de vida, no acompanhamento e na participação tanto nas reuniões, quanto nas atividades desenvolvidas pelos trabalhadores/as sem-terra. Primeiramente buscamos apreender, por meio dessas técnicas, as relações sociais de gênero presentes nos territórios de luta dos PAs. Isso se deve ao fato de acreditarmos que elas poderão elucidar as questões colocadas para a pesquisa. Enfim, foi nas histórias de vida destas trabalhadoras que procuramos entender o significado e o universo desses sujeitos, suscitando novas problemáticas, ideias, e pressupostos, que resultou na interpretação da realidade apresentada ao longo dos capítulos e considerações finais deste trabalho.

Para tanto, o Capítulo 1, intitulado: **"Mulher os Projetos de Assentamentos, Mulher Trabalhadora, Mulher de Luta",** tem como ponto de partida a condição de ser mulher desde o projeto de modernidade. Na sequência há a ampliação da discussão para a questão agrária no Brasil, visto que, de fato, para conseguirmos apreender a questão de gênero das mulheres nestes PAs, consideramos importante fazer a análise e discussão da particularidade que envolve a realidade agrária no Brasil. Neste sentido a discussão se faz tendo como parâmetro o processo histórico, político e social da questão que tem rebatimentos diretos na vida dos trabalhadores/as rurais deste país. Para tanto, estabelecemos diálogo com análises desenvolvidas por estudiosos como Delgado (2005), Fernandes (2003, 2004, 2008, 2013), Sant'Ana (2007, 2012), Silva (1987), dentre outros que compõem o quadro de intelectuais que se dedicam a estudos desta temática no Brasil. Neste mesmo capítulo, levantamos considerações acerca da questão fundiária, quando perceber que à medida que essas discussões se intensificaram, foi possível considerar a realidade da questão fundiária brasileira que, priorizando a análise do uso da terra de forma indiscriminada, pautamos esta análise sob o ponto de vista das prioridades estabelecidas na agenda política dos governos brasileiros acerca desta questão. Ainda, consideramos, neste contexto a presença da mulher

nos movimentos de luta pela terra, pois desde as lutas anticolonialistas e contra a escravidão as mulheres se fizeram presentes neste Movimento. A partir daí estas lutas se ampliaram, surgem os grupos feministas de luta pelos direitos das mulheres, dentre eles o sufrágio universal e para exercer determinadas profissões. Elas também travam outras lutas em outros contextos, dentre eles a luta das mulheres camponesas que se consolida mais tarde no Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMCB). O surgimento dessas lutas, a partis da década de 1980 se torna emblemático uma vez que deflagra a insatisfação geral da classe trabalhadora acerca da intensificação da exploração e expropriação dos seus direitos políticos, civis, econômicos e sociais.

No Capítulo 2, que traz o título**: "O papel do Estado e o papel da mulher trabalhadora rural na e para a garantia de direitos: significantes e significados**", desenvolvemos uma análise com vista a compreender as múltiplas determinações presentes neste contexto de um Estado (neo)liberal organizado pela livre concorrência de mercado enquanto garantidor da liberdade. Neste sentido, compreendemos que este Estado não universaliza os interesses humanos, contudo estabelece ações que privilegiam o modo de produção capitalista, agora travestido de um novo desenvolvimentismo, onde o fato de desejar fazer a reforma agrária, não significa que de fato ela aconteça, uma vez que se encontra ancorada nos limites econômicos, institucionais e. principalmente políticos. Entretanto, importa lembrar que este projeto ideológico não é o único, pois a resistência da classe trabalhadora existe até quando se considera que ela esteja adormecida; é neste momento que ganha forças, porque se apresenta de forma indecifrável para os donos dos meios de produção. É nesse universo as mulheres trabalhadoras rurais têm desempenhado o seu papel na defesa dos direitos de todos/as. Os PAs da mesorregião do Triângulo Mineiro compreendem um desses espaços de luta e resistência e é justamente neste território que as mulheres se fazem protagonista, demonstrando/desnudando sua força, coragem e determinação.

O Capítulo 3 intitulado: "**A construção social e o protagonismo da mulher nos projetos de assentamentos do Triângulo Mineiro: história de vida, vida cheia de histórias"** é onde apresentamos a análise das histórias de vidas das as onze mulheres que são os sujeitos deste trabalho. Por meio de suas histórias buscamos compreender a forma como se dá o seu protagonismo neste processo de resistência e luta pela terra como um direito social. Neste sentido, entendemos a singularidade essencial de cada história, não desconsiderando as aproximações existentes nas suas particularidades. Suas origens são uma dentre outras semelhanças observadas, uma vez que boa parte delas têm suas origens vinculadas ao mundo rural. Neste contexto, elegemos para a análise de suas histórias as memórias das infâncias, o nível de escolaridade, sua inserção e sua identificação com o movimento social de luta pela terra, além da sua condição de mulher neste contexto de lutas, que desemboca no

protagonismo que essas mulheres ocupam dentro do Movimento. A partir de cada história foi possível dimensionar com maior rigor os significantes e significados do protagonismo de cada uma dessas mulheres nos Movimentos Sociais de luta e conquista da terra.

Nas **Considerações Finais** fizemos de forma breve uma análise de todo trabalho, e estabelecemos um apontamento sobre sua relevância para o Serviço social enquanto instrumento de estudos e análises que poderão subsidiar futuras pesquisas de cunho científico possibilitando, de forma ainda mais criteriosa, o aprofundamento de estudos sobre este tema.

CAPITULO 1
MULHER NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS, MULHER TRABALHADORA, MULHER DE LUTA

1.1 Breves reflexões sobre a Luta das Mulheres a partir do Projeto de Modernidade

A proposta inicial do projeto de modernidade[12], instaurado a partir do século XVI nos trouxe possibilidades de enxergar o mundo sob outro prisma, outros olhos, descortinando e apontando nossos olhares para novas formas de compreender a realidade. Esta nova forma de ver/enxergar a realidade rompe com a(s) "verdade(s)" que guiavam anteriormente o mundo, baseada no Teocentrismo[13] e, a partir de então, passam a se guiar pelo antropocentrismo[14], que nega a necessidade de intermediação da Igreja entre o homem e Deus e prega a separação entre Igreja e o Estado (LAICO) moderno.

Neste contexto, as relações sociais, tias como os fenômenos da natureza, são reguladas por leis naturais. Fundamentam-se no que fora denominado Projeto das Luzes/Iluminismo[15], cuja centralidade se dá no conhecimento científico. Segundo Guerra (2011), representa, a priori, a hegemonia intelectual da visão de mundo da burguesia, por rejeitar as tradições e atacar as injustiças, a intolerância religiosa e os privilégios típicos do Feudalismo.

Dadas essas ideias, surge um novo homem e uma nova mulher com valores diferentes, integrado pela própria contradição, pois ao mesmo tempo em que existe/surge uma enorme confiança do novo, olham este projeto com certa desconfiança; tudo está impregnado do seu contrário descortinando possibilidades para pensar, simultaneamente, a diferença e a igualdade na sua universalidade e singularidade.

Contudo, ao entendermos o gênero como uma forma de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, tendo como

---

[12] Segundo Minidicionário Antônio Olinto da Língua Portuguesa (2000), **modernidade:** Estado ou qualidade do que é moderno; tem como derivação a palavra moderno**. Moderno**: recente, atual, presente, dos nossos dias.

[13] O Teocentrismo se sustenta nos princípios de que Deus é o centro do universo, tudo foi criado por Ele, por Ele é dirigido e não há outra razão além do desejo divino sobre a vontade humana.

[14] É uma concepção que considera que a humanidade deve permanecer no centro do entendimento dos humanos, isto é, tudo no universo deve ser avaliado de acordo com a sua relação com o homem.

[15] Cf. Guerra (2011) compreende a corrente de pensamento, também chamada de Ilustração, dominante no século XVIII, especialmente na França, sua principal característica é creditar à razão a capacidade de explicar racionalmente os fenômenos naturais e sociais e a própria crença religiosa. A razão humana seria então a luz (daí o nome do Movimento) capaz de esclarecer qualquer fenômeno. Tem início no Renascimento, com a descoberta da razão como chave para o entendimento do mundo, e seu ponto alto no século XVIII, o Século das Luzes, difundido nos clubes, salões literários e nas lojas maçônicas. Fornece o lema principal da Revolução Francesa: "Liberdade, igualdade, fraternidade".

parâmetro inicial o século XVIII, observa-se que as relações de gênero neste contexto histórico e social são estabelecidas tendo como parâmetro o patriarcado[16] que é determinado por um sistema autoritário tão bem-sucedido que desde então se sustenta e, via de regra, continua se sustentando por meio da subordinação de mulheres por homens. Nesta relação patriarcal articulada às relações de classe o homem emerge como provedor e a mulher como trabalhadora complementar. Iasi (1991, p. 1) nos leva a refletir sobre a temática 'relações de gênero' quando nos aponta como questão central a seguinte afirmação: "[...] a luta específica das mulheres contra a opressão a que se encontram submetidas se vincula, sem que isto signifique a perda de sua particularidade, à luta mais ampla pela transformação integral da sociedade."

Segundo Matos (2009, p. 14):

> O patriarcado está entronizado nas práticas sociais e mesmo sendo um sistema anterior ao capitalismo, é parte constitutiva de um macro-sistema, que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração. O capitalismo não gerou o patriarcalismo, mas o capitalismo utiliza, alimenta e reforça na sua estrutura de relações desiguais de poder, fazendo-o parte de sua própria dinâmica. Sem com isso estabelecer nas análises qualquer tipo de hierarquia ou determinismo entre o capitalismo e o patriarcado.

Assim, importa esclarecer que o patriarcalismo não se encontra desvinculado das relações de classe e, nestes termos, não se pode delegar somente a ele os problemas relativos à questão de gênero na história da humanidade. Na realidade, para desmistificar o que é de longa data reconhecido e, em certa medida, cristalizado como 'padrão social natural' desta questão, importa aprofundar a compreensão acerca das relações de produção do sistema capitalista, cujo pensamento e modo de ser encontra-se expresso na ideologia burguesa que se apropria das benesses desencadeadas pelo patriarcalismo para seguir desempenhando seu papel de mantenedora desse ordenamento social materializado no cotidiano da sociedade de classes "estruturada" num contexto de desigualdades.

A contradição/negação presente na sociedade burguesa é percebida a partir do momento em que os homens, que aparentemente só têm a ganhar neste sistema que se encontra formatado para legitimar sua superioridade, são seduzidos/induzidos a permanecerem na luta pela manutenção desta posição que lhes imprimem vantagens sobre a mulher. Contudo, acabam tendo certo ônus no que tange ao atendimento das expectativas a eles impostas acerca da forma de ser homem dentro da cultura patriarcal. Isso resulta em uma clara divisão entre nós, os

[16] "O patriarcado é uma organização social baseada no poder do pai, e a descendência e o parentesco seguem a linha masculina. As mulheres são consideradas inferiores aos homens e, por conseguinte, subordinadas à sua dominação." (LINS, 1997, p. 29).

humanos (LINS, 1997). Esta divisão se materializa nas relações sociais cotidianas, expressas na divisão sexual do trabalho.

Assim, pensamos a presente análise numa perspectiva das relações de gênero e na importância dos sujeitos sociais como força motriz dessas relações partindo do pressuposto de que "[...] a construção do ser social só é objetivada através do seu lugar no processo social de produção dos bens necessários a sobrevivência e na reprodução da própria existência." (PINTO, 1992, p. 21), no contexto da luta de classes e nas relações de gênero visivelmente hierarquizadas.

1.1.2 Razão e Ontologia: descortinando as relações de gênero

A sociedade humana é histórica, muda conforme o padrão de desenvolvimento da produção, dos valores e normas sociais. Mediante esta afirmativa é possível mensurar a importância do ser social neste processo, que na perspectiva de Lucáks (apud LESSA, 2004, p. 15) "[...] se particulariza pela incessante produção do novo, através da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta." Entretanto, o mesmo autor afirma que "[...] do ponto de vista ontológico mais geral [...] o ser social apenas pode existir tendo por base as esferas ontológicas inferiores, naturais. Sem a natureza, não há, em definitivo, ser social." (LESSA, 2004, p. 27). Por mais que homens/mulheres desenvolvam a sua capacidade de transformar a natureza conformando-a de acordo com seus objetivos e/ou determinações sociais cada vez mais intensas e densas, "[...] não há, na ontologia de Lukács, repetimos, qualquer espaço para a identidade sujeito/objeto." (LESSA, 2004, p. 27).

Assim, desde que o homem começou a produzir seus alimentos, nas sociedades agrícolas do período neolítico[17], começaram a definir papéis para os homens e para as mulheres. Os papéis designados a esta última eram importantes para a manutenção e bem estar do grupo social, porém esta importância já era "invibilizada", por ser socialmente considerada passiva e condicionada às determinações de sua biologia. Esta condição era clara desde as sociedades agrícolas, quando já havia a divisão sexual do trabalho e, neste contexto, o aprendizado da atividade de cuidar foi sendo desenvolvido como uma tarefa da mulher, embora ela também participasse do trabalho do cultivo e da criação de animais.

Na fase pré-capitalista, compreendido entre o século XVI e início do Século XVIII, o modelo de família era multigeracional[18] e todos trabalhavam numa mesma unidade econômica

[17] Período compreendido entre 8.000 a 4.000 anos atrás.

[18] Vale apontar aqui que dependendo do contexto histórico, nos arranjos multigeracionais, os relacionamentos são intensos, pois as famílias são extensas, muitas vezes ainda o idoso consegue manter seu papel de conselheiro e são respeitados no grupo familiar.

de produção. O mundo do trabalho e o mundo doméstico eram coincidentes. A função de reprodutora da espécie, que cabe à mulher, favoreceu a sua subordinação ao homem. A mulher foi sendo considerada mais frágil e incapaz para assumir a direção e chefia do grupo familiar e sua função foi sendo restrita ao mundo doméstico, submissa ao homem.

Desde este período, nas relações de gênero, para a manutenção desta cultura autoritária e patriarcal reforça-se a dominação da mulher pelo homem, que se apresenta de maneira socialmente imposta/aceita como uma forma peculiar do mundo objetivo, permeado de comportamentos que ao longo da história têm sido remodelados de acordo com interesses privados em detrimento do coletivo. Estes comportamentos são reconhecidos como "normais" e "adequados", como se fossem característica de todos os sistemas humanos. O longo tempo[19], auxiliado por forças manipulatórias, associadas à ignorância/desconhecimento de alternativas, se encarregou de apresentá-las como uma **normalidade**.

Na sociedade capitalista, a partir do século XVIII, o direito de propriedade passou a ser o ponto central nas relações homem/mulher. Assim, a origem da prole passou a ser controlada de forma mais rigorosa, levando a desenvolver uma série de restrições à sexualidade feminina. Cada vez mais o corpo da mulher pertencia ao homem, seu marido e senhor. Percebe-se, assim, que as sociedades patriarcais permaneceram ao longo dos tempos, mesmo na industrial. Porém, tendencialmente, nas sociedades industriais o mundo do trabalho se dicotomiza entre trabalho e vida doméstica. As famílias multigeracionais vão desaparecendo e forma-se a família nuclear[20]. Permanece o poder patriarcal na família, mas a mulher das camadas populares foi submetida ao trabalho fabril.

Estes comportamentos femininos que por muito tempo se perpetuaram e, em certa medida ainda perpetuam, como os legitimados às mulheres – compondo o quadrinômio mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora – se revelam no projeto de modernidade como representações de um modelo burguês que visa controlar as práticas sociais femininas.

Designando modernidade como um conjunto de experiências, Berman (1986, p. 15) afirma que: "[...] existe um tipo de experiência vital – experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo mundo hoje." Assim, no campo das múltiplas determinações, ao pensarmos o projeto da Modernidade cujas bases encontram-se ancoradas na Revolução Francesa[21], revelar o papel da mulher torna-se fator elucidativo dado a ordem da reflexão aqui

---

[19] Leia-se aqui quase cinco mil anos.

[20] A família nuclear é composta por pai, mãe e filhos.

[21] Cf. Coutinho (1972, p. 7): "Na história da filosofia burguesa, é possível discernir – com relativa nitidez – duas etapas principais. A primeira que vai dos pensadores renascentistas a Hegel, caracteriza-se por um Movimento

elaborada. Neste contexto histórico, político e social, a participação das mulheres "[...] não é pontual, mas estrutural, embora sendo realizada em posição secundária." (GODINEAU, 2003, p. 196).

Vale ressaltar que a mulher francesa do século XVIII, apesar de ter participado da Revolução, não conquistou a cidadania política que ela almejava, desta feita, sua participação representou/refletiu "[...] uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade." (BERMAN, 1986, p.15). A concepção dos iluministas[22] sobre a mulher não foi unânime, chegando às vezes a ser paradoxal ou contraditória. Os filósofos iluministas enfocaram constantemente as diferenças fisiológicas e intelectuais que separam radicalmente os dois sexos. Para eles, homem e mulher são seres complementares, mas, nesta relação de complementaridade, os homens manifestam-se superiores às mulheres. Assim, no homem, domina a razão; na mulher, predomina o útero, que define a sua personalidade, toda a sua maneira de ser, de pensar e de agir.

Rousseau (1973, p. 453) ressalta a suposta limitação da inteligência feminina para o estudo da filosofia e da ciência:

> A procura das verdades abstratas e especulativas, dos princípios, dos axiomas nas ciências, tudo o que tende a generalizar as ideias não é da competência das mulheres, seus estudos devem todos voltar-se para a prática; cabe a elas fazerem a aplicação dos princípios que o homem encontrou [...].

Referida afirmação revela um fenômeno histórico que persistiu e foram referendadas em/nas concepções posteriores. Por isso, é possível compreender porque ainda hoje em pleno século XXI, à mulher é determinado o campo da reprodução, sendo ao homem determinada/confirmado o campo da produção das coisas/ideias, bem como as decisões/definições político-econômicas que balizam as relações sociais de diversos povos e culturas. Foi, também, esta concepção que "iluminou" Rousseau a formatar "Sofia", a jovem idealizada para ser a companheira/parceira do seu "Emílio": submissa de corpo e alma, de inteligência e vontade, reclusa ao lar e obediente aos caprichos do marido.

Por sua vez, Hunt (1991, p. 50), trata a mulher como sendo o inverso do homem. Assim:

---

progressista, ascendente, orientado no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista dialética. A segunda – que segue uma radical ruptura, ocorrida por volta de 1830-1848 – é assinalada por uma progressiva decadência, pelo abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior, algumas definitivas para a humanidade: as categorias do humanismo, do historicismo e da razão dialética."

[22] A filosofia iluminista que, em nome da razão, propunha a construção de uma nova sociedade, serviu de base e fermento aos ideais revolucionários. O Iluminismo tem como questão central: dar crédito a existência da razão no sujeito. A razão é vista como a LUZ, acompanhada da ideia de elucidar a verdade (GUERRA, 2011).

> As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentários por opção. A combinação de fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional faziam delas os seres mais aptos para criar os filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães.

Já sobre a importância do útero no organismo feminino Diderot (apud GODINEAU, 2003, p. 158), afirma que: "A mulher traz dentro de si mesma um órgão susceptível de espasmos terríveis, dispondo dela e suscitando na sua imaginação fantasmas de toda espécie." Vale ressaltar ainda que, na opinião desses pensadores, o excesso de sensibilidade dificulta enormemente a evolução da inteligência feminina do mundo sensível para o inteligível, isto é, do prático para o abstrato. Por causa da sua fisiologia, a mulher é um ser imutável. E, por isso, não participa da evolução histórica da humanidade, que tem na razão, segundo os teóricos, a maior justificativa de sua exclusão do mundo social masculino, para mantê-las no espaço doméstico. Contudo, em se tratando de conceitos, textos, contextos e análises sobre a mulher no mundo burguês, esta razão apresenta claras características de uma racionalidade formal-abstrata[23] e, nesta perspectiva impera a Ética da convicção,

> [...] de caráter deontológico, da esfera privada apresenta a virtude como estando submetida ao respeito pelo imperativo categórico da lei moral. Regula-se por normas e valores já estabelecidos que pretende aplicar na prática, independentemente das circunstâncias ou das consequências daí resultantes. Trata-se, portanto, de uma ética do dever, atendendo que os seus princípios se traduzem em obrigações ou imperativos aos quais se deve obedecer. É uma ética do absoluto, sem dúvidas, formal, na qual os seus princípios se traduzem em imperativos incondicionais. O que define o bem ou o mal mais não é do que a tradução ou concordância de valores ou princípios em práticas ADEQUADAS. (GUERRA, 2011, p. 3).

Na perspectiva de analisar a influência desta ética da convicção nas relações sociais cotidianas e, na tentativa de melhor ilustrar as relações de gênero, se faz necessário compreender a categoria totalidade social, tendo como pressuposto que esta categoria "[...] é sobretudo e em primeiro lugar a resposta à pergunta: o que é realidade?" (KOSIK, 1976, p. 34). A realidade deste período merece reflexões a partir das mazelas sociais presentes no cotidiano dos trabalhadores que vivenciaram/vivenciam uma situação de plena e total exploração de toda ordem, momento que se manifestaram/manifestam diversas expressões da questão social determinadas pela contradição presente na relação capital/trabalho.

"O espírito moderno avança alternando momentos em que predomina a confiança e momentos em que predomina a desconfiança." (KONDER, 2000, p. 13). Nesta totalidade

[23] Também conhecida como razão instrumental, para esta não importa os meios, desde que se alcance os fins.

caótica/aparente importa negar a realidade imediata, para no âmbito da legalidade social/universalidade desenvolver ações/mediar tendo em vista a transformação da sociedade; transformação esta que garanta a todos, no campo das particularidades, a liberdade de expressão e culto e fornecendo mecanismos de defesa contra o arbítrio e a prepotência de forma a reconhecer a essência para além da aparência. A própria realidade tem que incidir/tender sobre o pensamento do sujeito.

No século XVIII, a luta por melhores condições de vida do coletivo da classe trabalhadora fez/faz parte da dialética da vida das mulheres e neste contexto não podia ser diferente. Souza (2003) afirma que as mulheres das camadas inferiores da sociedade acabaram sendo vítimas da crise de abastecimento daquele período e, sendo assim, participaram ativamente dos protestos que ocorrem em várias cidades. Quando o Rei convocou os Estados Gerais em agosto de 1788, apesar de não terem o direito de votarem e serem votadas se fizeram presentes lutando e mobilizando a população, ao lado dos homens, para a escolha de sujeitos que pudesse representar a classe trabalhadora na Assembleia Nacional Constituinte. Mesmo não podendo exercer o direito do voto[24] sempre se faziam presentes nas galerias se manifestando, às vezes a favor, por meio de aplausos e outras vezes de forma contrária, por meio de vaias, para se posicionar em relação as ações dos deputados. A pressão por elas exercida tomou tal proporção que, em 1793, se viram impedidas de assistirem às sessões do parlamento. Porém tal fato não as impediu de continuarem agindo e manifestando sua opinião em outros espaços públicos tais como nos cafés, nos salões, na imprensa e em outros lugares onde pudessem. Além disso, as mais engajadas, por meio de mais de sessenta organizações, criaram em toda a França, espaços onde era possível serem debatidas as questões políticas do momento e as decisões tomadas pelo Congresso Nacional.

A revolução industrial incorporou o trabalho da mulher no mundo da fábrica, separou o trabalho doméstico do trabalho remunerado fora do lar. A mulher foi incorporada subalternamente ao trabalho fabril. Em fases de ampliação da produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituía-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque este era mais barato. As lutas entre homens e mulheres trabalhadoras estão presentes em todo o processo da revolução industrial. Os homens substituídos pelas mulheres na produção fabril acusavam-nas de roubarem seus postos de trabalho. A luta contra o

[24] Vale ressaltar que nesse período de lutas, quando o direito ao sufrágio universal foi permitido às mulheres, este direito foi estendido apenas às que pertenciam à elite burguesa/oligarquia patriarcal. Somente na primeira metade do século XX esse direito teve o alcance para todas as mulheres, independente da classe social a que pertenciam, especificamente no Brasil, esse direito foi universalizado apenas a 80 (oitenta) anos.

sistema capitalista de produção aparecia permeada pela questão de gênero. A questão de gênero colocava-se como um ponto de impasse na consciência de classe do trabalhador. Assim, nasceu a luta das mulheres por melhores condições de trabalho. Já no século XIX havia movimento de mulheres reivindicando direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito de voto.

Desde a Revolução burguesa de 1848[25], na ordem/lógica do sistema capitalista, as relações de gênero se constituem em mais uma das estratégias para sua manutenção, onde estas relações se configurem em "[...] *diferenças dentro de uma unidade*. [...] Relações determinadas de diferentes fatores entre si." (MARX 1982 apud PONTES, 2010, p. 70, grifo do autor). Assim, a realidade apresenta uma dimensão do imediato e do mediato.

De acordo com Engels ([19--]), a concepção materialista, a produção e reprodução da vida imediata, tanto dos meios de existência, como do homem mesmo, são fatores decisivos da história. O mesmo autor afirma ainda que o princípio materialista é o que fundamenta a compreensão de que as fases de desenvolvimento humano acompanham os progressos obtidos na produção dos meios de existência, ou seja, as épocas de progresso no desenvolvimento da humanidade coincidem com a ampliação das fontes de existência.

A ciência vai se instrumentalizar para dar respostas ao capital. Ela vem para justificar o existente, pois expressa no processo de acumulação a base ontológica do incessante acréscimo de novos conhecimentos, ao longo do tempo acerca da natureza e da sociedade.

> [...] através desse processo de acumulação, os homens podem se elevar a uma consciência do seu em-si, do que de fato são, o que possibilita algo inédito: um ser que se reconheça na sua própria história. Em outras palavras, um gênero que se reconhece enquanto gênero em processo de construção. (LESSA, 2004, p. 14).

Nesta perspectiva, a modernidade faz nascer, a partir da mercadoria, um movimento (da compra e venda), uma nova relação/dinâmica de mulheres/homens burgueses[26] com o espaço e tempo. Este período se materializa no controle do tempo sobre o indivíduo, mas há também uma mudança na sensibilidade dos sujeitos. Estes sujeitos passam a naturalizar papéis que permeiam e/ou que dão vida às relações sociais de gênero tornando-se cada vez mais

---

[25] Cf. Guerra (2011) Este foi o Movimento que posicionou a Burguesia, consolidando-a no poder, marcado pela provisoriedade e pela intensa disputa entre os diferentes interesses envolvidos na consolidação do poder.

[26] Cf. Konder (2000, p.15, grifo do autor): "Estamos convencidos de que não há burgueses sem burguesia, entendemos que a criação do modelo é obra de indivíduos que só puderam criá-lo porque eram representantes de classe. [...] Expliquemo-nos: *uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção*, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. *Outra coisa é o 'tipo humano' que a burguesia*, no exercício de sua hegemonia, *permite que se desenvolva na sociedade.*"

imediatazadas, centrada na "[...] aparência fetichizada da realidade" (COUTINHO, 1972, p. 22), perdendo assim a possibilidade de apreensão da essência da realidade humana. Para Coutinho (1972, p. 23) "[...] o que determina essa incapacidade do pensamento burguês decadente de penetrar na essência da realidade não é tão somente uma direta intencionalidade de classe."

Esta intencionalidade de classe deve ser mensurada sob a ótica de uma práxis humana, objetivada por ação de homens contra outros homens, ou seja, burguesia x proletariado. Esta ação ordenada para certo fim incide sobre a consciência de mulheres/homens e assim, "[...] todas as relações sociais entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades 'naturais' estranhas e independentes da sua ação." (COUTINHO, 1972, p. 24). Esta mesma ação ocorre alheia/fora/separada de uma reflexão, ação alienante, ação aparente, pensamento fetichizado/fetichizador, imediatizado, viabilizada pelo/no fortalecimento dos centros urbanos por meio da expressão e dominação do capitalismo demonstrada nas atividades econômicas e comerciais que configuram claramente seu poder de sedução para homens e mulheres.

> Em sua abrangência, o homem burguês pode pura e simplesmente adotar e professar os valores da burguesia, mas também pode tensioná-los, questioná-los, contestá-los, insurgir-se contra eles. [...] O que o prende como "tipo humano" aos horizontes da sociedade burguesa é o fato de que sua contestação, por mais sincera e apaixonada que seja, mostra-se afinal passível de ser absorvida e neutralizada pela sociedade contestada. (KONDER, 2000, p. 15).

O século XX foi palco de mudanças, pois as mulheres deram segmento e fortaleceram a luta em defesa de seus direitos. A luta das mulheres contra as formas de opressão a que eram submetidas foi denominada de feminismo e a organização das mulheres em prol de melhorias na infraestrutura social foi conhecida como movimento de mulheres. As transformações que ocorrem ultrapassam as dimensões materiais e influenciam a vida cotidiana e os costumes de mulheres/homens. Apesar do fortalecimento destas lutas neste contexto, ser mulher ainda reflete uma condição de repressão/alienação, uma vez que se encontra sob o julgo de posturas que merecem nossa reflexão, pois importa,

> [...] entender o caráter de nossa atual sociedade como patriarcado capitalista, ou seja, que embora incorpore a necessária diferenciação entre a dominação e opressão patriarcal e a dominação e a exploração de classes sob o capitalismo, concebeu não uma polarização mecânica, senão que uma interação dialética onde a exploração de classe pode, e na realidade o faz, se dá por mediações onde

> uma delas, uma das fundamentais, é a opressão sobre a mulher, a hierarquização de poder e funções segundo o sexo. (IASI, 1991, p. 3).

Nesta perspectiva, cabe aqui uma indagação: como entender esse caráter da sociedade frente a esta questão de dominação e exploração nesta sociabilidade? De forma consciente é possível afirmar que esta luta encontra-se no campo da produção e reprodução da vida social estruturada em classes; trata-se de uma luta genérica pela emancipação humana e, por conseguinte, da classe trabalhadora, onde um dos mecanismos para sua superação passa pela libertação da mulher destas amarras do patriarcado capitalista, uma vez que esta forma imperativa e naturalizada de ser/fazer/agir/se manifestar dos homens sobre as mulheres interfere diretamente nas lutas impetradas pelo proletariado. Esta questão merece maiores reflexões, pois, segundo Iasi (1991, p. 4),

> [...] além do fato da irrefutável vinculação da luta das mulheres no campo da luta de classes, sua luta específica atua incisivamente na superação da opressão materializada na forma patriarcal da família, nos valores dominantes na cultura, no senso comum e na ideologia, nas relações de poder, superação esta que não se dando, impede a efetiva libertação do ser humano na sua busca de uma transformação radical da sociedade.

O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas. Não é a coletividade que põe uma pauta para si mesmo. Na sociedade contemporânea renasce com maior força a ética do sujeito individual, baseada na competitividade, consumismo, individualismo.

> A crença no progresso expôs o homem a todas as regressões. Seu individualismo estimulou o advento do sujeito egoísta, preocupado unicamente com o ganho e a acumulação. A crença na mudança das relações sociais como forma de implantar o paraíso na Terra levou a uma utopia concentracionária, e resultou na criação de todos os *gulags.* Sua cruzada desmistificadora solapou as bases de todos os valores, deixando o homem solitário, sob um céu deserto, num mundo privado de sentido. (ROUANET, 1987, p. 14).

Apesar de na sociedade burguesa/industrial/fetichizada/contemporânea os homens e as mulheres apresentarem uma situação de classe orientada pela ideologia burguesa, que afirma ser determinada por sua origem, inserção social e identidade, contraditoriamente esta situação de classes é determinada/dada pela produção capitalista. Entretanto, resta-nos lembrar que nestas relações de classe "[...] a história do desenvolvimento da sociedade humana foi narrada quase sempre pelos homens e a identificação dos homens com a 'humanidade' tem tido como

resultado, quase sempre, o desaparecimento das mulheres dos registros do passado.” (SCOTT, 1992, p. 39).

Nesta perspectiva de análise a luta feminina também tem divisões dentro dela. Os valores morais impostos às mulheres durante muito tempo dificultaram a luta pelo direito de igualdade. As mulheres que assumiram o movimento feminista foram vistas como "mal amadas" e discriminadas pelos homens e também pelas mulheres que aceitavam o seu papel de submissas na sociedade patriarcal. “E neste campo a força social e histórica que por sua posição particular pode, através de sua ação, apontar para a superação necessária é composta indubitavelmente pelas mulheres.” (IASI, 1991, p. 4).

A luta feminina passa pela busca da construção de novos valores sociais, novos princípios e nova cultura, daí a importância estratégica da luta das mulheres. Por serem elas quem de fato vivem a opressão, cabe-lhes a iniciativa e o combate decisivo nesta luta. Neste terreno das desigualdades inerentes/próprias e importantes para a manutenção do capital, encontra-se instalado um estranhamento decorrente de um longo processo de tensionamento/luta permanente entre homens e mulheres. Contudo, para que haja a supressão destas desigualdades de classe, uma das possibilidades passa pela tomada de consciência dos sujeitos sociais, sejam eles homens e mulheres, acerca desta realidade estranhada cuja raiz encontra-se na dimensão estrutural do sistema capitalista balizado pela propriedade privada, bem como pela produção de mercadorias em detrimento da condição humana de qualquer sujeito. Este movimento encontra-se retratado no tensionamento presente na luta de classes.

Por isso, a análise das desigualdades entre homens e mulheres continua a encontrar terreno fértil e não se torna descabida num contexto em que, de forma recorrente, se tem vindo a proceder à reivindicação de espaços para as mulheres no que tange à desmontagem da construção social do gênero. Estudar estas relações no projeto da modernidade possibilitou a análise dos tensionamentos decorrentes/presentes nas relações de gênero, bem como sua correlação tanto com discursos hegemônicos (re)construídos como com outros discursos que tentam desconstruir a hegemonia discursiva e mostrar as efetivas lógicas de ação e manifestações discursivas dos homens e das mulheres em contextos sociais por eles e elas construídos, reconstruídos e também passíveis de desconstrução.

Esta desconstrução aqui ensaiada, resultante da contradição/negação próprias da dialética da vida, tem a pretensão de remover as imagens, concepções e representações consolidadas nos discursos dominantes, com vistas a refletir sobre esta temática, bem como, alertar para a necessidade de transformação das estruturas e condições opressivas a que têm

estado as mulheres – e porque também não os homens - nas relações de gênero ao longo da história.

Esta afirmativa não implica que não se tenha consciência de que as mulheres mesmo e apesar das lutas impetradas foram, na realidade, silenciadas/sufocadas/oprimidas ao longo da história, quando, foi lhes negado o direito de cidadania, o direito à palavra e à participação no espaço público mesmo que ao som dos princípios/lemas da Revolução Francesa de liberdade, igualdade e fraternidade. Estes princípios não conseguiram superar/suplantar o aprofundamento da miséria humana intensificada a partir do projeto burguês/capitalista de acumulação às custas da exploração de alguns homens sobre outros homens. As contradições do modo de produção capitalista e aquele mais fundamental – a produção socializada e a apropriação privada – fez com que a sociedade burguesa restringisse cada vez mais as ricas possibilidades postas pela modernidade.

Embora sabendo que as inovações relacionadas com as relações sociais de gênero se enfrentam com as mesmas dificuldades que as de qualquer outra inovação, essas mesmas dificuldades não permitem, no entanto que se deixe de defender que as configurações políticas, sociais, organizacionais e educativas são mutáveis e que as mutações que nessas configurações ocorrem, por via da ação humana, podem propiciar tanto o reforço da dominação quanto o aprofundamento da igualdade de oportunidades em torno dos princípios da justiça social e do reconhecimento dos direitos humanos.

Neste sentido, vale ressaltar que as relações de gênero não estão estaticamente estruturadas e definidas para sempre, mas são, antes, emergentes e modificáveis. As dinâmicas relacionais de gênero podem contribuir para a consolidação de práticas de emancipação social sempre que as mulheres e os homens se envolverem em relações de politização dos seus cotidianos. Por tudo isto, não podemos deixar de reafirmar a nossa crença (utopia?) na capacidade dos homens e das mulheres no que diz respeito ao fortalecimento de uma dinâmica participativa e igualitária tendo como veículo o aprofundamento de uma análise crítica e de totalidade da realidade dos mais diversos domínios e espaços (públicos e privados, incluindo o doméstico) e a politização do social, do cultural e do pessoal que possibilitará, então, pensar e organizar/criar novos paradigmas que se materializem em novas configurações de emancipação das mulheres e dos homens.

Neste contexto, somente uma ontologia autenticamente materialista e dialética será capaz de responder aos impasses criados/recorrentes do pensamento dominante burguês da modernidade que retrata - apesar e com as lutas da classe trabalhadora, incluindo aí a luta das mulheres trabalhadoras do campo - a postura adotada/cristalizada/reconhecida/ naturalizada para ser o caminho possível de sobrevivência da humanidade, ainda, em pleno século XXI.

Dessa feita, importa refletir sobre a realidade da questão agrária no Brasil, pois as relações cotidianas das mulheres e homens neste espaço/território/contexto foram marcadas por profundas desigualdades, uma vez que a terra sempre foi objeto de reserva de valor da burguesia oligárquica[27]. Mesmo com o tensionamento posto pelas lutas dos movimentos sociais, a terra, via de regra, continua representando meio de apropriação e acumulação do capital, retratadas nas disputas e contradições não antagônicas que atravessam o "fazer-se" da classe dominante agrária no Brasil contemporâneo. Assim, para apreender a questão de gênero das mulheres nos assentamentos é importante discutir a particularidade da realidade agrária brasileira. Neste sentido, para melhor compreensão desta temática, desenvolvemos a análise que se segue.

1.2 Questão Agrária e o Movimento de Luta pela Terra

A questão agrária é, antes de qualquer coisa, uma questão política engendrada pelo desenvolvimento do capitalismo. Por isso, compreende a existência de problemas de propriedade e posse da terra. É comum na história do Brasil, o surgimento de movimentos populares que tiveram como principais bandeiras à luta pela terra.

Para Delgado (2005), após a Revolução de 1930 há, de forma sistemática, mais especificamente nos anos de 1960, uma maior construção/disposição/elaboração teórica e política acerca da questão agrária. Surge, neste contexto, a própria emergência da Reforma Agrária no interior do debate político, o que aflora a colaboração/reflexão de quatro centros das intelectualidades, a saber, o Partido comunista Brasileiro (PCB), setores reformistas da Igreja Católica, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e os economistas conservadores.

Mesmo de forma simplificada, neste contexto de análise, importa elencar o as principais teses destas intelectualidades apresentadas por Delgado (2005). Quanto as bases intelectuais agrárias do PCB, suas principais teses são referenciadas pelo pensamento dos autores Caio Prado Júnior[28], Alberto Passos Guimarães[29], Inácio Rangel[30] que protagonizaram teórica e politicamente o debate da questão agrária nos anos de 1960 no campo marxista.

Delgado (2005) afirma ainda que a tese central do pensamento católico deste período, encontra-se referenciado pela Doutrina Social da Igreja e, por meio de uma influência política

[27] Exemplo clássico desta prática pode ser observado nas políticas públicas implementadas no final da década de 1960, início da década de 1970. Conforme apresentada por Mendonça (2006, p. 86), "Uma das frentes destas políticas teve início com a chamada Lei Sarney de 1969. A partir dela, que dispõe sobre as terras devolutas do Estado – no caso do Maranhão – foi possível realizar a dita 'ocupação nacional da pré-amazônia maranhense' mesmo sem a realização de ações discriminatórias."

[28] As primeiras análises acerca da temática forma apresentadas pelo autor no livro **A questão agrária** (1962).

[29] Referido autor apresentou suas análises sobre a temática no livro **Quatro séculos de Latifúndio** (1968).

[30] Este autor apresenta suas discussões em **A Questão agrária brasileira** (1961).

e social, inicia um processo de mudança na mentalidade dos católicos sobre a Reforma Agrária. Entretanto o pensamento católico acerca da questão agrária é menos estruturado no debate teórico do período, pelo fato de não se exprimir pela voz de seus intelectuais orgânicos.

Ainda para Delgado (2005, p. 3),

> [...] a tese central da CEPAL neste período, diagnosticada no Plano Trienal 1963-1965, destaca o caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbano e industrial. Este problema estrutural brasileiro justificaria mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo. Ainda ligada a essa tese de rigidez da oferta agrícola, as teses cepalinas atribuem ao setor agrícola uma tendência a gerar tensões estruturais sobre a inflação e crises frequentes de abastecimento de alimentos.

Sobre a tese dos economistas, o mesmo autor afirma tratar-se de um grupo de professores economistas da Universidade de são Paulo (USP), era liderado pelo então professor Antônio Delfim Neto que posteriormente se tornaria Ministro da Fazenda. Esta tese que apresentava pensamento contrário à Reforma Agrária, reflete com total propriedade o pensamento econômico conservador em assuntos agrários, ao desconsiderar a estrutura fundiária, bem com as relações de trabalho presentes no meio rural enquanto um problema econômico de considerável relevância, além de negarem a existência de uma questão agrária, uma vez que para eles (os economistas) a estrutura agrária daquele período (década de 1960) estaria cumprindo, de forma adequada as funções da agricultura no desenvolvimento econômico, quais sejam:

> a) liberação de mão-de-obra a ser utilizada no setor industrial, sem diminuir a quantidade produzida de alimentos;
> b) a criação de mercado para os produtos da indústria;
> c) expansão das exportações, e
> d) o financiamento de parte de capitalização da economia. (DELGADO, 2005, p. 55).

O movimento impetrado por este grupo, após o golpe de 1964, reforça a postura conservadora e se soma à proposta de reforma que fora, no âmbito do capital oligárquico rural brasileiro, considerada no bojo das suas múltiplas determinações, imprescindível enquanto reconhecimento do lugar e dos clássicos papéis da agricultura no desenvolvimento econômico do pós-guerra, embasado/calcado no pensamento funcionalista norte-americano, que implicava diretamente a definição das estratégias de mudança socioeconômicas do país.

Neste período é possível também observar que de um lado têm-se os camponeses pobres que buscam ocupar determinadas áreas visando a posse da terra e, de outro lado, os grileiros como supostos proprietários e intitulando-se os verdadeiros donos de uma determinada propriedade. Esta realidade está ancorada e diretamente imbicada, em questões vinculadas ao

desenvolvimento, à exploração e ao povoamento, pois estão profundamente ligadas ao processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro, que, por sua vez, está ancorado/baseado na concentração de terras. Neste sentido, Oliveira (2007, p. 131) afirma que

> [...] a chamada modernização da agricultura não atuou no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos, sobretudo do Centro-Sul do país, em proprietários de terra, em latifundiários.

Dessa feita, a fase da modernização da agricultura brasileira, iniciada nas décadas de 1950 e 1960, acentuou/acirrou/deflagrou mudanças, quando a industrialização urbana se solidificou e se dissipou para o campo, incitando/provocando de forma massiva, a saída/expulsão do camponês que viveu a vida inteira naquele espaço no qual se reconhecia como parte integrante e integrada.

Nesse período, muitos foram os/as trabalhadores/as que perderam o acesso à terra e se viram obrigados a procurar outros espaços sócio-ocupacionais bem como de moradia, buscando nas cidades a condição de assalariamento urbano como única alternativa de sobrevivência. Esta estrutura fundiária refletia a questão agrária do período, cujas raízes estavam determinadas por problemas vinculados a perspectiva de modernização com vistas a alcançar um desenvolvimento econômico positivo.

Este formato de estrutura agrária cumpriu de forma primás o caminho da modernização técnica sem que ocorresse, de fato, um movimento de reforma na estrutura fundiária brasileira, estabelecido/adotado e a ser percorrido pelos militares do golpe de 1964. Caminho esse que, definido como mecanismo de eliminação da efervescência do debate agrário, à época, se fez encerrar justificado/determinado pela força.

Neste contexto de cisão/proibição do debate político, por parte dos/as trabalhadores/as tanto do campo quanto das cidades, os/as cidadãos/ãs se veem cerceados em seus direitos, os movimentos sociais são reprimidos, os sindicatos sofrem intervenção por parte do governo e as lideranças são perseguidas. Assim,

> Essa política agravou não somente a exclusão social no campo, mas também nas cidades, em consequência da intensa migração de contingentes de trabalhadores rurais desapropriados em direção às regiões metropolitanas, vindo a engrossar o contingente de miseráveis urbanos, igualmente desprovidos de direitos mínimos de cidadania. (MENDONÇA, 2006, p. 73).

Para além do agravamento das desigualdades, o governo militar, apresenta um discurso oficial como recurso para justificar a importância/necessidade da modernização da estrutura agrária brasileira, cujos objetivos - claramente de ordem econômica em detrimento da social -,

se resumiam na estabilidade dos preços, do salário real e do superávit comercial externo. Incorpora-se aí outra demanda, qual seja, "[...] o aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, isto tudo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período." (DELGADO, 2005, p. 6).

Neste contexto de modernização enquanto prática de um governo ditatorial, as então novas – e também as antigas – agências estatais materializam-se em um novo ordenamento de divisão do trabalho, o que na prática resultou numa dissensão entre a questão agrária e a questão agrícola. Deste movimento foi criado dois Institutos que manifestavam diferentes posturas diante da questão, a saber, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) que se posicionava em defesa da política agrícola e era subordinado ao Ministério da Agricultura; também surge daí o Instituto Brasileiro de Reforma agrária (IBRA), que apresentava uma postura com ênfase na política de reforma agrária e se encontrava diretamente vinculado à Presidência da República. Em 1972 as duas Instituições foram extintas e substituídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o que veio,

> [...] significar um novo sentido a ser dado à reforma agrária no contexto de "modernização" da agricultura: no lugar da crítica à estrutura fundiária, colocava-se uma nova alternativa por intermédio da ocupação de terras públicas em fronteiras, o que tornava a reforma agrária um equivalente de "colonização". (MENDONÇA, 2006, p. 72).

Entretanto, o "efeito" desse "novo sentido" teve desdobramentos que merecem ser apresentados. Por meio de licitações, boa parte das terras públicas foram (re)passadas para os grandes grupos empresarias, transferindo os capitais financeiros para o setor fundiário e tornando a terra um investimento muito rentável. Mais uma vez, com uma "aparente" mudança de argumentação, cria-se um "esquema" onde os donos do capital se beneficiam em detrimento de algumas garantias previstas em legislação - O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) -, a princípio definidas para atendimento às demandas dos camponeses/agricultores familiares; nesse episódio refletiu, para essa categoria de trabalhadores/as, em "efeito colateral", que se viu enganada/aviltada/lesada nos seus direitos à posse e uso destas terras públicas, contudo, deu peso decisivo aos interesses e propostas das empresas privadas, qual seja, colonizar as fronteiras em favor do grande capital nacional e estrangeiro.

Neste sentido, merece destaque outra diretriz que pautou esse processo de política de modernização da agricultura brasileira: "[...] a farta concessão de créditos e subsídios seletivamente direcionados para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos." (MENDONÇA, 2006, p. 73). Além disso, a industrialização da agricultura se efetiva figurada nos Complexos

Agroindustriais (CAIs), referenciando um padrão "moderno" de produtividade e desempenho, dando respostas a implementação no campo do capitalismo que mantém a mesma estrutura fundiária. Ao mesmo tempo, consolidou-se, no campo brasileiro, a construção do processo do desenvolvimento capitalista, o que aprofundou o fosso da desigualdade social, custeado pelo aparato institucional resultante do regime ditatorial.

Neste período – 1965 a 1982 -, de processo de modernização técnica, ocorreu também,

> [...] uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias primas e vários ramos industriais [...]. Estes blocos de capital irão constituir mais adiante [...] a chamada estratégia do agronegócio, que vem crescentemente dominando a política agrícola do Estado. [...] Período histórico que constitui-se com muita clareza a "idade de ouro" do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público. Mas é importante não eludir sua matriz agrária. (DELGADO, 2005, p. 7).

Vale ressaltar que a modernização conservadora da agricultura desencadeou um processo profundamente desigual/parcial, bem como, profundamente excludente[31] em detrimento de uma proposta de reforma agrária cuja premissa é proporcionar uma sociedade com oportunidades iguais de desenvolvimento social, econômica e cultural para os trabalhadores/trabalhadoras do campo. Este movimento contempla as múltiplas determinações do real, fruto do capitalismo agrário brasileiro e da questão agrária que continua acirrando os enfrentamentos/lutas que expressam a contradição inerente à relação capital/trabalho via política econômica daquele período (de ditadura[32]) e do momento presente (de democracia formal).

Em 1983 surge a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, que objetiva recuperar o sonho da Reforma Agrária – reprimido/suspenso por hora -, quando se revela e se desvela enquanto uma tentativa de ampliar a questão para além das fronteiras do mundo rural, se estendendo e se apresentando para toda a sociedade. A abertura democrática[33], resultante,

---

[31] Cf Silva (2013) estas são duas características fundamentais desse modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira, pois aqueles produtores menos favorecidos tiveram menos acesso às facilidades de crédito, aquisição de insumos, máquinas, equipamentos, etc. Apresentaram graus menores de evolução, especialmente da sua produtividade. Dessa feita, atingiu uns poucos e fez com que alguns poucos chegassem ao final do processo.

[32] Cf Delgado (2005), nos anos 1980 o debate da questão agrária não teve espaço para se exercitar nem teórica nem politicamente.

[33] Cf. Soares (2009), teve início no final da década de 70, na passagem do governo Geisel para o de Figueiredo. Mas seria um grave erro atribuir o fim do regime à boa vontade democrática dos militares. Na verdade, a ditadura estava afundando. Para começar, a crise econômica: inflação, diminuição do crescimento econômico, aumento da pobreza. Foi só Geisel abrandar a censura para que os escândalos de corrupção no governo começassem a pipocar. Tudo isso tirava a confiança da população no governo. Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), para que os presos políticos fossem soltos, os exilados pudessem voltar à pátria e os cassados

também, da luta impetrada pelo movimento 'diretas já' – 1983-1984 - propiciou uma ampla articulação de diversos movimentos sociais, bem como de entidades de assessoria agrária. Essas articulações geraram frutos.

Foi nesse contexto que nasceu o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra – (MST), além da reorganização de outros movimentos, tais como: Pastoral da Terra (CNBB) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e várias outras Organizações Não Governamentais que deram total apoio ao Fórum Nacional de Reforma agrária, com vistas a criar possibilidades de acelerar o processo de reestruturação fundiária, o que, em tese, refletiria a diminuição das desigualdades sociais no campo.

Deste/neste contexto/campo de lutas, já no governo Sarney (1985-1989), ganha corpo a proposta de um Plano para efetivação do Estatuto da Terra. Cria-se uma equipe sob a liderança do então presidente do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA), José Gomes da Silva para a elaboração de referida proposta, cujo eixo central orientava para a implantação de uma desconcentração fundiária no país de forma massiva. Contudo, entre o movimento da elaboração da proposta e a efetivação do I Plano Nacional de Reforma Agrária foram realizadas modificações que geraram 12 propostas[34] até que se alcançasse uma que atendesse os interesses dos setores da sociedade vinculados aos grandes latifúndios[35].

Em relação I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), resultado destas tantas mudanças, merece destaque aquela que descaracterizou/impactou a proposta inicial daquele grupo liderado por Gomes, cujo teor diz respeito à substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesse social, como principal meio de obtenção de terras; com indenização por meio dos Títulos da Dívida Agrária (TDA's), sendo introduzida à possibilidade da "negociação" com os proprietários. Outra modificação que descaracterizou a Proposta foi à ausência no Decreto assinado pelo presidente da república de áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária.

Assim, Silva (1987, p. 123) afirma que: "[...] o PNRA sem as áreas prioritárias não é um PNRA, porque não satisfaz a primeira das exigências da Lei que obriga sua elaboração, o Estatuto da Terra." Neste sentido, percebe-se que esse plano ficou no papel, visto que as forças

recebessem justiça. Em 1978, foi criado o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). O Brasil inteiro repudiava a tortura e a arbitrariedade.

[34] Essas propostas tinham a clara finalidade de esvaziar o conteúdo político do I PNRA.

[35] Cf. relatório Fapesp, de Coca (2008, p.17) vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP): "Entre esses estavam: a TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; a UDR - União Democrática Ruralista; a CNA - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a SRB - Sociedade Rural Brasileira e a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras."

contrárias à reforma agrária continuaram ditando as regras com vistas a manutenção do grande capital agrário, hoje reconhecido/denominado como agronegócio[36].

> O impacto do agronegócio nas agriculturas camponesas do mundo é devastador, colocando em questão se a agricultura capitalista e a camponesa formam parte de um mesmo modelo de desenvolvimento ou se são modelos distintos que vivem em permanente conflitualidade. Aceitar a ideologia do agronegócio como único modelo possível inviabiliza a reforma agrária. (FERNANDES, 2013, p. 193).

É nesse contexto de tensionamento entre o grande capital financeiro e aluta dos trabalhadores/as rurais sem-terra que "nasce" o I PNRA. Este Plano tinha como proposta, que à época soava como promessa, assentar 1.400.000 famílias. Contudo, apesar da ação dos movimentos sociais, o governo Sarney assentou apenas 93.455 famílias, o que correspondeu a apenas 6,7% do total prometido. Desta forma, o I PNRA ao mesmo tempo em que colocava novamente a reforma agrária em pauta no cenário político também mostrava o alinhamento entre as forças pró e contra a reforma agrária no Brasil (SILVA, 2009).

Vale ressaltar que o retrocesso da questão agrária brasileira, ainda no governo Sarney, ocorre no momento de elaboração da Constituição de 1988, quando o capítulo que trata da reforma agrária tem como base e referência primeira o Estatuto da Terra. Não obstante, a sociedade brasileira organizada por meio dos movimentos sociais, tenha se mobilizado/organizado e apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas (SILVA, 2009), leva-se a cabo apenas os interesses dos latifundiários, neste movimento representado não só pelos "coronéis", mas também pelos empresários que se apropriaram/usurparam grandes extensões de terras no período da ditadura militar. Assim, os líderes[37] da União Democrática Ruralista (UDR), vinculados às forças conservadoras, conseguiram aprovar um dispositivo específico para esse fim, resguardando de forma ampla e irrestrita a propriedade produtiva.

A respeito da constituinte de 1988, Sorj e Wilkinson (1998, p. 29) salientam que,

---

[36] Cf. Fernandes (2013, p.192-193), "O agronegócio Deriva do modelo estadunidense denominado de *agribusiness*. John Davis e Ray Goldberg construíram o conceito tomando como referência o agrupamento dos sistemas agrícola, pecuário, industrial e mercantil que se formaram na primeira metade do século XX. Atualmente, tornou-se um complexo que reúne também os sistemas financeiro e tecnológico, além do sistema ideológico que produz a propaganda necessária para convencer o mundo de que é o único modelo de desenvolvimento para a produção de alimentos, fibras e agroenergia. [...] É a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar. [...] Agora compreendido pelas corporações nacionais e transnacionais é o império que, com o apoio dos governos, se apropria de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia mediante um processo recente denominado de estrangeirização da terra, *land grabbing* ou *acaparamiento*."

[37] Este Movimento se fez representar de forma bastante emblemática por Ronaldo caiado (representante dos latifundiários do Estado de Goiás), fundador da UDR e, à época, seu presidente.

> [...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares.

Desse modo, para/na reforma agrária não é difícil reconhecer os obstáculos jurídicos que materializaram a supremacia da elite agrária/latifundiária neste I PNRA e, reconhecidamente, atravessaram a política nacional e refletiram, ao final, a "derrota" dos movimentos populares da década de 1980, e início da década de 1990, com o governo neoliberal de Collor, que "[...] deu continuidade a esta paralisação política e institucional da reforma agrária. [...] a legislação agrária, sobretudo após a constituinte, a Lei Agrária e suas complementações e regulamentações, tornou-se contraditória e complicada." (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 33-34).

Neste sentido, Miralha (2006, p. 161), afirma que:

> Apesar das derrotas políticas os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da CPT, seguiram crescendo e se expandido pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Assim, em meados da década de 1990 o MST atinge uma repercussão nacional com ocupações de várias fazendas, principalmente no Pontal do Paranapanema, passando assim a entrar na mídia e ganhar boa parte da opinião pública a seu favor.

Aquela realidade de paralização agrícola e institucional da reforma agrária do governo Collor, graças à pressão dos movimentos populares foi sendo descortinada/mudada, na gestão do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), momento em que a questão agrária brasileira ocorre em outros moldes e com outras proporções. A pressão dos movimentos de luta pela terra desencadeou a aceleração dos processos de desapropriação de Terras, bem como, a intensificação e a implantação de assentamentos rurais.

Quadro 01 – Número de famílias assentadas 1995-2002

Ano	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Famílias assentadas	30.716	41.717	66.837	98.740	99.201	69.929	73.754	43.486

Fonte: BRASIL, 2003.

Há de se considerar a vitória dos grupos e movimentos sociais de luta pela terra no que tange ao número de assentamentos implantados pelo Estado - via governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) -, na década de 1990. Contudo, o número não se configura em qualidade para esse grupo de trabalhadores/as rurais, ou seja, esses assentamentos reproduzem de forma concreta carências e ausências[38] de toda sorte e de toda ordem tais como: de crédito para o beneficiamento da terra, de extensão rural, de saúde, de educação e de lazer.

Além dessas questões, nos Projetos de Assentamentos (PAs) implantados nas várias unidades da federação, deixam de considerar o que é particular de cada região e/ou local, invisibilizando/mascarando as diferenças destas regiões. Deixam de lado a leitura de contexto e da realidade social e idealizam um modelo de assentamento rural que promove as condições necessárias para o assentado produzir de maneira viável com vistas ao mercado. Como este modelo encontra-se no campo das ideias, boa parte dos assentados apenas mudam sua condição de desempregado da cidade para desempregado do campo, o que, em certe medida, os transformam em um contingente de excluídos do acesso trabalho e à terra e, assim, nega-lhes o direito de se constituírem como produtores de bens de consumo para si e para sua família, bem como para a comercialização e a manutenção da terra o que lhes possibilitariam viver de forma digna.

Desta forma, até 1999, ocorre um considerável aumento no número de famílias assentadas e volta a regredir a partir do ano 2000. Há que se considerar que esse governo veiculava a tese de que assentando somente as famílias acampadas, o problema agrário brasileiro seria resolvido. Entretanto, dois episódios envolvendo trabalhadores/as rurais sem-terra - os massacres de Corumbiara-RO em 1995 e de Eldorado dos Carajás-PA em 1996 -, bem como o crescimento das ocupações ainda em seu primeiro mandato[39], fez com que o governo FHC percebesse que sua tese não se aplicava à realidade dos trabalhadores sem- terra.

A partir de 2000, já em seu segundo mandato, FHC altera sua estratégia a respeito da política de reforma agrária, utilizando de postura repressora, por meio da criminalização da luta pela terra, sobreposta por uma política de mercantilização da terra, cujo veículo foram duas medidas provisórias. Uma delas tratava da negação do direito de acesso ao assentamento para as famílias que participassem das ocupações de terra. A outra medida determinava a negação de vistorias a terras ocupadas, a regra era: em terras ocupadas uma vez, o tempo de não vistoria correspondia a dois anos e em casos que esta ocupação ocorresse mais de uma vez o prazo para

[38] Este termo é aqui utilizado enquanto falta de recursos, capacidades ou liberdades.
[39] Segundo Fernandes (2003) esse número de ocupações/ acampamentos passou de vinte mil famílias em 1994, para setenta e seis mil famílias em 1998.

a devida vistoria se alongaria para quatro anos. Nesse período do segundo mandato, FHC criou, via Lei Complementar n˚93, de 04 de fevereiro de 1998, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra)[40]. Tratava-se de uma política de crédito agrário com vistas a criação de assentamentos por meio da compra de terras.

Essa política representou o retrocesso da política agrária deste governo, pois cresceu e causou danos diretos às desapropriações destinadas aos PAs. Além disso, deu cabo à política de crédito especial e à política de assistência técnica para a reforma agrária, criada no governo Sarney, o que de forma direta lesou centenas de milhares de famílias assentadas, desencadeando o empobrecimento desta categoria de trabalhadores/as. Neste contexto, ainda proibiu/inibiu a política de educação para os assentamentos criada a partir de um conjunto de ações do MST.

O Governo FHC apresentava a compreensão da reforma agrária enquanto um problema que o capitalismo tinha condições de solucionar por meio do(s) emprego(s) que o "desenvolvimento" do campo geraria. Neste sentido, faz "cortina de fumaça"/nega a realidade do campo que, com as novas tecnologias adotadas pelo agronegócio/empresários do campo, gerava e, em certa medida ainda gera, um movimento que expulsava/expulsa e ocasionava/ocasiona a migração do camponês para a cidade Segundo Ploeg (2014, online) "Em termos quantitativos, os camponeses são a maior parcela, se não a maioria esmagadora da população agrícola do mundo" e, assim o sendo, essa lógica perversa, desencadeava/desencadeia, uma força potente e crescente a política de imersão/fixação da terra e do camponês no mercado e na reprodução do capital.

Segundo Fernandes (2003, p. 3):

> Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior reforma agrária da história do Brasil, essa realidade produziu pelo menos dois resultados lamentáveis: o represamento com o crescimento do número de famílias acampadas, que em 2003, chegou a cento e vinte mil famílias, e a precarização dos assentamentos implantados, que foram implantados como projetos incompletos, que além de não terem infraestrutura básica, a maior parte também não recebeu crédito agrícola e de investimento.

[40] Cf Vecina (2012, p. 6), além desta política para o campo, neste mesmo período, o governo FHC "[...] cria [...] o Projeto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Cédula da Terra (anunciado pelo governo em 1996) [...]; e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – criado em 1994, que substituiu o programa PROCERA, de crédito destinado à reforma agrária (criado em 1985 no governo Sarney), que fornecia financiamento para compra de terras, porém sem qualquer assistência técnica ou tecnológica (essencial para o cultivo em pequenas propriedades). Projetos responsáveis por lançar o que se convencionou chamar de reforma agrária de mercado: acordo financeiro entre o Estado brasileiro e o Banco Mundial, em Leis Federais."

Nesta perspectiva é possível afirmar que o governo FHC nunca se preocupou em elaborar e, tampouco, possuiu um projeto de reforma agrária. Essa afirmativa resulta do fato de que em todo seu governo, 90% dos assentamentos implantados foram resultados de ocupações de terra (BRASIL, 2003). Tal fato impactou diretamente os/nos movimentos de trabalhadores/as rurais que entraram em refluxo, especialmente no período correspondente a seu segundo mandato, quando criminalizou as ocupações de terra e, também, diminuiu o número de assentamentos implantados.

Mas, para afiançar as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário se apropriou dos assentamentos criados em governos anteriores ou criados por governos estaduais e os registrou como se fossem assentamentos criados neste mandato de FHC. Observa-se neste contexto que essa tática foi adotada sem um planejamento prévio e, em 2003, nem mesmo o INCRA, órgão responsável pelos dados referentes aos PAs, conseguia ter a certeza da fidedignidade dos dados referentes ao número de assentamentos que foram criados naquele período.

Neste contexto Fernandes (2003, p. 3) afirma que:

> É diante dessa farsa e dessa tragédia, que em 2002, o PT em uma coligação de forças políticas desde a esquerda à direita, elegeu Luís Inácio Lula da Silva para presidente do Brasil. Desde as eleições de 1989, quando Lula concorreu pela primeira vez até as eleições de 2002, quando concorreu pela quarta vez e venceu, a conjuntura política e econômica em escalas nacional e internacional mudou significativamente.

Essa vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), acontece por meio/com/em um cenário político e econômico bastante desfavorável aos direitos historicamente conquistados nas lutas impetradas pela classe trabalhadora. Além das várias coligações partidárias, o que significa que está em jogo interesses das mais diversas ordens, a lógica do ordenamento econômico mundial se sustenta em bases neoliberais e, no caso do Brasil essas bases também se consolidam e avançam de forma extraordinária o que gera rebatimentos diretos na/para a classe trabalhadora, materializados no desemprego estrutural, bem como a desregulamentação e, até, eliminação dos direitos dos trabalhadores/as.

FHC, fiel à ideologia neoliberal, buscou cumprir o acordo estabelecido no consenso de Washington [41], a privatização de grande parte de empresas estatais ocorreu sem grandes

[41] Cf. Tavares (2011, online) “O termo Consenso de Washington ficou conhecido como um conjunto de medidas de ajuste macroeconômico formulado por economistas de instituições financeiras como FMI e o Banco Mundial, elaborado em 1989. Entre essas "regras" que deveriam ser adotadas pelos países para promover o desenvolvimento econômico e social estavam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária,

problemas, provocando considerável recolhimento dos movimentos sindicais e camponeses. "Nesse contexto, os ruralistas criaram a tática de destacar o agronegócio, tentando suprimir a figura do latifúndio, denominando-o de empresa rural." (FERNANDES, 2003, p. 3).

Mediante este cenário político e econômico, compreende-se que "Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é, portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo." (FERNANDES, 2003, p. 3). E foi este momento histórico de vitória do PT que trouxe um novo vigor à luta dos trabalhadores/as rurais sem-terra. Reflexo disso foram as ocupações que retomam seu crescimento já em 2003, "[...] o número de famílias em ocupações de terra ficou entre os cinco maiores da luta pela terra, desde 1988." (FERNANDES, 2004, p. 50).

Importa registrar que para dar vida/materializar a reforma agrária, é necessário antes de mais nada, fazer o enfrentamento direto junto à base aliada dos capitalistas/ruralistas que se encontram, também, no Congresso Nacional ocupando cadeiras como Deputados e Senadores. Fernandes (2013, p. 192) afirma que "O governo Lula a enfrentou em parte, e, por isso mesmo, a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas, sim, na regularização fundiária de terras da União." Essa pseudo reforma agrária é reflexo das manobras elaboradas pela bancada ruralista. Contudo, os movimentos camponeses organizados não desistem de lutar[42].

> A subordinação da agricultura camponesa ao capitalismo é resultado de políticas de desenvolvimento que determinam essa condição. Mudanças políticas podem romper com os níveis dessa dependência, pois são os governos, na correlação de forças que os apoiam, que definem essas políticas. A submissão do camponês ao capital é tanto um problema de economia política quanto de política econômica, mas é resultado de decisão política. Este é o cerne da questão agrária. (FERNANDES, 2013, p. 193).

Em se tratando de decisão política, outro fato que reflete essa reforma agrária parcial já no início do governo Lula, diz respeito à formulação da Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PPNRA) por uma equipe[43] que estava sob a coordenação de Plínio de Arruda

juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização, direito à propriedade intelectual.

[42] A referência desses Movimentos é, sem dúvida, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

[43] Cf. Sampaio; Carvalho Filho (2006) esta equipe técnica se compôs por oito companheiros da área acadêmica: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, Fernando Gaiger da Silveira, Guilherme da Costa Delgado, José Juliano de Carvalho Filho, Leonilde Sérvulo de Medeiros, Pedro Ramos e Sergio Pereira Leite. A elaboração da Proposta também contou com a participação ativa de funcionários do Ministério do Desenvolvimento Agrário - especialmente do Incra - e dos Movimentos Sociais. A formação da equipe de

Sampaio[44], ainda em 2003. Esta proposta se encontrava norteada em 03 (três) diretrizes: a concepção da reforma agrária como política de desenvolvimento territorial e não como política compensatória; a concepção e o reconhecimento desta mesma reforma enquanto uma política pública de desapropriação de terras; a promoção de políticas de financiamento em todas as etapas de implantação dos assentamentos, referenciada em um espaço geográfico delimitado, com vistas a, mediante uma ação conjunta, estabelecer soluções para os problemas no âmbito fundiário, bem como os relativos aos problemas de desenvolvimento econômico dos pequenos agricultores daquele território (FERNANDES, 2013).

Além destas diretrizes a Proposta apresentava a meta de assentar um milhão de famílias entre 2004 e 2007, pois, segundo Sampaio e Carvalho Filho (2006, p. 2),

> A Reforma Agrária do governo Lula teria que ser forte o suficiente para reduzir o grau de concentração da terra, incorporando à sociedade parcela significativa da população excluída ou em vias de exclusão. A obtenção da cidadania e a participação no processo produtivo seriam consequências da política agrária. Esta característica fundamental de inserção dos excluídos estancaria os efeitos da política agrária do governo anterior.

Não podemos desconsiderar que este contexto se configura em um dos espaços onde a luta de classes se revela por meio dos embates e enfrentamentos/tensionamentos, reveladas nas mazelas presentes de forma determinante e determinada nesta sociabilidade burguesa onde o Estado sai em defesa do desenvolvimento econômico e se alia ao grande capital em detrimento dos trabalhadores/as rurais sem terra. Por isso, pela clara adesão aos interesses desta parcela de trabalhadores/as, o que "feria" diretamente o interesse dos empresários do agronegócio, a proposta não foi aceita, sendo "reformulada" para se adequar aos moldes desses interesses claramente vinculados à ordem capitalista burguesa. Assim, ainda em 21 de novembro de 2003, Miguel Rosseto, então ministro do Desenvolvimento agrário[45], apresentou ao presidente Lula o II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural (II PNRA).

---

pesquisadores foi muito mais uma pressão dos Movimentos vinculados à Via Campesina do que do interesse do Partido dos Trabalhadores. O interesse do partido era manter o controle social sobre o problema agrário.

[44] Cf Maringoni (2010), Plínio Arruda Sampaio foi deputado federal, eleito em 1962. Foi relator do projeto de reforma agrária, que integrava as reformas de base do governo João Goulart. Após o golpe de 1964 foi um dos 100 primeiros brasileiros a terem seus direitos políticos cassados por dez anos. No exílio, ele trabalhou na FAO (órgão da ONU que trata das questões relativas à agricultura e à alimentação), em Santiago do Chile e, a partir de 1970, nos Estados Unidos. Assessorou programas de reforma agrária em quase duas dezenas de países da América Latina e da África. Ao retornar ao Brasil foi um dos fundadores do PT na década de 1980. Foi deputado constituinte, tornando-se presidente da Associação Brasileira pela Reforma Agrária (ABRA) e um dos mais importantes colaboradores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

[45] A maior parte dos políticos que assumiram o Ministério do Desenvolvimento Agrário está identificada com o paradigma do capitalismo agrária e veem os conflitos fundiários como um problema que pode ser resolvido por meio do mercado, ou seja, do crédito fundiário.

Conforme anteriormente sinalizado, o IIPRNA foi reformulado, mas como estratégia política, para não desconsiderar a participação dos movimentos sociais, bem como dos técnicos que elaboraram a primeira proposta, possuía aproximações e distanciamentos com o que fora anteriormente elaborado. "Concebe a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial, mas vincula o crédito fundiário ao conceito de reforma agrária." (FERNANDES, 2013, p. 193).

Ao não aceitar o crédito fundiário como uma política de reforma agrária e invisibilizar/silenciar os dados apresentados pela PPNRA no que diz respeito às terras passíveis para a reforma agrária e de demanda muito superiores ao II PNRA apresentou como meta 1, implantar em cinco anos 550 mil novos assentamentos, e, como meta 2, regularizar 500 mil posses. Além, é óbvio, da meta 3, relativa ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (ex-Banco da Terra do Banco Mundial) que previa assentar mais 150 mil famílias, além da meta 7 que previa reconhecer, demarcar e titular as áreas das comunidades remanescentes de quilombo. Dessa feita, fica claro que o II Plano desconsiderou a PPNRA e se transformou em um mero plano de assentamentos[46], como tantos outros que caracterizaram políticas agrárias de governos anteriores.

> As restrições de recursos oriundos da política macroeconômica conservadora, herdada do governo passado e adotada pelo governo Lula, mutilaram a proposta. Alteraram profundamente o seu caráter - de estrutural passou a ser meramente compensatória. (SAMPAIO; CARVALHO FILHO, 2006, p. 3).

Aceitar a PPNRA significava criar um enorme fosso e um campo de tensionamento e enfrentamento com a mídia e os ruralistas. O PT não se dispôs a isso, optou pela negociação com os movimentos sociais dos trabalhadores/as sem-terra que, ao final, acabaram aceitando o IIPNRA. Em certa medida, essa aceitação se deu em decorrência da meta principal nele contida que era: assentar 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003 a 2006. Além dessa meta, também se propunha a:

> 1. Geração de 2,075 milhões de ocupações permanentes no campo:
> [...]
> 2. Recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica dos atuais assentamentos.

[46] O II PNRA não apresenta quais as áreas que serão desapropriadas e nem onde serão assentadas as famílias sem-terra. Sua ênfase está no número de famílias.

> 3. Cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais.
> 4. Reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de comunidades quilombolas.
> 5. Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas.
> 6. Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária.
> 7. Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas.
> 8. Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. (FERREIRA, 2006, p. 7).

Face à conjuntura econômica e os acordos políticos, tais metas são reconhecidamente de uma amplitude e complexidade de grau alto, uma vez que as tarefas a serem executadas para o seu cumprimento não encontraram um ponto de convergência capaz de maximizar e integrar os esforços dependidos pelos gestores à frente de sua implementação naquele período, o que materializou ações e reações de atores sociais intervenientes no processo de reforma agrária.

Vale lembrar, ainda, que a meta do IIPNRA quanto ao número de famílias a serem assentadas no governo Lula correspondia a 400 mil famílias. Deste número, estabeleceu-se que já em 2003 fossem assentadas 30 mil famílias e no ano de 2004 o número correspondia a 115 mil famílias. Nos anos seguintes de 2005 e 2006, a proposta era que assentassem 115 mil e 140 mil famílias respectivamente. Em 2007 a previsão era que fossem assentadas 150 mil famílias. Entretanto esse governo consegui, em seus dois mandatos, alcançar apenas 37% dessa meta que fora prevista no II PNRA. Conforme quadro abaixo, os números reais em seu primeiro mandato foram:

Quadro 02 – Número de assentamentos, famílias e áreas (2003-2010)

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
3.602	377.847	49.599.859

Fonte: FELICIANO; GIRARDI, 2011.

O quadro 2 acima demonstra os dados relativos ao número de assentamentos, famílias e áreas no período compreendido entre 2003 e 2010, quando foram criados 3.602 (três mil seiscentos e dois) assentamentos beneficiando 377.847 (trezentos e setenta e sete mil oitocentos e quarenta e sete) famílias, numa área total de 49.599.859 (quarenta e nove milhões, quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos e cinquenta e nove) hectares. Apesar dos números tímidos, não pode ser desconsiderado o processo histórico no que tange a estes números, pois, essas 377 mil famílias, somadas ao número de famílias assentadas em governos passados chega a um

milhão (FERNANDES, 2013). Por isso, importa avivar a memória e considerar a contribuição efetiva desses números para diminuir a intensidade da queda da população rural de uma parcela importante que forma/representa a população camponesa brasileira. Além disso, a formação profissional dos assentados foi ampliada com a intensificação de projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade.

Outra consideração que merece destaque diz respeito à Portaria Nº 981, de 02 de outubro de 2003, que altera o formato até então legalmente reconhecido acerca da titulação da terra nos PAs. A partir desta portaria a titulação conjunta da terra passa a ser obrigatória para áreas constituídas por um casal. Essa titulação já estava prevista na Constituição de 1988, mas até então não contava com instrumentos legais que a tornassem obrigatória. Por isso, apesar de ser um direito constitucional, sua implementação vinha ocorrendo precariamente. A ausência da titularidade conjunta e obrigatória gerava práticas de subordinação ao pai, ao marido ou ao irmão. Outro instrumento legal que deve ser considerado neste contexto de análise é a Instrução normativa n° 38, de 13 de março de 2007 que dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo diretrizes quanto à inscrição e seleção nos PAs de Reforma Agrária; da condição das mulheres assentadas nestes projetos, bem como das ações de ordenamento na estrutura fundiária. Assim, fica garantido a total participação das mulheres trabalhadoras, independentemente de seu estado civil. Além disso, o Art. 3° prevê que "A família chefiada por mulher será incluída e terá preferência, dentre os critérios complementares, na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária."

Nesse terreno de considerações, apesar de não terem sido suficientes para mudar o quadro de pobreza no campo/assentamentos, vale ressaltar também as Políticas Públicas de cunho social implementadas nesse governo. Tais políticas impactaram de forma direta no *modus vivendi* dessa população que vivia/vive em acampamentos e/ou assentamentos e, em sua maioria, se encontrava/a em condições de vulnerabilidade social. Dentre esses destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que apresentou resultados significativos no nível de formação educacional dos sujeitos assentados. Além do Pronera, o Programa de Aquisição de Alimentos, de 2003, tem representado uma das mais importantes fontes de renda para/dos assentados. Nesta perspectiva, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que era considerado, a princípio, uma excelente proposta, passou a ser um dos principais problemas destes trabalhadores, pois contribuiu sobremaneira para o endividamento de grande número de famílias assentadas. Além dos programas elencados

anteriormente, o benefício do Programa Bolsa Família, nos assentamentos alcançou 37% das famílias, refletindo o nível de pobreza desta população rural.

> Com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, no Brasil a renda média mensal de uma família assentada era de R$ 500,55, sendo Rondônia o estado com menor renda, igual a R$ 176,54, e São Paulo, com a maior renda, de R$ 1.266,3617. Os agricultores não se mantêm com uma renda tão baixa e é evidente que não atrairá novos trabalhadores rurais. Um agricultor de baixa renda que recebe ajuda do governo não é uma condição que promova a reforma agrária. Diferente do trabalhador urbano, que recebe um salário, o camponês trabalha com sua família em sua terra e dela tem de tirar seu sustento. (FERNANDES, 2013, p. 198).

Essa citação apresenta a clareza o quanto a transferência de renda desvirtua o princípio da reforma agrária enquanto política de desenvolvimento. Essa modalidade de benefício pode significar uma melhora da renda do trabalhador/a do campo e até minimizar os índices de pobreza no/do campo, mas o que de fato esses/as trabalhadores/as necessitam é a criação de linhas de crédito que se encontrem coerentes com a sua realidade social de camponês, favorecendo, também, a criação de tecnologias apropriadas às atividades desenvolvidas em pequena escala, a exemplo a agroecologia. Isso somente será possível/real quando houver, no âmbito das políticas públicas, o reconhecimento da Reforma Agrária como política de desenvolvimento. Todavia, o pano de fundo desta realidade em análise não pode e não deve ser desconsiderado, uma vez que a questão estrutural da renda mínima dos trabalhadores/as assentados que lutam para sobreviver do que produzem na terra está diretamente vinculada ao processo histórico de subalternidade desta categoria de trabalhadores/as ao mercado capitalista de produção.

A questão Agrária gerada pelo expansão e reprodução ampliada do capitalismo no campo continuam em pauta na arena política no terceiro governo do PT e, ainda, com uma particularidade, agora sob a gestão de uma mulher. Entretanto, o governo da presidente Dilma Roussef, iniciado em 2011, em momento algum declarou apoio aos trabalhadores/as rurais sem-terra, mas, apesar dessa ausência de apoio, estes trabalhadores/as criaram expectativas. Tal fato deve ter se dado em decorrência do seu discurso de posse que estava diretamente vinculado à erradicação da extrema pobreza e à criação de oportunidades para todos/as. Entretanto, esse mesmo discurso não sinalizou qualquer caminho e/ou menção à reforma agrária como política com capacidade de contribuir de forma efetiva, direta ou não, para o reconhecimento da reforma Agrária enquanto política de desenvolvimento.

Ao vincular seu discurso à erradicação extrema pobreza, importa lembrar que boa parte da população nessas condições encontra-se nos campos e, a reforma agrária realizada por meio

da desconcentração fundiária e da criação de assentamentos rurais não se configura apenas como uma política social, mas se apresenta impregnada de um viés econômico.

> Percebe-se que há por parte dos movimentos sociais, em especial o MST, pela CPT e por estudiosos da questão agrária no Brasil uma visão diferente sobre os objetivos da reforma agrária que o país deve adotar, além de haver o questionamento sobre os resultados da reforma agrária defendidos pelo Governo Federal. Em virtude dessas diferentes visões há dúvidas sobre a possibilidade do governo da presidenta Dilma Roussef, do Partido dos Trabalhadores, realizar a reforma agrária no país. (ESQUERDO; BERGAMO, 2013, p. 567).

Essa afirmativa acerca do governo Dilma expressa a continuidade das ações que foram desenvolvidas nos dois governos do Presidente Lula, no que diz respeito às políticas sociais, sem contudo adentrar especificamente na reforma agrária. Mas, ao apostar nessa política de erradicação da pobreza extrema, a reforma agrária não pode ser esquecida, deve ser visibilizada/apresentada como um dos fatores determinantes desse processo enquanto uma das principais ações, pois ao negar a importância e necessidade de rever e buscar alternativas de mudanças para a estrutura fundiária brasileira, que se configura de forma altamente concentrada, nega-se de forma direta, a possibilidade de acabar/erradicar a pobreza, já que boa parte dessas terras, quiçá a maioria, são empregadas de forma indevida como reserva de valor para especulação e utilizadas por transnacionais para aumentar significativamente seus lucros. Isto implica em afirmar que se não há alteração nesta estrutura fundiária não haverá, também, qualquer alteração na renda, que é claramente tão concentrada quanto a terra.

> Muitas políticas buscam compensar problemas causados sobre as camadas de excluídos pelas dinâmicas econômicas em geral, por exemplo, via transferência de renda, condicionada ou não. No entanto, as famílias não podem permanecer indefinidamente na dependência desse tipo de auxílio. Apenas políticas universais combinando diversos instrumentos possibilitam um efetivo enfrentamento da pobreza e, mesmo, a erradicação da extrema pobreza. (MALUF; MATTEI, 2011, p. 21).

Ao pensar a erradicação da pobreza enquanto política pública, o governo Dilma não pode desconsiderar a necessidade de colocar na agenda o enfrentamento à pobreza rural, uma vez que é esse e nesse ambiente onde são reconhecidos os mais altos índices de incidência de pobreza da população brasileira. Essa pobreza é, sem sombra de dúvidas, reflexo das políticas agrárias, até então implantadas, cujas diretrizes sempre estiveram e ainda estão pautadas/referendadas em um modelo de desenvolvimento que privilegiam a concentração fundiária que expropria o trabalhador/a rural, que incentivam o emprego da inovação tecnológica que desemprega, e as relações de trabalho presentes no campo expulsam o

trabalhador deste espaço e o empurra para a cidade que se urbaniza de forma desorganizada e, além de tudo esvazia o campo. Neste contexto de análise, a reforma agrária não pode ser excluída e/ou desconsidera da/na agenda política do atual governo, pelo contrário, deve ser adotada como uma política de desenvolvimento. Até a presente data é possível afirmar que o desempenho da política agrária atual decepciona, é fraco e deixa muito a desejar.

1.3 Questão fundiária, resistência e luta pela terra

Retomando uma breve análise do processo histórico de uso e posse da terra no Brasil facilmente pode-se reconhecer o desafio existente acerca desta questão, isso porque o Brasil possui um dos maiores índices de concentração fundiária do mundo, o que acarreta/desencadeia problemas socioeconômicos, reconhecidamente, muito graves tanto no meio rural como nos grandes centros urbanos. Neste contexto, sempre houve resistência e luta, pois "[...] a luta pela terra permeia toda sociedade brasileira e diversos movimentos sociais fizeram-se presentes de forma mais ou menos organizada desde o império até os tempos atuais." (SANT'ANA, 2012, p. 24).

Nestes termos, importa buscar a compreensão acerca dos problemas socioeconômicos e territoriais do campo e a questão norteadora dessa análise passa, necessariamente, pelo entendimento da dinâmica da estrutura fundiária brasileira. Neste sentido, Prado Júnior (1981, p. 18) afirma que "[...] em primeiro e principal lugar, é a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária".

Nesta perspectiva, daí a importância de observar que a questão fundiária não se inicia em nossos dias, desta feita é necessário apontar, de forma breve, suas origens e sua lenta evolução.

Segundo Stélide (2005, p. 20):

> Desde os primórdios da nossa sociedade [...] A História registra que as populações que habitavam nosso território viviam em agrupamentos sociais, famílias, tribos e clãs, a maioria nômade, dedicando-se basicamente à caça, à pesca e à extração de frutas, dominando parcialmente a agricultura. [...] esses povos vivam no modo de produção do comunismo primitivo.

A população deste período se organizava em grupos familiares e se unia de acordo com parentesco, idioma, etnia e cultura. Nesta lógica, homens e mulheres já tinham seus papéis socialmente definidos. Porém, não havia entre eles qualquer preocupação em apropriar-se de

bens da natureza, sendo este usado apenas com a finalidade de satisfazer a necessidade de sobrevivência social do grupo, portanto eram de posse e de uso coletivo, tudo girava em torno da ideia de bem comunal.

Esta realidade se altera a partir da invasão dos europeus, financiados pelo nascente capitalismo comercial, quando se apossaram de todo território brasileiro fazendo uso de sua supremacia econômica e militar e também, impondo sua cultura aos povos que habitavam este território já de longa data.

> No território que veio a ser denominado Brasil, existiam diversas tribos indígenas com diferentes formas de se organizar. No litoral, onde começou a exploração, grande parte das nações indígenas dividia o trabalho de maneira que as mulheres cuidavam da casa e da agricultura, e os homens cuidavam da caça, pesca e guerra, além de limparem o terreno para agricultura extraindo as árvores, prática esta que facilitou extração do pau-brasil para troca com os europeus por artefatos diversos. (BUTTO; HORA, 2008, p. 20).

Stélide (2005) afirma ainda que no processo de invasão, como a história registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura.

Segundo Luxemburgo (1984, p. 63):

> O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos.

Uma característica que marca a exploração colonial diz respeito a seu caráter contraditoriamente cíclico e contínuo. Neste sentido, ao se apropriarem da terra e de outros bens como o pau-brasil e o ouro houve uma ruptura do processo de acumulação vigente, pois a ideia era exatamente o domínio total do território, tendo em vista a facilidade em obter matéria-prima, que segundo Sant'Ana, Antônio Filho e Morais (2007, p. 1):

> [...] chamou a atenção de diversos comerciantes, não só portugueses, o que obrigou a Coroa a pensar e organizar uma forma de dominação do território. A solução foi a ocupação do território por meio de "Capitanias Hereditárias"[47],

[47] Cf. Nascimento (online, p. 8) as capitanias compreendiam grandes extensões de terra, cujo objetivo era, a princípio, povoar a costa brasileira até a linha do Tratado de Tordesilhas, evitando que a terra fosse apropriada por supostos "invasores". O sistema de capitanias hereditárias que vigorou no Brasil durante duzentos anos, a partir de 1534, fazia parte do mesmo processo de expansão comercial europeia empregado nos séculos 15 e 16,

> transpondo de modo simplista o modelo jurídico da estrutura agrária portuguesa –ainda com resquícios feudais – à realidade de uma colônia inserida no capitalismo mercantilista do século XVI.

O território foi dividido em setores lineares e foram cedidos aos donatários que ao receber a concessão do usufruto da terra tinham a obrigação de explorá-la e de protegê-la, podendo legar a seus herdeiros toda a extensão territorial a ele outorgada, porém a concessão não lhes dava o direito de venderem ou mesmo de comprarem as terras, dessa feita estas terras não eram, ainda, mercadorias. Apesar de não terem o direito de compra e venda sobre a terra, cada donatário tinha o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, a isso foi chamado de sesmarias. É importante destacar que para se ter acesso à terra no Brasil era necessário e uma condição *sine qua non* ser amigo do rei, pertencer à nobreza ou comungar com os ideais da Coroa.

> As sesmarias[48] eram entregues àqueles que apresentassem condições de explorá-las, gerando renda, tributos e lucro para a Coroa e, consequentemente, para o donatário. No entanto, havia uma certa dose de casta para se receber a posse de uma determinada sesmaria. Por exemplo: só se podia receber a concessão de uma sesmaria quem fosse branco, puro de sangue e católico. Era negada a concessão aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus. Havia uma espécie de interdição racial e religiosa de acesso à terra com critérios baseados na pureza de sangue e na pureza de fé. (NASCIMENTO, online, p. 3).

As sesmarias foram suspensas em 1822, um pouco antes da Independência do Brasil. Fazendo uso do sistema de produção sustentada pela exploração da força de trabalho dos escravos e de minoria indígenas, Portugal optou pela monocultura latifundiária e, por vários séculos foi este modelo que caracterizou a economia e a sociedade brasileira. Este regime perdurou durante todo o período colonial até as primeiras décadas do Império. "Sob essa sociedade colonial, forma clássica de sociedade, onde as classes eram mesmo institucionalizadas foi construída e consolidada a estrutura agrária brasileira." (SANT'ANA; ANTÔNIO FILHO; MORAIS, 2007, p. 3).

Entendendo o século XIX como o momento de definição da hierarquia entre as nações, coube ao Brasil marcar passo numa posição absolutamente subordinada no que se refere à

---

pois nada mais era que uma ampliação da atividade colonialista em busca de matérias-primas para alimentar o sistema econômico da época. Os estados colonizadores tinham conhecimento de que para resguardar a área de seu império colonial contra as demais potências, garantindo dessa forma a posse da terra, seria necessário povoá-la e colonizá-la.

[48] Na verdade, as sesmarias não passam de uma concessão territorial de usufruto da terra por um período estipulado pela Corte. No caso das terras estarem sendo improdutivas (a Corte dava dois anos de prazo para o sesmeiro) a concessão caducava e as terras caíam em situação de comisso, tornavam-se realengas, voltando a posse ao Rei que já tinha do domínio da mesma.

industrialização (avanço das forças produtivas) e aos fluxos de capitais. Apesar de independente, no Brasil, este movimento se retrata com facilidade por meio da manutenção de sua heterogeneidade estrutural com claras características de economia de enclave[49], desvinculada do conjunto do território, onde boa parte da população se encontrava à parte da dinâmica do mercado tanto interno quanto externo. Desta feita a questão fundiária continuava inalterada.

> Nesses termos, inexistia, no tecido social, um grupo composto por uma classe média ou mesmo um protoproletariado rural que poderia constituir demanda para um mercado de terras. Assim, não se verificavam contestações populares de caráter universal (tal como nas revoluções burguesas clássicas) que poderiam pressionar por alterações na questão fundiária brasileira, principalmente porque o processo de independência contornou o problema da abolição da escravidão. Dado o caráter elitista e intradinástico das demandas colocadas naquele momento, o conjunto da população pouco participou do processo, e o Brasil perdeu uma oportunidade histórica de desenhar outro tipo de desenvolvimento capitalista. (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 218).

Neste contexto, as primeiras tentativas de mudança na questão da terra só ocorreram em 1850 quando a Coroa promulga a primeira Lei de Terras no Brasil[50], a Lei nº 601, cuja característica principal foi, pela primeira vez, implantar no país a propriedade privada das terras. Entretanto, na realidade essa legislação, de forma mascarada, objetivava impedir que a população supostamente livre manifestasse interesse de acesso à terra e, com a promulgação da Lei se antecipou ao que poderia ser uma ameaça ao poder da elite burguesa no que tange à quebra de monopólio da terra. Nestes termos, "[...] bloqueia-se a constituição de uma ordem social competitiva e bloqueia-se, violentamente, o processo de mobilização social como que congelando o tempo histórico e político e, nesse bojo, a questão agrária." (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 218).

Segundo Sant'Ana, Antônio Filho e Morais (2007, p.3):

> [...] este era outro momento propício à distribuição de terras e, assim, da riqueza no Brasil, realizando, talvez, uma espécie de reforma agrária. No entanto, novamente a aristocracia rural fez-se prevalecer, e com ela uma estrutura agrária extremamente concentrada, com a produção ainda baseada na monocultura voltada para exportação.

[49] Segundo Cardoso (2007, p.217), trata-se de uma economia, posta em um espaço (sub)periférico, onde as classes proprietárias locais dedicavam-se à agricultura, fazendo elas próprias a acumulação de capitais (dada a abundância de terras e a mão de obra barata, quando não escrava) e podendo, mais tarde, diversifica-las para a produção industrial.

[50] Cf Nakati, Faleiros e Vargas (2012), tal inciativa foi motivada pela crise da escravidão patrocinada de fora pra dentro, dada a pressão exercida pela Inglaterra sobre o tráfico negreiro, não derivando a questão agrária, assim, de uma luta interna relacionada ao acesso à terra e à propriedade.

Neste sentido, sob a batuta do capitalismo, esta Lei foi considerada um marco jurídico, para a adequação do sistema econômico e de preparação para crise do trabalho escravo. Segundo Nascimento (online, p. 4) "Os séculos XVIII e XIX são um período marcado por profundas transformações na sociedade brasileira, onde os escravos/as negros lutam por sua libertação onde se tem a formação de quilombos, símbolo da resistência africana por liberdade no território brasileiro."

Os movimentos dos quilombos representam um grande foco de luta e resistência contra a dominação do território brasileiro. Movimento este que tivera como expressão de sua luta de resistência à formação de territórios livres, onde viviam negros, alguns índios e trabalhadores livres ou excluídos dos grupos coloniais. E assim, utilizando-se de uma visão histórico-crítica deste período, Sant'Ana, Antônio Filho e Morais (2007, p. 3) afirmam que "Os quilombos permitiram uma consciência coletiva de libertação, uma vez que construíra suas próprias instituições socioculturais e de resistência."

> É comum na história do Brasil, o surgimento de movimentos populares que tiveram como principais bandeiras à luta pela terra. Historicamente, não se pode esquecer a luta dos ***povos Guaranis*** com seu líder Sepé Tiaraju, nos sécs. XVI e XVII, que viviam escravizados ou em regime de adestramento nas chamadas missões católicas. A luta dos escravos negros provenientes da África, sedentos pelo anseio de liberdade. Neste sentido, ***Zumbi dos Palmares*** e outros líderes formaram diversos quilombos, onde se pretendia resistir ao regime escravocrata e organizar uma sociedade igualitária com os ideais de fraternidade e de preservação da cultura. (NASCIMENTO, 2010, p.9, grifo do autor).

Neste contexto de análise, segundo Oliveira (2007) a história que marca a longa marcha do campesinato brasileiro está escrita nas lutas, quase sempre, sangrenta desta classe social. Por isso, a luta dos movimentos populares merece e deve ser analisada em sua totalidade, reconhecida "[...] ao mesmo tempo como produtor e produto." (KOSIK, 1976, p. 40), o que revela e desvela em si a tese marxista de que a classe trabalhadora é o motor da história. Representação clara desse movimento são os quilombos que, de acordo com Sant'Ana, Antônio Filho e Morais (2007, p. 1), encontravam-se,

> [...] espalhados pelo Brasil tornaram-se importantes comunidades de resistência, organizados com leis próprias e de maneira muito diferente da adotada pelo poder colonial com base nas ordens portuguesas. Tais comunidades foram se fortalecendo com o tempo, diante da organização que partia da realidade do negro. A produção era na forma de policultura, voltada para o mercado interno brasileiro, em contraste à produção para exportação dos senhores de engenho.

Stélide (2005) afirma ainda que a história das lutas sociais e das revoltas populares registra muitas mobilizações, desestabilizando o modelo agroexportador, baseado na utilização da força de trabalho do escravo que, neste período, manifesta revolta em relação às suas condições de vida e de trabalho. Materializado em fugas e no surgimento de vários quilombos, "[...] chegou a surgir o movimento dos Caifases, um movimento clandestino entre os filhos brancos da classe média urbana, que ajudavam os trabalhadores escravizados a fugirem das senzalas." (STÉLIDE, 2005, p. 25). Além destas lutas, a Coroa já vinha sofrendo pressões inglesas para substituir a força de trabalho escrava pela força de trabalho assalariado o que desembocava na consequente e inevitável abolição da escravidão no país.

Para Martins (1981, p. 62):

> Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. Foram movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo.

A promulgação da Lei Áurea de 1888, oficializou a libertação dos trabalhadores escravizados.

> Note-se que, novamente aqui, o Brasil viu-se diante da oportunidade histórica de distribuir terras e produzir alimentos. Mas, a despeito disso, a lei veio apenas legalizar a liberdade, de modo que os libertos, sem acesso à terra e consequentemente sem meios para ter uma vida digna, tiveram que se estabelecer em subempregos nos portos urbanos, e muitos outros continuaram a trabalhar para seus antigos senhores, agora por um medíocre salário, que quase nunca era pago. (SANT'ANA; ANTÔNIO FILHO; MORAIS, 2007, p. 3).

Em 1889 foi proclamada a República Brasileira, e o domínio do território passa às mãos dos militares que em nada modificaram a estrutura política e econômica vigente neste país. "Este momento da história é chamado de República Velha e é conhecido pela 'política do café com leite', haja vista, principalmente, o controle político-econômico da oligarquia cafeeira, subjugada ao capital internacional." (SANT'ANA; ANTÔNIO FILHO; MORAIS, 2007, p. 4).

Este modelo político e econômico que tem como referência a agroexportação se vê diante de uma crise de grandes proporções e, segundo Stélide (2005), um dos fatores que influenciaram diretamente para esta crise foi a eclosão da I Guerra Mundial de 1914-1918, período em que se interrompeu o comércio entre as Américas e a Europa. Diante desta crise, a alternativa encontrada pela Coroa foi atrair os camponeses pobres com a promessa do

“eldorado”, com terra fértil e barata que, no final do século XIX, foram descartados pelo capitalismo industrial na Europa. O regime de produção a partir de então fora denominado de colonato, quando se estabeleceu relações sociais específicas na produção de café, entre os fazendeiros e os colonos. A este regime sujeitaram-se milhares de famílias principalmente da Itália e da Espanha, cuja ocupação correspondia ao adotado na típica divisão internacional do trabalho daquele período, que se baseava no modelo que destinava às colônias americanas a produção de gêneros agrícolas complementares coma finalidade de favorecer a acumulação mercantil europeia.

Entretanto, a crise seguirá até 1930, uma vez que a migração é interrompida com a I Guerra Mundial. Nesse período de crise nasceu, então, no campo brasileiro, o campesinato.

> O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira, já mencionada, trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. (STÉLIDE, 2006, p. 28-29).

Se, de um lado, o marco legal e institucional das formas de acesso à terra pouco amparou o campesinato brasileiro, de outro, foi a forma de constituição da sociedade agrária brasileira que acalentou as desigualdades entre homens e mulheres com a consolidação de uma sociedade patriarcal. A partir dos hábitos culturais e costumes informados pelo Direito Positivo, a sociedade agrária associou a figura da mulher a sua posição na família. Referindo-se a esta doutrina Fischer e Gehlen (2002, p. 3) afirmam que:

> Do ponto de vista patriarcal a terra é um patrimônio e, como tal, deve pertencer ao homem. A mulher, como dependente do pai ou do marido, de acordo com o direito consuetudinário ou positivo, somente tem a possibilidade administrar e se desfazer da terra em caso de morte do referencial masculino e, mesmo assim teoricamente, pois, a perda desse referencial, o patrimônio deve ser mantido como bem masculino.

A classe trabalhadora, impedida de se transformar em pequenos proprietários de terra, se viu obrigada a migrar para o interior do país uma vez que nas áreas litorâneas as terras já estavam totalmente tomadas por fazendas que se ocupavam em produzir para exportar. Desta feita, milhares de trabalhadores e trabalhadoras partiram em marcha para uma longa caminhada ao interior do sertão brasileiro e ocupando e povoando o território se dedicaram à produção

agrícola de subsistência. Assim, nasceu o camponês/camponesa brasileiro que, apesar de não ter a propriedade privada da terra, a ocupava de forma individual ou coletiva. "Produto do sertão, local ermo, despovoado, o camponês recebeu o apelido de 'sertanejo' e ocupou todo o interior do território do Nordeste brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás." (STÉLIDE, 2005, p. 29).

Outra forma de resistência que merece ser lembrada diz respeito ao cangaço. Era uma resistência mais violenta e permeada por concepções religiosas, materializada na fé pautada no catolicismo popular a partir com Padre Cícero, bem como no respeito incondicional a Lampião e a seu bando. Mas, ainda durante o séc. XX, os movimentos foram saindo da esfera do sagrado e entrando para a esfera política-institucional.

A partir de 1930 se institui a Nova República, surge no país o modelo de industrialização de onde se originou as novas elites dominantes. Apesar de novo, este modelo de industrialização possuía uma dependência econômica junto aos países desenvolvidos e à oligarquia rural. Este período é marcado pela liderança política de Getúlio Vargas que governou o Brasil de 1930 a 1945. "Do ponto de vista da questão agrária, esse período de caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria." (STÉLIDE, 2005, p. 30), porém, marca o retorno do país ao regime de garantias democráticas, propiciando uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos Estados brasileiros.

Esse movimento é fácil de ser identificado na Constituinte de 1946, enquanto marco na história do Brasil, pois é neste momento que se destaca o Partido comunista como única organização que se dedicava às massas rurais e foi, também, quando se falou pela primeira vez sobre Reforma Agrária no contexto político brasileiro, por meio de proposta defendida e apresentada como projeto de Lei pelo então senador Luís Carlos Prestes. Para Prestes, "[...] a propriedade privada constituía-se num grave problema, pois impedia o progresso econômico do meio rural, a distribuição de renda, além de ser, uma grave injustiça social." (STÉDILE, 1997, p. 23). A proposta de Prestes era de que a propriedade da terra deveria estar vinculada ao uso social para a produção[51].

Esta proposta ganha força com o surgimento dos primeiros movimentos sociais camponeses como é o caso dos posseiros de Teófilo Otoni (MG) e a formação das Ligas Camponesas, que surgiram na segunda metade da década de 40 e duraram até o regime militar

[51] Cf. Nascimento (online) É evidente que as ideias progressistas do senador Luís Carlos Prestes foram derrotadas pela bancada conservadora existente no Parlamento. No entanto, a proposta veio demonstrar a necessidade do debate caracterizado por um problema de existência real, que não era fruto do idealismo de alguns comunistas, mas que deveria ser pensado e refletido pela sociedade e, posteriormente, pelos Movimentos sociais camponeses que surgirão a fim de efetivar a bandeira levantada por Prestes através de ocupações desses grandes latifúndios improdutivos.

de 1964. Neste contexto, intensifica-se a luta pela terra em torno da bandeira de uma Reforma Agrária que viesse suprir as necessidades básicas que desembocasse em justiça social.

> Foi um momento marcado também pelos movimentos migratórios de camponeses pobres que se deslocam do Nordeste em direção ao Maranhão até o Acre e de camponeses do Sul em direção ao Centro-Oeste, principalmente, o Mato Grosso, sul de Goiás e Rondônia. Fica caracterizado que os conflitos pela terra no período que vai do final da década de 40 até o início da década de 60, foram intensos e importantes para se levantar o debate político em relação à questão agrária. (NASCIMENTO, online, p. 6).

Neste período é possível observar que de um lado têm-se os camponeses pobres que buscam ocupar determinadas áreas visando a posse da terra e, de outro lado, os grileiros como supostos proprietários e intitulando-se os verdadeiros donos de uma determinada propriedade. A ocupação de terra pode ser compreendida como uma manifestação social, ou até como um meio de acesso à terra, sendo também, uma importante forma de materialização da luta de classes. Esta forma de resistência possibilitou às Ligas Camponesas, em plena ditadura Vargas, buscarem e organizarem as lutas dos camponeses proprietários e de posseiros que resistiam no campo.

As Ligas criaram corpo/forma/força em um contexto de crise cíclica do modelo de industrialização dependente, ocorrida em nosso país nos anos de 1954-1964. Assim, no movimento histórico de luta e resistência elas (as Ligas) se inserem como o mais importante movimento social camponês organizado pelo povo brasileiro na década de 1960, marcando uma efervescência dos movimentos de luta pela garantia do direito à terra. "Neste sentido, as Ligas são parte do condutor da história das lutas sociais do nosso povo, desde o período do colonialismo até os nossos dias." (STÉLIDE, 2006, p. 12).

Pode-se observar que os problemas sociais no campo tomam uma dimensão maior em decorrência do crescimento da população camponesa pobre, uma vez que o governo não tinha como prioridade em sua agenda governamental a criação de uma política que viabilizasse alguma solução para estes problemas que se agravavam cada vez mais. Merece destaque neste contexto de lutas a atuação do advogado Francisco Julião que, segundo Morais (2012, p. 36-37):

> [...] ele reunia qualidades que o confirmavam, dia após dia, na liderança das Ligas Camponesas: a paciência e humildade com que ouvia os camponeses; a prodigalidade com que distribuía favores e dinheiro aos camponeses mais necessitados; o paternalismo em que envolvia suas relações políticas com o grupo de camponeses acostumados, por gerações inteiras, ao paternalismo dos grandes donos de engenho.[...] Para toda uma geração de humilhados e ofendidos, foi essencial essa postura natural de Francisco Julião. De sua casa

> saía o camponês falando para os quatro ventos da 'bondade do doutor Julião', aumentando assim, mais ainda seu prestígio pessoal entre os desamparados.

As ligas contavam com o apoio da Igreja Católica, mas foram aniquiladas pela ditadura militar de 1964. Foram 20 anos de amordaçamento da questão agrária. Entretanto, neste contexto de contradições, próprio deste modelo societário,

> Apesar da repressão política, os trabalhadores continuaram lutando contra a ditadura e por melhores condições de vida. No meio rural a década de 1960 foi marcada pela luta pela reforma agrária e para a extensão dos direitos trabalhistas para aqueles que estavam cada vez mais presentes no cenário da época: o trabalhador rural assalariado, o "excluído da lei pela lei." (SANT'ANA, 2012, p. 24).

Mas, o Estado, personificado em seus governantes viabilizou a liberação de recursos para os donos dos meios de produção que apoiavam o regime, permitindo assim que passassem de empresários urbanos à, também, empresários rurais. Exemplo disso foi famoso Projeto Jari. Segundo Oliveira (2007, p. 132):

> A política de incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM foi o instrumento econômico que viabilizou esta fusão. Dessa forma, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil. Possuem áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade. O exemplo mais clássico é o famoso Projeto Jari. Implantado pelo multimilionário Daniel K. Ludwig, foi "nacionalizado" no final do governo do Gal. Figueiredo, quando passou para um grupo de cerca de vinte e cinco empresas lideradas pelo grupo Azevedo Antunes. A área ocupada, depois da atuação do GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas, aliás, órgão ligado diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, tinha uma superfície superior a 4 milhões de hectares. É em decorrência desse processo que se tornou possível a revelação de dois aspectos contraditórios destes capitalistas modernos: a mesma indústria automobilística que pratica as mais avançadas relações de trabalho do capitalismo no Centro-Sul, na Amazônia, ao contrário, praticava em suas propriedades agropecuárias, a peonagem, relação de trabalho também chamada de "escravidão branca". Isto quer dizer que, a mesma empresa atuava de forma diferenciada em regiões distintas desse país.

Este projeto revela com clareza que os governos militares estimularam o desenvolvimento da agricultura capitalista baseando-se na grande propriedade latifundiária e atrelando-se ao capital financeiro internacional, além de colocar o setor camponês à mercê dos interesses do capital industrial. As políticas de aliança sempre estiveram presentes na cena política. A aliança feita pelos governos militares com o grande capital revela a premissa de que "[...] ao invés da burguesia atuar no sentido de remover o entrave (a irracionalidade) que a propriedade privada da terra traz ao desenvolvimento do capitalismo, atua no sentido de solidificar ainda mais, a propriedade privada da terra." (OLIVEIRA, 2007, p. 132).

Ao mesmo tempo em que há a ratificação do favorecimento das elites, os trabalhadores/as rurais sem-terra e os camponeses são invisibilizados neste processo e,

> Para os camponeses que sonhavam com a reforma agrária e um pedaço de terra para plantar e sobreviver, os governos militares apresentaram duas saídas: a migração para as cidades ou a migração para áreas de desenvolvimento como a região Norte com a construção da Transamazônica e de outras rodovias. (NASCIMENTO, online, p. 8).

Neste cenário, os movimentos sociais camponeses e a luta pela terra foram desarticulados pela perseguição dos Atos Inconstitucionais da Ditadura Militar, fazendo com que as organizações e as lideranças ficassem proibidas de articular qualquer movimento.

É neste terreno de desarticulação das lutas dos trabalhadores/as rurais sem-terra que se fortalece a concentração fundiária brasileira, pois, segundo Oliveira (2007, p. 132):

> Segundo as estatísticas cadastrais do INCRA, em 1967, em termos totais, o Brasil tinha 3.638.931 imóveis rurais, destes, 1,4% (50.945) eram imóveis classificados como grandes propriedades (mais de 1.000 hectares) e ocupavam 48,9% (176.091.002 ha) da área total de 360.104.300 hectares. Em 1972, o número de imóveis total era de 3.387.173 e as grandes propriedades representavam apenas 1,5% (50.548), ocupando 51,4% (193.749.742 ha) da superfície total (370.275.187 ha), e em 1978, o número total de imóveis era 3.071.085, e as grandes propriedades representavam 1,8% (56.546) ocupando 57% (246.023.591 ha) da área total (419.901.870 ha). No polo oposto estavam os pequenos, com área inferior a 100 hectares representavam em número em 1967, 86,4% (3.144.036), mas ocupavam uma área de apenas 18,7% (67.339.504 ha). Em 1972, eram 85,8% (2.905.416) e detinham 17,5% (61.096.524 ha) da superfície agricultável, e em 1978, eram 83,8% (2.581.838) ocupando 14,8% (59.939.629 ha) da área total.

No Brasil, a concentração da terra sempre foi um fato expresso de forma clara nos dados apresentados pela política fundiária. Na tentativa de romper com esse ciclo de mazelas geradas pela sociabilidade do capital, surgem os movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra e, dentre estes destaca-se o MST, que começa a ser gestado em 1979, mas vai se efetivar como movimento organizado somente em 1984, no encontro de Cascavel-PR. Segundo Fernandez (2000, p. 49) "[...] a natureza e a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, são frutos de um processo histórico de resistência do campesinato brasileiro." O Movimento. Entretanto, apesar de todo o movimento de luta e resistência,

> No período de 1967 a 1972, a área ocupada total cresceu 10.170.887 ha, porém a área dos imóveis rurais com mais de Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária 1.000 ha cresceu 17.658.740 ha, o que quer dizer que os pequenos perderam 6.242.980 ha, e os médios outros 1.244.873ha. No período de 1972 a 1978, a área ocupada total cresceu

> 49.626.683 ha, porém novamente as grandes propriedades cresceram 52.273.849 ha, o que significou queda na área ocupada pelos pequenos (1.56.895 ha) e médios (1.490.271 ha). Isto quer dizer que entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha. Cabe destacar também que, como o número total das grandes propriedades praticamente não se alterou, entretanto, a área ocupada por eles, cresceu quase 20%, tornando mais concentrada a propriedade da terra no Brasil, passando o Índice de Gini de 0,836 para 0,854. (OLIVEIRA, 2007, p. 132).

Apesar de e por causa dessa questão fundiária, fonte reveladora das desigualdades socioeconômicas históricas presentes na sociedade rural brasileira que, a partir da década de 1980 é possível identificar "algumas particularidades históricas: a formação de um movimento social que unifica diversas lutas e que ganha expressão em praticamente todos os estados brasileiros o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST" (SANT'ANA, 2012, p. 24). Além deste movimento outros movimentos se reorganizaram para o enfrentamento e a luta, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB). Vale registrar que o sistema capitalista nunca foge dos princípios que o determinaram e continuam o determinando, ou seja, a propriedade privada e acumulação que se dá por meio da exploração da natureza e, principalmente, do homem pelo homem. Assim,

> No início da década de 1980, a abertura para o capital estrangeiro já estava consolidada e, portanto, a ditadura já tinha cumprido seu principal papel; neste período inicia-se o processo de distensão da ditadura militar e aluta popular toma vulto maior. Foi novamente um momento de ascensão das lutas, em especial dos movimentos sociais e dos movimentos grevistas ligados a setores estratégicos da economia brasileira. No meio rural brasileiro os conflitos permanecem acirrados: afinal o êxodo de 30 milhões de brasileiros [...] não se deu passivamente; muitos destes trabalhadores ficaram na trajetória, seja atingidos pela fome na condição de retirantes, seja pela bala dos latifúndios ou da moderna empresa capitalista na condição de sem-terra. (SANT'ANA, 2012, p. 24).

Contudo e por tudo, os trabalhadores/as cientes da sua condição, continuaram firmes e determinados, sem medo de irem para o enfrentamento na luta por direitos. Assim, neste mesmo período se manifestam por meio da organização de ocupações de terras desencadeando questionamentos acerca do uso social da terra, gerando com esta postura política organizativa, tensionamentos no, com e para o governo, com rebatimentos diretos no INCRA. Porém, a realidade fundiária não sofre grandes alterações.

> Em 1990, a Lei 8.022 (12/04/90)[52], transferiu para a Receita Federal do Ministério da Fazenda, a cobrança do ITR antes feita pelo INCRA, e assim, em 1992, foi planejado e implantado um novo recadastramento que efetuou nova conferência geral dos imóveis, alterando significativamente, os dados de 1978. Mas, os resultados apresentados continuaram a indicar que no Brasil havia 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 imóveis (2,4%), com área acima de 1.000 hectares, ocupando 165.756.665 hectares (50,0%) de uma área total de 331.364.012 ha. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%). Além disso, estudos revelavam que se o INCRA fizesse cumprir os preceitos da Lei 8.629 de 1993[53], ter-se-ia 115.054.000 hectares (20% da área total) como grandes propriedades improdutivas. Também o Atlas Fundiário Brasileiro publicado pelo INCRA, indicava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados foram classificadas como não produtivas e apenas 28,3% como produtivas. (OLIVEIRA, 2007, p. 133).

Estes dados são reflexo da contradição conjugada na propriedade privada da terra no Brasil, que continua inalterada na sua condição de não produtividade. A realidade nos revela que os latifundiários, via de regra, entendem ter apenas um único compromisso social que é o pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR). Porém nem isto tem ocorrido e, ao se acessar os dados divulgados pela Receita Federal do ano de 1994, percebe-se com clareza que 59% (cinquenta e nove por cento) dos proprietários dos imóveis com área entre 1.000 a 5.000 hectares, sonegaram este imposto e, por conseguinte, os proprietários dos imóveis com áreas acima de 5.000 hectares esta sonegação corresponde a 87% (oitenta e sete por cento). Nesta perspectiva, percebe-se total descompromisso com a função social da terra, pois, ainda que legalmente esteja previsto este compromisso, não o fazem, ou melhor ignoram que a função social da propriedade está incluída nos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição, prevalecendo sobre a produtividade pura e simples.

Todavia, os debates acerca da Reforma Agrária ressurgem nos ambientes sociais, políticos e acadêmicos e, a década de 90, foi palco de lutas pela reforma agrária que aprofundaram-se, forçando/pressionado o Estado a dar respostas por meio de políticas públicas de assentamentos fundiários.

> Mesmo assim, a realidade existente nos dados cadastrais do INCRA em 1998, indicava que 1,6% (57.881) dos imóveis com mais de 1.000 ha, de um total de 3.587.987 imóveis rurais, continuavam ocupando 52,9% (216.824.528 ha) de uma área total de 415.570.812 ha. Enquanto isso, as pequenas propriedades, aquelas com menos de 100 ha, representavam 85,3% dos imóveis rurais (3.061.525), e ocupavam uma superfície de 16,5%

[52] Esta Lei altera o sistema de administração das receitas federais que fica, a partir desta data, para a Secretaria da Receita Federal a competência de administração das receitas arrecadadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a competência para a apuração, inscrição e cobrança da respectiva dívida ativa.

[53] Esta lei regulamenta e disciplina disposições relativas à reforma agrária, previstas no Capítulo III Constituição Federal.

> (68.674.638 ha). Assim, o índice de Gini que era de 0,833 em 1992, passou para 0,843 em 1998, aumentando a concentração fundiária no Brasil. (OLIVEIRA, 2007, p. 133).

Os dados do Incra veem confirmar quão expressiva é a concentração de terras brasileiras que se encontram nas mãos de grupos econômicos com a finalidade de manutenção e aumento dos bens de capital, no mundo dos negócios reconhecido como reserva de valor e/ou patrimonial, o que lhes possibilitam a garantia de fácil acesso às fontes e sistemas de financiamento, qual sejam, os bancários e às políticas incentivos instituídas pelos governos. Essa estrutura fundiária brasileira, de caráter extremamente concentrador, próprio do processo de desenvolvimento capitalista corrobora para a geração de uma densa brigada de miseráveis[54] que no mundo do trabalho já se encontram na categoria de inimpregáveis. Deste contexto, Oliveira (2007, p. 133) os leva a refletir que:

> Os dados disponíveis na década de 90 revelavam que havia no Brasil, mais de 32 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria absoluta, ou seja, quase 7 milhões de famílias (18% do total) classificadas como indigentes. E mais, 38% das famílias, ou seja, mais 14 milhões foram classificadas como pobres. A lógica contraditória tem sido uma só, o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, ao mesmo tempo, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas, uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis. Mas, ao mesmo tempo, esta exclusão atinge também o próprio campo.

Porém, é possível perceber que houve uma considerável redução da pobreza da população que vive no setor rural brasileiro, no período entre 2003 e 2009, pois houve crescimento econômico se comparado ao restante do país. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2011), a chamada "nova classe média", que atingia 20,6% da população rural em 2003, chegou a 35,4% dessa população em 2009 e deverá atingir a casa dos 50% em 2014, mantida a tendência atual. A renda cresceu mais nas áreas pobres rurais do que nas cidades, assim como a renda na região Nordeste cresceu mais do que no Sudeste. Um novo estudo, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, revela que a pobreza no campo, em comparação com as grandes cidades, caiu 16,2% entre 2009 e 2010 (NERI; MELO; MONTE, 2012).

Contudo, este aumento na renda dos trabalhadores/as rurais no campo está diretamente associado à expansão de transferências públicas vinculados a programas/benefícios socioassistenciais tais como aposentadoria rural, Benefícios de Prestação Continuada (BPC),

[54] Termo aqui criado e utilizado para retratar um grupo considerável de trabalhadores/as do campo subjugados à batuta destes capitalistas que no terreno das suas negociatas, hora os utilizam em benefício próprio mas, quando os consideram desnecessários não titubeiam em descarta-los, ou seja, nitidamente, se desvela a seara das múltiplas determinações onde humanizam-se as coisas e coisificam-se as pessoas.

Bolsa Família, entre outros. O estudo de Neri, Melo e Monte (2012) aponta ainda que o crescimento acumulado de 71,8%, de 2003 a 2009, equivale a 3,7 milhões de brasileiros do campo que passaram a integrar a classe C (um universo de 9,1 milhões de pessoas em 2009). Esta realidade se faz presente e vem sendo conduzida pelos latifundiários e reconduzida no Brasil rural em conformidade com as determinações dos empresários rurais em nome de uma política econômica vinculada ao agronegócio, cuja expansão e atuação monopolista na produção agrícola e no mercado esvaziam a possibilidade de reprodução da agricultura familiar já de longa data. Dessa feita, nos últimos 12 anos (2003 a 2014) se apresenta como a materialização de um modelo de Reforma Agrária que caminha na perspectiva de uma política social que tem como foco principal a redução da pobreza, negando-se assim os enfrentamentos/tensionamentos travados pelo movimento social rural de luta pela terra para que haja o reconhecimento e a condução dos processos e ações políticas como de fato deveria ser, ou seja, como uma política de desenvolvimento.

Assim, em se tratando do modelo capitalista de desenvolvimento, historicamente, tem-se como elemento central a questão econômico-financeira. Neste sentido, é visível que tanto as pessoas como a natureza se tornam mercadorias e esta realidade se replica e se multiplica em todos os cantos do Brasil rural, principalmente no âmbito da luta pela garantia do direito de acesso à terra. Em busca de garantia da sobrevivência,

> A migração tem sido dessa forma, uma das principais características da população brasileira. O quadro geral tem revelado, contrariando muitas interpretações, que a população rural cresceu em termos absolutos e totais até 1970, quando chegou a pouco mais de 41 milhões de pessoas. Sua queda registrada nos censos demográficos posteriores, fez com ela chegasse a 38,5 milhões em 1980, 35,8 milhões em 1991, 33,9 milhões em 1996 e 31,8 milhões no ano 2000. Ainda na contramão de muitas interpretações, os censos demográficos de 1996 e 2000 continuam revelando em vários municípios, o crescimento absoluto da população rural. [...]. Muitas vezes, os novos assentamentos rurais derivados da reforma agrária estão na origem desse processo. (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

A migração retirou e ainda continua retirando/movendo a população dos campos de norte a sul do Brasil. Esse fenômeno, segundo dados disponíveis no censo agropecuário do IBGE deriva de uma realidade histórica e atual que merece reflexão. Na década de 1940 os estabelecimentos agropecuários cuja área girava em torno de até 100 hectares tiveram considerável crescimento (1.629.995) que se deu até o ano de1985 (5.252.265). Contudo, dez anos depois, no censo de 1995/1996 houve redução no número deste estabelecimentos (4.318.861). O fator que merece ser descrito diz respeito ao motivo e/ou motivos que levaram a esta redução. Um deles foi a crise vivida pela agricultura brasileira na década de 1990, todavia, esta questão não foi a que apresentou maior relevante nesse processo, mas sim os processos

resultantes do considerável aumento do contingente de trabalhadores/as que se organizaram em prol da luta pela terra na última década do século XX e nestes anos iniciais do século XXI.

> [...] teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas. [...] É por isso, que este camponês não é um camponês que na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso à terra, é pois, um desterrado, um sem-terra que luta para conseguir o acesso à terra. É no interior destas contradições que tem surgidos os movimentos sócio-territoriais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência. (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Neste sentido, Martins (1997, p. 61) afirma que "[...] a reforma agrária é uma possibilidade de solução para a questão agrária. A questão agrária é o problema e a reforma agrária constitui-se uma solução do problema." Como expressão viva dos movimentos camponeses, conforme afirmação de Gohn (2000), o MST é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 1970, com uma gestação demarcada no período compreendido entre 1979 e 1984, sendo formalmente criado no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, que aconteceu de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel no Paraná. Atualmente segue com os mesmos objetivos definidos no Encontro de 1984, que foram ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, no ano seguinte, cujo tema era: "Lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores".

O processo de organização, lutas e consolidação do Movimento, pode ser dividido em três fases principais:

> De 1979 a 1985 é um período de organização e consolidação do movimento social de massa que busca lutar pela terra como, também, lutar pela Reforma Agrária; de 1985 a 1988, o movimento se nacionaliza chegando a atingir quase todos os estados da federação; de 1988 a 1996 a luta do MST passa a ter como lema: ocupar, resistir e produzir. (NASCIMENTO, online, p. 8).

A primeira etapa de formação de um Sem-Terra é o acampamento que pode durar meses ou até anos para se conseguir o desejado que é a terra. A estratégia comumente usada para ter acesso à terra é a ocupação de áreas reconhecidas como improdutivas. Estas ocupações, via de regra, são planejadas com antecedência, com vistas a pressionar o governo e, consequentemente,

o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária a desapropriação daquela área, concedendo aos acampados o título de posse, o que os torna assentados.

Segundo Caldart (2000, p. 22):

> O MST já registra em sua história áreas conquistadas do latifúndio que se tornaram lugares de vida e de trabalho para muitas famílias, e de produção de alimentos para mais outras tantas; hoje são 81 cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras Sem-Terra, 45 unidades agroindustriais e, o principal, a eliminação da fome e a redução drástica dos índices de mortalidade infantil nos Projetos de Assentamentos espalhados pelo Brasil inteiro.

É assim que o MST vem ajudando a recolocar na agenda política brasileira a questão da Reforma Agrária: fazendo a luta pela terra e afirmando em suas iniciativas, a possibilidade de novas relações sociais, e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo, e para o país. O movimento busca construir uma identidade cultural nova aos sem-terra, baseada no modelo cooperativo/coletivo. Os sem-terra têm suas raízes e tradições que fundamentam e balizam suas visões de mundo e comportamentos. Desta feita, em alguns momentos da luta algumas lideranças apresentaram divergência de opiniões, bem como relações de conflitualidade ou não, o que resultou na criação/ramificação de outros movimentos.

Mas, não podemos desconsiderar no cenário de lutas a contradição da relação capital/trabalho, onde estão presentes as artimanhas e, também, a supremacia da classe burguesa em detrimento dos direitos da classe trabalhadora. Assim, Foi em decorrência desta mesma aliança criada/firmada entre os empresários do agronegócio e os governos militares que,

> [...] na Assembleia Constituinte de 1988, o único capítulo da Constituição que recebeu praticamente a unanimidade dos votos dos representantes dessas elites, foi o capítulo sobre a reforma agrária. Ressalte-se que o mesmo comportamento não ocorreu em relação a outros capítulos da atual Constituição Brasileira. Dessa forma, a concentração da propriedade privada da terra no Brasil, não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista, ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que se desenvolveu no país. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso que se deve insistir na tese de que a concentração fundiária no Brasil, tem características sem igual na história mundial, em nenhum momento da história da humanidade se encontrou propriedades privadas com a extensão que se encontra no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedade privadas no país é igual a superfície total ocupada pelo Estado de São Paulo, ou então, a soma da área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, é igual a duas vezes a superfície total deste mesmo estado. (OLIVEIRA, 2007, p. 134).

Os trabalhadores/as rurais sem-terra, graças aos meios de comunicação de massa, apropriados pelos donos dos meios de produção, na maioria dos espaços e contextos são

reconhecidos como empecilho aos empresários do agronegócio não apenas porque no campo de disputas objetivas estão em lados opostos, mas principalmente porque estes trabalhadores consideram como o centro das suas racionalidades e emoções a reprodução social de seus familiares e companheiros/as de luta e não pura e simplesmente o lucro pelo lucro, o que revela duas categorias com concepções ideopolíticas[55] totalmente distintas e antagônicas.

Neste contexto sócio-histórico as desigualdades sociais se fazem crescentes e evidentes, sobretudo por meio de artimanhas e articulações engendradas pelo/entre governos e os empresários o agronegócio que se apropriam da riqueza socialmente produzida pelos trabalhadores/as do campo. Estes trabalhadores/as têm, em certa medida, suas vidas no espaço rural, convertidas a uma mercadoria, por essa reificação verifica-se uma clara desumanidade nas relações de classes.

> Os dados estatísticos sobre imóveis rurais obtidos pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para os anos de 2003 e 2010 evidenciam que a concentração da terra em grandes propriedades é um caminho que se reafirma historicamente no Brasil. De 2003 a 2010 as grandes propriedades ampliarem a área total dos imóveis desse estrato em 104 milhões de hectares. O aumento nesse período do número desses imóveis foi de 18.052 unidades, sendo bem provável que essa expansão da área total das grandes propriedades tenha sido consequência do avanço da fronteira agrícola, em especial sobre os cerrados e a região amazônica. (CARVALHO, 2013, p. 33).

Os dados apresentados por Carvalho retratam o contexto da luta de classes expressa entre trabalhadores/as rurais sem-terra e os empresários do agronegócio. É evidente que para esses últimos, quando se trata de expansão do capital em forma de aumento de área apropriada, não existem fronteiras, tampouco o que reflete em mecanismos de acumulação reconhecido como reserva de valor[56]. Entretanto, para os primeiros as formas de luta pela terra sofreram grandes mudanças e foram se aprimorando ao longo da história. Mas há neste contexto um tensionamento acirrado e os empresários do agronegócio manipulam a opinião pública acerca do que tange à compreensão desta luta. Por isso percebe-se haver discriminação social/indiferença em decorrência do que é veiculado pela mídia de acordo com os interesses destes empresários que, via de regra, também são os proprietários destes veículos de comunicação. Assim, em nome da propriedade privada, o direito e a garantia do acesso à terra constitucionalmente resguardado, passa, em alguns casos, criminalizando a luta desta categoria

[55] Este termo é aqui empregado tendo com parâmetro a definição e utilização atribuída pelos autores José Paulo Netto e Marcelo Braz (2009).

[56] Cf. Carvalho (2013, p. 32) "Essa concentração de renda e da riqueza pelas empresas capitalistas no campo vem se concretizando – como outrora no período colonial, com o apoio massivo das políticas públicas governamentais. Seus negócios caminham *"pari passu"* com os negócios dos governos. E, esta escolha de favorecimento político dos governos aos grandes negócios agropecuários e florestais privados nacionais e estrangeiros não apenas compromete a soberania alimentar nacional como contribui ao mesmo tempo para a acumulação via espoliação dos recursos naturais e a exploração dos trabalhadores do país."

de trabalhadores/as, cujos motivos continuam sendo ocultados pelos interesses historicamente constituídos e legitimados pela sociedade patriarcal burguesa, a saber: os resíduos culturais escravagistas, a arrogância política dos empresários do agronegócio e a pobreza da maioria dos trabalhadores/as rurais sem-terra. A esse conjunto de motivos, acrescenta-se ainda a postura política dos governos frente a esta luta essencialmente de classes, quando se coloca de lado contrário em relação a esse coletivo de trabalhadores/as. Para além desses motivos existe o princípio primeiro desse modelo societário. E, segundo Carvalho (2013, p. 33):

> Essa acumulação via espoliação do campo no Brasil contemporâneo é a resultante de um pacto estratégico da economia política entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado. Um exemplo desse pacto estratégico da economia política pode ser ilustrado pela notícia (em 29 de maio de 2013) de lançamento pelo Governo Federal de edital no valor de R$ 1 bilhão para financiar projetos de agronegócio, edital esse que faz parte da primeira de três rodadas, estas no valor total de R$ 3 bilhões do programa Inova Agro[57].

Nesse modelo fundiário onde impera a lógica de acumulação e espoliação do campo não há espaço para trabalhadores/as rurais sem-terra, pois, o desenvolvimento econômico prioriza e beneficia os grandes empresários em detrimento de quem realmente é responsável por boa parte da produção de alimentos destinados à população que vive nos centros urbanos. Ademais, em um Estado neoliberal, viabiliza-se estas iniciativas espoliadoras com fartos recursos públicos, favorecendo o surgimento de novos arranjos institucionais no nível da economia e da sociedade política. Esse movimento caracteriza um aparato de afirmação da hegemonia, de maneira a "[...] disseminar massivamente uma racionalidade inspiradora de um discurso persuasivo para fundamentar ideologicamente a suposta excelência da racionalidade do agronegócio e da acumulação via espoliação em relação a outros modos de produção." (CARVALHO, 2013, p. 34).

A classe burguesa que domina o país continua reafirmando positivamente o agronegócio. Este grupo social dominante faz este movimento de reafirmação de forma integrada e dependente do capital transnacional, se fortalece e se reproduz na exploração dos

[57] Cf financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério de ciência e Tecnologia, O PLANO DE APOIO CONJUNTO INOVA AGRO é uma iniciativa destinada à coordenação das ações de fomento à inovação e ao aprimoramento da integração dos instrumentos de apoio disponibilizados por BNDES e Finep, com as seguintes finalidades:
- Apoiar empresas brasileiras no desenvolvimento e no adensamento das cadeias produtivas de insumos para a agropecuária (exceto cana de açúcar), incluindo os agroquímicos e seus princípios ativos, o melhoramento genético animal e vegetal, as tecnologias associadas à saúde animal, bem como unidades de demonstração;- Apoiar o desenvolvimento de produtos e processos da indústria de alimentos (exceto cana de açúcar e derivados), incluindo inovações em alimentos funcionais, aditivos alimentícios e embalagens com novas funcionalidades;
- Apoiar o desenvolvimento de máquinas e equipamentos para agropecuária (exceto cana de açúcar) e processamento de produtos agropecuários (exceto cana de açúcar), incluindo rastreabilidade, novas tecnologias em implementos agrícolas, em armazenamento e logística de produtos agropecuários.

trabalhadores/as, bem como na degradação do meio ambiente e na "desnacionalização do agrário" justificando-se enquanto "[...] iniciativas necessárias para o progresso capitalista. Eximem-se de qualquer apreço ou consideração pela reprodução social dos povos da terra e pela soberania nacional." (CARVALHO, 2013, p. 34).

Esta realidade pode ser comprovada em dados do SIDRA[58], bem como do Censo Agropecuário de 2006/IBGE[59], onde se vê a clara demonstração do grau de desigualdade fundiária no território brasileiro.

Tabela 1 – Evolução do Índice Gini, segundo as Unidades da Federação – 1985/2006

Unidades da Federação	Evolução do Índice de Gini		
	1985	1995	2006
Brasil	**0,857**	**0,856**	**0,872**
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,855
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,863	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,84	0,834	0,840
Minas Gerais	0,77	0,772	0,795
Espírito Santo	0,671	0,689	0,734
Rio de Janeiro	0,815	0,79	0,798
São Paulo	0,77	0,758	0,804
Paraná	0,749	0,741	0,770
Santa Catarina	0,682	0,671	0,682
Rio Grande do Sul	0,763	0,762	0,773
Mato Grosso do Sul	0,86	0,822	0,856
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865
Goiás	0,766	0,74	0,776
Distrito Federal	0,767	0,801	0,818

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Na tabela acima é possível verificar que entre os anos de 1975 a 2006, especificamente em Minas Gerias cujo Estado é objeto deste estudo, a desigualdade permaneceu praticamente

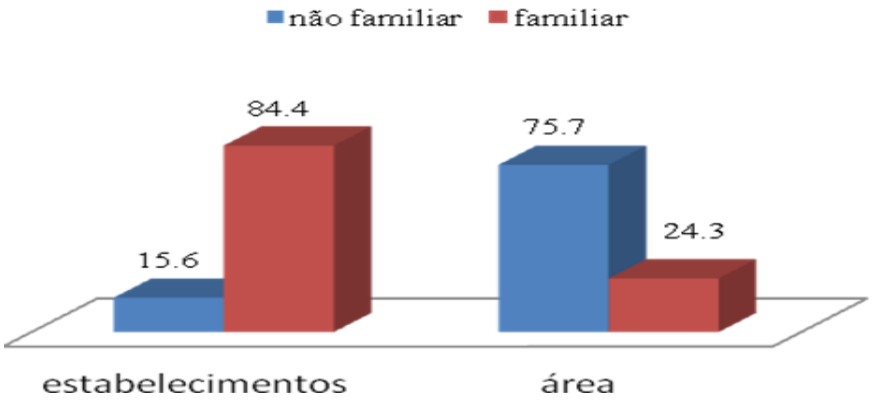
[58] Cf site do IBGE (online), O Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) visa facilitar aos administradores públicos e à sociedade em geral, através da Internet, a obtenção gratuita dos dados agregados de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE.

[59] O Censo Agropecuário de 2006 é a maior e mais recente pesquisa estatística realizada no Brasil com a finalidade de produzir e disponibilizar exclusivamente informações sobre as características das atividades agropecuárias. Com periodicidade decenal, os dados são coletados diretamente em todos os estabelecimentos agropecuários, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica, de empreender atividade comercial ou de subsistência, e de estar localizado em áreas rurais ou urbanas (IBGE, 2006).

inalterada. Neste contexto de análise, o índice de Gini[60] registrado para 2006 não foi muito diferente do mesmo índice dos anos 1995, 1985 e 1975.

Merece destaque outro elemento apresentado no censo agropecuário de 2006 relativo à agricultura familiar. Neste universo observa-se que dentre os 5,17 milhões de estabelecimentos existentes, 84,4 % (4,36 milhões) correspondiam aos de agricultura familiar. Este elevado número de produtores ocupava, à época, uma área de 80,25 milhões de hectares, que representava 24,3% da área total dos empreendimentos agropecuários. Por conseguinte, os estabelecimentos não familiares apesar de representarem somente 15,6% dos estabelecimentos ocupavam 75,7% da área (gráfico 1). A agricultura familiar ocupava somente um quarto, enquanto, a patronal três quartos da área total dos estabelecimentos, confirmando que o predomínio fundiário da economia patronal contrasta com predomínio demográfico da economia familiar. Apesar da defasagem temporal dos dados do Censo Agropecuário de 2006, esse quadro fundiário rural permanece atual.

Gráfico 1 – Ocupação das terras rurais segundo a condição do produtor – 2006



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2006.

Os dados deste gráfico demonstram uma realidade de um pacto agrário, onde os interesses das oligarquias rurais são visíveis, pois a riqueza rural e as terras sempre foram e continuam sendo dominadas pelos interesses desse grupo que nesse modelo societário, são os atores que articulam os interesses do capital industrial e financeiro. Neste contexto, o Estado

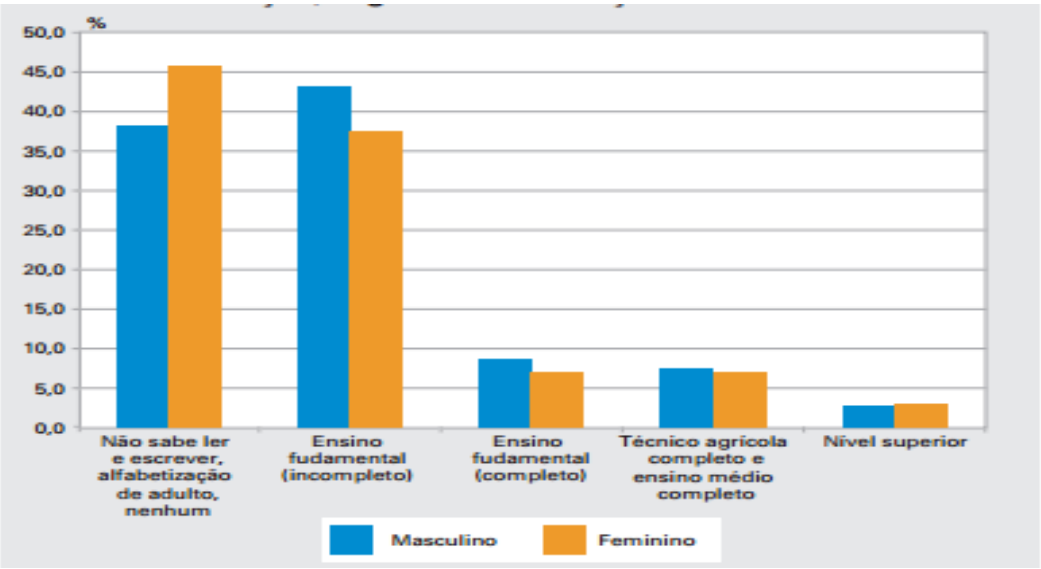
[60] Cf dados de economia (online) o índice Gini foi desenvolvido pelo matemático italiano Corrado Gini, e diz respeito a um parâmetro internacional usado para medir a desigualdade de distribuição de renda entre os países. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo do zero menor é a desigualdade de renda num país, ou seja, melhor a distribuição de renda. Quanto mais próximo do um, maior a concentração de renda num país. O índice Gini é apresentado em pontos percentuais (coeficiente x 100). O Índice de Gini do Brasil é de 51,9 (ano de 2012) o que demonstra que nosso país, apesar dos avanços econômicos dos últimos anos, ainda tem uma alta concentração de renda. Porém, devemos destacar um avanço do Brasil neste índice, já que em 2008 era de 54,4.

a maior parte do tempo defende os interesses que convergem com os da ordem burguesa que, neste campo de interesses detêm os meios de produção. Assim, os interesses dos trabalhadores/as com toda a implicação política, econômica e social daí decorrente, se veem à margem neste processo da questão fundiária brasileira.

Tavares (2000) afirma que a permanência deste pacto agrário, reflexo de manutenção da dominação da oligarquia rural brasileira, envolve três ordens de fatores estruturais: apropriação privada e a concentração da terra; relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central por intermédio de sua representação política; e o caráter dependente ou associado da burguesia nacional com capitalismo financeiro internacional.

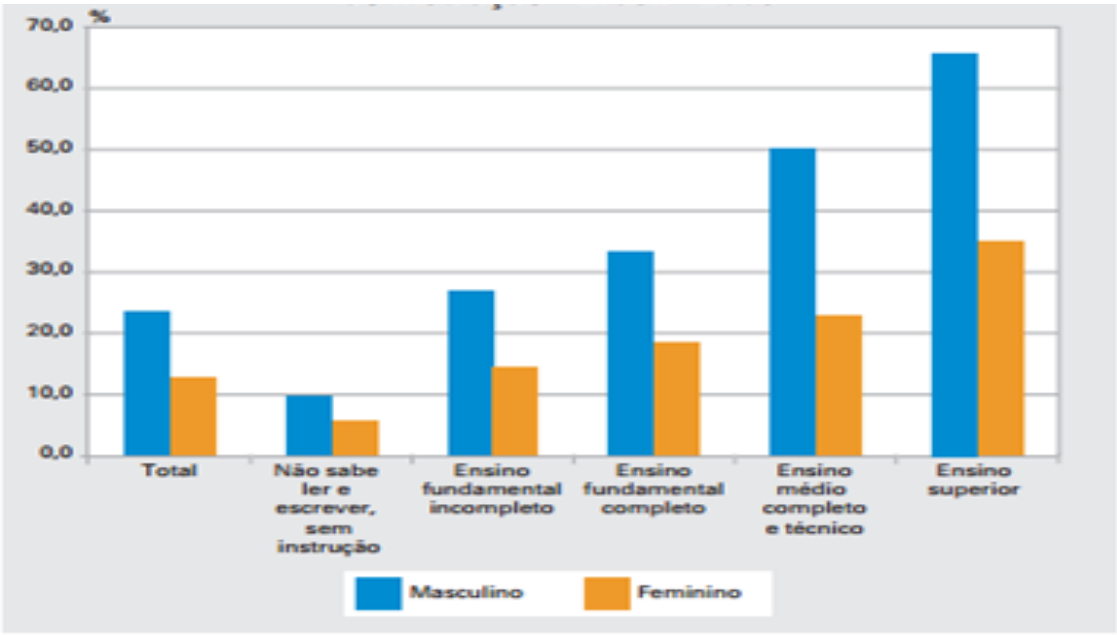
Mediante esta estrutura fundiária desigual e concentrada, que apresenta um caráter patrimonialista e, dessa feita, onde todas as mazelas se fazem presentes, pode-se afirmar que no âmbito da realidade vivenciada pelos trabalhadores/as rurais a questão de gênero se apresenta como um importante fator a ser analisado. No censo agropecuário de 2006 teve-se o cuidado de capturar dados acerca desta questão, pois observou-se que o "[...] sexo do produtor, para qualquer nível de instrução, também foi determinante: os estabelecimentos dirigidos por mulheres receberam menos orientação técnica, Do total de produtores homens, 76,5% não receberam orientação, para as mulheres, o contingente é de 87,3%." (IBGE, 2006, p. 121).

Gráfico 2 – Pessoas que dirigem o estabelecimento por sexo e nível de instrução, segundo a orientação técnica – Brasil 2006



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

Gráfico 3 – Distribuição dos produtores que receberam orientação técnica nos estabelecimentos por sexo, segundo o nível de instrução – Brasil 2006.



Fonte: IBGE - Censo agropecuário, 2006.

O gráfico 2 e 3 acima, ao apresentarem a distribuição do nível de instrução por sexo dos produtores demonstra que as mulheres reconhecidas como responsáveis por estabelecimentos rurais apresentam escolaridade mais baixa do que a dos demais produtores rurais. Neste universo de análise, ao se agregar as categorias "não sabe ler e escrever", "sabe ler e escrever (sem nenhuma instrução e alfabetização de adultos)", os resultados apontam 45,7% do total de informantes do sexo feminino e 38,1% do sexo masculino.

Nas categorias de condição do produtor os perfis de instrução se apresentam de maneira diferente. Ao se considerar o número total de produtores do país, na distribuição do percentual por níveis de instrução os proprietários e arrendatários são reconhecidos em um grupo cujo percentual se dá de maneira mais elevada quando comparado aos de níveis de instrução do ensino fundamental completo e os acima deste nível. Na ordem inversa a este grupo, o nível de instrução dos assentados sem titulação definitiva, parceiros, ocupantes e produtores sem-área concentram-se nas categorias reconhecidas em níveis de instrução mais baixo.

Os trabalhadores/as rurais, via de regra, como forma de resistência, se negam a reproduzir este modelo econômico e social do sistema capitalista, que se manifesta em uma prática da sua desterritorialização por meio da expansão capitalista no campo. Esse movimento desvela a cínica e simplista aceitação desta "verdade" com tom de "Lei" veiculada pela mídia e expressa de forma verbal ou não pela opinião pública e, também, pelos governos que em uma

única voz, como se fosse um jogral, respaldam a ideologia dominante acerca da marginalização das economias do campo e dos camponeses; tendência na e da formação econômica e social brasileira que sempre esteve e está sob o domínio do modo de produção capitalista contemporâneo.

Vale ressaltar o grande número de mulheres presentes neste contexto de luta e resistência. Conforme Somavia (MULHERES, 2014) dados apresentados pela organização Internacional do Trabalho (OIT) (2012) as mulheres constituem cerca de 43% da mão de obra agrícola nos países em desenvolvimento e mais de 70% da força de trabalho em algumas economias baseadas fundamentalmente na agricultura. Além de trabalhar como agricultoras, trabalhadoras assalariadas e empresárias, as mulheres rurais também assumem, de maneira desproporcional, a responsabilidade do cuidado das crianças e dos idosos. Assim, realçamos a mulher neste contexto onde aqui, representam sujeitos vivos e pulsantes conforme a análise que se segue.

1.4 A Questão da Terra e a Questão de Gênero: uma relação intrínseca?

Desenvolver uma análise sobre gênero implica em compreendê-lo enquanto uma construção que tem como base aspectos históricos, psicossociais, culturas, políticos, econômicos, vinculados às múltiplas formas de representações, bem como a formas de poder que não podem ser dicotomizados, mas reconhecidos como elementos constitutivos das e nas realidades e movimentos sócio-históricos. Nesta perspectiva Sayão (2003, p.2) afirma que "O corpo, como lugar onde se inscrevem os elementos culturais presentes nas experiências que os sujeitos humanos vivem ao longo de sua existência, é a primeira forma de identificação dos homens e das mulheres e *locus* do exercício do poder". Enquanto marcas culturais, as diferenças biológicas produziram criações na tentativa de explicar algumas diferenças/distinções entre homens e mulheres. Neste contexto, inúmeras teorias foram pensadas/criadas e publicizadas com a pretensão de comprovar "cientificamente" tais distinções, focando-as no poder e na dominação. Estas categorias apresentam-se de forma recorrente nos Estudos de Gênero de diversos autores[61].

Assim, pode-se afirmar que "[...] gênero é então um meio de decodificar o sentido de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana."

[61] Dois autores que focam seus estudos nas **categorias poder e dominação** são Pierre Bourdieu e Michelle Perrot. De **Pierre Bourdieu** encontramos: *Coisas* ditas (1997); *Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada*. (1998); *A dominação masculina. Educação e realidade* (1995); *A Dominação masculina* (1999); *Novas reflexões sobre a dominação masculina* (1996). Já de **Michelle Perrot** encontramos: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (2001); *Introdução à história da vida privada* (2001); *História das mulheres: o século XIX*. (1991); *Figuras e papéis*. (2001).

(TEDESCHI, 2009, p. 143). Compreender o conceito de gênero passa necessariamente pelo exercício de compreensão da "natureza masculina" ou androcentrismo que encontra-se impregnado nos modos e formas de ser homem e ser mulher histórica e socialmente construídos. Beauvoir (1970, p. 10) afirma ainda que "a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro". Esta forma de reconhecer a mulher tem se perpetuado ao longo dos séculos; uma forma de ser social que, em certa medida, oculta o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade.

> [...] uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atitude ontológica. [...] a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? (BEAUVOIR, 1970, p. 56, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, desde o início das organizações, socialistas ou não, houve a presença das mulheres, porém, encontraram resistência e oposição de vários homens militantes. Por isso, com vistas a garantir conquista de direitos via de regra negados, as mulheres se reuniam e se organizavam, com o claro objetivo de traçar caminhos de emancipação em situações específicas e enfim para tornarem-se sujeitos ativos de suas escolhas e de suas vidas. Entretanto, os homens argumentavam que o lugar adequado para as mulheres era a família e, declaravam que as mulheres que assumiam esta postura de luta não passavam de ladras de emprego. Nesta perspectiva, Saffiotti (2013, p. 74) afirma que:

> [...] sendo incapaz de analisar a situação da mulher como determinada pela configuração histórico-social capitalista, não percorrendo a atuação das estruturas parciais mediadoras na totalidade, abstrai não apenas ela, mas também a si próprio da conjuntura alienante que o envolve. Para a visão globalizadora, "libertar a mulher de sua alienação é, ao mesmo tempo, libertar o homem de seus fetiches".

Ao centrar sua visão nessa premissa da mulher como sua concorrente real no mercado de trabalho e, também, socializá-la/difundi-la como verdade, os homens, em sua maioria, não percebem a real situação da mulher/situação feminina e, em consequência, a sua própria situação que se encontra determinada pela/na totalidade histórica que se encontram inseridos. De modo algum a mulher figurou e/ou figura como usurpadora de trabalho masculino. Neste contexto, a mulher não é algoz, mas sim vítima do modo capitalista de produção onde

> [...] o homem desempenhou e ainda desempenha, portanto, papel relevante na dupla determinação de que é alvo a mulher enquanto membro de uma classe e enquanto pertencente a uma categoria de sexo. Se ela é duplamente determinada, a consciência do homem é duplamente contraditória. (SAFFIOTTI, 2013, p. 77).

Nesta perspectiva, Saffiotti (2013, p. 34) afirma ainda que "[...] sendo homens e mulheres seres complementares na produção e na reprodução da vida, fatos básicos da convivência social, nenhum fenômeno há que afete a um deixando de atingir o outro." Ter a clara percepção dessa condição complementar se faz necessária para a não condução de concepções fechadas do ser masculino e feminino. Mesmo porque, apesar da invisibilidade desta ação complementar, no movimento da vida cotidiana ela acontece por meio de uma mistificação correspondente entre as ações do masculino e do feminino.

"Assim, não são apenas as mulheres que sofrem a atuação da mística feminina, destas constituem presa fáceis também os homens. Não é porém agradável ouvir tal assertiva." (SAFFIOTTI, 2013, p. 34). Desnudar esta mistificação presente no contexto rural brasileiro compreende um desafio presente nesta análise, uma vez que historicamente convencionou-se afirmar e reconhecer de forma passiva a submissão da mulher, cujo protagonismo sempre esteve presente, mas de forma velada num contexto de relações machistas e patriarcais. Assim o sendo, considera-se a necessidade necessita de ser descortinado e ampliado tendo como parâmetro a luta de classes.

1.4.1 A presença da mulher nos movimentos de luta pela terra: textos e contextos

É certo que no Brasil desde as lutas anticoloniais e anti-escravidão as mulheres indígenas e negras lutaram ombro a ombro com os homens. É permanente e continuada a presença das mulheres nos processos de luta desde a participação já conhecida em processos como a Revolução Francesa, em 1789, a Comuna de Paris, a Revolução Russa, dentre outros. Beauvior (1970, p. 9) afirma:

> Minha ideia é que todos, homens e mulheres, o que quer que sejamos, devemos ser considerados seres humanos. [...] Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular. Recusar as noções de eterno feminino, alma negra, caráter judeu, não é negar que haja hoje judeus, negros e mulheres; a negação não representa para os interessados uma libertação e sim uma fuga inautêntica.

Neste enfrentamento, o movimento feminista, de longa data, luta pela reivindicação à igualdade de direitos. É possível localizar traços marcantes referenciando o feminismo desde a segunda metade do século XIX. Neste período, organizou-se um movimento de mulheres burguesas e de classe média, chamadas de sufragistas, quando lutaram pelo direito ao voto, bem como para estudar e, também, para exercer determinadas profissões. Pierre Bourdieu (1999), ao analisar a questão de gênero, argumenta que mulheres e homens reúnem/associam múltiplas representações que acabam determinando suas formas de ser no contexto social em que estão inseridas/os.

Estas múltiplas representações também encontram-se presentes nas lutas travadas pelas mulheres no que tange à questão agrária brasileira onde se configura de forma bem visível as relações de subjugo e desigualdades e, também a reprodução de preconceitos acerca das mulheres inerente à sociabilidade capitalista. Esse modelo é reconhecido como sociedade patriarcal rural onde, ainda em pleno século XXI, se estabelecem formas de submissão/dominação. Isso possibilita afirmar que em sociedades guiadas por princípios machistas/patriarcais, utiliza-se da posição social masculina ou feminina sob a pressão originada pela/na divisão do trabalho no campo/espaço da unidade produtiva familiar, bem como pelas relações de poder.

> Incorporar a perspectiva de gênero na luta pelo direito a terra implica combinar as definições de rural/urbano e a definição do significado de gênero. Rural e urbano são conceitos oriundos da separação campo e cidade, da generalização das relações mercantis e da emergência do capitalismo industrial, mas este estudo limita-se a tratar as mudanças na estrutura socioeconômica da sociedade brasileira. (BUTTO; HORA, 2008, p. 42).

Torna-se imperativo as lutas impetradas pela mulher do campo uma vez que essas lutas estão imersas em um terreno de contradições onde a leitura merece e deve ser ampliada, considerando a realidade sócio-histórica brasileira. Assim, no cenário brasileiro o processo participativo popular aconteceu dentro de uma tradição autoritária e excludente, a partir da colonização portuguesa, da escravidão, do império, de modo que seu povo foi sempre mantido à margem, como um estrangeiro em sua própria terra, à margem da política.

> Há uma grande dificuldade de informações no que se refere ao aspecto de gênero na análise do processo de transferência de terra no país. Da Lei de Terras de 1850 ao Estatuto da Terra de 1964, as políticas agrária e agrícola passaram por contestações e obstáculos sempre que a questão da reforma agrária era trazida pelo povo para a arena política. (BUTTO; HORA, 2008, p. 43).

Nesta perspectiva, os movimentos sociais referenciam um processo de lutas e o seu desenvolvimento abarca interesses não somente populares, mas também de luta pelo poder, e, por

meio de suas demandas reivindicatórias, pode ocorrer o fortalecimento de diversos segmentos da sociedade civil. As lutas feministas marcaram presença nos últimos 30 ou 40 anos e, a questão de gênero passou a ocupar espaço na pauta/agenda dos movimentos sociais. Dentre os vários eventos ocorridos em defesa pela garantia de direitos das mulheres destacam-se a aprovação da Década da Mulher (1975–1985) e a instalação do Ano Internacional da Mulher em 1975 que representaram acontecimentos impulsionadores na luta pelos direitos das mulheres; também as Conferências Mundiais sobre a Mulher[62].

Neste processo de lutas, a mulher trabalhadora rural desponta enquanto sujeito político, inicialmente de forma tímida, e sua participação nos movimentos sociais, constrói/cava espaços de ruptura com sua invisibilidade de mulher trabalhadora deste e neste contexto sócio-histórico, econômico, político e cultural. Neste terreno de experiências e vivências as mulheres trabalhadoras rurais criaram seu próprio movimento a partir da década de 1980, quando incorporam o espírito de luta e, a parir de então, deram início a um processo que lhes permitiu arrancar o véu legal do poder masculino do controle sobre a propriedade da terra. Dentre os movimentos que surgem, segundo Paulilo (2010, p. 3):

> O Movimento de Mulheres Agricultoras[63], surgido em 1981, foi produto típico da época dos movimentos sociais no Brasil e apresenta trajetória semelhante a muitos outros movimentos. Começa sob forte influência da ala progressista da Igreja Católica. No meio rural, esta influência foi decisiva para a participação feminina, pois a igreja é um dos poucos lugares públicos que as mulheres sempre frequentaram e são estimuladas a fazê-lo. Com o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores (PT), as participantes do MMA começaram a encontrar mais identidade entre suas aspirações e as possibilidades oferecidas por este partido do que junto às propostas da Igreja Católica, a qual nunca abandonou sua postura patriarcal, nem sua visão restritiva sobre o comportamento sexual e a contracepção.

[62] Cf dados da ONU (2014) dentre estes eventos destacamos a conferência da Cidade do México, em 1975. Em 1979, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, frequentemente descrita como uma Carta Internacional dos Direitos da Mulher. A II Conferência Mundial sobre a Mulher foi realizada em Copenhague (Dinamarca), em 1980. Em 1985, a "Conferência Mundial para a Revisão e Avaliação das Realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz" foi realizada em Nairóbi (Quênia). Ela foi convocada num momento em que o Movimento pela igualdade de gênero finalmente ganhou verdadeiro reconhecimento global. A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim (China), em 1995, deu um passo além da Conferência de Nairóbi. A Plataforma de Ação de Pequim definiu os direitos das mulheres como direitos humanos e se comprometeu com ações específicas para garantir o respeito desses direitos.

[63] Cf. Paulilo (2010, p. 4), Casagrande (1991) e Daboit (1996) fazem um breve histórico do MMA dizendo que ele se originou das Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica. Seu início oficial deu-se em 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó, oeste de Santa Catarina. Teve como primeiro objetivo organizar as agricultoras para tomar a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores rurais de Chapecó, meta que foi alcançada em 1982. [...] Esse Movimento não foi sempre conhecido pela sigla MMA. Siqueira (1992), por exemplo, faz referência a ele como "Movimento de Base das Mulheres Agricultoras do Oeste Catarinense e Região do alto Uruguai do Rio Grande do Sul" ao se referir às suas primeiras ações.

A luta das mulheres camponesas tem neste movimento uma de suas referências, entretanto, o coletivo de mulheres trabalhadoras rurais, já vinha incorporando uma luta mais ampla, que teve sua origem em um conjunto de eventos e de lutas das mulheres de todo o mundo no período de 1974 a 1985, cujo movimento foi deflagrado também no campo, deixando sua marca no percurso traçado e seguido pelo coletivo das mulheres trabalhadoras rurais. Sales (2007, p. 438) relembra que:

> Na segunda metade da década de 1980, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos em que a fala dessas mulheres começa a ser franqueada. As principais reivindicações foram pela sindicalização, documentação, direitos previdenciários e participação política. Somente no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. No ano seguinte, em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais.

Já em 1986 acontece, em Barueri-SP o 1° Encontro Nacional de Mulheres Rurais Autônomas, com o apoio da Central Única de Trabalhadores (CUT) e do MST. Estes Encontros Nacionais são resultado de um processo de articulação de vários movimentos de mulheres[64] que já vinham ocorrendo em diversas regiões do Brasil que, baseados numa perspectiva de luta por garantia de direitos, ao longo dos últimos 20 anos foram criaram-se e fortaleceram-se de forma autônoma e se articularam de forma regional e até nacional.

A forma de se organizarem tem como **diretriz o Reconhecimento e Valorização das Trabalhadoras Rurais**, desencadeada nas lutas pela libertação da mulher, por sua sindicalização, pelo direito à documentação, pelos direitos previdenciários, por sua participação política entre outras. Os **eixos de trabalho se dão nas mobilizações** em acampamentos estaduais e nacional; **rememoração de datas históricas e significativas** para todos e cada um destes movimentos tais como os dia 08 de março (Dia Internacional da Mulher), 28 de maio (Dia Internacional de luta

[64] Em 1995 o coletivo de mulheres trabalhadoras rurais criou a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, reunindo as mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Entretanto, Bardalo (online) afirma que vários outros movimento já tinham história de luta por todo o Brasil, a saber "Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM / FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu em 1989 (AMQCM e atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu-MIQCB), e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR/CONTAG) em 1990."

pela saúde da mulher), 12 de agosto (Dia Nacional de luta das mulheres trabalhadoras rurais contra a violência no campo e por Reforma Agrária), dentre outras; **lutas,** com vistas à garantia do direito constitucional à saúde pública, dos direitos previdenciários, ao projeto popular de agricultura, à reforma agrária, dentre outras; **formação** focada em uma perspectiva político-ideológica de matriz crítica e libertária, com vistas a garantir uma direção focada nos diferentes níveis de/da militância e de/da base; e, também**, elaboração e produção de materiais de estudos**, tais como cartilhas, panfletos, folhetos, vídeos, e cartazes para subsidiar/instrumentalizar o trabalho com/para a base e com/para as lutas.

Segundo MMCBrasil (online, p. 1):

> Toda esta bagagem trazida pelos Movimentos autônomos de mulheres, associada aos demais Movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos: Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores. Nessa trajetória de luta e organização das mulheres camponesas foi sendo construída uma mística feminina, feminista e libertadora, cujo conteúdo se expressa no Projeto Popular que o Movimento está comprometido que articula a transformação das relações sociais de classe com a mudança nas relações com a natureza e a construção de novas relações sociais de gênero Essa mística se expressa em símbolos do movimento e, ao mesmo tempo na práxis coletiva do Movimento, quanto das mulheres camponesas inseridas nele.

Esses Movimentos se deram por meio de reinvindicações, lutas e conquistas, constituindo-se a partir daí enquanto sujeitos políticos de direitos o que favoreceu as mais propícias condições para a criação e consolidação do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMCBrasil)[65]. Este Movimento tem como pressuposto básico que constituir um Movimento Nacional das Mulheres Camponesas se justifica a partir da certeza de que "a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta", por isso acreditam que a consolidação do MMCBrasil só é possível a partir da ótica feminista e camponesa por meio do fortalecimento e da luta dos trabalhadores e trabalhadoras. (MMCBRASIL, online). A criação deste Movimento originou-se de debates diversos acerca da categoria camponês. Como resultado final das diversas análises e problematizações chegou-se à seguinte conclusão: trata-se da compreensão de uma unidade produtiva camponesa cujo centro é o núcleo familiar que, de um lado tem sua atenção voltada a uma produção agrícola e artesanal autônoma cujo objetivo primeiro é o de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e

[65] Segundo dados do site MMCBrasil (oline) "Depois de várias atividades nos grupos de base, municípios e estados e com a realização do Curso Nacional (de 21 à 24 de setembro/2003), que contou com a presença de 50 mulheres, vindas de 14 estados, representando os Movimentos Autônomos, apontamos os rumos concretos do movimento como também decidimos que terá o nome de: Movimento de Mulheres Camponesas".

por outro, visa comercializar a parte excedente dessa produção para a aquisição de insumos, produtos e serviços que não consegue produzir (MMCBRASIL, 2014). Neste contexto a mulher camponesa é aqui compreendida como aquela que,

> [...] de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legitima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas. (MMCBRASIL, 2014, online).

Apesar dos avanços, o processo de luta ocorre numa totalidade de complexos e as mudanças não se efetivam e, tampouco se efetivaram e forma incorporadas ao cotidiano social conforme desejado pelos vários coletivos de mulheres trabalhadoras rurais/camponesas. Exemplo claro disso é a política agrária do Incra que, no sistema de pontuação, estabelece peso igual para o trabalho de homens e mulheres, contudo determina outros critérios que claramente privilegiavam os homens, a saber, o número de filhos e a experiência nas lides agropecuárias.

Essa política discriminatória não intimidou e nem intimida essas mulheres que diante deste quadro intensificaram/intensificam suas lutas. Reflexo desse Movimento é a Marcha das Margaridas que nasceu em 2000[66], seguindo o exemplo e, também como processo de adesão à Marcha Mundial de Mulheres. A partir desse período passou a acontecer a cada três anos e institui-se enquanto um processo de mobilização próprio e permanente. De acordo com Sabato e Melo (2008), na primeira Marcha que aconteceu em agosto de 2000 por meio do documento "*Pauta de Reivindicações da Marcha das Margaridas*" as mulheres trabalhadoras rurais trazem à tona a problemática de gênero e luta pelo acesso à terra:

> Temos 2000 razões para marchar contra a fome, pobreza e violência sexista, pois dentre a população mais pobre, somos as que mais sofremos a privação das necessidades básicas à vida. De 1964 a 1996, de todos os beneficiados com a Reforma Agrária, apenas 12,6% eram mulheres; de todos os

[66] De acordo com dados disponíveis no site da CONTAG (2014), a Marcha das Margaridas é organizada pela Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), federações estaduais de trabalhadores na agricultura e Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), além de diversas entidades parceiras. A partir da Marcha de 2000 outras aconteceram em 2003, em 2007 e em 2011, 2012, 2013 e 2014 com as seguintes temáticas: "2003 razões para marchar por reforma agrária, acesso à água, saúde, salário digno e contra a violência sexista"; "2007 razões para marchar por terra, água e agroecologia; valorização do salário mínimo; soberania e segurança alimentar; trabalho, renda e economia solidária; Garantia de emprego e condições de trabalho das assalariadas; saúde pública, direitos previdenciários e educação do Campo"; 2011 – "Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade" cuja temática foi incorporada e aprimorada na s reivindicações de lutas das marchas de 2012, 2013 e 2014.

> beneficiados com o Pronaf – Programa Nacional de Assistência às Famílias, apenas 7% eram mulheres; e 81% das trabalhadoras em atividades agrícolas não receberam nenhum rendimento em 1998[67]. (CONTAG et al. apud RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 17).

É inegável que o surgimento de diversas formas de luta das mulheres do/no campo a partir da década de 1980 vincula-se ao Movimento de resistência e luta dos trabalhadores rurais frente intensificação da exploração e da expropriação de direitos de toda ordem a que esta categoria de trabalhadores/as encontra-se submetida. Esta resistência é facilmente traduzida nos conflitos que ocorrem por via direta como, também na criação de novas estratégias e caminhos da/para a reprodução social, cuja ênfase se dá por meio de diversas reivindicações e variadas formas de luta e de organização a que se vinculam as mais diferentes categorias de trabalhadores/as rurais sem-terra. No capítulo que se segue, será discutido o papel do Estado frente a esse processo de luta das mulheres trabalhadoras rurais sem-terra com vistas a garantia de direitos.

[67] Trecho do folheto que foi assinado por diversas entidades de classe e feministas: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Federação dos Pequenos Proprietários e Trabalhadores Autônomos (Fetags), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Dentre outras.

CAPITULO 2
O PAPEL DO ESTADO E O PAPEL DA MULHER TRABALHADORA RURAL NA E PARA A GARANTIA DE DIREITOS: SIGNIFICANTES E SIGNIFICADOS

Desenvolver análise acerca do papel do Estado bem como o papel da mulher trabalhadora rural frente à luta pela garantia de direitos, implica em compreender/reconhecer/localizar as múltiplas determinações presentes neste contexto, com vistas a um conhecimento mais aproximado deste fluxo formado de continuidades e descontinuidades. Desta feita, tem-se como pressuposto que o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes e, assim é fundamental ter-se cautela diante da realidade a ser investigada, uma vez que encontra-se permeada de contradições que necessitam ser cuidadosamente descortinadas.

Marx (2010) afirma que o Estado é reflexo da sociedade civil, do embate da luta estabelecida no seio da sociedade burguesa, pois é a ordem burguesa que põe todas as possibilidades para a razão moderna. A própria racionalidade da relação homem/mulher natureza se transforma na racionalidade da relação entre os/as homens/mulheres. Nesta perspectiva importa compreender o Estado e a sociedade civil a partir de um posicionamento social, teórico e político que demanda de nós uma visão de totalidade[68].

Para Marx o Estado expressa a Sociedade Civil e é a partir dela (a sociedade civil) que se pode compreender o Estado que, por ser alienado, representa uma falsa universalidade. Ele (o Estado) não é uma universalidade real porque expressa uma sociedade civil na qual é impossível uma dimensão universalizadora, pois neste Estado se encontra expresso uma sociedade muito conflituosa. Este "reino do privativo" não poderia engendrar uma universalidade real, verdadeira, onde seria possível uma política de Reforma Agrária que atendesse de fato as demandas apresentadas pelos/as trabalhadores/as rurais.

Neste sentido, é na/por meio da sociedade civil que há a possibilidade e se abrir a via para compreensão do que seja este Estado que desenvolve suas ações na perspectiva e atender as demandas impressas pelos donos dos meios de produção, dentre estes a oligarquia rural, em detrimento das necessidades/demandas/direitos da classe trabalhadora, dentre estes os trabalhadores/as rurais. As "[...] relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida."

[68] Totalidade aqui entendida a partir da própria contradição inerente ao capitalismo que deve ser reconhecido não somente como um modo de produção, mas sim enquanto um tipo de sociabilidade.

(MARX, 2008, p. 25). A crítica de Marx é uma crítica radical sustentada por uma perspectiva de classe. Pensar homem/mulher e natureza é pensar em trabalho. Pensar homem/mulher e sociedade é pensar em práxis social.

Segundo Lima (2009, p. 2)

> Marx passa a compreender que a propriedade privada e os interesses particulares não estão subordinados ao interesse superior e absoluto do Estado, como afirma Hegel. A sociedade civil (o que Hegel chama de esfera das necessidades) aparece, para Marx, como o nível de determinação ontológica da sociedade e o Estado é compreendido como uma universalização parcial e alienada do homem. Ou seja, as condições materiais constituem o nível de determinação mais essencial da sociedade. É delas que se deve partir para compreender a totalidade da dinâmica social.

O direito do homem/mulher genérico/a, o/a burguês/a, por sua vez, pode ser reduzido/a ao "direito natural" à propriedade privada, estando situados/as na esfera da sociedade civil. O querer das pessoas tem a ver com as situações concretas vivenciadas. A subjetividade cotidiana é capturada pelas condições objetivas. Numa perspectiva verdadeiramente revolucionária teria que fazer-se rever o papel tradicional. "O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente, sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade, é o direito do interesse pessoal." (MARX, 1991, p. 43). Nesta lógica, cabe a seguinte reflexão: como reconhecer a condição/situação/lugar dos/das trabalhadores/as rurais que se organizam junto aos Movimentos de luta pela garantia de direitos nestes espaços em que as relações sociais encontram-se/são determinadas/guiados/definidos/cristalizados por comportamentos burgueses?

A resposta passa pela compreensão de que a essência está além da aparência e a objetividade da vida é que gera a consciência, por isso, as novas condições do/a homem/mulher nascem da sua própria autodeterminação. O indivíduo nasce quando o Estado reconhece seus direitos. Sendo, em Marx, um método vivo, a dialética nasce da tentativa de decifrar este ser/indivíduo novo, pois é princípio que sempre nega e, por estar-se preocupado em entender o movimento do real precisa-se apreender as múltiplas determinações deste real. Já a totalidade foge do que está aparente; estabelece relações entre o abstrato e o concreto por meio de aproximações sucessivas destas múltiplas determinações do real.

Esta compreensão se faz por meio da teoria crítica enquanto fundamento da análise para o entendimento da sociedade civil. Portanto é necessário superar o referencial jurídico-político para se ter acesso a instrumentos analíticos que permitam desvendar as transações que ocorrem no seu interior. Assim, de acordo com Montaño e Durigueto (2010), surgem, então, duas

categorias: a Revolução (central) e a necessidade da Classe Social, sendo uma associada à outra. Deve-se considerar nestes termos que a necessidade da classe social se apresenta como a mais desumanizada é a única que pode ter exigências radicais de humanização. Mas o problema do Estado permanece. Contudo, não é Estado que determina a sociedade civil, mas o contrário, são os embates da sociedade civil que vão dizer qual é a configuração deste mesmo Estado. O indicador fundamental dos princípios é a luta por uma nova ordem societária.

No âmbito do Estado Burguês Marx (1991, p. 26) desenvolve a seguinte análise: "[...] os indivíduos são iguais no 'céu de seu mundo político' e desiguais na 'existência terrestre da sociedade'. O Estado político conduz-se em relação à sociedade civil de modo tão espiritualista como o céu em relação à terra." Marx continua dizendo que o Estado que aí está não é a realização da razão, não universaliza os interesses humanos, a questão essencial não está na forma política por ele assumida, tampouco no Estado em si, mas em seu conteúdo social, a sociedade civil. Ainda para Marx o livre arbítrio é o fundamento da relação estabelecida entre o comprador e o vendedor de uma mercadoria. Todavia, a separação entre Estado político e sociedade civil deve ser entendido como parte integrante/integrada/integradora da totalidade social, ou seja,

> É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. (MARX, 1985, p. 251).

É no modo de produção capitalista que ocorre a separação clara entre o momento da coerção e o momento da apropriação. Nesta sociabilidade a sociedade civil se revela como o terreno dos interesses particulares. "No entanto, já explicita que o particularismo tem sua derivação e sustentação na divisão da sociedade em classes antagônicas: os proprietários dos meios de produção e os que apenas possuem a capacidade de trabalho." (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 38). A existência e cristalização dessas classes explicam os apetites individuais/interesses de classes impresso na produção/reprodução da vida material. Importa lembrar que a necessidade puramente econômica cria um movimento que leva o/a trabalhador/a deslocar sua força de trabalho ao capitalista para que possa acessar os meios de produção que lhe favoreça as condições de sua própria subsistência e a de sua família, esta realidade também é facilmente observada entre os trabalhadores/as rurais.

Marx; Engels (2009, p. 4) compreendem que "[...] a sociedade civil é o 'verdadeiro cenário de toda história' e que as 'lutas de classe são o verdadeiro motor da história'." Neste contexto, de lutas de classes fica claro que "[...] o poder do Estado não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo." (MARX, 2008, p. 12).

Este Estado que funciona como um comitê administrativo que atende aos interesses de classe da burguesia apresenta, também, uma tradição centrada no conceito de liberdade[69]. Defende a ordem burguesa e a garantia da liberdade. Porém, o Estado evocado sob estes termos se dá na perspectiva do pensamento liberal, com uma visão formal de liberdade. "O liberalismo concebe a liberdade apenas na sua dimensão 'negativa', e entende que a intervenção do Estado deriva da sua limitação." (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 80). Dessa feita, quais são parâmetros da 'dimensão negativa' de liberdade? A ausência da liberdade plena e da igualdade social, ou seja, ao se estabelecer na sociedade capitalista, encontra-se pautada em um modelo de sociedade essencial e estruturalmente desigual. Neste modelo de sociedade o Estado cria mecanismos de compensação e/ou diminuição das desigualdades.

Neste Estado burguês e liberal, a elaboração de projetos sociais no presente e sua projeção para o futuro apontavam rupturas e resistências. Para Lucena (2010, p. 24) "[...] a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente todos os instrumentos de produção, [...], todas as relações sociais. As relações sociais, até então imperantes, deixam de existir e são substituídas por outras." Assim, para Marx (2008, p. 13-14) "[...] tudo que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas."

Assim apreender o significado da contradição é fundamental neste contexto onde homens e mulheres se fazem e se refazem como se fossem novos, uma vez que não é a coletividade que põe uma pauta para si mesmo e este novo homem/nova mulher-homem novo/mulher nova, em certa medida, tornam-se escravos/as de si mesmos, por meio do controle determinado neste projeto, sujeitando-se a dar-se a própria norma (sujeito autônomo).

A liberdade, enquanto eixo de análise, no neoliberalismo está diretamente vinculada à liberdade individual e o seu florescimento passa, necessariamente, pelo mercado concorrencial. A essência deste projeto teórico/político é a "[...] *defesa de um sistema social organizado através da livre concorrência no mercado como garantidor da liberdade*." (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 62, grifo do autor). A vitória do neoliberalismo trouxe/traz resultados

[69] Essa tradição liberal nasce com o projeto de modernidade tendo como base o tripé: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

nefastos para a sociedade, uma vez que se reflete no modo de ser do ser individualista constituída em uma ilusão da participação que se revela de forma institucionalizada.

No Brasil o Estado Neoliberal se materializa com maior clareza a partir dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, momento este em que passa-se a experimentar/experenciar uma nova fase do desenvolvimento capitalista que se aprofunda e se consolida na gestão dos governos Lula e Dilma. Nestes termos, segundo Castelo (2012, p. 613) "[...] na esteira das transformações estruturais, constata-se o surgimento de uma ideologia que se propõe como guia dos rumos do desenvolvimento capitalista brasileiro, o novo desenvolvimentismo." Todavia, desde os idos de 1930 o nacional‑desenvolvimentismo exerce inquestionável referência político-ideológica sobre o Estado nacional brasileiro, o que se delonga até a década de 1990 com a ascensão do neoliberalismo neste cenário.

Esta ideologia de cunho desenvolvimentista, a partir do segundo mandato do governo Lula (2007/2010) é facilmente identificada, quando ocorre aumento das taxas de crescimento econômico, bem como, mesmo que de forma tímida, aumento nos níveis de vida da população reconhecida como grupo vulnerável e/ou em/de risco social, ou seja, a população mais pobre, momento em que "[...] a ideologia desenvolvimentista voltou repaginada à cena – acoplada dos prefixos 'novo' e 'social' – e tornou-se o tema da moda no Brasil." (CASTELO, 2012, p. 613). Entretanto, Gonçalves (2012) afirma que este não passa de um "desenvolvimentismo às avessas", uma vez que em seu âmago/estrutura desconsidera os traços essenciais que o pudesse caracterizá-lo enquanto projeto desenvolvimentista, uma vez que neste governo os eixos estruturantes do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos. Segundo Gonçalves (2012, p. 638):

> O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação.

Mediante esta realidade facilmente constata-se que tanto os governos de FHC quanto os de Lula e, em consequência o Governo Dilma estão continuando a reproduzir/alimentar/reforçar/enraizar[70] o (neo)liberalismo na política econômica brasileira e, o mais grave, com rebatimentos diretos na realidade/vida/cotidiano da classe trabalhadora, aqui incluídos os trabalhadores/as rurais. Este quadro nos remete a uma questão básica: a partir de e

[70] Cf. Gonçalves (2012, p. 639), "[...] as raízes do pensamento desenvolvimentista no Brasil e na américa Latina estão nas ideologias e políticas de desenvolvimento econômico associadas ao mercantilismo."

em que estágios/períodos o Brasil desenvolveu/desenvolve políticas de cunho desenvolvimentista enquanto imperativo do/no ordenamento econômico do país? E quais são as consequências deste projeto para os trabalhadores/as rurais sem terra? Inicialmente a resposta a tais problematizações pode ser compreendida por meio dos apontamentos de Castelo (2012, p. 620), quando afirma que,

> [...] o auge do desenvolvimentismo ocorreu nos anos 1950-60[71]. Nesse período, o modelo desenvolvimentista aprofundou-se com a implementação do capital financeiro no Brasil. O desembarque das multinacionais durante o governo JK, que então investiram nos setores de bens de consumo duráveis, e o início da construção do setor de bens de capital e da indústria de base com vultosos aportes estatais no governo Vargas, são constitutivos dessa fase do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Apesar destes governantes terem adotado este modelo econômico e serem reconhecidos e apoiados, em maior ou menor grau, por grupos progressistas[72], com o golpe militar/civil que se estendeu de 1964 a 1985, sofreram grave derrota e foram massacrados, quando o desenvolvimentismo muda de direção sob o comando dos punhos de ferro dos militares, bem como de um Estado tecnocrata e da elite Burguesa, guiados pela supremacia dos monopólios internacionais. Neste movimento ocorre o que que fora denominado de "milagre econômico"; conforme observado por vários estudiosos, esse milagre aconteceu, entretanto, com uma clara persistência do subdesenvolvimento e da dependência econômica dos organismos internacionais, o que desencadeou o aumento das desigualdades socioeconômicas com perdas irreparáveis para a classe trabalhadora.

Guiado pela supremacia dos monopólios internacionais, os mentores do golpe militar abortam totalmente a proposta dos setores reformistas que tinham o Estado com ator central para as transformações necessárias com vistas à superação do subdesenvolvimento.

Segundo Castelo (2012, p. 622),

> O pior é constatar que essas ilusões, derrotadas no passado no campo político-militar, voltam ao presente sob uma escola do pensamento econômico que retoma o antigo desenvolvimentismo com o prefixo "novo" (neo) sem

[71] Entretanto na transição econômica deste período registra-se uma turbulência política, pois "Vargas, então envolvido na luta nacionalista/anti-imperialista, suicidou-se para evitar um golpe orquestrado por forças reacionárias internas e externas. Logo depois, Juscelino Kubitschek, que operou a fusão de um novo bloco de poder no país — baseado no tripé burguesias internacionais, burguesia brasileira e Estado —, foi ameaçado de não tomar posse por conta de um golpe orquestrado pelos mesmos setores que tentaram derrubar Getúlio. Jânio Quadros renunciou ao seu mandato e João Goulart, que procurou aprofundar um projeto nacional-popular de reformas de base, foi deposto por um golpe civil-militar que instaurou a autocracia burguesa e consolidou o capitalismo financeiro no país." (CASTELO, 2012, p. 620).

[72] Estes grupos eram constituídos dos trabalhistas aos comunistas, dos reformistas aos revolucionários.

> algumas mediações históricas necessárias. A velha tragédia ganha, desta maneira, contornos de uma farsa contemporânea...

Essa farsa que vem travestida de um novo desenvolvimentismo na realidade tem a forma, o jeito e todos os contornos do liberalismo, totalmente compatível com as políticas de estabilização macroeconômica. Nestes termos, Castelo (2012) afirma que esse novo desenvolvimentismo é simplesmente mais uma versão do liberalismo enraizado. Nesta perspectiva, quais são os rebatimentos desta política de estabilização macroeconômica nas políticas de reforma agrária?

Importa registrar que a grande maioria das lutas dos trabalhadores/as (dentre estes os/as trabalhadores/as rurais) ocorridas, a partir de 1978, em todo o território nacional, tem enquanto causa imediatamente reconhecida a condição socioeconômica de todos os trabalhadores diretamente envolvidos neste campo de luta, resultado da elevação do custo de vida, associado a queda da oferta de empregos, o que desencadeia, segundo Antunes (2010) o desemprego estrutural, elevando sobremaneira o número dos trabalhadores do exército industrial de reserva. Nessas condições, via de regra, os trabalhadores/as se voltam contra o Estado, ali reconhecido como seu 'principal oponente', uma vez que, em sua essência, há em todos os níveis da produção social a ampliação e sua intervenção. Além disso, no Brasil, como expressão máxima do princípio da contradição, ao capitalismo contemporâneo cabe, também, o papel de favorecer o consumo coletivo à toda população, e ao mesmo tempo, assumir caráter centralizador e excludente. Esse movimento, na realidade estruturais do meio rural, em se tratando de políticas públicas, se determinam no eixo da Reforma Agrária.

Acerca desta temática, torna-se relevante esclarecer que não é do potencial conflito implícito na dinâmica social do agronegócio no Brasil que deriva a necessidade da reforma agrária, mas sim das condições objetivas de exclusão vivenciada pela maioria da população rural; marginalização e exclusão derivadas do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Neste sentido, necessário se faz partilhar do pensamento de Gomes (2002, p. 63) quando afirma que "[...] este é o problema de fundo que é preciso encarar, à margem da magnitude e extensão das tensões dele resultantes."

Reflexo desta realidade se evidencia novamente após o golpe de 1964, quando o potencial de conflitos se revela e readquire visibilidade a partir dos anos de 1980, com a criação do MST, cuja expressão social e capacidade de mobilização constroem/abrem perspectivas para que suas reinvindicações sejam possíveis de viabilização e, ao mesmo tempo atuam levantando questões acerca da inércia/inoperância do Estado frente aos problemas vinculados à questão

agrária/fundiária cujo pano de fundo é a permanência do conservadorismo latifundiário nas áreas de representação política da sociedade e consolidada na Constituição federal de 1988.

Segundo Gomes (2002, p. 64), confundir estas manifestações com suas causas têm consequências práticas relevantes:

> Reduz a reforma agrária à dimensão de política compensatória, focalizada e de corte quase assistencialista, obscurecendo a importância de políticas ativas e abrangentes de reestruturação fundiária, emprego e renda como geradores de um novo padrão de desenvolvimento da agricultura que possibilite a reversão real e permanente do atual quadro de exclusão e desigualdade social; e obscurece a percepção da importância da pressão reivindicatória pela terra como fator de avanço democrático da reforma, induzindo atitudes de autoritarismo institucional e ações direcionadas a isolar e esvaziar o movimento social que tendem a privilegiar o controle burocrático do processo agrário mais do que seu efetivo aprofundamento.

Nesta perspectiva deve-se esclarecer que a reforma agrária diz respeito a um processo de cunho social, com uma clara inter-relação de forças entre elementos/fatores econômicos, sociais, culturais e políticos em que sua dinâmica, necessidade e características apresentam as condições ideopolíticas e sócio-históricas específicas da realidade na qual se produz e se reproduz. No âmbito das condições ideopolíticas e sócio-históricas é mister afirmar que o latifúndio, assim como o país, também sofreu mudanças, contudo não perdeu em nada sua força política. Desta feita, a riqueza e a terra continuam concentradas em níveis mais perversos e, também mais extremos. Por isso, a força de interesses tradicionais, tanto a nível regional quanto local, sofreu poucas mudanças enquanto elementos de estruturação social e de poder e, no que tange a estas relações. “Neste sentido, a reforma tem, sim, importância política, principalmente do ponto de vista da redemocratização real da sociedade, que passa necessariamente pela superação deste quadro de vigência precária e socialmente discriminatória do Estado de Direito no campo.” (GOMES, 2002, p. 66).

Neste contexto de análise, merece especial atenção o problema do ritmo e do financiamento da reforma agrária que continua ancorado nos limites e possibilidades/impossibilidades institucionais, políticas e financeiras do país. Todavia, apesar/pelos/por/com esses limites, deve-se reconhecer que o eixo central da reforma agrária é a questão da terra e, no caso brasileiro, há de se considerar as condições de miserabilidade e de exclusão social em que encontram grande parte da população rural. Assim, o simples ato de distribuir e/ou facilitar o acesso a esse recurso constitui-se em si uma maneira de atendimento, mesmo que com limites, das necessidades básicas de milhões de famílias desassistidas desse direito social que compreende o acesso à terra.

Vale ressaltar ainda que,

> A alegada falta de recurso que limitaria a vitalidade do processo de reforma, não resiste a uma mera análise comparativa do custo destas vis a vis outros custos da atual política econômica relativos, por exemplo, ao socorro aos bancos [...] a isenções fiscais outorgadas ao investimento externo e à bilionária emissão da dívida pública para sustentar a política cambial, para citar só alguns itens mais em evidência. [...] com uma estrutura de custos mais adequada e privilegiando aquilo que é a essência da reforma agrária – a distribuição de terra – seria possível pelo menos duplicar ou triplicar o número de famílias assentadas anualmente sem provocar nenhuma catástrofe nas finanças públicas. [...] Portanto, o problema não é de falta de recursos, mas de prioridades de políticas. (GOMES, 2002, p. 68).

Portanto, em se tratando de reforma agrária, que tem neste contexto uma importância absolutamente marginal, os mecanismos de discriminação/repressão/desregulamentação/deslegitimação utilizados pelos donos dos meios de produção e personificado no Estado burocratizado e funcionalista, têm sido adequados a finalidade que se propõe. Uma vez que ao capitalismo é importante criar hierarquias por meio da legitimação do menor sob o julgo do maior, tais mecanismos são elementos reforçadores da lógica mercantilizada pelo mesmo Estado que alimenta e retroalimenta a produção e a reprodução do ordenamento capitalista. Todavia, este projeto ideológico hegemônico não é único. A resistência existe até quando subsumida, até quando indecifrável. Assim, em consequência, a conquista de espaços políticos adicionais que levem à dinamização, numa primeira instância depende da pressão social que, de forma organizada, os diversos segmentos e trabalhadores/as rurais exercem junto ao Estado de Direitos. Porém, "[...] a realização plena da reforma e de seus objetivos sociais e econômicos supõe a ruptura do atual modelo econômico e sua substituição por um novo projeto nacional de desenvolvimento voltado para as necessidades e interesses da grande maioria da população brasileira." (GOMES, 2002, p. 68).

Nesse universo as mulheres trabalhadoras rurais têm cada vez mais ocupado seu espaço na luta em defesa dos direitos de todos e todas, exemplo dessa luta são os grupos organizados, dentre eles a Marcha das Margaridas, já citado anteriormente, que em 2003, com o lema: "**Não vamos parar de marchar enquanto existir uma só mulher rural sem documentos**". Essa luta nasceu em decorrência de uma realidade bastante séria no que tange a ausência de documentação das mulheres do campo. Segundo Butto (2006), dados do censo do IBGE (2000) revelaram à época que 40% da população rural não tinha registro civil. Deste total, 60% eram mulheres. Vale dizer que a cada duas mulheres do campo mais de uma não tinha carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho, título de eleitor e inscrição no INSS. Sem contar sequer com uma certidão de nascimento, não tinham o direito de serem reconhecidas como cidadãs

perante o Estado. Portanto, estavam impedidas de acessar direitos básicos da cidadania tais como aposentadoria rural e auxílio maternidade; o crédito e outras políticas de apoio à agricultura familiar; os programas sociais como o Bolsa Família, entre outros; e programas de apoio à Reforma Agrária.

Nesta perspectiva, O diálogo estabelecido por esta frente de luta da Marcha das Margaridas junto ao Governo Federal fez nascer uma produtiva parceria com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e, em consequência, com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o resultado desta conquista, foi a criação em 2004 do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR). Inicialmente o PNDTR possibilitou a emissão de documentos civis para mais de 122 mil mulheres trabalhadoras rurais. Com esse resultado, até maio de 2006 atingiu 50% da meta, que visava beneficiar 250 mil trabalhadoras até 2007. A proposta deste programa era garantir a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres atendidas o exercício de seus direitos básicos. Segundo dados da SPM (2014), entre 2004 e 2009, o Governo Federal realizou mais de 2.000 mutirões itinerantes em 2.368 municípios predominantemente rurais, garantindo a emissão de mais de 1,22 milhão de documentos, que beneficiaram em torno de 550 mil mulheres trabalhadoras rurais. Para sua execução, o PNDTR articulou órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, bem como os Movimentos Sociais de Mulheres.

Todavia, mesmo com esses avanços é sabido que, "[...] muitas limitações se impõem ao desenvolvimento da autonomia econômicas das mulheres trabalhadoras rurais e têm forte expressão entre assentadas da reforma agrária e agricultoras familiares." (BUTTO, 2006, p. 2). Por isso, dentre tantos embates, a luta em defesa da emancipação social das trabalhadoras rurais acontece de forma continuada, pois torna-se cada vez mais notório o valor econômico das atividades desenvolvidas por essas mulheres, derivando daí a luta pelo direito à cidadania em decorrência do papel econômico e social desse grupo de trabalhadoras. Como forma de garantir a inserção social dessas trabalhadoras rurais de forma efetiva, sua participação política também tem sido ampliada nos Movimentos Sociais Rurais de forma considerável e nesse campo é possível afirmar que enquanto atrizes políticas têm papel determinante para que de fato ocorra a tão desejada transformação sociopolítica, econômica, educacional e cultural em relação ao papel da mulher na sociabilidade do capital.

2.1 O Estado e as Políticas Públicas nos/dos Projetos de Assentamentos do Triângulo Mineiro

O reordenamento das múltiplas formas de enfrentamento das opressões vividas/vivenciadas no campo, bem como o aparecimento de novas demandas reivindicatórias

é marca dos Movimentos Sociais Rurais a partir da década de 1980, reconhecidamente como um período de ações coletivas. Esse reordenamento, aliado às mudanças das mais diversas ordens em nível macro e micro (global, nacional e local) no plano sociopolítico, econômico e cultural em variados espaços/territórios permitiram/possibilitaram a visibilidade de outras lutas, dentre elas a das mulheres.

A partir e por meio das lutas impetradas pelos diversos Movimentos Sociais Rurais, o embate de classes passa a se configurar em exercício político nas representações sociais dos sujeitos diretamente envolvidos no processo, que também se manifesta na correlação de forças e nas diversas formas de resistência. Nesta perspectiva, enquanto política pública,

> A reforma agrária não é um termo unívoco; ao contrário, é um conceito bastante controverso, podendo ser analisado enquanto uma questão de ordem econômica, política, ideológica, social. Portanto, devemos compreendê-la como um processo (contraditório) de transformação das relações sociais (relações de produção e poder) e seu caráter – revolucionário, radical, progressista, capitalista – é definido pela correlação das forças políticas. (HILSENBECK, 2013, p. 1).

Esta correlação e forças no caso dos trabalhadores/as rurais sem terra se configuram na ocupação, no acampamento, nas assembleias, nas negociações, na mobilização, nos processos de educação escolar, na formação política, na cobrança junto às instituições estatais pelo acesso aos direitos políticos, econômicos, culturais e sociais, além da articulação com outros Movimentos e outros sujeitos envolvidos no processo de construção do sujeito coletivo, bem como nas formas/maneiras como os sujeitos se percebem e/ou se reconhecem no e dentro do Movimento (retorno ao objeto).

Entretanto, importa ressaltar que enquanto resultado positivo das lutas dos trabalhadores rurais sem terra "[...] o assentamento é uma criação do Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira mais direta e autoritária (como nos projetos de colonização do regime militar), seja de maneira mais indireta e negociada, como no período democrático." (LEITE et al, 2004, p. 65). Por isso, nas relações que são estabelecidas entre o Estado e os Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-terra o primeiro, via de regra, pode até ignorar/invisibilizar e/ou traçar estratégias de desmobilização do segundo enquanto unidade social que atua no campo da intermediação das relações, mas em se tratando do assentamento a situação sofre uma inversão uma vez que,

> [...] para o Estado (e também para os que contrapõem às suas políticas e/ou a ele próprio) não há assentado sem assentamento. É o assentamento que faz existir o assentado. Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade e viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa aqueles que o

> fazem existir) ou não, o desempenho e um assentamento é um desempenho do Estado. (LEITE et al.. 2004, p. 65).

Neste contexto de análise percebe-se uma clara correlação de forças impressa numa espécie de coerção interna junto ao Estado no que tange à definição de norma de funcionamento. No campo da tecnocracia estatal, regida por burocratas/tecnocratas personificados nos responsáveis estatais e funcionários, a prática de deixar o outro, ou melhor, os outros, personificados nos desprovidos de conhecimento técnico relativos às coisas do Estado, pensarem normas/regras de funcionamento é algo desconsiderado de possibilidades. Esta correlação de forças acaba por ser medida nas exigências formais de tipos variados tais como a elaboração de projetos para o reconhecimento/legalização do assentamento, a criação de associações para facilitar o relacionamento/diálogo com os organismos governamentais. Além essas exigências, ainda determinam formas de operacionalização dos assentamentos. Esta realidade retrata certa obrigatoriedade do Movimento de Trabalhadores/as Rurais Sem-terra de se integrar ao no mercado capitalista por meio de políticas de governo e pelo braço gestorial do Estado.

Esta vinculação do mercado capitalista/Estado foi reforçada ainda mais no governo Dilma por meio da aproximação do INCRA com representantes do agronegócio, materializada em uma reunião entre a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o presidente do Incra, Carlos Guedes, em novembro de 2012. Segundo Glass (2013, online):

> O setor ruralista tem visto com otimismo a abertura de diálogo com o órgão, de acordo com a assessoria da Frente. "Naquela reunião, foram discutidas questões como regularização fundiária, assentamentos de reforma agrária e terras indígenas e quilombolas, e os resultados foram positivos. O presidente do Incra deixou bem claro que quer trabalhar com apoio da Frente, e os parlamentares [da bancada ruralista] saíram bastante satisfeitos", afirma a assessoria da FPA.

Nesta reunião ainda foram estabelecidos caminhos para a viabilização/concretização desta parceria entre Confederação Nacional de Agropecuária (CNA), Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Incra e o primeiro passo a ser dado de acordo com Glass (2013) diz respeito à simplificação de procedimentos de certificação de imóveis rurais, em especial os localizados em áreas de fronteira e às margens de rodovias federais na Amazônia. Como base de dados das ações, o Incra deverá usar o cadastro de áreas e produtores da CNA. Outra demanda que teria sido bem recebida pelo INCRA trata-se de disponibilizar com mais celeridade as áreas de assentamentos no mercado de terras através da titulação dos assentados e da emancipação dos assentamentos. Esta concepção, via de regra, se distancia dos propósitos estabelecidos/determinados/almejados pelos Movimentos Sociais Rurais, que

reconheciam/reconhecem nos assentamentos com orientação de formação/organização coletiva a contraposição à lógica da propriedade individual, onde os problemas desta propriedade permanece e com ela os problemas que costumeiramente engendram.

No Triângulo Mineiro esta realidade não é diferente, pois a questão agrária e fundiária apresenta clara vinculação ao modelo neoliberal personificado no Estado, além disso, como em várias regiões do Brasil, o desenvolvimento econômico da mesorregião do triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tem forte representatividade/lastros no agronegócio enquanto produto direto das ações vinculadas ao Estado. Nestes termos a concentração fundiária representa de forma clara um dos problemas da desigualdade econômica no campo desta mesorregião.

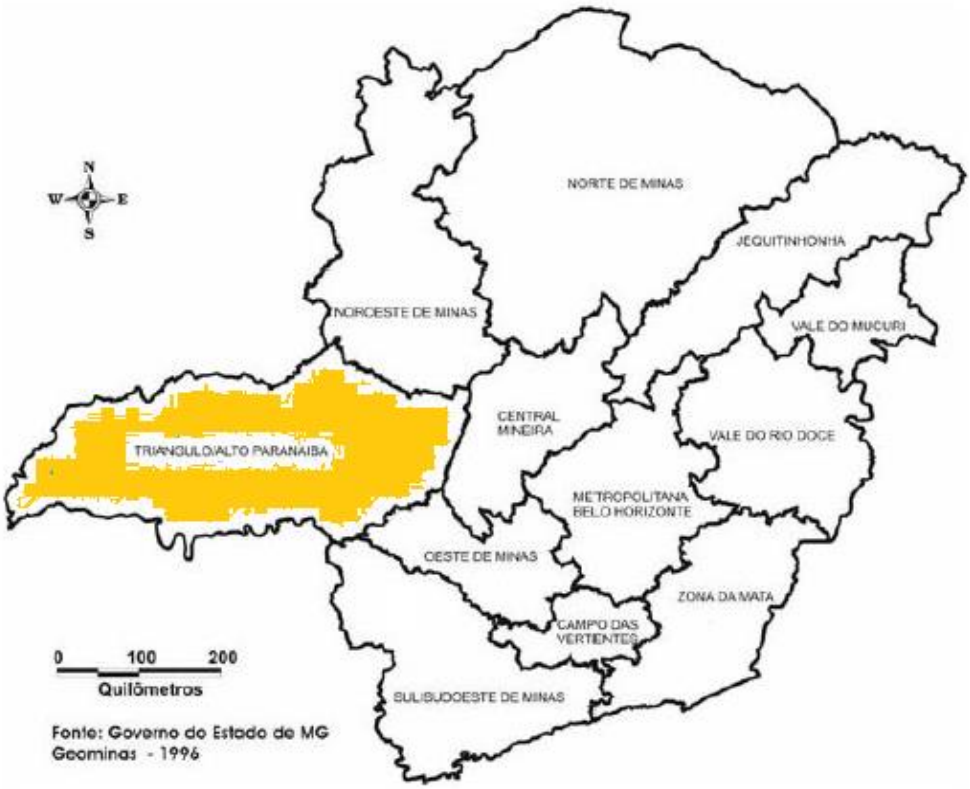
Segundo Souza (2012, online)

> A mesorregião Triângulo Mineiro/ Alto Paranaíba, possui atualmente grande destaque a nível nacional no que tange a produção de grãos, cana-de-açúcar e criação de gado tanto de corte quanto leiteiro. Grande parte do que é produzido no estado é destinado ao mercado externo, assim, pode-se afirmar que a região é tida como estratégica na expansão do agronegócio brasileiro. Vários fatores levaram o Triângulo Mineiro a ocupar esta colocação, dentre eles sua localização geográfica, no centro do país; condições de ordem geomorfológica de relevo plano apto para agricultura mecanizada e a presença e poder político notório da União Democrática Ruralista – UDR – na região, ao que contribui ainda mais para a manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas no patriarcalismo e patrimonialismo rurais.

Em decorrência desta concentração, que encontra-se vinculada a grupos/famílias tradicionais já a várias décadas/gerações, neste contexto existe um tensionamento no meio rural materializado nos embates/lutas entre estes grupos e os trabalhadores rurais que, também, têm sofrido uma pressão exercida pelas empresas agroindustriais e sistema agrícola baseado na monocultura. Neste movimento as ações políticas dos Movimentos Sociais têm como eixo central a luta por melhores condições de vida para todos/as trabalhadores/as, bem como a luta pela realização da Reforma Agrária, por meio de negociações e mobilizações com o objetivo de fazer com que os governos regulamentem e acelerem este processo.

Segundo LAGEA (2013), o Projeto DATALUTA-MG, com a finalidade de melhor organização de seus dados, adota como critério de delimitação regional da pesquisa, a divisão que apresenta o Estado de Minas Gerais dividido em 12 Mesorregiões e 66 Microrregiões Geográficas de acordo com a figura abaixo:

FIGURA 1 – DATALUTA Minas Gerais – Divisão Mesorregional



Fonte: LAGEA, 2013

Para melhor visualização/localização a Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba fora destacada na cor amarela porque compreende a delimitação do espaço geográfico onde ocorre a presente pesquisa. Esta microrregião se organiza em outras 07 (sete) microrregiões MRGs, a saber, Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá que se soma a um conjunto de outros 66 municípios[73].

Para melhor compreensão dos processos histórico de luta e embates acerca da política de Reforma Agrária desta mesorregião, apresentamos abaixo tabela que revela a estrutura fundiária deste contexto de análise:

[73] Cf dados do LAGEA (2013) os municípios que compõe este conjunto são: Abadia dos dourados, Água Comprida; Araguari; Araporã; Arapuá; Araxá; Cachoeira Dourada; Campina Verde; Campo Florido; Campos Altos; Canápolis; Capinópolis; Carmo do Paranaíba; Carneirinho; Cascalho Rico; Centralina; Comendador Gomes; Conceição das Alagoas; Conquista; Coromandel; Cruzeiro da Fortaleza; Delta; Douradoquara; Estrela do Sul; Fronteira; Frutal; Grupiara; Guimarânia; Gurinhatã; Ibiá; Indianópolis; Ipiaçu; Iraí de Minas; Itapagipe; Ituiutaba; Iturama; Lagoa Formosa; Limeira do Oeste; Matutina; Monte Alegre de Minas; Monte Carmelo; Nova Ponte; Patos de Minas; Patrocínio; Pedrinópolis; Perdizes; Pirajuba; Planura; Prata; Pratinha; Rio Paranaíba; Romaria; Sacramento; Santa Juliana; Santa Rosa da Serra; Santa Vitória; São Francisco de Sales; São Gotardo; Serra do Salitre; Tapira; Tiros; Tupaciguara; Uberaba; Uberlândia; União de Minas e Veríssimo.

Tabela 2 – Triângulo Mineiro – evolução da Estrutura Fundiária por municípios - 1993, 1998, 2003 e 2011

Municipios	1992		1998		2003		2011	
	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
Total	47.203	6.306.310,30	60.205	7.752.448,30	74.017	8.336.485,00	91.219	8.956.346,15
Abadia dos Dourados	585	51.594,20	767	67.853,60	950	79.320,30	1.297	92.369,41
Água Comprida	170	34.293,10	216	45.724,50	242	42.904,30	267	47.995,75
Araguari	1.358	147.288,60	1.959	200.382,50	2.663	233.041,00	3.503	265.670,39
Araporã	-	-	53	4.505,20	103	8.845,20	176	13.614,04
Arapuá	410	13.032,30	465	16.677,90	546	19.911,70	623	21.085,89
Araxá	516	69.865,10	771	101.601,20	965	110.863,20	1.230	129.088,51
Cachoeira Dourada	81	12.798,20	86	11.995,10	101	13.648,90	114	18.854,60
Campina Verde	1.644	304.364,60	1.972	350.669,60	2.384	380.030,20	2.880	404.672,67
Campo Florido	343	89.741,40	405	109.063,40	471	123.544,10	585	134.852,37
Campos Altos	364	52.639,20	473	68.450,40	588	74.144,70	845	93.005,90
Canápolis	272	65.476,30	377	71.766,90	478	85.903,00	561	88.132,91
Capinópolis	280	54.075,30	326	60.350,80	391	62.714,20	455	67.189,16
Carmo do Paranaíba	1.165	80.179,20	1.698	110.604,40	2.075	128.212,20	2.307	131.803,06
Carneirinho	6	786	804	143.744,40	965	154.198,70	1.236	174.749,17
Cascalho Rico	288	21.593,20	347	25.476,50	442	30.341,50	533	33.590,72
Centralina	181	22.667,10	242	29.295,90	292	31.849,80	336	34.643,82
Comendador Gomes	427	71.204,10	552	94.609,50	644	102.841,00	774	107.636,21
Conceição das Alagoas	924	110.532,60	1.139	126.570,70	1.244	128.638,20	1.471	145.774,93
Conquista	386	52.205,00	424	56.265,60	503	63.698,60	558	64.964,94
Coromandel	1.293	190.941,50	1.682	258.655,00	2.098	282.127,50	2.787	340.482,77
Cruzeiro da Fortaleza	206	17.141,40	232	19.755,80	289	22.021,60	370	22.459,96
Delta	0	0	0	0	80	11.866,00	86	11.717,72
Douradoquara	148	12.070,00	196	15.295,00	238	17.517,80	392	27.175,77
Estrela do Sul	482	74.036,60	602	83.973,30	650	54.204,60	863	95.093,65

Municipios	1992		1998		2003		2011	
	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
Fronteira	162	11.087,30	222	14.154,70	244	13.422,90	304	17.258,74
Frutal	1.748	223.601,40	2.207	250.899,40	2.663	236.038,90	3.232	256.283,98
Grupiara	95	7.750,10	115	9.718,60	140	10.020,10	192	12.500,29
Guimarânia	502	23.156,40	582	30.416,30	697	33.013,10	873	35.146,86
Gurinhatã	894	149.227,00	1.059	171.851,30	1.258	181.969,30	1.411	200.959,79
Ibiá	856	163.330,00	1.152	226.130,10	1.383	243.401,30	1.754	268.333,11
Indianópolis	352	43.273,90	405	48.477,40	642	65.982,30	859	73.141,54
Ipiaçu	112	28.894,10	144	34.973,60	164	35.109,60	194	41.283,38
Iraí de Minas	478	27.281,80	608	31.738,20	716	33.701,60	910	43.419,85
Itapagipe	1.445	153.949,10	1.660	168.964,70	1.875	180.338,90	2.284	192.798,60
Ituiutaba	1.245	226.616,70	1.488	254.819,60	1.765	272.910,40	2.046	296.622,45
Iturama	2.482	459.008,90	1.668	282.292,60	1.273	182.037,20	1.395	171.965,16
Lagoa Formosa	2.033	63.630,20	2.273	72.089,60	2.553	78.675,40	2.860	84.558,05
Limeira do Oeste	2	389,2	614	112.280,60	749	130.376,30	907	147.878,10
Matutina	343	15.792,80	426	21.168,20	564	26.101,40	681	29.666,79
Monte Alegre de Minas	1.045	152.849,20	1.516	209.576,80	1.997	261.302,40	2.536	290.074,23
Monte Carmelo	1.035	91.436,90	1.372	110.867,00	1.803	123.931,00	2.531	156.353,75
Nova Ponte	444	89.467,00	538	104.570,90	693	111.278,30	835	101.941,71
Patos de Minas	3.543	230.229,90	4.241	272.612,80	4.881	292.108,30	5.877	337.733,64
Patrocínio	2.162	181.314,40	2.771	240.564,10	3.495	273.262,30	4.301	291.191,50
Pedrinópolis	122	18.554,10	213	23.510,80	292	30.342,70	355	30.789,00
Perdizes	808	133.807,10	1.246	193.218,00	1.746	222.943,10	2.236	249.375,31
Pirajuba	143	18.876,80	222	24.624,90	306	31.374,80	351	33.791,94
Planura	126	25.440,00	164	29.765,80	187	29.628,50	205	33.207,20

Continua

Municípios	1992		1998		2003		2011	
	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)	Nº de imóveis	Área (ha)
Prata	1.284	284.226,00	1.572	365.859,50	2.028	456.381,70	2.772	518.975,56
Pratinha	411	43.118,10	545	53.360,80	645	59.641,40	810	64.525,26
Rio Paranaíba	1.302	94.360,90	1.628	125.254,10	1.834	133.943,90	2.120	145.777,03
Romaria	229	32.945,40	297	38.980,60	390	33.526,30	472	46.020,39
Sacramento	1.604	222.629,40	2.040	275.052,30	2.443	281.293,30	2.994	331.567,05
Santa Juliana	390	35.441,70	559	50.961,50	813	60.097,50	1.005	71.812,73
Santa Rosa da Serra	219	15.260,90	271	18.384,70	370	21.181,20	519	27.096,90
Santa Vitória	768	221.843,00	932	254.215,40	1.189	289.016,20	1.363	304.710,21
São Francisco de Sales	436	86.523,00	549	98.133,70	636	103.159,60	845	113.349,02
São Gotardo	877	47.393,60	1.284	68.177,70	1.606	74.702,70	1.971	88.974,57
Serra do Salitre	603	84.834,00	882	113.326,30	1.182	134.420,90	1.476	145.148,12
Tapira	310	81.301,20	408	104.660,60	580	109.281,30	800	125.613,13
Tiros	998	118.842,00	1.210	141.062,90	1.473	159.773,60	1.964	203.420,89
Tupaciguara	1.007	215.118,00	1.106	228.712,40	1.190	165.147,80	1.337	180.609,80
Uberaba	1.631	334.304,40	2.195	420.998,20	2.573	429.026,90	2.940	438.999,08
Uberlândia	1.101	218.292,10	1.636	287.175,00	2.453	353.537,70	3.125	392.229,53
União de Minas	0	0	0	0	675	12.096,80	814	130.556,06
Veríssimo	327	82.387,30	397	95.559,40	449	98.597,80	514	112.060,61

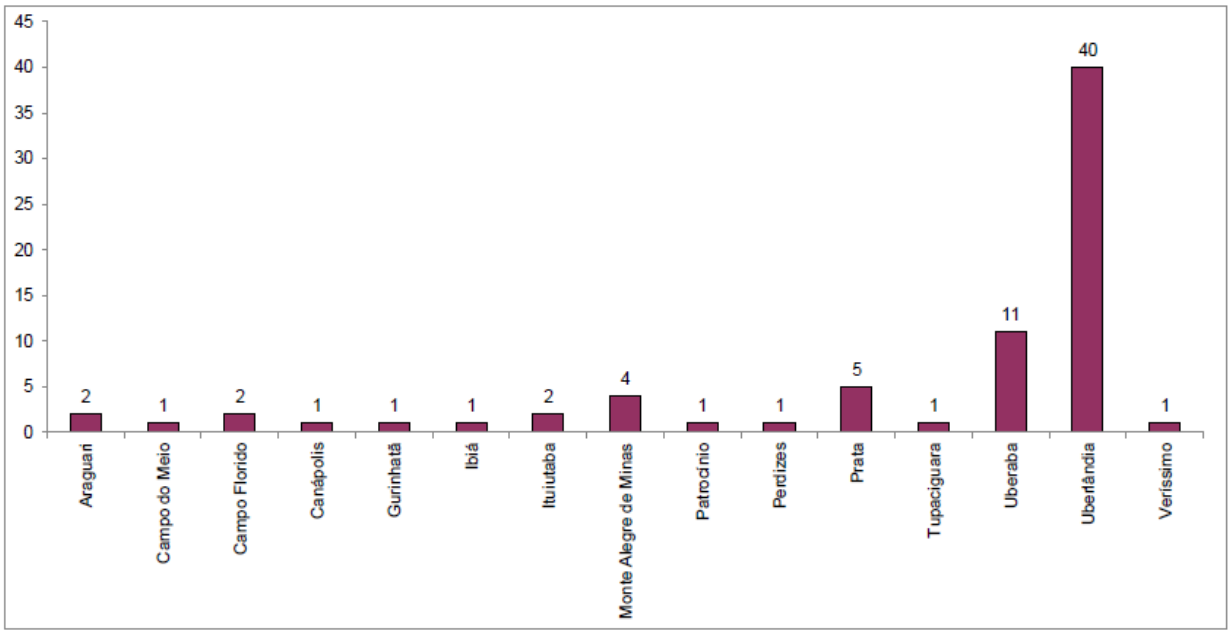
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.
LAGEA/ NERA. 2012.

Fonte: LAGEA, 2013

A tabela 2 evidencia em dados a evolução da concentração fundiária, principalmente nas microrregiões de Uberaba e Uberlândia onde ano a ano há uma clara expansão do agronegócio. Nestas microrregiões a manutenção de uma elite agrária é reafirmada, vindo acompanhada da tecnificação dos latifúndios, minifúndios e empresas rurais e, segundo Souza (2012, p. 18) "[...] a instalação de um grande conjunto de empresas multinacionais do setor do agronegócio e a formação de municípios de grande destaque no campo da logística e de infraestrutura de transporte para escoamento de produção" gerou mudanças significativas no ordenamento territorial e nos aspectos econômicos, bem como nas relações sociais de produção. Na realidade sócio-ocupacional dos trabalhadores/as rurais ocorreu aumento do fluxo migratório, quando se viram obrigados a se sujeitarem a uma nova dinâmica de expropriação do trabalho, além da expropriação econômica e social. Deste contexto de mudanças, surgiu uma série de conflitos/manifestações por meio de ações dos Movimentos Sociais Rurais que a partir deste período tornam-se uma constante, ocorrendo de modo diferenciado conforme as condições e os processos de luta.

Vale registrar que em se tratando da luta organizada por um conjunto considerável de Movimentos Sociais Rurais em todo o Estado de Minas Gerais, o aumento dos problemas agrários e dos conflitos do/no campo aconteceram particularmente de forma progressiva e de forma específica, no Triângulo Mineiro. Dados do LAGEA-MG (2013), apresentam a realidade das manifestações e ocupações feitas pelos Movimentos Sociais de luta pela terra entre 1990-2012, conforme gráfico e tabela a seguir:

Gráfico 4 – Número de manifestações por município do triângulo Mineiro – 1990-2012



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.

Fonte: LAGEA, 2013

Segundo dados apresentados no gráfico 4, fica evidente que as manifestações deste período se concentraram nos municípios de Uberlândia e Uberaba, contudo, segundo dados apresentados na tabela 3 abaixo, o maior número de ocupações ocorreu nos municípios de Prata, Ituiutaba, Santa Vitória e Uberlândia. Os demais municípios que apresentaram um número de ocupações considerável (Araxá, Campina Verde, Coromandel e Ibiá) se localizam bem próximos das cidades anteriormente citadas.

Tabela 3 – Ocupações por município o Triângulo Mineiro – 1990-2012

MUNICÍPIO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Araguari	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Araxa	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	7	2	-	-	-	-	-	11
Campina Verde	-	-	-	-	-	-	-	1	5	2	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	10
Campo Florido	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	3
Campos Altos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Canápolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	3
Capinópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Carmo do Paranaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Carneirinho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Comendador Gomes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	3
Coromandel	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	2	1	1	3	-	-	-	-	-	10
Frutal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Guimarânia	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Gurinhatã	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	2	-	1	-	1	-	-	7
Ibiá	-	-	-	-	-	-	1	-	3	2	-	-	-	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	10
Ituiutaba	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	1	-	-	-	-	3	3	1	1	2	-	-	1	16
Iturama	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		2
Limeira do Oeste	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		1
Monte Alegre de Minas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-		3
Nova Ponte	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		3
Patrocínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	1	1	-	-	1	-	2	-	-		8
Perdizes	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-		6

Continua

MUNICÍPIO	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Prata	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5	4	1	2	3	-	-	18
Rio Paranaíba	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Sacramento	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	1	3	-	-	-	-	-	-	7
Santa Vitória	-	-	-	1	-	2	-	3	8	-	-	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	18
São Francisco de Sales	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Serra do Salitre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	4
Tapira	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tupaciguara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Uberaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	1	1	3	8
Uberlândia	-	-	-	-	-	-	-	1	13	5	4	5	1	2	4	4	2	2	1	4	2	3	-	53
União de Minas	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Veríssimo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	1	-	4
TOTAL	1	0	0	3	0	4	6	6	41	20	5	14	5	8	15	18	28	19	7	11	7	6	7	231

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.
LAGEA/NERA, 2012.

Fonte: LAGEA, 2013

Estas manifestações e ocupações foram protagonizadas por várias Movimentos, dentre eles merece destaque as organizações e a luta orquestrada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da participação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), bem como de outros Movimentos Sociais tais como o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), enquanto organizações de luta pela terra, cuja participação teve e ainda tem muita expressão nesta região.

Destas manifestações e ocupações ocorridas na mesorregião do Triângulo Mineiro ao longo da segunda metade da década de 1980 até o ano de 2012 teve como resultado 86 (oitenta e seis) assentamentos e foram assentadas 4.455 (quatro mil quatrocentos e cinquenta e cinco) famílias conforme apresentadas na tabela 4 e gráfico 5 abaixo:

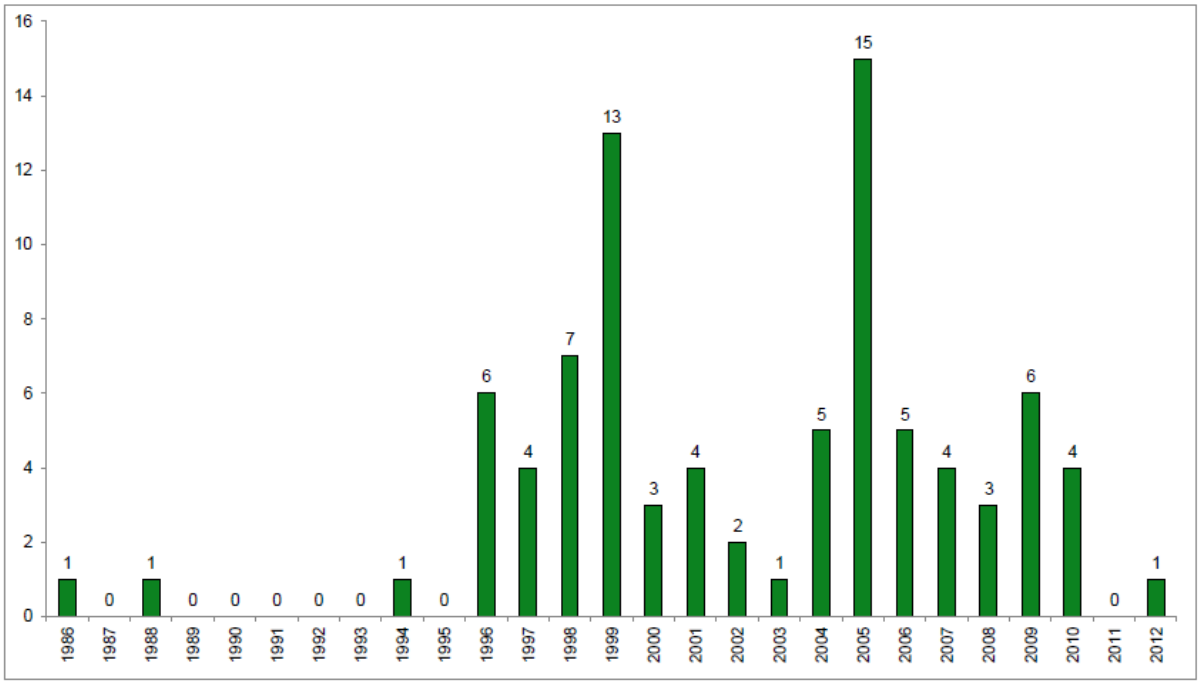
Tabela 4 – Triângulo Mineiro – Assentamentos rurais por município - 1986 a 2012

CLASS.	MUNICÍPIO	Nº ASSENTAMENTOS	Nº FAMÍLIAS
1º	Uberlândia	15	832
2º	Campina Verde	12	625
3º	Ituiutaba	6	204
	Santa Vitória	6	296
4º	Ibia	5	157
	Perdizes	5	204
5º	Prata	4	219
	Gurinhatã	4	393
6º	Veríssimo	3	162
	Araguari	2	102
	Campo Florido	2	152
	Coromandel	2	71
	Limeira do Oeste	2	316
7º	Patos de Minas	2	96
	Patrocínio	2	89
	Rio Paranaíba	2	33
	São Francisco de Sales	2	29
	Uberaba	2	48
	Campos Altos	1	24
	Comendador Gomes	1	47
	Nova Ponte	1	11
	Sacramento	1	26
8º	Serra do Salitre	1	37
	Tapira	1	20
	Tupaciguara	1	166
	União de Minas	1	96
TOTAL		86	4.455

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2013.
LAGEA/NERA, 2012.

Fonte: LAGEA, 2013

Gráfico 5 – Triângulo Mineiro – Assentamentos rurais por ano – 1986 -2012



Fonte: LAGEA, 2013

Ao observar a realidade dos assentamentos, especificamente os localizados no Triângulo Mineiro, percebe-se que, nos últimos anos, houve um aumento considerável no número de famílias assentadas. Todavia, é fato que as famílias conquistaram a tão sonhada "vitória" materializada no acesso à terra, mas também é fato que a organização desta sociabilidade se dá no movimento da luta de classes que é permeado de contradições.

Assim, neste contexto importa reconhecer quais são de fato as condições objetivas (aspectos relacionados à qualidade da terra, mercado, maquinários), materiais nas quais se engendram os mecanismos de sobrevivência destes trabalhadores/as. Além dessas, há que se reconhecer, também, as condições subjetivas (grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e a métodos administrativos), a construção das possibilidades históricas, suas tradições, bem como os valores culturais em um contexto cuja mobilização política se dá determinada pela luta de classes. Analisando o processo histórico dos Movimentos Sociais de luta pela terra é possível compreender/reconhecer que as suas ações acontecem e são produzidas a partir do entrelaçamento presente nas relações sociais que, por sua vez, são permeadas de contradições,

> [...] pois são relações constituídas em um contexto em que predominam relações conflituosas de produção e dificuldades de viabilização socioeconômica, mas, ao mesmo tempo, defende e busca implementar novas

> alternativas de organização social e produtiva, num movimento dinâmico, sendo possível a partir disso compreender e perceber as contradições sociais inerentes ao seu processo de constituição. (BARCELOS, online).

Ainda levando em conta as condições objetivas e subjetivas da vida dos assentados é possível verificar que ali há uma ampla disseminação/naturalização da ideia de que (na perspectiva do senso comum), quem de fato sempre sai ganhando são os grandes produtores (donos do capital) e não os pequenos produtores (reflexo das mesmas condições objetivas e subjetivas).Há de se registrar que também não há uma política que vise o desenvolvimento e que permita a fixação destes grupos familiares à terra. Neste sentido, Leite (2007, p. 9) afirma que:

> [...] a reforma agrária deve ser entendida não somente como uma política de distribuição de ativos fundiários (*land reform*), mas como um processo mais geral (*agrarian reform*) que envolve o acesso aos recursos naturais (terra, água, cobertura vegetal no caso dos trabalhadores extrativistas, etc.), ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e, especialmente, à distribuição do poder político.

É necessário repensar esse processo geral a partir da reforma agrária enquanto uma política que se conjugue em desenvolvimento. Mas para isso é necessário que essa ideia de desenvolvimento se reafirme e se posicione como um não-constrangimento à liberdade, reconhecendo a reforma agrária como um dos pontos fortes para viabilizar a expansão das capacidades e a força da luta dos trabalhadores rurais sem terra e da população pobre do meio rural, de uma forma geral. Entretanto, apesar dessa possiblidade, o que há neste movimento de pós acesso à terra é uma burocracia materializada nas ações do INCRA de forma desmedida, o que desencadeia a necessidade de uma pressão constante para que as políticas elementares no âmbito do assentamento se efetivem.

Desta feita, o cotidiano destes/as trabalhadores/as rurais assentados está permeado de tensionamentos a serem enfrentados e vencidos para que possa alcançar uma estrutura mínima que permita a estas famílias condições de sobreviver da terra com dignidade. Além disso, esta garantia do acesso ao lote, via de regra, gera certa desmobilização para dar continuidade às lutas coletivas (outras particularidades). Isso reflete no próprio apelo ideológico do capital, presente numa ontologia forjada na proposta que reina/impera o ser individual e que se revela enquanto a própria reprodução das contradições da sociedade burguesa. O grau de entendimento das lutas enquanto lutas políticas dentro e para além do Movimento são outras determinações (múltiplas determinações do real). Neste contexto, a questão das trabalhadoras rurais se torna relevante, por isso a análise seguinte visa a compreensão desta realidade.

2.2 O Protagonismo da Mulher nos Projetos de Assentamentos da Mesorregião do Triângulo Mineiro

Um dos objetos da ação política dos Movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em Movimentos Sociais mistos tem sido, também na mesorregião do triângulo Mineiro, a busca incessante para superação da subordinação das mulheres trabalhadoras rurais. Neste sentido, a partir do final dos anos de 1980, é indiscutível que a atuação das trabalhadoras rurais ganha mais força, na luta pela sua afirmação como agricultoras, bem como enquanto sujeitos políticos que problematizam/refletem acerca das relações sociais produzidas/reproduzidas no contexto rural.

Entretanto, para compreensão da questão da mulher trabalhadora numa perspectiva de totalidade, torna-se importante desvelar esta questão tendo como eixo norteador a categoria trabalho e como elemento de análise a divisão sexual do trabalho. Desta feita, ressalta-se que a ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho inicialmente relacionado com a indústria da guerra não alterou significativamente a denominada "divisão social do trabalho" associado às questões de gênero, ou melhor do controle social exercido pelos homens em relação às mulheres.

Neste contexto de luta e resistência para se problematizar e reconhecer o protagonismo da mulher há de se considerar que:

> A grandeza dos desafios que se têm para enfrentar nesta sociedade, encontra-se sem precedentes históricos, há uma multiplicidade de conflitos, que exigem um embasamento teórico consistente que possibilite perceber as relações sociais em sua concreticidade, indo além do imediato, do aparente, das manifestações subjetivistas e dos interesses individualistas. (CISNE, 2006, online).

Assim, para melhor compreender e desvelar a concreticidade destas relações sociais contemporâneas, determinadas por uma orientação ideopolítica de cunho neoliberal e, em certa medida, neoconservadora, necessário se faz avaliar que esta forma de divisão sexista do trabalho, em certa medida adaptada historicamente a cada sociedade de acordo com a sua cultura, ainda continua a ser praticamente a mesma, ou seja, vincula-se em caráter prioritário as ações laborais dos homens "[...] à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.)." (KERGOAT, 2003, p. 1). Tudo com base em dois

elementos constitutivos: a separação (entre trabalhos de homens e de mulheres) e a hierarquização (o valor do trabalho masculino é superior ao feminino) (KERGOAT, 2003).

Tal hierarquização continuou a ser fundamentada nos princípios do predomínio patriarcal associado à função masculina de prover os recursos econômicos para a família, destacando-se por esse motivo, o lugar ocupado no mundo do trabalho. Essa realidade se faz presente de forma bastante palpável no campo, pois boa parte das mulheres, quiçá a maioria, continuam responsáveis pelo trabalho **doméstico** e, também, assumem cada vez mais as atividades no espaço reprodutivo. Essa mulher trabalhadora rural foi inserida nesse mesmo mundo, porém, nem sempre tem acesso direto ao dinheiro e, em certa medida, encontra-se em condições de trabalho piores que as dos homens. Por esses motivos, vale lembrar Marx (1977 apud NOGUEIRA, 2006, p. 223) para quem "[...] a divisão sexual do trabalho, na qual todas essas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família […] ocorre uma repartição desigual do trabalho e da produção", motivo pelo qual para Nogueira (2006), a divisão sexual do trabalho, além de estar no âmago das relações de poder presentes na histórica opressão que o sexo masculino exerceu sobre o feminino, também continuou a se perpetuar na exploração que o capital passou a exercer sobre a força de trabalho.

Assim sendo, Nogueira (2006, p. 228) afirma que:

> [...] a crítica da sociedade capitalista não pode se limitar à análise da exploração existente no espaço produtivo, por mais importante que ela seja. A crítica deve abranger também todos os profundos e multifacetados aspectos negativos dessa lógica, tal como a compreensão da opressão que se encontra presente no espaço reprodutivo, aqui representado pela estrutura da família patriarcal que impõe uma desigual divisão do trabalho para a mulher.

Desta forma, defender a superação da opressão masculina sobre a feminina em busca de igualdade de direitos implica, na atualidade, transcender a relação capital/trabalho cerne da ordem social burguesa, considerando historicamente que a dominação do homem sobre a mulher não nasceu nem foi engendrada no sistema capitalista e de que esta relação poderá não desaparecer "naturalmente" no processo de transição de um modo de produção para outro. Também é necessário afirmar que a situação de submissão feminina em relação ao homem é sociocultural, ou seja, é apreendida e reproduzida culturalmente, tal como nos lembra Simone de Beavouir: "[...] ninguém nasce mulher, torna-se mulher" (apud NOGUEIRA, 2006, p. 229). Acerca desta questão, também se faz necessário reconhecer a luta da mulher trabalhadora no contexto de classes, pois, segundo Cisne (2006, online),

> [...] o ponto a unir as mulheres deve ser a identidade de classe, uma vez que é da contradição de classe que emergem as desigualdades, opressões e explorações que marcam a vida das mulheres trabalhadoras. Portanto, não se pode analisar gênero isoladamente das determinações econômico-sociais.

Assim, pensar a questão de ser mulher trabalhadora rural na perspectiva da luta de classes implica, necessariamente pensar esta realidade, também, para/com/em/no mundo do trabalho no contexto rural. Estas dimensões da vida cotidiana das trabalhadoras rurais convergem para outra premissa: a de que o modo de ser mulher trabalhadora rural na perspectiva ontológica, tem-se revelado nos diferentes Movimentos, dentre eles os sem-terra, que lutam/reivindicam direitos econômicos, sociais e políticos. Essa ação/reação/luta/resistência diante dos diversos contextos com vista a diversas superações, via de regra, é fruto da realização de grandes mobilizações nacionais, como a Marcha das Margaridas, e um maior reconhecimento social de suas reivindicações.

Além disso, esta realidade também acontece nos vários Movimentos Sociais nos quais se encontram inseridas as mulheres trabalhadoras rurais do Triângulo Mineiro, onde, de forma dialética, ocorre a resistência dos/as trabalhadores/as rurais mediante um processo de intensificação da exploração e da expropriação a que estão submetidos/as. A tradução desta resistência se revela tanto por meio de conflitos diretos quanto pela busca de novas estratégias e caminhos para reprodução social. O destaque para as diferentes formas de luta/resistência se revelam/relacionam a situações específicas vividas por trabalhadoras rurais no processo de integração e exclusão a que foram submetidos. Segundo Carneiro, (1994, p. 14):

> Contraditoriamente aos valores que sustentam as relações sociais entre gêneros, é a referência à identidade feminina que caracteriza o processo político pela conquista dos direitos da mulher rural como trabalhadora. O que distingue essa participação feminina nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais é o fato de se estar tornando pública a situação da trabalhadora-mulher que engloba outras identidades, o da trabalhadora-mãe e o da trabalhadora-esposa. É do produto desses dois fatores - o de pertencer ao gênero feminino e o de ocupar uma posição determinada na estrutura socioeconômica - que resulta a identidade, ou melhor, as identidades múltiplas da mulher rural. É nesse sentido que concordamos que para se entender o movimento das mulheres trabalhadoras rurais é necessário levar em consideração não apenas os fatores objetivos decorrentes das condições materiais de vida mas também valores ideológicos estruturantes das relações entre os sexos e conformadores das identidades sociais dos gêneros.

Considerando todo esse processo de luta e resistência, a conquista da terra desencadeia outras particularidades que se efetivam na desarticulação dos sujeitos com o Movimento, momento em que, via de regra, perdem o sentido de sujeito coletivo e incorporam a condição

de indivíduo, dono da terra que necessita produzir e ter retorno financeiro. Lutar por terra, muitas vezes, é lutar por condições de sobrevivência. A organicidade dos Movimentos sociais de luta pela terra vincula-se ao processo de luta e de formação. A própria base é formada por trabalhadores/as que perderam a perspectiva de sobrevivência - não conseguem estabelecer e sequer reproduzir-se na cidade-, que passa pela posse da terra.

Quanto a condição da mulher trabalhadora rural, esta ocorre numa dimensão de forma ainda maior, pois sua luta se configura em questão de gênero. Assim, Neste contexto, a pesquisa científica vem apontando que o engajamento das mulheres camponesas nos Movimentos de luta pela terra, está ampliando a sua visão de mundo e, consequentemente, contribuindo significativamente para reagir criticamente às práticas machistas e autoritárias presentes nos grupos familiares, originalmente patriarcais, assim como também está reagindo criticamente ao preconceito e a discriminação em todas as suas formas de manifestação social. Historicamente são reconhecidas e perpetuadas neste espaço de vida social.

Em outras palavras, a partir de uma formação política respaldada no materialismo histórico dialético, há a clara possibilidade do reconhecimento da base material da vida, por meio de uma leitura crítico reflexiva das relações sociais cotidianas desta sociabilidade cujo eixo central é a desigualdade social. As mulheres camponesas que assumem historicamente seu papel de protagonistas na luta pela terra e outros direitos, "[...] passam a se reconhecer e libertar-se das amarras sociais que as impedem da vivência política na sociedade." (SILVA; LAGE, 2014, p. 4), tal como pode ser identificado no interior dos Projetos de Assentamentos, localizados no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Minas Gerais.

Assim, é importante considerar que em se tratando do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem-terra, a compreensão da dinâmica da luta pela terra e das diversas ações e estratégias de atuação no interior destes Movimentos sócio-territoriais organizados em geral pelo país e na mesorregião do Triângulo Mineiro em particular, necessitam ser desvelados considerando nesta mesma dinâmica o protagonismo das mulheres. Para tanto, importa refletir acerca do espaço/papel que estas trabalhadoras ocupam nas conquistas e desafios relativos à luta e à democratização do acesso à terra.

Na perspectiva do descortinamento deste espaço também como dela/delas, percebe-se que estas mulheres estão, muitas vezes, à frente do processo de demanda de terra e, embora os homens continuem chefes de família, boa parte destes grupos é realmente chefiada pelas mulheres que lutam incansavelmente pela sobrevivência e dignidade sua e de seu grupo familiar. Nesse processo de luta está impressa a luta por terra e a luta por espaços na mais ampla dimensão do termo.

No processo de luta pela reforma agrária no Brasil, observa-se uma dinâmica em que ora acontece de forma individual, ora de forma coletiva. Essa luta se revela por meio das experiências cotidianas que produz novas possibilidades de outras experiências ressignificadas. Nesta perspectiva, a participação efetiva das trabalhadoras nos Movimentos Sociais de luta pela terra demonstra/desnuda sua força, coragem e determinação que, por vezes, são esquecidas, preteridas mediante um contexto de desigualdades, do preconceito em um movimento atravessado de contradições próprias desta sociabilidade.

Desta feita, vale ressaltar que a presente análise aponta este movimento contraditório e desigual do capitalismo expresso no campo da mesorregião do Triângulo Mineiro, o que materializa a reprodução daquelas relações tipicamente capitalistas de produção ali engendradas e, ao mesmo tempo, a criação e recriação de relação não-capitalistas de produção, iguais e contraditoriamente necessárias à reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1991; 2004).

Por isso, a particularidade é parte constitutiva da universalidade e especificamente a particularidade do gênero é algo fundamental nessa sociabilidade, pois, claramente se percebe que após todo o processo de luta que desencadeia na posse do lote, a maior facilidade de mobilização do coletivo continua sendo das mulheres que neste Movimento imprimi seu protagonismo com maestria, conforme será retratado no capítulo seguinte.

CAPITULO 3

A CONSTRUÇÃO SOCIAL E O PROTAGONISMO DA MULHER NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO TRIÂNGULO MUNEIRO: HISTÓRIA DE VIDA, VIDA CHEIA DE HISTÓRIAS

Para dimensionar o movimento do ser mulher no campo é necessário que haja o reconhecimento social da luta cotidiana em prol do rompimento com as múltiplas formas de preconceitos, dificuldades, e, sobretudo subalternização e o enfrentamento da repressão social de ser inferior impresso na condição de mulher neste contexto. Assim, o protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais se dá justamente como um ato para que ocorra de fato a reafirmação da sua condição de sujeito de direitos, a reivindicação desses direitos, bem como ser sujeito atuante na tomada de decisões relativas às formas de concordância e/ou discordância no espaço/movimento de formar-se como ser político e social.

Neste sentido objetiva-se, à luz das histórias de trabalhadoras rurais sem-terra, explicar como se materializa o protagonismo desta mulher/trabalhadora rural enquanto resultado da sua participação, ativa ou não, em todo o processo de resistência e luta pela terra como um direito social. Para tanto, importa analisar e compreender as articulações, estratégias e os espaços ocupados por essas mulheres tendo em vista a incorporação de suas temáticas no interior das lutas políticas dos Movimentos Sociais e luta pela terra na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Para se ter o alcance do protagonismo das mulheres[74] nos Movimentos Sociais Rurais do Triângulo Mineiro optou-se por conhecer suas histórias desde a mais tenra idade, pois esse recurso metodológico permite aprofundar a compreensão acerca da construção social dessas mulheres que tem em seu cotidiano impresso a palavra luta. As histórias aqui apresentadas são singulares em sua essência mas que compõem um universo onde a aproximação de classe e de gênero se situam como particularidades de um contexto social mais amplo, isto observando algumas semelhanças no que tange à sua origem, pois essas mulheres em sua maioria nasceram e viveram boa parte de suas vidas no campo; também são filhas e netas de camponeses e aprenderam desde muito cedo o valor da terra. Além da origem, elegemos para a análise as

[74] Os nomes das mulheres cujas histórias são aqui contadas, serão codificados para preservar as suas identidades. Optamos por nominá-las como pedras brasileiras, que na nossa concepção representam dureza/fragilidade, beleza/rusteza retratando a contradição presente nesta sociabilidade. Mediante esta opção fizemos consulta a boa parte das mulheres trabalhadoras rurais que nos contaram suas histórias para que escolhessem com que pedra mais se identificavam e, como gostariam de serem chamadas. Por isso grande parte dos nomes que aqui aparecem foram por elas escolhidos. Assim, apresentaremos as histórias de 11 (onze) mulheres – Ágata, Topázio, Turmalina Paraíba, Safira, Turquesa, Citrino, Diamante, Quartzo Verde, Rubi, Hematita, Cornalina - que, apesar de já estarem todas assentadas, ainda se encontram, cada uma a seu modo, na luta e no enfrentamento junto aos companheiros do movimento de luta pela terra ao qual pertencem.

memórias das infâncias, o processo de escolaridade, o movimento social de luta pela terra, a condição de mulher neste contexto de lutas, o protagonismo que essas mulheres ocupam no Movimento. A partir de suas histórias singulares será possível dimensionar os significantes e significados, bem como a presença e o protagonismo dessas mulheres nos Movimentos Sociais de luta e conquista da terra.

3.1 Histórias e memórias: retratando as origens

Ao revirar o baú das suas memórias[75], **ÁGATA[76]** faz o seguinte resgate da sua origem:

> Nasci em 23/09/1956, na fazenda Barreiro, ao lado da BR 381, no município de Três Corações-MG. Sou a primeira filha 09 irmãos todos do mesmo pai e mãe (um faleceu após alguns dias do nascimento; outro morreu durante o parto); meu pai era viúvo quando conheceu minha mãe e já tinha um filho do primeiro casamento. Quando ainda era bem criança mudamos para a fazenda Santa Maria, no município de Carmo de Minas onde ficamos pouco tempo. Depois mudamos para a fazenda Boa Vista no município de Campanha.

Diante desta realidade, observa-se que na origem de **Ágata** tem impresso a luta pela sobrevivência diretamente vinculada ao campo. A realidade vivenciada por **ÁGATA** desde a mais tenra idade expressa o contexto sócio-cultural e econômico daquela época e que, em certa medida, ainda se reproduz em pleno século XXI, ou seja,

> Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida [...]. (PAULO NETTO, 2010b, p. 4).

De forma nítida a luta pela sobrevivência, expressa nesse quadro de mudanças de fazendas, é uma marca registrada desse grupo familiar que tinha como referência o campo, espaço/território onde, na história da sociedade brasileira sempre se fez presente a

---

[75] O termo memória é utilizado aqui tendo como base as concepções de Thompson (1998) que apesar – ou a partir – da complexidade do conceito e do manuseio da memória – principalmente através da metodologia da história oral – apresenta inúmeras potencialidades nesta abordagem, como, à guisa de exemplo: a característica de revelar novos campos e temas de pesquisa; apresentar novas hipóteses; recuperar memórias locais, comunitárias, regionais, entre outras, sob diferentes óticas; construir novas evidências através do entrecruzamento de depoimentos; possibilitar a associação entre acontecimentos da vida pública e da vida privada. A memória é um campo aberto para as mais variadas abordagens e incursões.

[76] Todas as informações apresentadas aqui sobre as pedras escolhidas para nominar as mulheres que são sujeitos dessa pesquisa foram retiradas da empresa GLR Gemas do Brasil, que oferece consultas online sobre pedras. Assim, sobre a **Ágata** os antigos romanos acreditavam que o uso dessa pedra permitia desenvolver a coragem e a autoconfiança.

pobreza/pauperismo. Evidencia-se assim um movimento de luta desde sempre pela vida que, via de regra, estava ligada a um quadro geral de escassez, "[...] este pauperismo marca a emergência imediatamente visível da dimensão mais evidente da moderna barbárie, a barbárie capitalista." (PAULO NETTO, 2010b, p. 5).

As memórias de **Topázio** não se distanciam dessa realidade:

> **TOPÁZIO[77]:** Nasci na fazenda no município de Araguaçu no Estado do Tocantins. Meu pai era empregado da fazenda, minha mãe também. Saí da fazendo com oito anos de idade, fui morar na cidade pra estudar. Depois aos onze anos eu fui pra uma escola agrícola, internato da fundação Bradesco, fiquei 05 anos lá, saí com 16 anos.

A origem de **Topázio** retrata a realidade não só dela, mas em certa medida de muitas/os outras/os brasileiras/os da sua geração, cujos pais sobreviviam da venda da sua força de trabalho para a produção de mercadorias, ou seja, eram autores diretos da riqueza socialmente produzida no campo, porém não participavam da distribuição dessa riqueza, a eles era destinado e, em certa medida ainda o é, apenas as sobras, retrato da exploração da classe trabalhadora no campo. Neste contexto de exploração, estes pais alimentavam o sonho de uma melhor condição de vida para os filhos e, por isso, com dificuldades diversas procuravam formas para que seus filhos saíssem do campo e fossem para a cidade com a finalidade de estudar. Aqui, essa situação que materializa a contradição do próprio sistema, ocorre na ida de **Topázio** para o internato em uma escola agrícola, fundação filantrópica de uma instituição financeira, que representou a alternativa dos pais para diminuir as dificuldades de manutenção dos filhos na cidade.

Ainda as histórias de **Turmalina Paraíba**, **Safira, Diamante** e **Hematita** têm em comum uma relação de exploração mediada pelo produto de seu trabalho dos seus pais e avós que trabalhavam como meeiros. Neste contexto, trabalhavam com a produção de alimentos. Muitas vezes, quando a produção se resumia em grãos, os donos da terra retinham o produto e só permitia que o meeiro tivesse acesso a esses grãos após uma baixa violenta dos preços. Essa postura representava o controle sobre o produto e, também, sobre o produtor que dependia do resultado do seu trabalho para a sua sobrevivência e da sua família.

> **TURMALINA PARAÍBA [78]**: Sou natural de Uberlândia, nasci em uma fazenda bem perto daqui (14 km). Nasci e fui criada até os 18 anos lá. Meu pai era arrendatário e ele sempre produziu pra fornecer, abastecer o CEASA,

[77] Acerca da pedra **Topázio**, os povos antigos acreditavam em sua capacidade de despertar a alegria e o otimismo.
[78] **Turmalina Paraíba** é a pedra indicada para independência e auto expressão.

desde que era o mercado municipal, no centro da cidade, depois fez o CEASA. Avida inteira a gente cresceu; eu costumo dizer assim que eu nasci numa casa de taipa (Casa de bambu cruzado preenchido com barro), ainda estava minando água, corria água do barro verde ainda; eu nasci numa casa assim. Eu falo que nasci os dentes vendo lidar com a terra, de fato eu gatinhei na terra, aprendi, cresci, tudo foi lidando com a terra. Eu sou de uma família de treze irmãos. E o papai criou a gente assim com alguns conceitos da terra que poucas pessoas têm. Não era só a agricultura, era o amor pela terra, o que a terra representa na vida da gente. A terra, como a água, ela representa a vida da gente, porque sem água e sem a terra a gente não sobrevive.

SAFIRA[79]: Nasci na fazenda Baú onde meus pais trabalhavam de meeiros, no município de Lagoa Formosa-MG, Alto Paranaíba; somos um total de 07 irmãos. Gosto de dizer que sou camponesa de raiz mesmo, de amor à terra. Sou neta de camponeses legítimos, daqueles que nunca saíram da fazenda, somente pra ir ao médico quando envelheceram, e isso pra eles era a coisa mais difícil; também sou filha de camponês, meu pai amava a terra, por isso reafirmo que Sou camponesa, filha de um casal de camponeses que também eram filhos de camponeses, e nos consideramos camponeses autênticos pelo amor à terra, à natureza e pela singeleza e dureza da vivência no campo. Digo isso porque tem muita gente que é lavrador não por amor, mas por ser a condição única que lhe sobrou.

DIAMANTE[80]**:** Nasci na cidade de em Monte alegre de Minas, onde vivi até meus treze anos de idade. Quando eu era pequena mina avó sempre falava tanto numa tal de reforma agrária e eu ficava por entender aquilo, eu não entendia; ela falava se ela fosse mais nova tinha um pedacinho de terra dela, porque lá em Monte Alegre, além deles trabalharem de boia fria ainda trabalhava também de meeiro e sempre os donos das terras escolhiam os melhores produtos que eles produziam e deixava pra eles muito pouco pra eles, sendo que eram eles que trabalhavam pra morrer. Mas eu ficava por entender aquilo que ela falava.

HEMATITA[81]**:** Tenho 57 anos, nasci em Araxá numa família de origem camponesa, minha mãe foi criada na roça e meu pai também. Eu sou a mais nova de oito irmãos, deste já faleceram 04 (quatro), quando eu nasci meus pais e meus irmãos já moravam na cidade, porque meu pai ficou muito doente e não conseguia mais trabalhar na roça. Quando estava lá era empregado, vendia o dia de trabalho pra sustentar a família, mas quando veio pra cidade não conseguia mais trabalhar, daí ele catava esterco e vendia, tinha uma hortinha no fundo da nossa casa de onde ele produzia e vendia; sempre com um vínculo com a terra. Meus pais eram de origem muito humilde, meu pai era lavrador e minha mãe era dona de casa, ela não sabia ler e escrever; minha mãe era assim tão humildade que ela não conhecia dinheiro, ela morreu com 92 anos nessa condição. Meu pai também não sabia ler e escrever, mais tinha um desejo muito grande aprender e com quase setenta anos, quando surgiu o mobral foi que ele realizou o sonho de ler e escrever, pra ler a bíblia, porque ele era de uma família muito católica; e também escrever carta pra filha que estava fora.

---

[79] **Safira** desde os primórdios da humanidade é considerada a pedra da sabedoria.

[80] **Diamante** é a pedra que Simboliza a verdade, a pureza, a perfeição, a dureza, a maturidade, a imortalidade, a limpeza, a fidelidade, a energia, o sol.

[81] **Hematita** é a pedra que nos fornece um escudo protetor e nos da disposição para o trabalho.

Esta condição de trabalhador rural como meeiro é reflexo da estrutura fundiária brasileira que desde a colonização do país apresenta este trabalhador como uma categoria marginalizada, em uma economia agrária que se dá centrada na grande lavoura sob o julgo de grandes proprietários de terra/latifundiários. Segundo Ianni (2004), o surgimento do proletariado rural, enquanto categoria política fundamental da sociedade agrária brasileira, ocorreu na época em que se efetivou o predomínio da cidade sobre o campo. Desta feita, o desenvolvimento do capitalismo no campo expressa uma forma ascendente da expropriação do trabalhador rural que trabalha como meeiro, parceiro, arrendatário e outros, vivenciam um processo de subordinação aos movimentos do capital, nacional e internacional.

Neste contexto de análise, Ianni (2004, p. 241) afirma que:

> No Império e na República, os problemas da sociedade agrária marcaram bastante e às vezes o modo decisivo, a fisionomia do Estado brasileiro. O poder moderador, a política dos governadores, o Estado Novo, o populismo e o militarismo têm muito a ver com as forças sociais do campo; naturalmente sempre combinado com a cidade. Da mesma maneira, abolição da escravatura, a proclamação da República, a Revolução de 1930, o golpe de Estado de 1945 e o golpe de Estado de 1964 revelam a presença, influência das controvérsias e interesses que se desenvolveram no campo.

As histórias de **Turmalina Paraíba, Safira** e **Diamante** deixam claro que a grande propriedade fundiária constituiu/constitui, não apenas o elemento central e básico do sistema econômico, como também expressou/expressa as formas e determinações que estabelecem as relações de produção e trabalho do e no campo. Além disso, a concentração fundiária permitiu/permite uma posição privilegiada de terra que dispôs/dispõe de uma larga margem de poder para impor suas condições para conseguir a compra da força de trabalho a baixos custos.

Contudo, estas mesmas memórias apresentadas por essas mulheres levam-nos a considerar o significado de ser camponês e fazer a terra produzir, dar frutos que, também, retratam um Brasil rural onde a questão agrária brasileira vem, a décadas, influenciando a realidade destes trabalhadores e cuja lógica é instituída pelo modelo de desenvolvimento capitalista. Tal realidade, gerada pelas contradições entre a apropriação de terras e expropriação do trabalho camponês, realizada por esse modo capitalista, compõe o dia a dia dos camponeses que, em reação, dentro de suas possibilidades sempre lutaram/lutam e resistiram/resistem para permanecerem no campo. Esse movimento se dá e se faz presente no cotidiano destes/as trabalhadores/as que sempre venderam sua força de trabalho para sua

sobrevivência e de seus familiares o que nos permite constatar a clara existência de um desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo no campo.

Deste contexto algumas expressões devem ser ressaltadas, a saber, o sentido e o significado do amor pela terra que **Turmalina Paraíba e Safira** afirmam ter aprendido com seus pais. A forma como estabelecem essa relação se aproxima de um modelo de

> [...] agricultura camponesa que tende a se basear principalmente em um capital de recursos não-mercantilizado associado a uma circulação de recursos também não-mercantilizada. [...] A produção camponesa é baseada numa relação de troca não-mercatilizada com a natureza. Ela somente se insere na troca de mercadorias para vender seus produtos finais. Consequentemente, os circuitos de mercadorias não ocupam papel central na mobilização de recursos. (PLOEG, 2014, online).

Esse sentido de produzir em um sistema em que a lógica da acumulação, da propriedade privada e da mercadoria são determinações centrais se revela como o espaço da contradição, pois está muito claro o que é de fato ser camponês neste contexto quando SAFIRA afirma que "[...] nos consideramos camponeses autênticos pelo ***amor à terra, à natureza e pela singeleza e dureza da vivência no campo***" (grifo nosso). É exatamente na dureza da vivência no campo que se expressa e se manifesta esta realidade. Assim como a expressão de **Turmalina Paraíba *"A terra, como a água, ela representa a vida da gente, porque sem água e sem a terra a gente não sobrevive.***"

Neste sentido, Lukács (1960, p. 3) afirma que:

> A história se fixa em um formalismo que carece de condições para explicar as configurações histórico-sociais em sua verdadeira essência como relações inter-humanas. E essas configurações são jogadas bem longe desta mais autêntica fonte de compreensão da história, que são as relações inter-humanas, e delas estão separadas por uma distância intransponível. Não se compreendeu, diz Marx, "que essas relações sociais são, do mesmo modo que o tecido, o linho, etc., produzidas pelos homens".

Estas configurações histórico-sociais que se entrelaçam nas memórias e histórias dessas mulheres necessitam ser desveladas considerando as relações inter-humanas deste contexto que são vividas, construídas produzidas e reproduzidas pelos homens em determinados momentos/contextos históricos. Isso pode ser reconhecido nas memórias que se seguem.

Citrino[82], Rubi[83] e Cornalina[84] não tem suas origens diretamente vinculada ao campo. Nasceram na cidade. Mas, apesar de ali terem nascido, afirmam que aprenderam desde muito cedo a importância e o valor da terra com seus familiares que colaboraram com a criação de cada uma.

> **CITRINO:** nasci na cidade de Tupaciguara-MG, onde vivi até os três anos de idade e, nesse período quando meus pais se separaram, eu minha mãe e minhas irmãs fomos viver com a minha avó materna em Monte alegre de Minas.
>
> **RUBI**: Nasci aqui em Araguari mesmo, sou da zona urbana. Sou a 13ª filha de 13 irmãos. Meu pai, apesar de ter somente o 4° ano primário, era professor do município. Mas era muito inteligente e estudioso, falava fluentemente inglês, francês, espanhol e também o português. Era um amante da literatura. Minha mãe era a nossa referência e esteio da casa. Trabalhava como dona de casa, além de cuidar da casa e dos filhos, bordava, costurava, fazia doces, pra ajudar no sustento da casa.
>
> **CORNALINA**: nasci em Itumbiara, em 14/06/1971. Com 06 anos minha mãe deu eu para a minha madrinha, era eu e mais sete irmãs todas mulheres nascidas do mesmo pai. Fui criada com a minha mãe adotiva, que é a minha madrinha pois na época minha mãe tinha separado do meu pai e não tinha condição de criar eu e minhas irmãs, então ela praticamente dividiu as filhas com as pessoas que ela conhecia, que ela confiava. Mas das filhas que ela deu para as pessoas a única que foi criada fora de Itumbiara fui eu.

As memórias das origens de **Citrino, Rubi** e **Cornalina**, cada uma a seu modo e respeitando a singularidades aqui presentes, principalmente as relativas ao número de filhos de cada família, nos remetem ao reconhecimento de uma realidade de luta pela sobrevivência que ainda pode ser encontrada no Brasil do século XXI. Isso é possível porque estas formas de inserção da vida social estão diretamente vinculadas a uma condição de classe e, por se encontrar socialmente construída ocorre como fenômeno que não deveria, mas acaba sendo tomado como natural. Todavia, importa ressaltar que é necessário considerar neste contexto uma realidade de ausências, reveladas neste contexto de desigualdade social cada vez mais acirrada na sociedade brasileira, que é reiterada por meio de outras condições tais como de gênero, de etnia, de procedência, dentre outros aspectos. Neste sentido, segundo Yasbeck (apud ARAÚJO, 2009, p. 52), esta questão merece ser avaliada considerando as "[...] lacunas de uma cidadania construída de forma segmentada, adjetivada, compartimentalizada, segundo a

[82] O **Citrino** é considerada Pedra preciosa que nos traz abundância, atrai riquezas e prosperidade. Pedra da generosidade, tem efeito de purificação, fornece luz para vida.
[83] Sobre a pedra **Rubi,** segundo os povos antigos, fortalece a intuição e a iniciativa, aumenta a flexibilidade e o poder de liderança.
[84] **Cornalina** é a pedra preciosa que aumenta a coragem, disposição e determinação.

posição social, política e econômica dos sujeitos." Considerando as singularidades e decorrentes particularidades, esse modo de ser sujeito nesta sociabilidade se desvela, também, nas duas histórias Seguintes.

Quartzo Verde[85] nasceu na antiga cidade de Canal de São Simão-GO[86] e assim como **Turquesa**[87] vivenciou processo de desapropriação em decorrência de instalação de usinas hidroelétricas nas cidades onde moravam. As memórias de sua origem são assim apresentadas:

> **QUARTZO VERDE:** Tenho 47 anos. Eu nasci na antiga cidade de Canal de São Simão-GO que foi inundada pela usina, barragem, nasci na beira do rio numa casinha de sapê, nas margens do rio Paranaíba e nem parteira não teve, porque quando mandou chamar a parteira, quando a parteira chegou eu já tinha nascido sozinha com a minha mãe e desde então a minha vida foi lutando pra sobreviver como a minha mãe. Acredito que minha luta já começou desde lá (as dificuldades), porque meus pais vieram da roça, foram criados na roça, trabalhando na roça, passando dificuldade, passando fome de um lado pro outro e a vida inteira foi assim. E quando nós fomos desapropriados de São Simão velho pra São Simão novo nem indenização a gente teve, o dinheiro. A gente tinha uma chácara e o dinheiro que eles deram pra minha mãe na época não deu pra construir uma casa de adobe, que era tijolo que a gente mesmo fabricou, tijolo de barro e não deu pra construir uma casa de verdade com dignidade pra gente. E até hoje nós nunca fomos indenizados, a Prefeitura de São Simão recebe todo mês, me parece que é dois milhões, mas as pessoas que moravam de lá não recebeu indenização nenhuma, então nisso a gente sempre lutou pela vida.
>
> **TURQUESA**: Eu nasci na fazenda do meu avô em São Gotardo – Minas Gerais tenho 43 anos. Meu avô era um fazendeiro, tinha muita terra na região de São Gotardo aí foi desapropriado pela usina né? A partir de então os 16 filhos que ele tinha ficou sem rumo e a família esparramou depois que perdeu as terras.

Estas memórias revelam a realidade de famílias que foram e ainda são diretamente atingidas pelas construções de hidroelétricas por todo o país. Esta realidade é fruto de estudos do potencial energético, feito pela Eletrobrás ainda na década de 1970. Neste período de ditadura militar onde ocorreram as desapropriações das famílias de **Quartzo Verde** e **Turquesa,** bem como no contexto atual as empresas adotavam/adotam tratamento semelhante em todas as partes do mundo, ou seja, usam a forma de tratamento diferenciado para as populações atingidas por barragens que é o tratamento caso a caso, onde explora sempre a fragilidade de cada família e, dessa forma nunca respeitam regras gerais. Segundo afirmação

[85] O **Quartzo Verde** é a pedra que esclarece perguntas e respostas.
[86] Nesta cidade foi construída uma usina hidroelétrica de furnas e a desocupação total da área/cidade só ocorreu com o aviso de fechamento das comportas, que aconteceu em agosto de 1977.
[87] **Turquesa** é a Pedra preciosa que ajuda na intuição e na comunicação.

de Sigaud (1989, p. 56), "[...] tem a curiosa particularidade de gerar não apenas hidroeletricidade, mas também efeitos sociais, perversos." Além disso, dados do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragem (MAB[88], 2011a) apontam uma questão de gênero também neste contexto quando afirmam que:

> A violação dos direitos humanos é recorrente na construção de barragens em todo o Brasil e, segundo o relatório da Comissão Especial "Atingidos por Barragens", do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), "as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida; [...] elas não têm, via de regra, sido consideradas em suas especificidades e dificuldades particulares", e por isso "têm sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens". (MAB, 2011b, p. 6).

Estes dados revelam que a condição da mulher em todos os Movimentos Sociais de luta. "O que há de comum nesses casos particulares é a percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos." (IASI, 2011, p. 30). Nesta perspectiva, apesar de algumas diferenças de objetivos e finalidade, estas lutas têm muitas semelhanças e aproximações e, a história de **Quartzo Verde** ao afirmar ***"[...] quando a parteira chegou eu já tinha nascido sozinha com a minha mãe e desde então a minha vida foi lutando pra sobreviver como a minha mãe. Acredito que minha luta já começou desde lá (as dificuldades),"*** ilustra bem essa realidade, pois sua família e também a família de **Turquesa**, que veio da roça, viveu na roça e trabalhou na roça, perdeu suas condições de trabalho e sobrevivência em virtude da barragem e, em certa medida, da destruição da cidade.

A dura realidade da origem de todas estas mulheres é retratada também nas **memórias da infância** que estão diretamente vinculadas à luta pela sobrevivência e ao trabalho. No item seguinte apresentaremos as memórias das infâncias de todas essas mulheres.

3.2 Reconhecendo e refletindo sobre as memórias das infâncias

As memórias da infância destas onze mulheres trazem à tona a realidade de muitas outras/os brasileirinhas/os e refletem também as infâncias de outras crianças que

[88] Cf. informações do Movimento nacional dos Atingidos por Barragens (MAB, 2011a) "Os primeiros passos da organização dos atingidos por barragens teve início ainda no final da década de 70, na ditadura militar, período em que ocorreu a retirada forçada de direitos civis e políticos. Ao mesmo tempo em que a ditadura restringia os direitos, a indignação contra o regime fez com que surgissem várias formas de organização e luta. É neste período que também surgem várias forças importantes de trabalhadores como o Movimento Sem Terra, a Central Única dos Trabalhadores e o próprio Partido dos Trabalhadores."

viveram/vivem em condição de pobreza, retrato da a questão social que é a clara expressão da contradição entre capital e trabalho. Mas, apesar de todas as adversidades enfrentadas, da pressão social, não perderam/perdem a esperança, pelo contrário, se fortalecem, constroem e reconstroem a vida cotidiana; não se deixam abater e continuam firmes na luta e no enfrentamento. Todo este movimento pode ser reconhecido nas memórias da infância de **Ágata, Citrino, Turquesa, Topázio e Cornalina**:

> **ÁGATA:** Desde que me entendo por gente eu trabalhava ajudando cuidar dos meus irmãos e da casa, porque minha mãe trabalhava nas lavouras do patrão e algumas plantações nossa. Comecei estudar quando morávamos na Santa Maria, na Boa Vista continuei estudando e trabalhando, até que um dia a fazendeira precisou de lavadeira de roupas. Chamou minha mãe, não sei porque, ela mandou eu. Fui, pois não podia desobedecê-la porque ela era muito brava e ainda bebia o que piorava a situação, eu era espancada as vezes sem motivo, mesmo assim eu gostava de ficar em casa com meus irmãos e os pais. Fiquei morando na fazenda, lavava, passava e ajudava em outros serviços. Eu não conseguia dependurar roupas pesadas e grandes, era muito magra e tinha só 11 anos de idade. Estudava de manhã e trabalhava a tarde, por isso que eu morava na fazenda, não terminava o serviço do dia. Eu chorava de cansaço, sentia falta de casa, de meus irmãos e meu travesseiro que não levei. As roupas grandes e pesadas o "fazendeirinho" dependurava para mim.
>
> **CITRINO**: Sempre lembro da minha infância cuidando ou da casa ou das minhas irmãs. Até os três anos de idade, confesso que não me lembro muito, somente a partir do momento que fomos vier em Monte alegre, porque ali as coisas ficaram muito difíceis. Lembro do segundo marido da minha mãe batendo nela e, também, depois eu foi morar com ele minha mãe começou a beber muito e, por isso, eu tive que aprender, desde muito novinha, a me virar.
>
> **TURQUESA**: Minha infância eu juntamente com meus irmãos passei na fazenda do meu avô. As lembranças estão vinculadas à lida na roça, porque naquela época as crianças eram obrigadas a trabalhar desde muito cedo. As meninas tinham que aprender todos os cuidados com a casa pra quando fosse casar soubesse fazer de tudo, lavar, passar, arrumar, cozinhar e até costurar.
>
> **TOPÁZIO**: das lembranças que tenho da minha infância, sempre me vem que a vida sempre foi muito dura. Lá em casa, até meus oito anos, as brincadeiras minhas e dos meus irmãos eram trabalhar na roça com nossos pais.
>
> **CORNALINA:** na minha infância eu já fui criada com esse pessoal que era os patrões da minha mãe adotiva, eu já ia pra roça, então lá aprendi a matar galinha e cuidar das coisas que faz na roça mesma, limpar peixe, pescar, matar galinha caipira e aprender a fazer né, fui aprendendo a cozinhar e com a idade de 12/13 anos eu já sabia fazer muita coisa, principalmente as coisas de roça como pão de queijo e essas coisas eu já fazia tudo. Como eu era criada com esse pessoal, eu tinha minhas obrigações com eles lá.

Estas infâncias estão carregadas de situações cuja representação estão pautadas na construção histórica da questão de gênero onde fica claro que "[...] o desconhecimento da especificidade que marca a contribuição das mulheres favorece a subestimação das suas

atividades na família e no espaço produtivo acentuando a ideia de invisibilidade." (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 30). Nesta perspectiva, **Ágata, turquesa** e **Topázio** trazem impresso em suas memórias o trabalho doméstico (para terceiros ou em casa) e trabalho na roça. **Citrino**, além do trabalho, apresenta uma situação de violência doméstica e alcoolismo. Todo esse movimento revelado nas histórias de cada uma dessas meninas/mulheres define uma questão que necessita ser descortinada; trata-se das várias violências vivenciadas na vida cotidiana. Nestes termos, torna-se necessário colocar estas violências não como centro da discussão, mas imbricada nesse processo enquanto um "[...] complexo social possível de ser reconstruído como certo 'concreto pensado' (não como 'tipo isolado', mas como forma particular de materialização) objetiva-se a partir de determinadas condições e interfere na produção e reprodução do ser." (SILVA; CARMO, 2013, p. 87).

Para além desta questão, importa compreender que estas violências apresentadas nestas memórias – o pauperismo, a exploração por meio do trabalho infantil, a violência doméstica, o alcoolismo - são parte integrante da/para a manutenção, produção e reprodução do capital. Dessa forma, se encontram fixadas/impressas nos mais diversos espaços/territórios e são reconhecidas como situações naturais e inevitáveis, além disso, nos mais diversos contextos nem são reconhecidas como violências.

As memórias das infâncias de **Turmalina Paraíba e Safira** trazem referências/influências dos pais que lhes ensinaram a luta pela sobrevivência, pois a realidade era muito dura e, por isso, passavam dificuldades de ordem econômica.

> **TURMALINA PARAÍBA:** DA minha infância eu lembro que a mamãe sempre foi o esteio da coisa né, papai era mais assim sistemático, rústico, assim da moda bem antiga. Ela não, ela era quem conseguia fazer o meio de campo ali, ficava todo mundo bem. Ele sempre se preocupou em não deixar faltar nada, mas o principal assim da família, de amor, de carinho, essas coisas assim a mamãe conseguia administrar isso pra que tivesse essa harmonia.
> **SAFIRA:** Quando todos fomos crescendo, a partir dos quatro anos a gente já ajudada meu pai a trabalhar no campo, no roçado. A gente passava muita dificuldade econômica; eu lembro que a gente não tinha blusa de frio pra vestir e naquela época fazia muito frio na fazenda. A gente não tinha o que calçar muitas vezes; a gente guardava o chinelo pra usar na época das festas, pra ir pra escola. Eu lembro que quando a gente ia nas festas que aconteciam no arraial lá, a uns quinze quilômetros, a gente ia a pé. Muitas vezes a gente ia descalço e levava a sandália a mão pra não estragar. Então tinha toda uma dinâmica pra economizar o máximo possível. Eu não passei fome, porque na minha casa, graças a Deus, a alimentação sempre foi muito farta porque nós todos trabalhávamos e por isso sempre teve abundância de comida, nunca tive restrição alimentar, mas eu lembro que esse negócio de indignar com as injustiças nasceu comigo, acho que herdei isso do meu pai.

As histórias acima apresentadas também têm impresso a centralidade do trabalho, além da preocupação com as diversas ausências que esse trabalho aviltado e explorado pudesse causar a todos os membros dessas famílias que, mesmo com todas as dificuldades, mantinham o cuidado uns com os outros e participavam de uma atividade muito comum à época, que eram as festas que aconteciam no arraial próximo das fazendas onde moravam. Esta era uma realidade. Também as prioridades eram claras tanto em **Turmalina Paraíba**: ***"[...] sempre se preocupou em não deixar faltar nada"***, quanto em Safira***: "Eu não passei fome, porque na minha casa, graças a Deus, a alimentação sempre foi muito farta."*** Estas prioridades, além da categoria trabalho, vinculam-se diretamente a aspectos econômicos e sociais, além de determinar o constante debate entre classes e grupos dos socialmente despossuídos.

Além de toda esta questão econômica de ordem estrutural, as memórias das infâncias de **Diamante** apresentam uma forte referência a avó materna que lhe ensinou desde a mais tenra idade sobre a importância de aprender a pensar e fazer escolhas.

> **DIAMANTE**: a minha infância eu tenho um ponto de referência muito grande, porque eu fui criada pela minha avó; eu tenho um orgulho muito grande e ela desde que eu era pequenininha sempre falava pra mim: tá certo? Eu respondia: tá vó e ela falava: então continua. Tá errado? Tá vó, então para. Ela nunca me deu resposta pronta; ela nunca interferiu diretamente nas minhas escolhas, de falar sim ou não, ela sempre deixava alguma dúvida; me ensinou a pensar.

Esta avó com toda a sapiência que lhe era peculiar ensinou **Diamante** a importância da tomada de decisões, da autonomia, bem como do respeito ao direito dos outros, mas acima de tudo a importância do respeito aos seus direitos, de si mesma como mulher e o seu papel nas duas instâncias sociais: o da produção e o da reprodução da vida e das coisas.

Já as memórias das infâncias de **Quartzo Verde, Rubi e Hemantita** apresentam infâncias com dificuldades, pauperismo e pobreza, mas que retratam os sonhos de se ter um brinquedo, bem como as brincadeiras vivenciadas em suas histórias.

> **QUARTZO VERDE:** a minha infância foi muito pobre, a gente chegou a passar necessidade de comida. A vida inteira eu trabalhei. Quando eu tinha 11 anos eu faltava da escola, apanhava da minha mãe porque falava que ia pra escola, mas pegava um caminhão de boia fria e ia trabalhar na colheita do algodão pra ganhar dinheiro e chegava muito tarde e minha mãe tinha sido avisava que eu não estava indo na escola daí foi descobrir que eu estava trabalhando pra comprar uma boneca. Meu sonho era ganhar uma boneca e eu pedia pra minha mãe e ela dizia que quando ganhasse na loteria ela ia comprar pra mim e ela nunca ganhava e eu ficava esperando e perguntando quando você vai ganhar na loteria mãe? E ela respondia: quando eu jogar. Assim ela

> ficava me enrolando, até que eu descobri que se eu não trabalhasse eu nunca ia ter a boneca.
>
> **RUBI:** tive uma infância de rua mesmo, a gente não tinha acesso a brinquedos, nem sabíamos que existia o tal de papai Noel, então tudo nosso era construído das bagunçadas que a gente achava na rua e as brincadeiras aconteciam; a gente foi criada bem solta, mas com as coisas sempre acontecendo sob os cuidado da minha mãe.
>
> **HEMATITA**: Minha infância foi um tanto difícil. A gente era muito pobre, eu gostava muito de estudar. Lembro que meu pai não trabalhava, quem de fato sustentava a casa era meu irmão. Assim, como toda criança, eu gostava muito de participar de tudo da escola, falar poema e fazer teatro.

Estas histórias, apesar das dificuldades comuns, são bastantes singulares. Haja vista, o sonho da boneca apresentado por **Quartzo Verde** além de expressar uma construção social de gênero representa a simbologia presente em todas as classes sociais em que menina brinca de boneca e menino brinca de carrinho. Isso expressa, em certa medida, o sonho de várias outras meninas que viviam na mesma condição de pobreza e de dificuldades daquela época (década de 1970). Contudo, neste contexto chama a atenção a alternativa de amor materno criada pela mãe para não negar de forma direta à filha a compra dessa boneca, ou seja, dizia que ia comprar a boneca quando ganhasse na loteria. Mas, o realmente emblemático desta história é a determinação desta menina de 11 anos quando entende que a mãe não teria possibilidade de lhe comprar a boneca e, mesmo assim, não desiste de realizar este sonho. E para isso decide ser boia fria na colheita de algodão numa condição de trabalho totalmente precário. Esta mesma determinação a guiou por toda sua vida.

Já na história de **Rubi**, apesar das várias ausências e dificuldades enfrentadas no cotidiano de sua família, as brincadeiras entre ela e os irmãos aconteciam de forma livre e criativa onde, apesar de ocuparem a rua nesses momentos do brincar, a figura materna cuidadora se fazia presente. Segundo Almeida (2007, p. 234) esse papel de mulher cuidadora:

> Trata-se, de fato, da produção de mecanismos que buscam obstar a tomada de consciência sobre uma enorme massa de trabalho gratuito e invisível realizado pelas mulheres, para si e sobretudo para os outros, em nome seja de uma ordem natural, seja de uma ordem de registro afetivo.

Esta memória da mãe como cuidadora revela uma organização familiar onde o homem era visto como o chefe da família e a mulher como a chefe da casa. Nesse sentido, fica evidente que o cuidado de cada membro da casa e o zelo pela moradia seria de responsabilidade da mulher; além disso, ela seria a responsável pelo orçamento doméstico, a dona-de-casa e mãe,

bem como da educação dos filhos que é tarefa complexa para os pais, porém a mulher acumulava sozinha essa função.

A história de **Hematita** também parte das dificuldades vivenciadas a partir do seu nascimento e revela desde muito cedo o gosto pelos estudos e a necessidade de aprender, já materializados nas brincadeiras de criança. A sua história de formação escolar e a das outras mulheres serão apresentadas na sequência.

3.3 Formação escolar: avanços e dificuldades

Sobre as memórias relativas **à formação escolar**, todas apontam muitas dificuldades para dar continuidade aos estudos e essa categoria, também, está diretamente relacionada à necessidade de se trabalhar, além disso, é possível de ser reconhecida uma cultura de que a mulher não tem necessidade estudar, pois pra ser dona de casa e exercer o papel de cuidadora não havia importância para se avançar neste campo. As memórias de **Safira** acerca dos estudos são marcantes:

> **SAFIRA:** Na mesma época em que o MST iniciava sua trajetória de lutas em 1984, eu morava distante dos centros urbanos, terminava a quarta série primária, e já sonhava com algo impossível para uma menina filha de camponeses pobres: ser professora e escritora. Essa menina não sonha, delira; diziam as pessoas. Para continuar os estudos precisávamos caminhar 15 km para chegar à vila mais próxima, dificuldade que eu enfrentaria se meu pai deixasse. Durante o dia ele não deixaria, porque inviabilizaria meu trabalho na roça, e a noite não deixava, porque eu era mulher. A condição de mulher camponesa pobre foi outro obstáculo que enfrentei para não continuar meus estudos. Na noite do meu último dia escolar primário, por volta do ano de 1984, ainda não havia adormecido, e como não havia energia elétrica, a lua iluminava meu quarto, quando ouvi meu pai lamentar do seu quarto com minha mãe o seguinte: - Ah! Bem que a **Safira** é muito inteligente! Se não fosse mulher, iria deixar morar com meus tios no arraial para estudar, mas mulher, estudar para que? Para lavar fraldas? Quando ouvi aquelas palavras de meu pai, tudo a minha volta rodou e escureceu-se, senti um vazio e acredito que desmaiei e entrei em sono profundo, acordando apenas no outro dia, com a sensação que tinha tido um pesadelo. Sem ter muito que fazer, pois ninguém ousava contestar as decisões dos pais naquela época, o jeito foi me ajeitar com o que podia, lia intensamente qualquer livro, revista, jornal que aparecesse. Tanto que sem opção de leitura, reli a bíblia três vezes, e ia comparando as contradições dos autores sobre o mesmo relato histórico. Fui ter acesso ao banco escolar apenas depois que me casei e mudei pra Uberlândia, foi quando terminei o ensino fundamental e médio.

A história de **Safira** nos remete a um imaginário onde há uma clara representação de um sonho e um desejo que flui, transpira, sai pelos poros a força, a princípio, de uma utopia,

que com determinação e coragem se tornou real e a transformou como pessoa e, principalmente como mulher. Todavia, para além dessa determinação, não podemos deixar de compreender quão incisiva e direta são as palavras do pai sobre a continuidade dos seus estudos e a reação dela ao ouvir tudo aquilo:

> ***"Ah! Bem que a Safira é muito inteligente! Se não fosse mulher, iria deixar morar com meus tios no arraial para estudar, mas mulher, estudar para que? Para lavar fraldas? Quando ouvi aquelas palavras de meu pai, tudo a minha volta rodou e escureceu-se, senti um vazio e acredito que desmaiei e entrei em sono profundo, acordando apenas no outro dia, com a sensação que tinha tido um pesadelo."***

Esta questão aqui posta nos revela que:

> [...] as relações de gênero apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida social, bastando, para corroborar tal afirmação, que se observem como ao longo da história, vêm sendo estruturados lugares sociais sexuados, a partir das dicotomias público X privado, político X pessoal. [...] A dimensão da vida que se constitui de forma subordinada tem sido tendencialmente atribuída à mulher, em razão do lugar central que esta ocupa na família nas mais distintas conjunturas. (ALMEIDA, 2007, p. 232).

Neste sentido, compreende-se haver uma reprodução/naturalização/perpetuação do lugar da mulher neste modelo estrutural de família desta sociabilidade onde há uma clara imbricação entre as instituições família e Estado em razão da construção de uma dada organização social. Assim, percebe-se que a dicotomia público versus privado determina uma dissimulação e/ou ocultamento da "[...] divisão de trabalho permanentemente reconstruída entre Estado e família e da divisão sexual do trabalho, igualmente reconstruída nas dimensões pública e privada da vida, que constitui uma das bases fundamentais da subordinação da mulher." (ALMEIDA, 2007, p. 232). Porém, esta realidade de dificuldades para romper com esta estrutura patriarcal compreende pauta de luta de mulheres do mundo todo.

Outra questão que merece destaque neste contexto de análise diz respeito ao Movimento de luta dentro e com o próprio MST para que **Safira** e **Hematita** conseguissem se graduar em Pedagogia da Terra[89].

[89] Cf Carvalho; Rocha (2006, p. 62) "[...] a designação Pedagogia da Terra emergiu no primeiro curso de magistério, em 1998, na Universidade de Unijuí, no Rio Grande do Sul. Os estudantes do MST não aceitaram a denominação 'acadêmicos' e utilizaram o termo Pedagogia da Terra como título de um jornal que informava aos outros estudantes da universidade quem eram e de onde vinham. O termo ganhou espaço no MST e foi utilizado para denominar a primeira turma do curso de Pedagogia."

SAFIRA: A luta pela terra junto ao MST, além de formação para uma consciência política, me proporcionou realizar meu sonho de ser professora. No final de 1999 mesmo já me convidaram pra fazer o curso de Pedagogia da Terra no Espírito Santo. Eu fui, fiquei quinze dias lá, mas nunca tinha ficado longe da minha filha tanto tempo; eu não me adaptei com o clima de lá e acabei ficando doente. Depois, também, por meio da luta coletiva, me foi possível fazer o curso de Licenciatura em Educação do Campo e pedagogia da Terra em parceria com a Via Campesina e UFMG, e a Especialização em Linguagens em escolas do Campo, de parceria com a ENFF e UnB. Atualmente estou cursando mestrado em geografia pela Universidade federal de Uberlândia. Tenho como missão divulgar a nossa luta por meio de publicações em livros, revistas científicas, além de participação com apresentações de trabalhos em eventos científicos.

HEMATITA: Estudei sempre em escola pública, mas sempre gostei muito de estudar. Mesmo com as dificuldades continuei estudando até o terceiro colegial. Quando tirei o terceiro colegial meu sonho era ser professora, mas eu não consegui porque não tinha dinheiro pra pagar a faculdade. Mas eu não desisti do sonho de ser professora, por isso, quando meus filhos já estavam grandinhos eu fiz o magistério. Mas continuei alimentando o sonho de fazer pedagogia. Somente depois que estávamos na luta pela terra eu tive oportunidade de realizar meu sonho de ser professora e o de cursar a tão sonhada Pedagogia. Foi quando surgiu o segundo curso de Pedagogia da Terra na Universidade Federal do Espírito Santo em parceria com o MST no ano de 2000 (o primeiro estava acontecendo na Unijuí-RS). Na época eu estava lá na roça, o assentamento era muito longe e eu tinha participado do encontro do setor estadual de educação do Movimento e tinha manifestado meu desejo de fazer pedagogia. Quando cheguei no encontro estadual dos sem-terrinha eu soube que alguns companheiros já tinham ido pro Espírito Santo e estavam acampados lutando pela legalização do curso de pedagogia da terra. Eles me avisaram que já estava fechado e não tinha mais vaga e que as últimas vagas eram naquele dia. Como eu estava lá organizando um teatro com as crianças que nós tínhamos levado com muita dificuldade em um carro pra Belo Horizonte, eu só podia ir pro Espírito Santo encontrar nossos companheiros no outro dia, mas daí me veio uma luz e eu pensei: não vou deixar pra ir amanhã não eu vou é hoje, daí eu deixei meu marido cuidando das crianças, peguei o ônibus e fui pra cidade de São Mateus. Quando eu cheguei lá as mulheres já estavam lutando pra aprovação do curso num centro no fundo da Universidade que já estava pra ser desativado. Era um casarão antigo onde a pessoa que construiu tinha um sonho que lá fosse estudar filhos de trabalhadores e o casarão já estava sendo destruído e ele não tinha conseguido realizar o sonho dele, e assim nós chegamos lá e pra aprovação do curso as mulheres capinavam o local e fizemos a luta para aprovação do curso e ele foi aprovado em parceria com o Pronera. Então ao mesmo tempo que dormiam os estudantes que faziam cursos lá na cidade, nós montamos nosso alojamento de tábua e plástico e dormíamos lá pra gente estudar. Tinha gente de todos os lugares, as nossas noites culturais eram muito interessantes, porque tinha gente do Brasil inteiro (Maranhão, Bahia e outros Estados). Éramos 57 alunos. Mas eles não queriam ceder a vaga pra mim. Inventaram um processo seletivo, eu passei, mas eles continuaram insistindo pra eu desistir, mas eu fui persistente e venci conseguindo a vaga. Foi um curso muito rico. Quando chovia era difícil. Nós dormíamos em cima de tábuas. Mas tínhamos que dividir tudo, até a comida. Cuidávamos do alojamento, capinávamos, organizávamos tudo, inclusive as fazíamos místicas brilhantes. Os nossos professores sempre choravam e diziam que nós éramos os alunos que todo professor sonhava,

> ofereciam pouco e nós tornávamos tudo muito intenso, muito produtivo e muito importante; todo mundo se ajudava; eles davam um tema pra gente e a gente fazia daquele tema trinta e tantos trabalhos diferentes, não tinha um que era parecido com o outro, mas todos se ajudavam mutuamente. Tínhamos sede do saber. Foi um curso inesquecível. Ah, uma questão importante, tínhamos cirandas infantis, porque as mães, as mulheres lutadoras que estavam participando do curso levaram suas crianças. Elas recebiam sua formação lá com a pedagogia da terra que estávamos aprendendo. Foram três anos de curso, todos os janeiros e julhos. Estudávamos de manhã, à tarde e à noite. Nos outros períodos tínhamos atividades práticas estudos nos assentamentos. Havia uma proposta de que ao final do curso as 03 melhores monografias seriam publicadas em forma de livro. A minha que representava Minas Gerais foi uma delas, mas infelizmente não consegui concluir este processo porque adoeci com Depressão.

Uma questão que deve ser registrada nessas memórias diz respeito ao sonho de ser professora e se graduar em Pedagogia da Terra que as duas puderam realizar ao ingressar no Movimento. E, nesse contexto até se identificam mutuamente e registram isso. **Hematita** afirma: ***"[...] veio uma vaga para o Triângulo Mineiro e essa vaga disseram que era pra mim. [...] Eu soube que a Safira tinha ido. [...] Quando eu cheguei Safira já tinha voltado, porque ela tinha tido problema de saúde.*** Já **Safira** apresenta a questão dos problemas de saúde que enfrentou no Espírito santo, mas também reconhece o amplo direito de Hematita àquela vaga:

> ***[...] quando eles deram a vaga do curso de Pedagogia da Terra pra mim eu não me senti muito bem porque tinha outra companheira que eu achava que merecia mais que eu, ela tinha mais tempo que eu na luta, eu a reconhecia até mais competente que eu pra lidar com a Pedagogia da Terra; era a companheira HEMATITA, uma mulher guerreira que tem uma história linda também. Diante disso tudo eu vim embora e solicitei que ela fosse no meu lugar e ela fez o curso lá.***

A luta pela educação de qualidade e referenciada socialmente faz parte deste contexto e essas duas companheiras pautaram a educação como fundamento de suas lutas pelo coletivo de trabalhadores sem-terra. Objetivaram/objetivam uma educação com base na realidade, entendendo, contudo, que não deve se prender somente a essa realidade da vida cotidiana, mas a tenha como principal pilar nesse processo. Uma educação "aberta para o mundo", de acordo com os Princípios da Educação no MST (1997, p. 6),

> [...] ou seja, insistirmos numa proposta de educação do MST não quer dizer nos fecharmos nos limites da nossa realidade imediata ou das nossas lutas específicas. Isso não nos levaria aos objetivos maiores de mudança. Por isso é também característica essencial de nossa educação a preocupação com a abertura de horizontes de nossos/nossas estudantes, de modo que pratiquem

> aquele velho princípio, também filosófico, de que nada do que é humano me pode ser estranho.

Diante desses princípios que foram apreendidos por **Hematita** e **Safira**, entende-se que o tratamento dado ao curso de Pedagogia da Terra por elas não podia igual ao de outros cursos, porque ela tinha uma diretriz, um referencial. Estavam naquele espaço de formação não como educandos por conta própria, mas enquanto identidade do MST. Assim, esse curso nasceu em decorrência de uma demanda da Reforma Agrária, a demanda da/pela terra. Com o objetivo claro de atender essa particularidade da educação do campo. É desse movimento todo acima descrito que nasceu essa denominação de Pedagogia da Terra. Desta forma todo esse processo representou uma conquista importante para aquele grupo que estava sendo formado, mas principalmente para todo o Movimento.

Esse processo de avanço do Movimento com a Pedagogia da Terra para uma qualificação da educação no campo tem fundamentos claros na própria limitação do nível de escolaridade apresentado nas histórias de **Ágata, Topázio, Turmalina Paraíba, Turquesa, Citrino, Diamante, Quartzo Verde, Rubi** e **Cornalina** que em sua maioria não conseguiram sequer terminar o Ensino Fundamental em decorrência das várias dificuldades de sobrevivência enfrentadas por elas e por seus familiares ao longo da vida.

> **ÁGATA**: Comecei estudar quando morávamos na Santa Maria, na Boa Vista continuei estudando e trabalhando. Estudei até a sétima série da época, não terminei, tentei supletivo e parei e vez. Mas estudar era muito difícil, porque tinha que trabalhar duro.
>
> **TOPÁZIO:** estudar eu estudei somente até os 16, fiz somente até a sexta série antiga. Foi numa escola agrícola, internato da fundação Bradesco, fiquei 05 anos lá.
>
> **TURMALINA PARAÍBA:** Estudei até a oitava série incompleta (isso foi em 1989). Não tive como prosseguir nos estudos porque precisava trabalhar.
>
> **TURQUESA:** estudei até a sétima série incompleta, lembro que tinha só quinze anos. Nós éramos onze irmãos, meu pai era doente e minha mãe sozinha não conseguia por comida na mesa né? Naquela época era muito difícil, por isso a gente tinha que trabalhar de boia fria durante o dia e estudar à noite. Mas a canseira era tanta que eu chegava na escola e não aguentava, não aprendia nada, só queria ir pra casa dormir, por isso resolvi parar de estudar porque parar de trabalhar não dava.
>
> **CITRINO:** Antes de ter meus filhos estudei até o primeiro grau incompleto, somente depois que fui pro Movimento, quando já estava assentada na terra que resolvi voltar a estudar num Distrito do município de Prata chamado Rio do Peixe, hoje terminei o ensino médio e ainda tenho o sonho de fazer uma faculdade. Se Deus quiser eu chego lá.

> **DIAMANTE:** A vida sempre foi muito dura, então eu trabalhava de boia fria durante o dia e estudava durante a noite. Assim eu estudei até o ensino médio. Depois fui mãe, tive que trabalhar muito pra ajudar a criar minhas irmãs, porque minha mãe foi brutalmente assassinada aqui em Uberlândia quando eu tinha apenas quatorze anos e desde essa época eu assumi os cuidados com as minhas irmãs porque eu era a filha mais velha. Por isso o sonho da faculdade ficou pra depois. Esse sonho eu ainda vou realizar, porque meu principal objetivo ainda é me formar, mas devido esse contexto todo isso não foi possível porque eu tinha cinco bocas pra alimentar e por isso não foi possível continuar, male male eu terminei o colegial, mas terminei graças a Deus.
>
> **QUARTZO VERDE:** Estudei o primeiro grau incompleto, mas estudo nunca foi prioridade pra mim. Desde os sete anos eu já catava caco de vidro, osso, ferro velho na rua pra vender. Como em casa faltava tudo, eu trabalhava pra poder comprar um sapato que eu não tinha pra calçar, uma chinela; porque tudo que a gente tinha era ganhado de doação, então a minha vida sempre foi assim.
>
> **RUBI**: As lembranças que tenho da minha primeira professora são muito ruins. Ela era uma pessoa muito má e, por isso, eu não aprendi nada com ela. Só fui aprender quando me mudaram de professora. E, assim, consegui ficar na escola somente até a quinta série, depois fui trabalhar. Somente um tempo depois decidi fazer o supletivo do primeiro e segundo grau.
>
> **CORNALINA:** Estudei em várias escolas, até a idade dos 17 anos. A última escola que estudei eu fiz o magistério, numa escola de Uberlândia, o Museu, só que eu não terminei. Casei com 21 anos e parei de estudar completamente.

Diante desta realidade onde se percebe que a prioridade de sobrevivência é de fato o elemento central na vida dessas mulheres e não a educação formal, é possível pressupor que para elas terminar ao menos o ensino fundamental, enquanto direito público constituído, permaneceu apenas no plano ideal, pois a "tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental." (grifos do autor) (MÉSZÁROS, 2008, p.45). Além disso, é possível entender também que esse fator evidencia a estrutura/modelo de educação que tivemos/temos, quando se verifica que a prioridade de fato não é dar condições de acesso e permanência a todo/as. As mudanças ocorridas neste contexto se pautam basicamente em atender às exigências de mudanças na estrutura do Estado, onde até as soluções sacramentadas em lei, via de regra, são totalmente invertidas, para que a lógica do capital permaneça intacta enquanto quadro orientador e de referência da sociedade. Essas determinações no campo da educação formal deixam claro que a educação por si só não é capaz de criar/fornecer uma "[...] alternativa emancipadora radical." (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Além dessa questão de ser ou não a educação uma alternativa emancipadora radical, muitos, quiçá a maioria das pessoas, associam a este processo de escolarização a possibilidade de se obter um bom trabalho que, também para reforçar os equívocos e a realidade alienada e

coisificada, é apresentado como caminho/possibilidade de autonomia e emancipação. Nesta perspectiva, pergunta-se: a formação escolar e/ou a ausência desta interfere na entrada/permanência no mercado de trabalho? Para tanto, conheceremos no item a seguir as memórias do trabalho assalariado de todas essas mulheres.

3.4 As memórias e histórias acerca do cotidiano do trabalho assalariado

O **mundo trabalho, assalariado ou não,** encontra-se vinculada às memórias das mulheres cujas vidas estão aqui sendo retratadas desde a mais tenra idade. Sobre a história de **Ágata**, vale a pena analisar sua trajetória/memória que já havia sido inicialmente apresentada ao descrever suas memórias das infâncias:

> **ÁGATA**: eu sempre trabalhei muito, desde que me entendo por gente. Primeiro ajudando minha mãe cuidar dos meus irmãos menores, depois nas casas das fazendas onde a gente morava, muitas vezes apenas em troca de pouso e comida. Mas sempre fui muito magra e isso dificultava certos tipos de serviço doméstico. Aos onze anos quando nos mudamos pra fazenda a lavadeira foi embora e daí a fazendeira precisou de lavadeira de roupas. Foi quando a dona da casa chamou minha mãe, não sei porque, ela mandou eu. Fui, pois não podia desobedecê-la porque ela era muito brava e ainda bebia o que piorava a situação, eu era espancada as vezes sem motivo, mesmo assim eu gostava de ficar em casa com meus irmãos e os pais. Fiquei morando na fazenda, lavava, passava e ajudava em outros serviços. Eu não conseguia dependurar roupas pesadas e grandes, era muito comprida, mas era magra, pois tinha só 11 anos de idade. Estudava de manhã e trabalhava a tarde, por isso que eu morava na fazenda, porque não conseguia terminar o serviço do dia. Eu chorava de cansaço, sentia falta de casa, de meus irmãos e meu travesseiro que não levei. As roupas grandes e pesadas o "fazendeirinho" dependurava para mim. Os dias foram passando e eu aprendendo coisas com esta família, com padres e freiras. Saia para ir em coisas de igreja ou aprender artesanato e culinária, na casinha da Santa Casa com as freiras juntamente com as meninas que moravam lá. Meu pagamento era educação, casa, comida, roupas e calçados. Moramos ali só 3 anos e mudamos. Eu não queria ir, agora queria ficar, já tinha acostumado. Mudamos de volta para Três Corações, uma fazenda vizinha da Barreira, onde eu e alguns irmãos nascemos. Na mesma semana da mudança uma família do sítio vizinho, precisava de uma menina para fazer companhia e ajudar em alguns serviços. O pagamento era pouco, mais uma vez mandaram eu só que agora recebia dinheiro, era tratada com carinho e pouco serviço. Nesse período comecei a desenvolver minhas habilidades com artesanato e, como gostava de viajar, vendia alguns cursos pras prefeituras próximas de Três corações e assim fui sobrevivendo. Um dia resolvi que iria viajar pra mais longe, daí fui pra Brasília, então, as coisas começaram a dar errado. Fiquei sem dinheiro e sem trabalho. Daí resolvi ir pra Caldas Novas. Lá fiquei dois dias na rodoviária, pois não tinha pra onde ir. Foi quando conheci uma mulher moradora da cidade que me acolheu, me deu comida e pouso. No outro dia decidi arrumar um trabalho de boia fria e ficar por ali. Morei um tempo nesta cidade trabalhando de boia fria e depois

> decidi ir pra cidade de Campo florido-MG. Fiquei trabalhando de boia fria, juntei um dinheiro e montei um bar, mas mesmo assim, trabalhava de boia fria durante o dia e no bar à noite. Foi lá que fui convidada pra ir pro sem-terra.

Desde menina, ainda franzina, **Ágata** enfrentou a mais dura lição para a sobrevivência. Se viu obrigada a distanciar-se de seus familiares em função de um trabalho sob as piores condições possíveis, aviltado, explorado e em condições análogas a trabalho escravo[90]. Na sua essência o trabalho deveria propiciar a realização cotidiana do ser social, o distinguindo de todas as formas pré-humanas e não o contrário conforme aconteceu com **Ágata.** Nesta perspectiva, segundo Lukács (1978, p. 8): "[...] trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios." Entretanto, nas memórias de ágata o trabalho se apresenta como categoria vital e, por isso, reconhecidamente alienado, numa relação social que tem como pano de fundo a propriedade privada, o capital e o dinheiro. O contexto apresentado por **Ágata** demonstra com muita clareza essa questão, pois retrata uma vida de luta, enfrentamento e superação, o que não é muito diferente das histórias apresentadas pelas demais mulheres.

> **TOPÁZIO**: Até os 17 anos vivi com meus pais, depois fui morar com o pai dos meus filhos e até os 26 anos eu era uma "Amélia", vivia pra casa, marido e filhos. Não fazia nada pra manter as despesas em casa, mas cuidava de tudo, até do dinheiro do marido. Quando me separei aos vinte e seis anos e voltei pra Uberlândia e a bagagem que eu trazia era três filhos; o conhecimento que eu tinha de vida eram os três filhos e só sabia cuidar de casa e mais nada. O que que eu fui fazer? Fui trabalhar de doméstica. Trabalhei de doméstica até os trinta e tantos anos, nem me lembro mais.. Fui morar na casa da minha irmã de favor, um favor que eu não pago nunca, porque ela me acolheu com meus filhos e cuidava dos três pra que eu pudesse trabalhar. O que eu tinha pra fazer era manter as despesas, dar carinho e lava as roupas final de semana, cuidava e faxinava a casa pra ela. Eu trabalhava na casa do doutor Paulo durante a semana e, no final de semana eu cuidava da casa dela, da roupa e fazia a comida. Continuei trabalhando de doméstica e fiz a inscrição da casa própria da prefeitura e, aí naquele tempo eles me repassaram um lote, mas quando eu fiz a inscrição eu já comecei a poupar o dinheiro da construção e daí eu construí. Fui lá tirei uma planta popular na prefeitura e consegui erguer metade da construção e entrei lá pra dentro, tava só no reboco, no contra piso e na laje, não tinha cobertura de telha e a laje minava tudo a água quando chovia molhava tudo dentro de casa. Depois de algum tempo resolvi trabalhar em firmas até adquirir adoecimento por causa do excesso de trabalho; nunca tive

[90] Vale destacar que Ágata é negra, isso por si só já acarreta problemas de ordens diversas. Além dela também são negras Hematita, Quartzo Verde e Cornalina. Neste sentido, Bairros (1995, apud MACÊDO, 2007, p. 144) nos afirma que "[...] a experiência de opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista."

> preguiça, sempre enfrentei tudo. Mas, por causa das condições de trabalho com registro em carteira, eu entrei num processo de adoecimento do trabalho, por esforço acúmulo de esforço, eu trabalhei muito quando trabalhava de doméstica, depois fui trabalhar na fazenda trabalhava fazendo um esforço muito grande, acima do que meu corpo sentia, pegar muito peso, mas eu tinha casa e filho pra sustentar, eu não tinha o pai dos meus filhos pra me ajudar; tinha um marido, mas ele não era o pai dos meus filhos, por isso eu nunca senti ele com a responsabilidade de manter os meus filhos, essa responsabilidade era minha; então eu não podia, o serviço que tinha pra mim no momento era aquele e eu não poderia me dar ao luxo de ficar um mês desempregada, porque eles poderiam passar falta das coisas; eu não poderia pedir demissão da empresa porque não dava conta do serviço e fui esforçando além do que meu corpo resistia e o esforço demasiado fez com que eu tivesse o problema de fibromialgia. Eu ia pro serviço, voltava da licença médica – eu tive afastava três vezes se me lembro - e meu chefe, colegas, me perguntava se eu tinha descansado bastante, aquilo pra mim era melhor bater na minha cara, porque descansar eu acho que é pra férias, quando você sai de licença médica você vai tratar. O meu problema exigia descanso do corpo, um repouso, então eu não saia pra descansar, eu tava repousando pra melhorar. Daí eu achava aquilo muito humilhante, você sair de licença por não tá suportando porque, hoje, nem você estando com um problema muito grave o INSS te afasta, imagina se você quiser só descansar, se não conseguir um afastamento, nem o médico vai te dar um atestado por tempo determinado como era meu caso. Por causa dessa fibromialgia eu estava afastada. Daí eu vim passear no acampamento, daí a minha sogra já tinha vindo pra cá, pra fazenda Taquara, eu não tinha vindo aqui ainda, até antes de eu ficar afastada eu não conhecia. Daí eu vim trazer ela um dia, quando eu cheguei aqui eu voltei louca pra casa, voltei pro trabalho depois da licença médica, pedi demissão assinei termo de responsabilidade pra poder vir embora, larguei tudo.

A experiência de **Topázio** com o trabalho passa, também, pela condição de exploração e precarização além de, como chefe de família, se colocar na obrigação de cuidar e prover se colocando diante de uma dupla contradição onde se vê "[...] na obrigação de assumir responsabilidades familiares previstas pela sociedade e também responsabilidades econômicas não previstas pela mesma sociedade" (FIGUEIREDO, 1980 apud MACÊDO, 2007, p. 169).

Topázio traz à tona uma realidade da sociedade brasileira onde mulheres chefes de famílias, com filhos e sem formação escolar, via de regra, trabalham em subempregos onde há uma clara condição de exploração e alienação. Dessa feita, segundo Antunes, (2004, p. 9):

> Alienado frente ao produto de seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material, o ser social torna-se um ser estranho frente a ele mesmo: o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação a gênero humano [...].

Neste sentido, importa considerar que a história das pessoas, gênero humano, consiste na história de suas relações sociais, bem como, relações objetivas com o mundo da produção nesta sociedade capitalista. Esta questão se materializa na vida de **Topázio** quando, por carga

excessiva de trabalho, adoece e, a partir daí surge um estranhamento não só na relação patrão x empregada, mas também entre elas e as próprias companheiras de trabalho. Iasi (2011, p. 72) apresenta-nos a seguinte reflexão acerca deste estranhamento:

> A ação humana corporificada em algo externo, externada, se apresenta como algo humano, estranhado. A questão é saber se, uma vez dado o estranhamento, ele se torna uma realidade insuperável, estruturalmente inseparável da ação humana.

A situação vivenciada por **Topázio** no trabalho, para ela tornou-se uma realidade estruturalmente insuperável a partir do momento em que as próprias companheiras, colegas de trabalho desconsideram o que de fato se passava com ela. Essa situação desencadeou de forma mais aguda o adoecimento por ela relatado e diante deste fato observa-se que "[...] o sofrimento pelo ou no trabalho tornou-se mais fluido e, portanto, difícil de ser diagnosticado na relação com o trabalho. [...] Talvez, a manifestação da doença no corpo da classe que vive do trabalho seja o soluço da barbárie social do nosso tempo." (LOURENÇO, 2013, p. 153). Contudo, mesmo nesse estado de soluço da barbárie social, onde as mazelas sociais e adversidades do nosso tempo se fizeram presentes nas precárias condições de trabalho de **Topázio,** ela construiu e continua construindo sua história com muita luta e enfrentamento, assim como **Safira** e as demais mulheres que apresentam suas memórias relacionadas à categoria trabalho.

> **SAFIRA:** conforme já te falei, não cheguei a passar fome, mas passei frio, tive meus pés machucados por não ter o que calçar durante o percurso de casa sobre o cascalho do caminho que levava ao roçado, e meus pés queimados pela terra quente enquanto capinava na lavoura. Gostava muito de capinar as roças de arroz, achava lindo as fileiras do bonito arrozal, mas agora ao relatar isso é que entendi o porquê da preferência, pois as terras de cultivo de arroz eram sempre na parte de lamaçal, de terra abundantemente molhada e encharcada, onde se via a água correr sobre a terra, em fios e pequenos regos d'água. No arrozal não havia o problema com a terra quente, e não queimava os pés, apenas ficavam lambuzados de lama, coisas adoráveis para crianças e adolescentes. Mas também eu ajudava minha mãe na lida da casa. Somente depois que entrei para o Movimento consegui realizar me sonho de ser professora.

As memórias de **Safira** relativas ao trabalho estão vinculadas a sua história desde a mais tenra idade. Situação muito comum na sua geração, pois, no contexto da década de 1960, seu pai que era meeiro necessitava que todos os membros da família assumisse os trabalhos na terra que estava sob seus cuidados. Esse processo acentuava a importância da relação das crianças enquanto força de trabalho da/na unidade familiar. Vale ressaltar que o trabalho das crianças, além de representar ajuda para garantir o sustento do grupo familiar, também era reconhecido

e valorizado como momento de formação e preparação para a reprodução do modo de vida camponês. Estas memórias apresentam um significado claro quanto aos espaços de sociabilidade deste grupo de trabalhadores camponeses, ou seja, para eles, a família e a comunidade local representavam estes espaços de sociabilidade. Era ali que acontecia a transmissão do conhecimento considerado necessário para a sobrevivência e reprodução. Além disso, para os camponeses, essa transmissão de saber era mais significativa que o conhecimento oferecido pela educação formal, dentro das restritas relações comunitárias. E assim, **Turmalina Paraíba** que também nasceu na roça, traz lembranças acerca de suas vivências no trabalho nos seguintes termos:

> **TURMALINA PARAÍBA**: Quando eu fiz 18 anos eu saí de roça e fui tentar a vida na cidade porque era uma criação conservadora e mudei completamente a minha vida e até 1992 eu morei fora de Uberlândia trabalhado pra me sustentar sozinha. Daí eu voltei pra Uberlândia, tive meu menino mais velho sempre trabalhando, por isso você sabe né. O trabalho sempre fez parte da minha vida. Conforme já falei, desde muito novinha a gente sempre ajudou em tudo na nossa casa. Como sou uma das mais velhas, tive que ajudar a cuidar dos meus irmãos e, depois fui trabalhar no comércio. Fiquei como vendedora até conhecer o Movimento e engajar no Movimento. Meu pai morreu em janeiro de 1997 e era o sonho dele ter uma terra, daí eu fui porque a única alternativa que eu tinha seria essa, porque a profissão é grande demais né?

Turmalina Paraíba nas atividades cotidianas da vida familiar, por ser a filha mais velha, sempre se viu obrigada a colaborar com os afazeres do lar, cuidando dos irmãos e da arrumação da casa, situação muito comum na sua geração, que expressa as relações de gênero, onde as meninas é que faziam todo o serviço relativo aos cuidados da casa e dos familiares. Sua realidade reflete claramente a afirmação de Antunes (2002, p. 109) que as "[...] relações de gênero também implicam [...] relações de poder." Por conseguinte, como trabalhadora formal a vida não foi muito generosa com ela, pois ao sair da fazenda teve que se submeter a condições de trabalho precárias para conseguir se sustentar sozinha, pois conforme ela mesma disse: ***"[...] a profissão é grande demais né?".*** Neste sentido, fica evidente que além da baixa escolaridade está implícita uma questão de gênero uma vez que "[...] o capital incorpora o trabalho feminino de *modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho [...] precarizando com intensidade maior o trabalho das mulheres.*" (ANTUNES, 2002, p. 109, grifos do autor). Essa realidade se apresenta de forma um pouco diferente na história de **Rubi**.

> **RUBI**: como eu comentei, comecei a trabalhar como empregada doméstica aos treze anos, assim que parei de estudar. Mas, a minha irmã gêmea que morava em Manaus foi ter bebe e pediu pra eu ir ficar com ela. Quando estava lá surgiu a oportunidade de fazer o concurso dos correios e então eu fiz e

> passei. Lá ocupei até a função de gerente e foi lá também que iniciei na luta, reivindicação, participação em sindicatos de trabalhadores e me tornei militante da causa da classe trabalhadora. Manaus é uma capital muito evoluída. Quando voltei pra Araguari foi um choque de realidade, porque aqui o chefe mandava e a gente tinha a obrigação de obedecer. Como sempre lutei por direitos, na primeira oportunidade ele tratou de me demitir, porém fez isso em período eleitoral e, por isso, entrei na justiça e conquistei o direito de permanecer no meu cargo. Mas só pra ter uma ideia, quando voltei de Manaus eu ocupava lá cargo de gerência e, por isso, não podia ser rebaixada de posto, mas eles aqui me colocaram até no setor de venda de cartão de natal. Quando retornei por ordem judicial o chefe me disse que eu não precisava ficar feliz que logo logo iam conseguir me demitir e de fato cumpriram a ameaça. Seis meses depois do meu retorno eles me demitiram. Daí resolvi não dar continuidade, pois entendi que esta empresa é muito conservadora e não servia mais pra mim. Decidi então a ficar com a luta do MST, pois ali era o meu lugar.

Rubi, por conseguinte, apresenta uma trajetória no mundo do trabalho que se inicia na perspectiva do subemprego e avança para a luta de classe, onde ela enquanto trabalhadora, se filiou ao sindicato da categoria e, também, passou a fazer parte da diretoria daquela organização sindical, passou a fazer parte na luta pela garantia de direitos e, também, melhores condições de trabalho. Com muita clareza, afirma a postura conservadora dos dirigentes desta instituição, mas também é perceptível sua postura de discriminação junto a Rubi quando ela afirma que: ***"[...] quando voltei de Manaus eu ocupava lá cargo de gerência e, por isso, não podia ser rebaixada de posto, mas eles aqui me colocaram até no setor de venda de cartão de natal."*** Essa postura arbitrária reflete, segundo Antunes (grifos do autor) (2002, p. 106) que "[...] na maior parte das vezes, às unidades onde é maior a presença do *capital intensivo* [...] o trabalho das mulheres é muito frequentemente restrito às áreas mais rotinizadas, onde é maior a necessidade de *trabalho intensivo.*" Estas relações de poder nos espaços de trabalho são a representação clássica de relações miseráveis, por isso têm de ser combatidas e, conforme a postura adotada por **Rubi**, só existe um meio para que sejam combatidas e superadas: o caminho é a luta de classes.

As memórias de **Turquesa** estão também vinculadas ao trabalho representado nas condições precárias. Realidade de muitos outros brasileiros/as que ainda, em pleno século XXI, vivenciam situações adversas como as que se fazem presentes em sua família desde a década de 1960.

> **TURQUESA:** Desde muito novinha lá em casa todo mundo trabalhou, porque senão a gente não tinha nem o que comer. Era em Carmo do Paranaíba aonde a gente trabalhava como boia fria, nessa época eu tinha só 07 anos; trabalhava eu, minha mãe e meus irmãos, meu pai era deficiente e não tinha condição de trabalhar. Ai nessa trajetória a gente veio para Monte Carmelo no ano de 1984

> pra procurar serviço porque lá era a capital de telha né, até certo tempo. A cerâmica também foi abrindo falência e a gente ficou desempregado. Daí a gente se mudou pra Uberlândia e lá eu me casei e continuei sempre na luta trabalhando pra sobreviver. E foi assim que conheci o Movimento.

A sobrevivência é retórica nas histórias de todas essas mulheres, essa condição impressa nesta sociabilidade configura-se como uma expressão da questão social, que segundo Iamamoto (2001, p. 11, grifo da autora) "[...] *é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente, típico do trânsito do padrão de acumulação no esgotamento dos 30 anos gloriosos da expansão capitalista."* Nestas relações sociais em que Turquesa se encontra, fica claro que o desenvolvimento das forças produtivas desta forma de trabalho regula as próprias relações entre os sujeitos que estão envolvidos neste contexto. Sua dinâmica produz e reproduz seus expoentes, ou seja, "[...] suas condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam." (IAMAMOTO, 2001, p. 11). Não muito diferente foram as lutas diárias de **Citrino**:

> **CITRINO:** comecei a trabalhar já muito novinha, mais ou menos com 5 anos, cuidando das minhas irmãs pra minha sair pra trabalhar fora. Mas, com 08 para 09 anos inicie trabalho remunerado como doméstica e, pela condição de violência do lar (meu padrasto sempre agredia a minha mãe), não gostava de voltar pra casa. Quando eu estava com 13 para 14 anos e, cansada de viver em condição de violência, resolvi viver com uma tia em Uberlândia. Nesta época fiz um curso de auxiliar administrativo e consegui um trabalho como atendente em uma imobiliária ganhando menos de um salário mínimo. Como ganhava pouco, resolvi ir à luta na busca de um emprego que me rendesse mais, foi quando duas amigas se ofereceram para me ajudar e me convidaram para trabalhar como costureira de luvas de couro em uma loja de equipamentos rurais. Como não tinha prática nenhuma com esta nova atividade, as amigas faziam o serviço que era meu enquanto eu aprendia. Como sempre fui determinada, aprendi rápido, ganhei a confiança dos patrões e logo passei a costurar mais luvas que as amigas. Com esse novo trabalho passei a ganhar três vezes mais que o salário da imobiliária. Neste período eu já estava com 15 para 16 anos e, como passei a ganhar melhor, outra tia que também morava em Uberlândia me ofereceu um terreno com uma casinha e eu comprei e fui viver ali e continuei trabalhando no mesmo emprego. Trabalhei nesta firma até meus 17 anos quando tive a minha primeira filha. Depois de algum tempo conheci meu companheiro, tive a minha segunda filha; neste período trabalhava de diarista (passava, lavava e arrumava) e aos sábados trabalhava em um salão de beleza. Quando a minha Nenê (2ª filha) tinha três anos, fui fazer uma visita na casa de minha tia, com quem morei. Lá encontrei um grupo de companheiros do MLST e foi quando tive o meu primeiro contato com o Movimento.

Ao apresentar suas memórias relativas ao mundo do trabalho, impressiona a força, a coragem e a determinação desta mulher que ainda menina vivenciou todas as mazelas possíveis que se encontram impressas nesta sociabilidade (pobreza, violência doméstica, alcoolismo). E, com tudo isso, não se deixou abater. Já com oito para nove se insere na seara do trabalho assalariado e já se vê obrigada a vender sua força de trabalho se colocando à mercê da exploração. Merece uma parada para reflexão a questão relativa às diversas violências vivenciadas no cotidiano do grupo familiar de **Citrino**, dentre elas a violência doméstica que é uma realidade vivenciada por muitos grupos familiares em todo o mundo. Para Silva; Carmo (2013, p. 87) a violência:

> [...] é uma categoria que afeta a vida humana, materializa-se nela (de diferentes formas), ainda que seja mediada por outras categorias centrais para o ser social, com suas especificidades na ordem burguesa que oferecem as bases para a explicação da violência como uma categoria secundária, mais determinada do que determinante.

Assim, ontologicamente falando, a partir da perspectiva de totalidade é possível compreender que as diversas violências presentes na vida cotidiana, inclusive deste grupo familiar, não devem ser reconhecidas em "[...] 'tipos isolados' de violência que se explicam por si mesmos." (SILVA, CARMO, 2013, p. 87), mas devem considerar que há neste contexto uma relação mecânica, sem qualquer tipo de mediação. Esse movimento é real e emana da estrutura engessada da ordem burguesa em que a riqueza socialmente produzida é apropriada por poucos e os rebatimentos desta exploração/expropriação se dão nos espaços de convivência dos grupos familiares reconhecidos no campo das políticas públicas como vulneráveis, ou melhor, desprovidos de bens e serviços que atendam, mesmo que de forma mínima, suas necessidades básicas. Nesse contexto de tantas dores e sofrimentos, **Citrino** vai à luta para se desvencilhar desta realidade e, assim passa a vender sua força de trabalho no setor de serviços. "Setor este que permite evidenciar que frequentemente a força de trabalho feminina tem como características as atribuições mais precárias, sendo responsáveis em boa parte dos casos, pelas tarefas mais monótonas repetitivas e estressantes [...]." (NOGUEIRA, 2013, p. 76). Sem muita clareza desta exploração e aviltamento, ela se desdobra para conseguir melhores condições de vida e, na primeira oportunidade que surge, muda de trabalho, passa a receber um salário um pouco melhor que lhe permite vislumbrar outras possibilidades.

Assim, merece destaque nestas memórias de **Citrino** o fato de ela, com apenas 16 anos, conseguir comprar uma casa, pois essa é uma conquista que tem um significado muito forte na vida de qualquer trabalhador/a; "[...] é sinônimo de conquista, mas também de segurança e de

abrigo.” (SANT’ANA, 2012, p. 86). Diante deste fato é possível afirmar que palavras como determinação e coragem são as que de fato se fazem presentes e definem esta mulher que não tem medo do enfrentamento conforme veremos nas suas memórias da luta no Movimento.

Todavia, as memórias de **Quartzo Verde** acerca de sua inserção e vivências no mundo do trabalho assalariado se dão, também, no terreno das desigualdades sociais.

> **QUARTZO VERDE:** A vida inteira eu trabalhei na roça, eu com 07 anos já apanhava algodão, eu colhia café; eu, com 12 treze anos, vinha pra Monte Carmelo pra trabalhar na lavoura de café; tirava semente de braquiária, que o capim cobria a gente de tão alto, lutando pra sobreviver. Com mais ou menos 17 anos eu comecei a trabalhar em casa de família. Nesse período fui expulsa de casa porque eu era muito rebelde. Então depois eu comecei a trabalhar e nunca me dei em serviço nenhum, porque eu não aguentava injustiça. Eu trabalhava de doméstica e aquilo que eu não acreditava eu me defendia e, por isso, eu não parava em serviço nenhum. Eu ficava de um lado pra outro, porque elas (as patroas) não concordavam com as minhas reinvindicações. Quando eu fui pra Brasília pra trabalhar eu tinha 19 anos, eu levantava as 05 horas da manhã e ia dormir as 10 horas da noite. Nesse horário eu ainda estava passando roupa e trabalhava em um horário assim que era abusivo e eu cobrava aquilo, mas sem saber que eu estava fazendo uma reinvindicação, porque eu nem sabia que palavra que era essa. Quando eu voltei de Brasília pra São Simão, daí eu vivia pra lá e pra cá. Trabalhei em Araguari, trabalhei no Rio de Janeiro; fui dona de lava-jato, fui dona de lanchonete. Eu tinha uma lanchonete que tocava música ao vivo e nunca consegui me adaptar a nada. Foi nesse período então quando eu conheci o Movimento.

A condição de trabalho precário e subjugado às relações capitalistas é real na vida de **Quartzo Verde** desde menina. Começou a vender sua força de trabalho ainda na sua infância, nos espaços em que se exige força bruta e um desgaste físico intenso. Isso demonstra claramente que “[...] o capitalismo, ao mesmo tempo em que cria condições para a emancipação feminina, acentua a sua exploração ao estabelecer uma relação aparentemente ‘harmônica’ entre precarização e mulher.” (NOGUEIRA, 2013, p. 77). Entretanto, apesar dessa realidade cruel vivenciada por um longo tempo de sua história, impressiona a clareza de **Quartzo Verde,** ainda menina, acerca da realidade social na qual viviam ela e seus familiares, pois desde muito jovem percebia a necessidade de trabalhar para adquirir coisas que desejava. Esta questão nos remetem ao pensamento de Alves (2013, p. 40), quando afirma que a ordem do capital “[...] avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais [...].” Nesta lógica a necessidade de possuir coisas ocupa o tempo e a vida das pessoas gerando daí um trabalho estranhado sob a lógica da mercadoria e do consumo. Entretanto neste mote de coisas e situações vividas por **Quartzo Verde** nesta sociabilidade, é mister lembrar que ela sempre se posicionou diante das injustiças e desigualdades sociais mesmo sem saber que estava de fato

reivindicando direitos, dentre elas o cumprimento de uma jornada de trabalho sem exploração. Por isso, apesar de não saber que se tratava continuou firme neste mundo do trabalho assalariado e por não se enquadrar/adaptar nele, buscou possibilidades de trabalho em diversos lugares desse Brasil, mas conforme verão nas suas memórias de luta no Movimento, foi ali que se reconheceu, que se encontrou.

Hematita já apresenta um "espírito" de luta mais tranquilo/sossegado, porém não menos combativo.

> **HEMATITA**: Eu trabalhei desde os meus 14 anos. Trabalhei de doméstica, trabalhei em cerâmica fazendo telha, trabalhei carregando caminhão de tijolo o dia inteiro; trabalhei também como faxineira. Logo que terminei o terceiro colegial conheci meu marido. Um ano depois a gente se casou. Ele trabalhava e eu cuidava da casa; também trabalhava como faxineira, depois trabalhei, como secretária do SindUti e depois como assessora do deputado Adelmo. Depois adquiriu uma mercearia e, além dos afazeres da casa eu ajudava ele lá. Nesse período começamos a fazer parte das comunidades eclesiais de base da Igreja católica. Fizemos um curso de fé e política, conhecemos a pastoral da terra, o partido dos trabalhadores e nos engajamos na luta. Aí, no MST espaço consegui realizar meu sonho antigo de ser professora. Hoje também sou efetiva como professora no município de Uberaba.

Sua inserção no mercado de trabalho ocorreu um pouco mais tarde que das demais companheiras, porém dentro da mesma perspectiva e, basicamente, na mesma ocupação, ou seja, em atividades que exigiam mais a força física do que a intelectual. Após o casamento ficou um tempo como 'cuidadora do lar', assumindo o papel de reprodução, espaço em que já há um longo período da história em onde "[...] o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa *divisão sexual do trabalho*." (ANTUNES, 2002, p. 109, grifos do autor), e com Hematita isso não foi diferente. "Portanto, a venda da força de trabalho do proletariado e garantida pelas atividades domésticas realizadas, na grande maioria das vezes pela mulher, quer ela seja uma trabalhadora produtiva ou não." (NOGUEIRA, 2013, p. 74). Entretanto, nesse período em que ocupava a função de cuidadora do lar conseguiu fazer o magistério e, logo em seguida se inserir em espaços de trabalho onde exigia-se mais a capacidade intelectual do que a força física. Com sua determinação conseguiu se graduar em pedagogia e, com isso se tornou professora no município de Uberaba. Uma trajetória que representa a luta de muitas/os trabalhadora/os nesse campo de disputas materializado no mercado de trabalho assalariado.

A exploração por meio do trabalho é a marca registrada na história de **Cornalina** na sua infância e adolescência.

> **CORNALINA:** Assim, desde pequena ia pra roça com os patrão da minha madrinha que era minha mãe adotiva, lá eu aprendi a matar galinha, a fazer todas as coisas que a gente faz na roça mesmo. Limpava peixe, pescava limpava os peixes; fui aprender a cozinhar e com a idade de 12 pra 13 anos eu já sabia fazer de tudo. Como eu era criada junto com esse pessoal eu tinha minhas obrigações junto com eles lá. Não ganhava dinheiro pra fazer, mais tinha que fazer assim mesmo. Quando minha madrinha não ia pra roça quem tinha que ir pra cozinha era eu. Isso com a idade de doze pra treze anos fui até casar com 21 anos. Se fosse hoje pelas leis eu teria que receber um salário, mas isso nunca passou pela minha cabeça na época. Quando eu tinha uns 18 anos eu passei a me sentir explorada, porque foi quando eu quis sair pra trabalhar a mulher impôs que podia trabalhar fora, mas eu tinha que fazer minhas obrigações lá porque pra morar lá de graça eu tinha que cuidar da casa. A minha vida até meus 12 anos se resumia da cozinha pro quarto de empregada, onde eu morava com minha mãe. Somente depois que construíram uma casinha no fundo da casa pra gente morar daí a gente passou a ter nossa casa e ter um pouquinho mais de liberdade. E lá é onde minha mãe mora até hoje.

Em decorrência das condições objetivas de vida **Cornalina** foi criada por sua madrinha que foi a empregada doméstica de uma mesma família durante toda sua vida laboral. Inclusive esta madrinha, mesmo aposentada, ainda mora nos fundos da casa desta família. Para viver ali, **Cornalina** se viu obrigada a 'pagar' sua estadia com sua força de trabalho. "Vale acrescentar que a atividade doméstica não assalariada, realizada na esfera reprodutiva, é também uma forma evidente de trabalho, apesar de bastante distinta da forma assumida pelo trabalho assalariado no mundo da produção." (NOGUEIRA, 2013, p. 66). Reproduzindo esta realidade de atividade doméstica não assalariada, **Cornalina** foi explorada até seus 21 anos, porque quando quis sair dessa condição a ela foi verbalizado que até poderia sair para trabalhar fora, mas precisaria, ao voltar do seu trabalho, cumprir suas tarefas diárias se quisesse continuar morando "de graça" naquela casa. Nesta perspectiva, Pollack (1997, apud FERREIRA, 2010, p. 155) traz à luz algumas reflexões acerca da informalidade do trabalho, quando afirma que "[...] no campo da informalidade as mulheres estão concentradas em sua grande maioria, em atividades consideradas eminentemente femininas como atividades familiares não remuneradas e emprego doméstico." É sabido que no Brasil muitas situações iguais a essa ainda se reproduzem, principalmente com meninas que saem do nordeste e vão para o Sudeste do país 'tentar a sorte'. Essa realidade expressa uma clara relação de mando e opressão sobre a classe trabalhadora que se vê diante dessa situação totalmente aviltada e negligenciada nos seus direitos, inclusive nos seus direitos humanos.

A situação das condições de trabalho assalariado de **Diamante**, expresso nas relações sociais capitalistas de produção e reprodução de bens, serviços e mercadorias, também se localiza desde o período em que ela ainda era muito menina.

> **DIAMANTE:** Quando eu tinha 14 anos nós já morávamos em Uberlândia, mas nessa idade a minha mãe foi brutalmente assassinada e eu e minhas irmãs tivemos que voltar pra Monte Alegre, porque eu sou a filha mais velha de quatro irmãs, então tivemos que voltar pra casa da minha avó. Fui trabalhar de boia fria e estudar à noite pra cuidar delas, mas sempre vendo que aquilo não era o meu caminho. A partir daí passei por várias lutas, várias demandas mesmo até completar 18 anos e voltar pra Uberlândia. Eu lembro direitinho, eu completei 18 anos em maio e eu virei pra minha avó e disse: vó eu não aguento mais, daí ela virou pra mim e falou assim filha suas asas são muito grandes, você demorou muito, aqui você não tem condição de ajudar suas irmãs, essa cidade não é pra você, vai enquanto você está nova, eu também não tive oportunidade de sair. Na minha época as coisas eram diferentes. Eu lembro que ela morava perto da BR, eu parei o ônibus, coloquei minha bicicleta dentro, duas sacolinhas de roupa e vim pra Uberlândia pra casa do meu tio lá no Guarani. De lá começou uma outra luta, comecei a trabalhar em dois serviços, consegui os serviços através dos contatos da minha, de pessoas que a minha mãe trabalhava e que se dispuseram a me ajudar; durante o dia eu era auxiliar de contabilidade e à noite era no macDonalds, mas a renda era muito pouca ainda porque eram 04 bocas pra comer. Mas eu consegui, trouxe essas irmãs, aluguei casa, mas ainda eu não tinha encontrado meu povo, ainda não tinha achado, porque em todo lugar que eu trabalhava eu provocava pequenas revoluções, mesmo sem ter muito esclarecimento, mas eu sabia que era pouco ainda, eu não tinha me encontrado, eu não tinha me achado. Ainda naquela ocasião consegui arrumar um emprego muito bom e por isso hoje sou cozinheira profissional. Nesse período fiz uma produção independente, e vi que estava ficando muito cansada, estava trabalhando muito no restaurante de um hotel e não conseguia acompanhar o crescimento do meu filho. Certa vez uma cliente do restaurante me convidou pra trabalhar com ela, disse que me pagava o dobro. Eu fechei com ela na hora, mas com a seguinte proposta, eu vou trabalhar com você, mas eu tenho que estudar, porque pobre só vence estudando, não existe outro caminho pra pobre a não ser a educação.

Novamente, as memórias de Diamante ao trazer à tona a forma brutal em que sua mãe foi assassinada, nos remetem a outra situação de violência. Por isso, compreendemos que essas violências também devem ser explicadas e compreendidas "[...] no seu processo, como complexos sociais particulares, objetivados sob as condições de uma dada sociabilidade (portanto, não abstratamente e isoladamente)", pois, essa multiplicidade de violências estão "[...] concretamente fincadas e objetivadas na realidade." (SILVA; CARMO, 2013, p. 88). Enquanto fincadas na realidade, se incorporam na vida cotidiana ainda de maneira mais recorrente nos espaços/territórios em que a população encontra-se vulnerável às arbitrariedades do sistema de segurança em curso, bem como à total expropriação de seus direitos constitucionalmente impressos em seu art. 5°(BRASIL, 1998, online) que trata dos direitos e garantias fundamentais, a saber, "[...] inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]." Este campo representa, também, espaço de luta de todas as mulheres cujas memórias estão aqui sendo apresentadas.

Quanto à inserção de **Diamante** no mundo do trabalho, ocorre na área de serviços, que "[...] no mundo contemporâneo é um dos setores que mais absorve a força de trabalho feminina." (NOGUEIRA, 2013, p. 76). Mas, apesar de ainda muito jovenzinha se encontrar inserida num espaço sócio-ocupacional em que requeria dela a força física, ela nunca perdeu sua capacidade de olhar pra frente, de refletir sobre aquele contexto, de visionar a existência de outras possibilidades que não aquelas para si e para suas irmãs. Isso entre idas e vindas, vendendo sua força de trabalho para dois empregadores, lutando para garantir o sustento seu e de suas irmãs e nunca se deixando abater. Mas, bastante emblemático é quando, mesmo fazendo parte da exploração coletiva da força de trabalho determinada pelo estado da produção capitalista onde se põe a pele do trabalhador à venda, reconhece, ***"mesmo sem ter muito esclarecimento",*** seu espírito de revolucionária em todos os lugares nos quais vendia esta mesma força de trabalho por questão de sobrevivência o que é muito comum principalmente por boa parte das mulheres. Nesses termos, Iasi (2011, p. 34) afirma que "[...] abrimos mão de nosso desejo para nos rendermos à satisfação da sobrevivência imediata [...]."

Todavia, ao apresentar a educação como caminho para a superação da pobreza traz à tona a indagação apresentada ao final do item analisado anteriormente acerca desta questão. Assim abre espaço para outra interrogação: isso é de fato um caminho ou é apenas uma ilusão? Esta questão pode ser analisada considerando a concepção de Gramsci (1975) acerca da cultura e da hegemonia. Em relação à cultura referido autor afirma que é necessário assumir uma postura crítica frente ao intelectualismo infecundo, seguido de uma cultura enciclopédica que gera efeitos danosos ao Movimento de organização política da classe trabalhadora. O mesmo autor sugere que o conhecimento nesta perspectiva acontece de forma estática, dogmática e desconexa, à parte do próprio movimento histórico. Por isso, é necessário abandonar a ideia da cultura como algo abstrato e distante da realidade do proletariado e estabelecer vínculos desta mesma cultura com a prática social e política, ou seja, desvencilhar-se de uma verdade em si, que pode ser adquirida, guardada na memória, para entender que a verdade é histórica. Quanto à hegemonia, as relações vigentes necessitam de uma mudança nesse modo de pensar e agir únicos e, assim passando por processo de ruptura com essa concepção, como base em uma nova leitura do contexto histórico, se permitirá assumir de fato o que venha a ser a herança cultural da humanidade. Nesse formato de educação está implícito a urgência da ruptura com as limitações impostas pela (pseudo)democracia burguesa, construindo assim outro significado/sentido histórico e outras possibilidades reais de condições sociais e ideopolíticas com vistas a vivência e o exercício da liberdade.

Acerca das memórias relativas ao mundo do trabalho, há de se considerar que a grande maioria das mulheres apresenta um histórico com características bastante semelhantes no que tange à pauperização, aviltamento e exploração da força de trabalho que ocorreu em subempregos, cujas funções estão socialmente vinculadas às mulheres e retratam de forma clara a divisão sexual do trabalho, ou seja, serviço na roça, no comércio, empregadas domésticas, boia fria, fábrica de cerâmica, diarista, costureira industrial, salão de beleza, cozinheiras que no mundo do trabalho são reconhecidas como atividades adaptadas a capacidades inatas da mulher. Neste sentido, Nogueira (2013, p. 63-64, grifos da autora) afirma que:

> [...] é no espaço dos empregos precários, em que a exploração, em grande medida, se encontra mais acentuada, que a mulher trabalhadora está inserida. [...] Portanto, podemos afirmar que a *precarização*, apesar de atingir enorme contingente da classe trabalhadora é mais intensa quando nos reportarmos à força de trabalho feminina.

Mediante esta realidade de total precarização inscrita nas relações de trabalho destas mulheres, apenas, Safira, Hematita, Rubi e Diamante desempenharam outras atividades que não são, a princípio, quase unicamente do universo feminino, ou seja, professora, secretária e assessora de deputado, gerente dos Correios, auxiliar de contabilidade, atendente do MacDonald, de acordo com cada história apresentada. As formas de organização capitalista da vida social dessas mulheres, por mais distintos ou não que sejam os enfoques, revelam que "[...] o típico da vida cotidiana contemporânea, [...] é a reificação das relações que o indivíduo enquanto tal desenvolve." (PAULO NETTO, 2010a, p. 86).

Todas essas histórias, se exceção, evidenciam um caminho de superação de claras desvantagens vivenciadas por essas mulheres no que tange a fatores como gênero, classe, raça/etnia. Além disso, deve-se considerar a necessidade de um enfrentamento nas/das relações sociais onde, cotidianamente, são produzidas e reproduzidas as desigualdades de gênero nesta sociabilidade. Relações estas que se manifestam em todas as classes sociais, mas que atingem de forma bastante diferenciada as mulheres da classe trabalhadora. Mediante estas reflexões, no item seguinte apresentaremos as memórias das lutas no Movimento Sem-terra.

3.5 Memórias das lutas junto aos Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais Sem-terra

Ao iniciarmos a análise das memórias que trazem à tona todos os enfrentamentos vivenciados por essas mulheres junto ao Movimento de luta pela terra, consideramos importante ressaltar a fundamental vinculação da categoria gênero à categoria classe social, porque essa

vinculação nos permitirá estabelecer a clara compreensão dos dilemas, das conquistas frente às condições e ao processo de emancipação da mulher mediante a sua participação neste campo de luta. Resta-nos notificar que essa emancipação não se apresenta com uma uniformidade, tampouco com uma continuidade/linearidade, uma vez que, conforme será possível perceber nas próprias memórias abaixo apresentadas, essa participação só é ampliada a partir das lutas sociais. Mas, apesar dos avanços, muitos espaços ainda permanecem com concepções conservadoras e tradicionais no que tange ao ser masculino/homem/macho e ao ser feminino/mulher/fêmea que retrata a complexa relação entre a luta contra a opressão de gênero e a luta contra a exploração do capital.

As memórias de **Ágata** relativas à sua participação e luta junto ao Movimento são assim apresentadas:

> **ÁGATA:** Meu primeiro contato com o Movimento sem-terra veio de um convite feito por uma amiga. Na época eu não tinha dinheiro pra acampar, então ela me convidou pra ficar no barraco com ela e o irmão. Aquele era um acampamento do MTL. Após a nossa instalação soubemos que aquela área já estava sendo ocupada por outro grupo e aconteceu uma confusão muito grande. Duramos muito pouco ali. Confesso que fiquei muito frustrada com o Movimento. Só que depois daquela experiência voltei por meu bar e pra minha vida antiga. Pouco tempo depois fui novamente convidada, agora pelo MLST, no primeiro momento eu disse que não ia, mas eles insistiram muito, disseram que existe vários Movimentos, que pé igual política que tem vários nomes; então eu fui. Chegando lá gostei da conversa; falaram que a fazenda já estava comprada e em 06 meses estavam cada um em seu lote. Após algum tempo passamos pro pré-acampamento. Mesmo assim ainda ia e vinha de campo florido, muitas vezes a pé, pois tinha o bar e precisava ganhar algum dinheiro pra completar a cesta do INCRA. Uma dessas vezes fiquei internada na cidade correndo risco de até ter que amputar meu pé (em decorrência de trabalho em lavouras fazendo uso do agrotóxico regente) e não pude ir até Brasília num enfrentamento do Movimento, foi quando um grupo nosso foi preso; infelizmente eu não estava lá pra lutar junto com eles. Outra luta foi ouvir de vários companheiros que o INCRA não dá terra pra mulher sozinha. Mas como sou teimosa e persistente, apesar da fala desses companheiros, fiquei lutando ali pelo meu direito. Pra acreditar naquilo que eles falavam eu tinha que ouvir da boca do servidor do INCRA e quando ele veio eu fui direto perguntar ele respondeu que era direito meu sim. Fiquei firme e quando veio o nome com a divisão dos lotes meu nome estava lá. Hoje tenho meu canto pra plantar e colher...

A vida de Ágata é permeada pela palavra luta. Ao ingressar no Movimento ela vislumbra ali uma luz, uma possibilidade de alcançar direitos que até então pareciam muito distantes. Esteve presente, sempre participou e defendeu as propostas apresentadas dentro do Movimento, mediante uma clara questão de gênero, ainda teve que fazer lutas particulares para garantir seu direito de acesso à terra. Isso expressa a necessidade de dar o real significado a essa

participação enquanto capacidade de organização dos Movimentos Sociais, com vistas a ampliar e consolidar as garantias dos direitos sociais e políticos já conquistados, por meio de um processo constante e contínuo, pois,

> [...] dizemos que a participação é conquistada para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (DEMO, 1993, p. 18).

Essa questão confirma e materializa a importância dada por Ágata à participação em todas as ações organizadas pelo Movimento e fica latente no sentimento que ela manifesta por não ter tido a oportunidade de ir numa ação de reivindicação e luta que aconteceu em Brasília. Deste episódio ela afirma: ***"[...] infelizmente eu não estava lá pra lutar junto com eles."*** Esta frase demonstra a postura de compromisso com as lutas organizadas pelo grupo ao qual está vinculada. E hoje, mesmo já estando assentada, faz questão de manifestar seu apoio e participar de todas as ações de luta e reivindicação ainda propostas pelo Movimento. Apesar de estarem no mesmo espaço, no mesmo acampamento e na luta pela mesma terra, a aproximação de **Topázio** com o Movimento de luta pela terra foi um pouco diferente do que ocorreu com ágata:

> **TOPÁZIO:** Quando conheci o meu atual companheiro, passou muito tempo a minha sogra foi pra reforma Agrária, ela entrou como contribuinte, depois meu sogro foi morar no acampamento, mas aquela ocupação não virou assentamento até hoje, foi na Coalbra e eu ia dar apoio pra eles no final de semana daí eu fui me apaixonando, fui gostando de estar no meio, vendo que era totalmente diferente do que a mídia explora. Só explora o lado negativo, o lado positivo de solidariedade, de cumplicidade, de amizade, os laços que até se tornam mais que amizade, se tornam familiares. Pessoas que de tanto conviverem ali na mesma vida, na mesma luta, com o mesmo objetivo, então as pessoas se tornam mais que amigos, se tornam familiares e a mídia só mostra o lado negativo, não mostra esse lado que é o lado positivo, de todos juntos em prol de uma só causa. Não vai lá dentro pra ver, pra se certificar do que a vida na reforma agrária, das pessoas que lutam pela reforma agrária. A mídia só vê o lado que o fazendeiro explica, o lado do acampado, daquele que luta por um pedacinho de chão pra sobreviver a mídia não explora esse lado, não vai lá dentro pra se certificar o que realmente é, fala o que vem.... Eu acho que ela não tem interesse, porque se tivesse buscaria a verdade; porque o sensacionalismo hoje é que dá ibope, a coisa certa não dá ibope, pra que que eles vão buscar a coisa certa. Um tempo depois a minha sogra já tinha vindo pra cá, pra fazenda Taquara, eu não tinha vindo aqui ainda, até antes de eu ficar afastada do trabalho eu não conhecia aqui. Daí eu vim trazer ela um dia, quando eu cheguei aqui eu voltei louca pra casa, voltei pro trabalho depois da licença médica, pedi demissão assinei termo de responsabilidade pra poder vir

> embora, larguei tudo. Vim pra luta e continuo nela todos os dias por acreditar que um mundo melhor é possível. E só tem valido a pena.

Topázio chegou no Movimento por meio dos pais de seu companheiro que já participavam da luta pela terra fazia algum tempo. Antes dessa aproximação acreditava nas inserções da mídia sobre o Movimento, somente depois compreendeu que aquela postura era falaciosa e se prestava ao papel de defender apenas os grandes proprietários de terra, atendendo as demandas de uma lógica mercantil e perversa, pois não tinha a clareza sobre ser ela também classe trabalhadora no seu sentido amplo, conforme apresentado por Antunes (2002, p. 103) quando afirma que:

> Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital [...].

Ao aprofundar sua visão sobre o que é ser de fato classe trabalhadora, lhe possibilitou compreender os princípios da luta de classes no contexto do direito e da garantia de acesso à terra e, assim permaneceu na luta. Garantiu sua inserção no grupo daquele acampamento e ficou lá, junto com as lideranças, fazendo lutas cotidianas até que pudesse alcançar o tão sonhado pedacinho de chão. É uma das principais defensoras do Movimento lá dento do assentamento onde hoje está vivendo com seu companheiro. Trabalha com as companheiras de forma solidária, sempre atendendo as convocações para participação em assembleias e tomada de decisões que envolve todos os moradores do assentamento. E, conforme ela mesma afirmou: ***"Vim pra luta e continuo nela todos os dias por acreditar que um mundo melhor é possível."***

Já **Cornalina** tomou conhecimento do Movimento e se engajou na luta primeiro sozinha, somente um tempo depois que seu companheiro também foi pra luta.

> **Cornalina:** eu conheci uma vizinha lá que chamava e seu marido, e eles falaram assim não tem um pessoal lá do sindicato de monte alegre que tem um assentamento ai e tá saindo umas terra, vocês querem conhecer?' ai foi quando a gente foi conhecer, foi onde a gente começou a conhecer o que era o Movimento Social, em 2003 mais ou menos. Ai em 2003 a gente começou a conhecer e foi para Canápolis, ai em Canápolis já tinha esse Sindicato e tudo e começamos a participar. Se não me engano, o Movimento era o MTL. Eu ia para lá quando eu podia com a minha filha, eu tinha só dois filhos na época, ai ficava lá e fazia as coisas, mas ai eu voltava para a roça de novo, era a maior dificuldade. Ai um dia sentei com meu marido, ele queria vir embora, ai eu falei assim: vamos fazer o seguinte, tudo que nós plantamos, as mandiocas, o gado que nós já tínhamos comprado, uma lavoura de abacaxi muito boa, vamos acabar de colher tudo, nós vendemos tudo e vamos para a cidade, porque ai não perdemos nada. Ai foi o ano que nós começamos a fazer, nós

> viemos, construímos uma casa aqui em Uberlândia no Santo Inácio e melhoramos um pouco, ai largamos tudo e voltamos. Ai abandonamos o assentamento de lá. Eu estava aqui em Uberlândia de novo morando na casa, e conheci um outro senhor vizinho da onde eu morava que informou de um outro Movimento que tinha na Cruz Branca, o MLT. Eu fui lá conhecer também, eu já estava grávida do meu menino, eles falaram pra eu ficar mas não tinha nem saído a Fazenda Paciência não, que eu ia pegar uma terra lá. Só que eu não tinha condição de ficar lá, eu passava mal demais, mas comecei a participar lá de novo, dos Movimentos lá e tudo. Vim para cidade, ganhei neném, voltei para lá de novo, mas vimos que já não ia mesmo sair as terras, então voltei para cima de deixei de mão de novo. Fiquei na cidade, fui arrumar, trabalhar, fazer algumas coisas, e deixamos o Movimento. Depois, passou um ano e pouco, tinha um rapaz que vendia leite na rua e eu sempre conversava com ele e foi ele me falou que tinha uma fazenda que ia sair as terras com certeza e me chamou para ir lá ver. Eu fui, eles tinham ocupado de pouquinho, e eu comecei a participar também desse Movimento que era o MLST e foi onde que eu consegui e até hoje tenho essas terras. Tivemos muita dificuldade também, assim que começou a dividir, dividiu a fazenda nós éramos tudo no começo lá no 'BOB', ai depois o Movimento separou e dividiu em três: lá no BOB, a sede, e a 'cabaça'. Começamos a ver uma série de dificuldades pois eles estavam alugando pasto, e uma série de coisas, e montamos a associação. O intuito da Associação era melhorar, conseguir as terras mais rápidos, ter uma entidade porque fomos informados que era melhor. Nessa época que montamos essa Associação foi a pior época que vivemos, porque o Movimento foi contra, expulsou a gente daqui, nós tivemos que entrar na justiça, ai fizemos acordo para voltar de novo, entraram com os lotes do jeito que estava, para sair e até chegar hoje até aonde que está. Então foi muita expulsão. Na época fui retirada pela polícia porque senão eles iam matar mesmo. Foi guerra e muitas dificuldades para hoje ter o que temos. Nessa luta a única coisa que eu lembrava quando eu cheguei de frente com o Dr. Gercíno, desembargador e o pessoal da terra da reforma agrária que são os maiorais, a única coisa que eu lembrava de pedir é que eles permanecessem as pessoas que já estavam cadastradas no INCRA, porque eu sabia que não ia fazer injustiça com ninguém que já estava debaixo do barraco, na época tinha muito contribuinte que era de fora e não sabia nem o que a gente tinha passado aqui.

Entre idas e vindas foram muitas dificuldades enfrentadas. Primeiro foi para um acampamento do MTL, mas em decorrência das as dificuldades enfrentadas por ela que além da ausência do marido na luta, ficou grávida (de alto risco), conversaram e decidiram que naquele momento era melhor abandonar tudo. Assim, compraram uma casa na cidade para recomeçar a vida. Mas o desejo de trabalhar, plantar e fazer produzir a terra sempre falou mais alto e, por isso, depois de um período decidiram retomar a luta, agora junto a outro Movimento, o MLST. Mas as dificuldades não cessaram, pelo contrário, após o assentamento das famílias começou a haver lutas internas dentro do próprio Movimento em decorrência de irregularidades que vinham ocorrendo e que tinha como responsáveis os próprios líderes deste Movimento. Essa luta foi ainda mais difícil, pois em determinado momento as forças de segurança tiveram que ocupar a terra para que não houvesse morte lá dentro. Neste sentido, além desta luta

cotidiana pela sobrevivência, este PA vivenciou uma "guerra" ideológica no interior do próprio Movimento, onde ocorreu a perda da identidade política e social de Trabalhadores Sem Terra.

Neste período aqueles trabalhadores que ali estavam lutando para fazer a terra produzir se desentenderam com a direção do Movimento, pois descobriram, com evidências, que estavam se beneficiando de forma ilegal das contribuições de um grupo contribuía mensalmente para a manutenção da luta. A revolta foi ainda maior, porque eles nem ali passava para saber o que de fato estava ocorrendo naquele acampamento. Além disso, havia outras irregularidades como compra e venda de lotes e aluguel de pastos para plantadores de semente. Este grupo que ocupava a condição de liderança, com esta postura equivocada, segundo Iasi (2011, p. 34), "[...] acaba por se distanciar de sua meta revolucionária, busca [...] mecanismos de adaptação à ordem estabelecida." Nestas circunstâncias, onde haviam dois grupos com posições e posturas totalmente contrárias, acabaram indo às vias de fato, ou seja, partiram para o enfrentamento armado. Neste contexto de "guerra" declarada, o grupo que representava as lideranças ateou fogo nos barracos do outro grupo contrário a eles e, em decorrência dessa violência, se sentiu intimidado e acabou sendo 'expulso' das terras que já estavam produzindo e dando frutos.

Este conflito gerou processo judicial, envolveu o desembargador do Estado de Minas Gerias e gerou diversas audiências muito tensas. Mas, ao final, os que foram expulsos acabaram recebendo o direito de se reintegrarem à terra e aos poucos estão retornando e ocupando o que antes havia sido conquistado com muita luta e era seu de direito. A partir daí houve uma clara separação e este PA tem hoje duas associações com duas perspectivas ideológicas e de luta totalmente distintas. Essa "guerra" possibilitou ao grupo em que Cornalina estava inserida e que foi expulso entender que para retornar à terra era necessária a "[...] busca da compreensão das causas, o desvelar das aparências e a análise da essência do funcionamento da sociedade e suas relações." (IASI, 2011, p. 35). A partir deste processo esse grupo passou a se reconhecer enquanto sujeito coletivo e agente da transformação necessária naquele contexto de luta.

Deste contexto de luta nasceu a **Cornalina** liderança feminina dentro do Movimento de luta pela terra. E hoje ela é membro ativa dentro da Associação de moradores do PA. Porém, na história apresentado pelas outras lideranças vinculadas ao MLST (todos homens) é possível considerar que não incorporam qualquer dimensão política, tampouco a de gênero, de raça, de etnia, de geração. Essa postura se dava para não deslocarem o foco principal de suas ações que, especificamente neste grupo de líderes deste PA, há fortes indicativos de não ser o objetivo primeiro a luta de classes com foco na garantia do direito de acesso à terra pelos trabalhadores rurais sem-terra, mas a luta pela garantia de interesses pessoais.

Safira desde o momento que chegou no Movimento já foi reconhecida como liderança nata.

> **SAFIRA:** Eu sempre tive muita sede de aprender, por isso tinha certa liderança na comunidade. Fui catequista muito novinha ainda, depois fui celebrante de culto lá na comunidade, acredito que desde os meus quatorze anos por isso eu acredito que o fruto da minha militância no MST iniciou desde criança. Eu sempre fui muito responsável, dizem que eu sou até muito radical, mas meu radicalismo passa também pelo desapego às coisas materiais, nessa questão eu não tenho meio termo. Quando entrei pro Movimento sem-terra minha filha estava com mais de três anos. Fui convidada por uns companheiros, no primeiro momento eu recusei. Depois fui porque meu pai quis ir, daí eu ficava mais segura um pouco. Nesse período estavam fazendo a preparação pro acampamento do Emiliano Zapatta. Já tinha havido um grande conflito na Palma da Babilônia. Os nossos companheiros naquela época (década de 1990) estavam ocupando duas fazendas da região. Daí foram pro Zumbi dos Palmares e pro Douradinho. Especificamente neste último acampamento no ato da reintegração de posse houve um enfrentamento muito combativo entre nós os acampados e a polícia militar. Hoje quando lembro acho até engraçado, mas quando ocorreu foi difícil e em certa medida trágico. Digo isso porque quando o batalhão de choque chegou quem de fato ficou para enfrentar aquele grupo armado fomos nós as mulheres juntamente com as crianças, os homens todos correram pra se esconder nos buracos da fazenda, mas nós ficamos, lutamos e resistimos até o fim. No outro dia muitas companheiras disseram que saíram pra procurar os maridos e encontraram eles ainda escondidos dentro de buracos com medo da polícia, confesso que hoje quando penso nessa cena acho muito engraçado. Mas, foi assim que eu e minhas companheiras começamos a fazer a luta a partir de junho de 1999 e é assim, no enfrentamento, mesmo que em outros contextos e de outras formas, que eu me reconheço até hoje. Quando fui pela primeira vez falei pro meu marido que ia dar uma força pro meu pai, que eu não ia ficar, mas era pra ele não sofrer impacto com a minha ida, porque na verdade eu sempre quis ir pra luta e por isso mesmo que eu fui e estou até hoje.

Como sempre manifestou interesse por as áreas do conhecimento e, por isso, apresentava facilidade em lidar com as pessoas, acredita que ser militante no MST iniciou já em criança. E, logo que chegou, em um momento de muitas lutas, enfrentamentos e conflitos, assumiu funções junto ao grupo de organização do Movimento, entendo que a ações e as lutas aconteciam em prol de todos/as. Neste sentido, passa a vigorar um novo sentido, o sentido para o ser social onde "[...] é certo que se apresente em germes elementos de uma nova consciência, no entanto ela pressupõe uma nova ordem de relações para que tenha a base tornando-a possível." (IASI, 2011, p. 42). Como reconhecidamente sempre foi muito desapegada de bens materiais e, também, muito responsável porque tudo que assumia fazia com determinação e compromisso, passou a ser tratada como radical e, ela mesma, diz que ser radical na perspectiva de Marx (2010, p. 9), quando afirma que "Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem." Esse é o caminho perseguido por ela.

Desta feita, Safira apresenta sua história de vários enfrentamentos e nos faz refletir que nesta luta pela conquista da terra o agente histórico fundamental é a mulher, quer seja pelo enfrentamento da situação dada pela ocupação, seja pelas relações que reconstrói com sua presença ativa na luta. Esta situação em que Safira ocupa o seu lugar no Movimento retrata uma questão de gênero onde há, em certa medida "[...] a superação de dominação masculina, já que o dominado – mulher – pode construir-se como sujeito." (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 32). Desta feita, esse sujeito histórico personificado na presença feminina simboliza o fundamento da luta pela terra e é ela que a torna possível. Reforçando esta ideia da importância da mulher na luta, Rua; Abramovay (2000, p. 31) afirmam que: "Através da análise de gênero é que se torna possível compreender as relações que homens e mulheres estabelecem entre si, entre grupos, entre a comunidade e a sociedade."

Por isso, **Safira** afirma que ela ainda respira e transpira luta, em outros moldes e em contextos variados, colocando as questões ideopolíticas como prioritárias nas lutas da vida cotidiana. E, conforme veremos na discussão do item que trata do protagonismo dessas mulheres, mesmo assumindo a função junto ao grupo de organização do Movimento, nunca abandonou o sonho de ser professora e, por isso, ao chegar no acampamento logo assumiu a responsabilidade de cuidar da educação.

As memórias de **Turmalina Paraíba**, seguindo a mesma determinação apresentada por **Safira**, está repleta de representações de luta e de uma riqueza e uma força incomparáveis.

> **TURMALINA PARAÍBA**: A primeira vez eu fui pra uma reunião do Movimento eu escutei e como não sei ficar calada onde eu estou, também me posicionei, e na segunda reunião já me chamaram para participar de um curso de capacitação/ um seminário. Na Tangará a gente morou na beira da rodovia durante 07 meses, sofremos reintegração de posse no meio da noite, uma "coiseirada danada". Até chegar a ser assentamento vale registrar o episódio da fazenda Taquara, lá na fazenda foi um processo diferente, não foi um embate de fato diretamente com o latifúndio. Eu fiquei sabendo através de um amigo aqui de Uberlândia que a área lá estava à venda e era uma fazenda muito grande. Fui lá um dia conhecer a fazenda e daí eu falei: essa fazenda me interessa né (tô podendo né; falar que uma fazenda de 5.835 hectares me interessa é muito petulância, vamos dizer assim, muita coragem). Daí Tivemos que enfrentar trancos e barrancos; tivemos que fechar rodovia com umas trezentos e cinquenta famílias, tivemos que ocupar o ministério da fazenda um dia inteiro pra eles liberarem o pagamento daquela fazenda; depois tivemos que ocupar congresso, tivemos que fazer um monte de coisa pra chegar hoje no assentamento, isso tudo faz parte da nossa luta. E hoje a fazenda é nossa mesmo. O que era necessário fazer pra chegar hoje aquela fazenda a ser dos agricultores foi feito. E graças a Deus temos lá hoje 220 famílias assentadas. E não só isso né, porque o embate pra essa área resultou no assentamento da Cidamar, de 28 famílias; no assentamento da Piracanjuba com mais 45 famílias; no assentamento do Rio do Peixe com mais 30 famílias e a Irmã

Góes, que são duas propriedades, que tem mais 47 famílias. Também a própria 21 de abril com 87 famílias. No processo de luta da fazenda taquara resultou o assentamento de 510 famílias. Isso pra mim como pessoa foi extremamente gratificante e como direção de Movimento é lógico que isso pesa muito. Atualmente a gente tem uma luta, um enfrentamento muito grande com uma das maiores multinacionais do campo, que é a Cutrale, e esse foi e está sendo ainda (porque não foi totalmente concluído) um processo muito sério, muito perigoso, a gente sofreu bastante ameaça e ainda sofre. Conseguimos que o Juiz mandasse reintegrar, que saísse a Cutrale e colocasse os trabalhadores dentro da terra. E o grupo de agricultores já está ocupando a terra que lhes é de direito desde o dia 25 de março de 2013. Saímos da rodovia e estamos dentro da terra, lá onde era a menina dos olhos deles, onde ninguém poderia botar o pé hoje está assentada 125 famílias. Estão produzindo e sobrevivendo lá já. Ainda não é assentamento, pois está em processo jurídico, está nas mãos do Tribunal de Justiça, mas eles pediram a reintegração o desembargador suspendeu a liminar, o juiz deu sentença no processo, mandou tirar os agricultores no final do ano passado, dia 12 de dezembro de 2012, foi a maior humilhação, a maior tragédia que sofreram no ano passado; eles foram muito, mais muito violentos, se você ver as fotos, as gravações, as filmagens que a gente fez, foi uma violência, uma agressão sem tamanho. Jogaram o pessoal na beira da rodovia igual joga um monte de lixo. O pessoal tentou se organizar, melhorar um pouquinho, mas no dia 29 de dezembro a polícia no meio da noite, três e meia da manhã foi lá com o trator de passou por cima de 28 barracos no meio da noite destruiu os barracos do pessoal tudo. Mais graças a Deus, em março deste ano, o ministério público entrou com um recurso né, uma petição e o desembargador concedeu e retornou os trabalhadores para condição que estavam anteriormente que era de posse da propriedade. Aí eles já entraram questionando a competência do desembargador, o tribunal de justiça deu a competência pra ele, manteve a competência; eles entraram questionando e dizendo que a condição anterior eram eles que estavam na área e não os agricultores, daí nós entramos com as provas, com o recurso, com a petição e provamos que quem estava na área desde 2007 eram os agricultores, daí o tribunal negou de novo. Então hoje a gente tem, nunca na história da reforma agrária que eu conheça no Brasil, não vou dizer aqui não, no Brasil, aconteceu da justiça chegar reintegrar um latifúndio e botar trabalhador de volta e isso aconteceu pra gente. Então pra gente isso é um avanço é uma conquista de um tamanho porque isso abriu precedente para outros processos que estavam iguais ou pior que a gente há muito mais tempo e o Juiz mandar reintegrar e botar trabalhador de volta. Depois do nosso já aconteceu dois aqui em Minas gerais. A nossa luta está beneficiando e daqui pra frente irá beneficiar muita gente. Muito movimento, muita organização, muito acampamento por conta desse trabalho da gente. A resistência é fácil? Não, não é fácil, mas também não é impossível. Eu espero que agora até o final do ano o tribunal decida de fato a vida dos agricultores lá do Marnen de Oliveira. Pra gente... eu não sei se eu continuo assim, de frente nessa disputa, porque a disputa não foi só pela terra, mas foi uma disputa de ideologia, porque hoje o Marnen de Oliveira não é uma simples disputa de latifúndio contra sem-terra, na verdade é uma disputa ideológica, porque? Porque o agronegócio chegou, foi fechando, foi fechando, foi fechando e chegando ao ponto de botar pra fora e foi uma disputa ideológica porque eles chegaram a oferecer uma área maior e mais cara pra tirar os agricultores de lá pra dizer que a Cutrale não perdeu pros sem-terra, jamais eles querem admitir isso. Porque isso gerou um precedente muito grande, então pra eles os agricultores ficarem ali não é uma questão deles perderem um pedaço de terra é uma questão de perder um espaço ideológico de chegar e sobrepor e fazer e acontecer. Denunciamos um

> monte de coisas. Hoje eles denunciam um corte de uma árvore de um pequeno agricultor e ele é multado em R$ 1.600,00. Mas nós denunciamos e temos fotos de buracos e buracos com milhares de metros de madeira jogado dentro dos buracos e enterrados, o que aconteceu? Nada. Eles estão numa área que, de fonte segura da própria Suplan, eles não têm licença pra trabalhar. E estão lá fazendo. Quando é um pequenininho, rapaz, eles fazem de tudo pra ferrar. Então assim, lá isso acontece. Então você disputa questão de crime ambiental, de trabalho escravo, porque eles foram autuados por trabalho escravo, entendeu? De grilagem de terra, porque ali não é a primeira vez que eles tentam grilar. Só que nós dissemos: eles podem grilar aonde eles quiserem, mas aqui não. Onde tiver terra grilada que eles tiverem eles vão perder, porque a gente não vai deixar, não existe um negócio desses. Um tanto de trabalhador sofrendo debaixo da lona na beira das estradas aí e multinacional grilando terra aqui. Para com isso. Nós fizemos uma disputa tão grande, mas eles compraram, e isso eu afirmo tranquilamente, não sei como, nem de que forma, nem quem, mas eu sei que eles conseguiram parar um processo dentro do INCRA, que eu tenho cópia desse processo, que a princípio eles tinham dado um fim no processo, mas judicialmente eles foram obrigados a aparecer com ele, aonde o servidor do INCRA, o técnico foi lá, fez vistoria na área, constatou o problema, constatou a improdutividade da área, fez uma reunião do que eles chamam de comissão técnica, avaliou o processo, analisou e optou pela desapropriação da área e não foi desapropriada, foi encaminhada para arquivo o processo. Pra você ver o poder dos "caras" e a gente conseguiu desenterrar isso, batemos, batemos, batemos e hoje a área é dos trabalhadores. E vamos regularizar e vamos assentar as famílias ali. Mas isso vai gerando um custo muito caro pra gente.

Diante de tanto luta e tantas histórias o que priorizar nas memórias de **Turmalina Paraíba?** Pela importância de significados e densidade optamos por preservar toda sua história, pois é reveladora de um processo de lutas pela terra em que a mulher tem a sua centralidade. Partimos do pressuposto que a palavra que define **Turmalina Paraíba** é coragem para o enfrentamento com vistas ao entendimento do real sentido das coisas tendo como parâmetro a concepção de Kosik (1976, p. 120) em que "O homem capta a realidade e dela se apropria 'com todos os sentidos' como afirmou Marx; mas estes sentidos, que reproduzem a realidade para o homem, são eles próprios um produto histórico-social."

Sim, produto histórico-social é o que melhor descreve e representa a trajetória de **Turmalina Paraíba** onde, no momento que vai para o Movimento de luta pela terra se posiciona, se reconhece e se identifica enquanto sujeito naquele processo: ***"Daí com a experiência de vida que a gente tinha, o conhecimento da zona rural acaba que a gente interage ali e eles já chamaram, enfim, não saí mais do Movimento."*** A partir daí participou com o coletivo de trabalhadores rurais sem-terra de muitos embates, lutas e enfrentamentos: Na fazenda Tangará, na Fazenda Taquara. Desta apresentou a seguinte memória acerca da negociação com o proprietário do latifúndio, com a certeza que aquela fazenda ainda seria dela e dos companheiros de luta pela terra:

> [...] sentei com o proprietário lá na sede da fazenda (isso vai ficar por resto da minha vida) e ele falou pra mim, não menina, você não tem competência pra isso. Daí eu falei: oh meu senhor eu não quero discutir a competência de ninguém, a única coisa que eu quero é que o senhor me diga o seguinte: se eu trouxer o papel pro senhor, o senhor vai me vender a fazenda? Ele repetiu a mesma coisa e eu voltei a perguntar. Daí ele falou: então tá bom menina, se for depender de insistência sua de resistência sua pra essa fazenda ser de vocês ela vai ser, porque se você trazer esse trem eu vendo ela pra você. Daí eu falei: pode escrever, essa fazenda vai ser nossa.

Além disso, deste contexto de embates, luta e resistência resultou outros cinco assentamentos que gerou direito, de fato, do acesso à terra para 510 (quinhentas e dez) famílias. Com certeza essa vitória representou um avanço para aquele grupo de acampados e fortaleceu a luta, mas não diminui os problemas enfrentados pelas famílias que ainda estavam acampadas em todo o Triângulo Mineiro, território cujo modelo de agricultura é altamente excludente e concentrador de riquezas, com significativo aumento no número de conflitos no campo, o que torna a região alvo de grande disputa territorial.

Ao longo da descrição de suas memórias **Turmalina Paraíba** demonstra o desfecho de várias situações, que podem ser classificadas com um grau de complexidade alta, mas a sua postura diante de todas elas transparece e, também deixa claro como estar inserida nesse processo influencia e influenciou no seu modo de ser e de compreender a vida e as pessoas: ***"Isso abre um leque de respeito, de conhecimento que não é mais a mesma coisa; você não é mais a mesma pessoa e nunca vai ser".*** Reconhecemos o valor dessa mudança na seguinte afirmação de Kosik (1976, p. 121) "A situação pode ser passiva; em tal caso, o espírito, o psiquismo como sujeito ativo, sob o aspecto do 'impulso vital', a põe em movimento e lhe atribui um sentido." Sentido esse visivelmente reconhecido na resistência feita na luta junto à Cutrale (fortemente favorecida pelas ações dos membros dos altos escalões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais), uma das grandes empresas do agronegócio que se encontra no território do Triângulo Mineiro. Como avaliar as ações de um Tribunal de Justiça que se posiciona claramente a favor do grande capital? A resposta a esta questão pode ser reconhecida em Marx (1984) quando afirma que o modo de produção capitalista necessita de um aparato ideológico para sustentar sua dominação, o que coloca a figura do Estado como sendo um dos instrumentos para garantir esta dominação tanto no que se refere à (re)produção material quanto ideológica. Portanto, os trabalhadores rurais inseridos neste contexto, a priori, não fazem análises e avaliações, eles enfrentam a situação com de resistência e luta. Como? Por meio de

uma leitura da realidade buscam se antecipar a seu(s) opositor(es) junto aos aparatos legais existentes no campo do ordenamento judiciário.

Entretanto, para além de todas as lutas e resistências, **Turmalina Paraíba** deixa claro que a questão é ideológica, não só ideológica, mas ideopolítica, que envolve perda de espaço de poder dos donos dos meios de produção para a classe trabalhadora e, para eles o mais agravante é que não se conformam de perder espaço para trabalhador sem-terra. Neste sentido, Marx (2004, p. 64) afirma que: "A renda da terra é estabelecida pela luta [...]. Por toda parte encontramos reconhecidas [...] a oposição hostil dos interesses, a luta, a guerra como fundamento da organização social."

Esta organização social onde ocorre os conflitos, em tempos de Estado neoliberal, é reflexo desta sociabilidade em que, mesmo estando no século XXI, não importando-se com os meios (que neste caso justifica os fins), tem-se ocupado em retomar com toda força suas raízes conservadoras. Esta retomada visa o reestabelecimento de uma ordem burguesa balizada em um modelo tradicional funcionalista para reforçar seu domínio por meio de um imperativo social em que fique claro quem domina e quem é dominado nesta ordem social capitalista onde sempre reinou a divisão de classes.

As lutas de **Citrino** aconteceram no mesmo campo de disputa das lutas de **Turmalina Paraíba**. Por isso suas histórias e memórias, em determinados momentos se cruzam, se entrelaçam.

> **CITRINO:** Quando chegamos no acampamento localizado no distrito do Rio do Peixe, município de Prata-MG, deparamos com um grupo de 310 famílias acampadas e, pelo fato da superlotação, a liderança quis colocar a gente num lugar que era um lixão, mas a gente se negou e se fosse daquele jeito a gente ia embora. Diante da pressão as lideranças conseguiram um barraco (bem grande) que agente comprou por R$ 300,00 de uma família que estava indo embora. Neste barraco morei com minha família e também, a minha tia com o marido. A luta a partir de então foi árdua. A liderança do acampamento convidou meu marido pra fazer parte do grupo de líderes e ele aceitou, porém como é muito tímido, desde este momento, quem assumiu este lugar fui eu, que a partir dali sempre estive combativa e na luta na espera pela terra. Neste grupo de acampados as mulheres sempre tomaram a frente assumindo o comando em todas as frentes e em todos os grupos que se fizeram necessários para conseguir a terra. Como estavam assentadas 310 famílias, as lideranças, dentre elas eu, decidimos dividir a comunidade em oito grupos, pra facilitar o trabalho, porque era muito difícil coordenar um grupo tão grande. A finalidade era pra se organizar em plantios, na hora das chamadas, pra você amanhã ter a terra, mas também ter uma história. Ex: A fulana tá na frente para receber a terra porque ela fez mais guarda, a chamada dela tá em dia, ela participou mais de ação e coordenadores serviam pra isso, pra cuidar da vida de cada um. Aí nós tínhamos coordenador de grupo, secretário, coordenador de higiene, saúde, educação que cuidava da educação das crianças do acampamento, do seu grupo. Daí quando tinha problema no acampamento as coordenações de

todos os grupos de reuniam, sentavam, discutiam e se organizavam. De higiene, pra limpeza do acampamento, sentava e discutia; segurança do acampamento, e assim ia, os coordenadores sentavam e discutiam juntos com a liderança. Quando já estávamos assentados tivemos problemas com o nosso PEA (Plano de Exploração Anual) que estava embargado. Por isso decidimos ocupar a fazenda Carambola. Na outra semana, depois dessa ocupação nós fomos pra Uberlândia, depois Uberaba, depois pra Brasília e na volta vindo da ação, estávamos num ônibus lotado de idoso, criança e adultos, quando fomos parados por cinco camionetas carregados de jagunços do dono da fazenda carambola que entrou no ônibus com uns "trabucos" e ficou nos ameaçando, aí nós falamos pra eles que estávamos vindo de Brasília e que tínhamos denunciado o Marcos Monte e se alguma coisa nos acontecesse todos iram saber que tinha sido eles. Ele já estava ameaçando a gente, inclusive aqui na Taquara teve uma audiência Pública dentro da fazenda por causa disso daí.

A ocupação da fazenda carambola deu resultado, porque logo em seguida, após voltarmos de Brasília nosso PEA foi liberado. Nessa época nós éramos coordenadores estaduais do MLST (eu, **Turmalina Paraíba**, o marido dela e outra companheira nossa era formada em pedagogia e fazia mais o trabalho de documentação na cidade), a gente trabalhava em frente de massa. Tempo depois decidimos nos desligar do MLST porque começou a ter desvios de conduta e a gente não concordava com aquilo e não aceitava. Eles vendiam de lote; pegavam dinheiro dos companheiros e outras coisas erradas que envolviam dinheiro; pegavam dinheiro de contribuinte e dava cinco mil reais por fulano ou pro bertrano e a gente que era os debaixo – coordenadorezinhos - sofrendo e lutando para garantir a terra nas viagens, enquanto as lideranças de cima tendo essas posturas erradas. Essa discussão de rompimento com o MLST foi feita em assembleia e a coisa teve feia aqui já; naquela assembleia a coisa foi esquisita, aquela sede chegou a balançar. Eles queriam tomar a associação; veio o chefe maior com a turma do MLST e afirmavam que iam levantar a bandeira e nós dissemos que se levantassem a bandeira a gente colocava fogo nela. Briga de Movimento é a coisa mais feia que tem. Briga de Movimento social é mais feia do que briga do Movimento com fazendeiro, porque é muita gente que pensa igual só que quer coisa diferente. Ex: nós tínhamos a mesma perspectiva do grupo do MLST naquela época, porém eles queriam levar vantagem e a gente não concordava com aquilo; briga pra ter poder. Briga de Movimento com Movimento é briga de poder e do Movimento com o fazendeiro é a luta pela terra.

Hoje a gente briga pra se manter na terra e manter a organização. Eu gostaria que houvesse a visão de sujeito coletivo, mas é muito difícil, porque depois que vai pra terra o individualismo é muito grande, ele acha que, Ah! Eu não dependo de ninguém mais não e é muito complexo isso, porque é aí que você precisa. Você pode até achar que não precisa de uma liderança, mas você precisa de um vizinho, de um grupo coletivo é muito mais fácil quando tem união, quando tem uma conjuntura uma afinidade de grupos, daí você deslancha, porque é muito mais fácil, dá pra fazer muita coisa, porque é muito melhor. Sê já pensou chamar uma assembleia e não ir ninguém, aí é preocupante. Aí cada um quer cuidar só do seu umbigo e a gente sabe que na terra do governo, nessa terra nossa, ninguém dá conta, ninguém. Mas, apesar desse rompimento, como o coletivo de moradores aqui da taquara é muito grande, tem pessoas aqui dentro que ainda está vinculado ao MLST, mas é no máximo 20 pessoas**.**

Citrino se localiza na luta dentro do Movimento a partir da organização do acampamento por meio de coordenações dentre as quais estava à frente de uma delas. Aos poucos, foi percebendo que seu trabalho era importante na luta pela terra e que era necessário estar à frente, devendo participar daquele espaço público/coletivo e não só do privado/o barraco. Foi quando começou a abrir os olhos e encarar a luta fazendo parte das reivindicações. No primeiro momento, ocupou o espaço, a princípio destinado ao marido no grupo que liderava o acampamento. E continuou sua trajetória, compondo o grupo dirigente da associação do assentamento juntamente com **Turmalina Paraíba**. A partir daí se deu conta da importância do fortalecimento da identidade de gênero e se entendeu enquanto mulher com coragem de enfrentar os desafios apresentados cotidianamente neste contexto de luta pela terra. Assim, Marx e Engels (2009, p. 70) afirmam que:

> Toda essa aparência que o domínio de uma determinada classe seria apenas o domínio de certas ideias cessa, naturalmente, por si mesma logo que o domínio de classes em geral deixa de ser a forma da ordem social, logo que, portanto, deixa de ser necessário apresentar um interesse particular como geral ou o 'geral' como dominante.

A partir dessa premissa é que acontece e aconteceu todo o processo de luta pela terra com o coletivo de trabalhadores rurais sem-terra com o qual **Citrino** estava lutando e resistindo. Neste contexto, e com esta perspectiva, foi que ela e sua família, juntamente com esse coletivo de trabalhadores/as rurais sem-terra, permaneceu na condição de acampada pelo período de quatro anos quando enfrentou todos os desafios de sorte vivendo debaixo de uma lona. Essa foi a primeira de várias outras lutas que estavam por vir, pois quando já estavam assentados, para solucionar um problema com o Plano de Exploração anual (PEA), estrategicamente, ocuparam outra área e também foram até os órgãos competentes para solicitarem a liberação do recurso que era o primeiro a possibilitar dar início ao trabalho na terra. Neste campo de lutas onde se viram obrigados até enfrentar jagunço armado, refletiu a realidade da luta pela terra no Brasil onde,

> As classes sociais se enfrentam constantemente no campo. De um lado, a burguesia, que procura concentrar a terra ao máximo. Do outro lado, os trabalhadores(as), que enfrentam a todo o momento problemas de todos os tipos, para se manterem e trabalhar na terra." (CUNHA, 2006, p. 28).

A forma como a terra é ocupada e como se organiza a produção, favorece o aumento do que é produzido pelos donos do agronegócio ano após ano. Isso se dá porque eles se apoderam da terra com a perspectiva do aumento desenfreado do lucro sobre a riqueza socialmente

produzida por meio da exploração dos trabalhadores boias frias e assalariados, pois "[...] a propriedade privada coincide completamente como o trabalho; na pequena indústria e em toda agricultura até os nossos dias, a propriedade é consequência necessária dos instrumentos de produção existentes [...]." (MARX; ENGLES, 2009, p. 74).

Aqueles foram momentos de tensão, mas a estratégia utilizada resultou em sucesso do coletivo de trabalhadores/as na luta por melhores condições de vida no campo. Contudo, o ápice da tensão junto ao MLST foi a guerra por poder que desembocou em rompimento com esse Movimento em decorrência de total discordância com a conduta adotada pelas principais lideranças à frente deste Movimento na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Mediante as posturas adotadas por esse grupo que se distanciava das propostas do coletivo de trabalhadores/as ali organizados, observa-se que aquelas lideranças organizavam a luta tendo como princípio uma prática utilitarista, que se aproxima do pensamento de Kosik (1976, p. 10) quando afirma que "No trato prático utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo em situação cria sua própria representação das coisas [...]."

Portanto, a motivação foi a mesma que gerou a guerra ideopolítica e, também o rompimento/divisão entre o coletivo de trabalhadores ao qual **Cornalina** estava vinculada. Como lá, houve desentendimentos muitos sérios, mas diferentemente do assentamento da Fazenda Douradinho, não chegaram às vias de fato. Entretanto essas divisões enfraquecem o grupo e, por isso, conforme apresentado na história de Citrino, ainda hoje existem famílias vinculadas ao MLST no assentamento da Fazenda Taquara.

Mesmo com todas essas questões que se apresentam no cotidiano da luta, **Citrino** permanece firme no propósito do reconhecimento de todos/as que é somente por meio da construção coletiva que as lutas avançam e as conquistas de fato acontecem. No entanto, essa questão passa pela superação da alienação e essa superação "[...] não pode ser alcançada pela crença na invencibilidade de qualquer essência humana. Se existe essa essência humana, essa só pode ser aquela construída pela prática histórica concreta dos seres humanos." (IASI, 2011, p. 72). Esta realidade conduzida pela efetivação de lutas no coletivo não se distancia das memórias de **Turquesa**.

A luta de **Turquesa** trilha outros rumos, mas com objetivos comuns aos estabelecidos por **Turmalina Paraíba e Citrino**, a saber, a luta pela garantia de diretos.

> **TURQUESA:** Conheci o Movimento através de uma militante do MST fazendo trabalho de base, batendo de porta em porta, chamando as pessoas

> para a reforma agrária. Eu não acreditava muito né, eu tinha uma opinião diferente, que é o que a sociedade tem hoje que vê os sem-terra como um bando de baderneiro. Mas a minha família resolveu acampar aqui no município de Uberlândia, até então eu passei a ser um apoio do Movimento né, conheci a história do Movimento, como nasceu, como funcionava, mudei minha opinião em questão do Movimento e passei a ver a coisa da forma que era, porque até então eu tinha a visão do meu patrão, o bom era o meu patrão que pagava meu salário. Ai então eu comecei a ficar rebelde, 'não, peraí, se eu tenho direito eu vou correr atrás dos meus direitos'. Então quando percebi que o que existe é uma luta de classes eu decidi acampar e ir de fato pra luta pela terra que é muito demorada e muito difícil, tem muitas barreiras pra serem superadas. Aí você vai passando o processo né, dentro dos órgãos as coisas não caminham como tá aqui hoje, as coisas não caminham e acaba que vai pra dentro do assentamento, nós chamamos de "quadradinho burro", que não é o que nós queríamos, não é o que nós desejávamos, mas o sistema nos obrigou a chegar ai. Então assentamos famílias em seis assentamentos na região de Uberlândia da luta de um único acampamento que é foi Emiliano Zapata. Mas não paramos a luta. Ficamos um pouco mais devagar quando o Lula assumiu a presidência. Nós acreditamos que com o primeiro presidente eleito do PT não ia precisar fazer muito, que ele ia fazer a reforma agrária de verdade. E aconteceu que tinha tantos assentamentos ao mesmo tempo, que nós não preocupamos que tinha que lutar, que o Lula ia fazer. Então o resultado está ai hoje, nada resolvido, cinco anos acomodado, não é abandonado, a palavra é acomodado, fomos nós mesmo que acomodamos né, paramos de lutar, até que nós acordamos e nos ajuntamos de novo para poder continuar fazendo, melhor, retomar a luta. E dessa luta já tivemos muita conquista, no assentamento onde estou era tudo no meio do cerrado, não tinha como plantar um pé de cebola, punha a galinha no terreiro a onça vinha e comia a galinha meio dia, meio dia a onça pegava a galinha na sua frente e levava embora. Ai depois que começou os fóruns, as audiências públicas, foi que encaminhou, determinou prazo pro IDF. Igual tem lá dentro, o pessoal do Eldorado dos Carajás tem oito anos que eles estão assentados debaixo da lona. Pelo INCRA, tantas famílias beneficiadas, assentadas, mas eles estão debaixo da lona né, passa ano e sai ano debaixo da lona. Então, a culpa foi do governo? Não, foi nossa, que acreditou que ele ia fazer né, porque ninguém faz, tudo funciona é na pressão, e essa pressão. Ai você pressiona aqui né, ai eles pensam 'vou resolver o problema porque eu fico livre dele'. Se vocês veem junto em um grupo grande então o problema é maior né, então o resultado é mais rápido né, então é assim que deve funcionar.

Ao analisar a história e memórias de **Turquesa**, tomaremos como ponto de partida seu reconhecimento da luta de classes por compreendermos que é a partir daí que ela de fato se sente integrante do grupo de trabalhadores rurais sem-terra. Neste sentido, Montaño e Durigueto (2010, p. 278) afirmam que:

> [...] a luta pela terra [...] envolve uma luta que aglutina interesses particulares, coorporativos, como os interesses de classe. Ou seja, há o entendimento de que a luta pela Reforma Agrária, embora possua uma base camponesa, é parte da luta de classes. [...] As articulações do MST com as demandas e lutas urbanas vêm criando possibilidades de uma compreensão da luta de classes em sua totalidade, o que pode fortalecer a construção de resistências e ações contra-hegemônicas ao capital.

Este acordar para o entendimento da luta de classes permitiu a **Turquesa** a compreensão de que estar de fato com o Movimento e em movimento. É muito mais do conseguir seu "quadradinho burro"[91], é não se acomodar-se diante das dificuldades que são de todos/as e a superação destas dificuldades somente poderá se dar por meio das lutas coletivas nos fóruns, nas audiências, nas formações.

Em suas memórias aponta também a questão do grupo ter esperado demais do governo Lula. Mas, segundo Fernandes (2003, p. 3), ao contrário do que este grupo esperava, esse foi um período em que ocorreu o avanço das políticas neoliberais e, os ruralistas criaram a tática de destacar o agronegócio, além disso:

> [...] criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos. A questão agrária tem como elementos principais a desigualdade, a contradição e o conflito. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo gerado, principalmente, pela renda capitalizada da terra, provoca a diferenciação do campesinato e consequentemente a sua destruição e recriação. Nesse processo, acontece a concentração da terra e a luta pela terra, produzindo implacavelmente o conflito.

Mas por acreditarem que este seria um governo que iria defender os interesses da classe trabalhadora, deixaram de lutar e esqueceram que ***"tudo funciona na pressão"***. De fato, neste governo teve-se a pretensão de conciliar, por meio de acordos e de um pacto social, os interesses dos latifundiários e dos sem-terra, entretanto neste campo de interesses, o segundo grupo acreditou nessa possiblidade enquanto o primeiro grupo foi direto ao ataque para garantir a permanência de espaços historicamente ocupados por eles no âmbito da economia, o que fortaleceu ainda mais o agronegócio em detrimento das lutas dos trabalhadores/as rurais sem-terra e os pequenos/as produtores/as para ocupar também este espaço. Nesta perspectiva, Fernandes (2003, p. 4) afirma que:

> Esse processo é inerente ao capitalismo, faz parte de sua lógica e de sua vida, é, portanto, insuperável. Ou convive-se com ele, administrando-o politicamente, procurando minimizar os seus efeitos devastadores, produtores de pobreza e miséria, ou supera-se o capitalismo. Essa compreensão do processo é denominada de Paradigma da Questão Agrária.

[91] Este termo é atribuído à divisão dos lotes nos assentamentos. Pois, ao tomar posse do seu lote cada família se ocupa de trabalhar somente alie se esquecem do foi a vivência no acampamento e, ás vezes até se negam à possibilidade de produzir e continuar desenvolvendo ações de cunho coletivo.

Por isso, **Turquesa** afirma que foi necessário que o coletivo destes/as trabalhadores/as retomasse a luta para garantir sua participação nesta disputa que é acirrada, mas que estando nela não se sentem intimidados. Continuam no enfrentamento/tensionamento junto aos órgãos competentes para acessarem direitos econômicos e sociais, permitindo-lhes fazer a terra produzir e garantir a sobrevivência sua e de seus familiares com dignidade. A luta de **Diamante** também trilha este caminho.

A partir de sua inserção nas lutas junto ao Movimento, **Diamante** o quis conhece-lo por dentro, para estar ali por inteiro. Isso lhe permitiu apreender o conceito de classe e reconhecer a importância destas lutas naquele contexto social.

> **DIAMANTE:** Conheci o Movimento sem-terra quando fui trabalhar de cozinheira. Acontece que meus patrões eram donos da fazenda Tangará. Nessa ocasião a fazenda Tangará estava sendo ocupada e na minha cabeça era invasão, era isso era aquilo. Mas, como cozinheira eu via toda uma dinâmica rolando, porque graças a Deus eu falo que com sete anos eu já era adulta e eu nasci quase que pronta, não passava por muitas experiências, mas eu simulava na minha cabeça, no meu de tantas dificuldades que qualquer situação eu conseguia sair. Às vezes eu perdia noite de sono pensando pode acontecer isso eu posso fazer isso, então minha mente não parava e eu fiquei observando aquilo; vendo a dona da propriedade com aquele sofrimento todo, o comando militar lá dentro, todas as forças políticas de oposição ao MST de Uberlândia lá dentro e eu servindo todo mundo, fazendo banquete e com muita revolta do pessoal do Movimento. Eu pensava: nossa porque eles não vão trabalhar. Aí eu resolvi perguntar: se a terra era improdutiva, por que que o povo invadia? Nessa ocasião a minha mentalidade era da invasão. Então se a terra não dava nada porque aquilo. Foi aí que a minha patroa me explicou assim, a terra é improdutiva porque não cumpre a sua função social, a gente deveria estar plantando tanto a mais, principalmente alimento, porque aqui a gente planta só eucalipto e aí eu respondi pra ela: então tem mesmo que dá a terra pros trabalhadores. Aí isso já foi o começo da minha demissão, porque eu comecei a entender o processo de reforma agrária. Na ocasião eu conheci o homem que hoje é o pai da minha filha que na época era liderança de Movimento e, por isso eu tinha uma grande rejeição à pessoa dele porque pra mim ele estava roubando as coisas dos outros. Depois eu fui ver que não, aquele era o mesmo processo que a minha avó estava fazendo em Monte Alegre só que era uma unidade com várias pessoas. Ela estava tentando Lá em Monte alegre fazer a mesma coisa, mas só que sem orientação nenhuma. Então nessa época, no começo de 2003, eu cheguei à conclusão que ali eu tinha encontrado meu povo que era mais gente; comecei a falar isso, dizia então agora eu me identifiquei. A partir daí, indiretamente eu passei a ajudar na ocupação da Tangará, porque eu chegava pro meu companheiro e falava: olha eles estão falando que vão fazer isso, isso e isso, porque eu lidava com o comando militar, prefeitos, deputados, tudo lá dentro da residência. Por isso eu avisava pra eles o que ia acontecer, por isso eu ajudava de uma forma indireta apesar de não estar fazendo parte do Movimento em si. A luta lá foi muito grande e muito bonita, mas se não tivesse a intervenção do governo do estado ia ficar muito grave a situação lá. Nesse período eu fiquei grávida daí eu vim morar com meu companheiro na cidade e, por isso demorei um pouco a me inserir mesmo na

luta de classe, porque eu falei pra mim que eu precisava primeiro entender esse universo porque graças a Deus eu sempre tive uma facilidade muito grande de pegar as coisas no ar de uma forma muito simples, de entender o que está acontecendo. Então eu virei pro meu companheiro e falei: eu quero conhecer. Então de várias reuniões que participava eu ficava indignada com muita coisa e chegava em casa e falava pra ele que podia ter sido assim e assim e ele me respondia: porque que você não falou. Mas eu não tinha segurança de tomar a palavra e eu ainda estava com uma crise de identidade muito grande, ainda não sabia quem eu era dentro do cenário. Porque de repente uma vida inteira trabalhando, ajudando minhas irmãs e elas cuidando da casa e criando meu filho e de repente eu me vi mãe, me vi dona de casa e eu não estava confortável com essa situação, então eu tive crises de identidade e vivi um conflito muito grande porque eu não tinha renda mais. Eu tinha uma casa pra tomar conta e dois filhos e pra isso eu não estava preparada. meu companheiro passou uns três meses fora de casa na luta, eu passei um perrengue muito grande porque quiseram entrar na minha casa e daí eu falei pro meu filho que tinha sete anos na época: cuida da sua irmã, porque a mãe tem que resolver um problema com uns cabras que estão ali de fora e eu fiquei pensando o que eu posso fazer porque não tinha pra onde correr, mas Deus me iluminou e eu lembrei que tinha foguete, aí eu pus foguete neles, gritei, fiz o maior barulho e eles foram embora. Três dias depois meu companheiro apareceu, quando ele chegou eu estava com a mudança em cima do caminhão. Eu falei pra ele que não aguentava aquilo e ele me disse: por amor eu te deixo ir, mas meu sonho é um pedacinho de terra e eu tenho condição de ajudar outras pessoas na luta por esse sonho. Na hora eu queria brigar com ele, mas quando ele falou aquilo ele me quebrou no meio, daí eu virei pra ele disse: por amor eu vou ficar, mas eu quero entender a luta da forma como ela acontece e a partir de hoje eu não fico em casa mais, mesmo que seja com a minha filha amamentando a tira colo, que seja arrumando alguém do Movimento pra ficar com meu filho. Eu entendi e naquele momento eu dei valor no meu companheiro, na minha família, na luta de classes, porque por amor ele ia seguir em frente porque era um sonho e eu acho que sonho de ninguém pode ser criticado ou não valorizado e naquele exato momento ele me conquistou pra luta de classes, pra luta do Movimento.

Uma das fazendas muito emblemática da luta onde a gente é coordenação dessa área, graças a Deus a semana passada nós tivemos notícia que ela vai ser uma área de assentamento e isso só foi possível porque num primeiro momento na minha casa eu falei pro meu companheiro que eu tinha que ir pra BH participar de uma reunião nacional de forças sindicais, de Movimentos rurais, de segmentos de trabalhadores, de segmentos de operários e ele falou pra mim: você não via. Daí eu falei pra ele: agora você está um pouco nervoso depois a gente fala. Mas de manhã eu já estava com a passagem compra, porque a organização do evento já tinha pago a passagem, o dinheiro pra eu comer já tinha sido depositado na minha conta daí eu falei pra ele: você pensou, porque eu quero ir de comum acordo com você porque eu acho que é fundamental importância a presença de um representante do Movimento nessa ação que é de nível nacional. Ele respondeu que esteve pensando mais ainda não sabia, então eu disse que eu sabia que a minha mochila estava pronta e eu estava embarcando às 11:00 horas pra BH. E eu já comuniquei com o pessoal da base pra trazer semente de produção pra mim, porque lá eu vou fazer uma divisão socialista, lá eu vou dar um pouquinho das nossas sementes pra todo mundo pra eles verem que a gente produz, eu estou indo fazer um trabalho político. Então assim, já que você teve tempo e ainda não tinha pensado pra dar resposta que você teve uma noite inteira, eu estou te comunicando que eu estou indo, e eu fui. Lá eu conheci um procurador dentro de uma área de

> ocupação que tinha duas mil famílias onde hoje é o assentamento Dandara. A partir dali tudo começou a mudar, a gente começou a ter esperança.

Assim como em **Turmalina Paraíba**, decidimos por manter as memórias de **Diamante** sem qualquer corte ou recorte considerando a sua densidade e importância com vistas a uma melhor compreensão desta análise. A partir de sua história percebemos quão rica e quão fecunda é a tomada de consciência da concepção ontológica do ser social. Sua trajetória, desde o primeiro contato com as lideranças do Movimento, quando considerava "errado' o que faziam, "invadindo" terras que não lhes pertenciam até a explicação da patroa sobre a função social da terra, sua iniciação na luta/tensionamento e a sua inserção definitiva neste cenário, nos revelam que "[...] a possibilidade de emancipação humana, de restituir o mundo e as relações humanas aos seres humanos passa pela superação das mediações criadas por esses mesmos seres em sua ação sobre o mundo. Passa pela superação da mercadoria, do capital e do Estado." (IASI, 2011, p. 73).

A tomada de consciência para o reconhecimento dos direitos lhe remete à memória de luta da avó, que desde muito cedo já lhe falava sobre reforma agrária e sua importância para os trabalhadores rurais sem-terra. Disso tudo resulta o reconhecimento de uma mulher, que desde a sua infância vivenciava processos de luta pela sua sobrevivência e dos seus e, por isso, desenvolveu capacidades de criar alternativas de imediatas de resolução diante dos problemas que surgiram na sua caminhada de luta. Isso se revela no episódio da "caça' a seu companheiro feita por jagunços a mando do dono da terra. Essas pessoas utilizam de resquícios de crueldade para intimidar seus adversários. Fizeram isso com ela em um momento em que se encontrava supostamente fragilizada e sozinha com seus filhos. Essa situação, a princípio traumática, lhe permitiu reconhecer e valorizar o sonho de seu companheiro, sonho que acabou se tornando também o seu. A partir daí, para avançar neste espaço de luta exige fazer parte, compreender de forma mais consistente a luta e o movimento com vistas a um processo dialético que trata da "coisa em si" e da "coisa para si" (KOSIK, 1976).

A questão de gênero e o reconhecimento de que a luta é feita por todos/as e que a obrigação dos cuidados da família é de todos/as e não somente da mulher, fica muito claro quando ela estabelece um diálogo com seu companheiro acerca de sua participação em um evento de nível nacional. Ela tinha muita clareza que aquele momento era importante para a luta deles, e o companheiro, não entendendo este processo, tenta impor seu poder de macho sobre ela. A determinação e a certeza do que estava fazendo em prol de uma luta maior, expressa numa ação política que pudesse materializar um ensaio momentâneo do socialismo não a deixou

se intimidar com a postura de mando do companheiro. Mesmo com a tentativa de se impor, ela vai e deixa o companheiro pensando que decisão iria tomar sobre sua ida naquele evento. A certeza e determinação de **Diamante** sobre suas formas de inserção e participação na luta geraram frutos bastante positivos para o Movimento e, conforme ela mesma disse: ***"A partir dali tudo começou a mudar, a gente começou a ter esperança."*** Assim, segundo Marx e Engels (2009, p. 80) "A limitação local inicial começa a ser gradualmente dissolvida."

Esperança é palavra de ordem na vida de **Quartzo Verde**. Essa palavra traduz toda sua vivência na luta cotidiana junto ao MST.

> **QUARTZO VERDE:** Então quando eu conheci o MST, pra começar eu não fui pro MST, eu fui pra um outro Movimento que era MLST. Engraçado, uma amiga minha que me disse, porque ela sempre viu a minha luta, trabalhando aqui, trabalhando ali, lutando por justiça, mas eu acho que ela até hoje ainda é uma analfabeta política, porque não conhece os próprios direitos. Naquela ocasião ela falou de gozação comigo: porque você não vai pro Sem-terra, eles estão anunciando aí que estão precisando de gente pra "invadir" fazenda; daí eu olhei pra ela e disse: sabe que você me deu uma boa ideia, porque era meu sonho de trabalhar na roça; toda vida eu sempre quis, porque meus pais tiveram terra e foram tomadas. Então eu fiquei com aquilo na cabeça e chamei uma outra amiga pra ir comigo. Eu conheci essa minha amiga, a Chica, quando trabalhava em Brasília, ela era minha irmã, a irmã que eu nunca tive. Ela sofria muito com a condição de saúde do marido, pois a cidade era muito grande e ele cometia muitas loucuras, fazia dívidas, saía de táxi pela cidade depois não tinha dinheiro, por isso apanhava, era preso. Então, quando resolvi voltar pra São Simão a convidei pra se mudar pra lá, disse que a ajudaria, além disso é uma cidade pequena e todos ima conhecer ele, aí era mais fácil de controlar suas loucuras. Ela aceitou e se mudou. Cheguei pra ela e falei: Chica, vamos invadir terra? E ela me disse: invadir terra? Daí eu disse é, vamos numa reunião. Chamaram a gente pra uma reunião e eu estava naquela empolgação porque uma vez eu estava vindo de Brasília pra Uberlândia e eu vi uma marcha de sem-terra e eu nem sabia o que era aquilo, mas me deu uma coisa tão boa assim que eu queria entrar, eu queria descer do ônibus e entrar naquela marcha, porque eu via na televisão e ficava arrepiada; eu não entendia o que aquele povo estava fazendo, mas eu sentia vontade de ir, mas eu sempre fui muito tímida, mas aí essa menina brincou comigo e aí eu chamei uma amiga minha e nós fomos. Nós ocupamos uma fazendo no Estado de Goiás, e eu estava até com vergonha, porque eu não sabia como é que era e você sabe moça, não sabia muito bem como é que era, mas no primeiro dia eu já tive problema, porque eu já comecei a ver injustiça lá dentro; porque o pessoal fez uma cantina comunitária pra todo mundo comer, só que o pessoal estava comendo uma comida e a coordenação comendo outra, então ali eu já comecei a ver a desigualdade e eu não concordava com aquilo, então eu a chica ficamos observando e não concordando e já comecei a reivindicar: porque que aqui foi falado que todo mundo é igual e o pessoal está comendo outra comida e nós estamos comendo essa? Daí o cara chegou pra mim e disse: cuidado com o que você fala que pode criar problema pra você. Eu fiquei assim, mas continuei indo. Eles disseram que era pra fazer trabalho de base, pra trazer mais gente e eu já comecei nesse negócio de fazer trabalho de base, buscar mais pessoas pra ir e comecei a trabalhar. Daí quando eu estava em São Simão

deu-se o contrário, a minha amiga Chica me chamou pra uma outra reunião, daí eu falei chica você lembra quando eu disse que não queria ir pra um acampamento, mas quando eu entrar só saio de lá com a conquista, é pra sempre. Por isso ela foi na primeira reunião e eu não fui. Quando chegou conversou comigo e disse como era. Quando foi na outra reunião eu tive curiosidade de ir, daí ela me alertou e eu fui. Daí quando eu cheguei na reunião do MST eu já comecei a abrir minha mente pra outras coisa, porque as coisas que eram discutidas, porque assim, quando eu cheguei lá na primeira fala que me deram pra eu falar eu falei, porque no outro Movimento já parecia que tinha ido atrás de homem, querendo arrumar casamento pra mim, coisa e tal; eu virei e falei pra eles assim eu tô vindo pra cá pra conquistar uma terra, não pra arrumar homem, porque arrumar homem se eu quiser eu arrumo na cidade, então eu tô indo, mas eu quero ser respeitada como mulher e como os homens, porque eu no meio dos homens pra lutar pra uma terra eu sou homem igual a eles; então eu não estou indo pra caçar homem não, porque a impressão que dá é que os caras estão pensando que a gente tá aqui é pra prostituir. Aí eu falei isso, quando o homem que era liderança lá entrou com uma fala e ele disse bastante coisa assim que deu uma visão do que era o MST dos direitos. Ele começou a falar sobre reforma agrária, até então eu nem sabia o que é reforma agrária aí a minha mente começou a se abrir. Socialismo, até os 19 anos eu não sabia o que é socialismo, porque a escola não ensina isso pra gente; a escola ensina que a gente tem que aprender o que eles querem ensinar pra gente e a gente não pode nem reivindicar. A escola ensina a questão de que o Brasil foi descoberto, mas como o Brasil foi descoberto se aqui já existia gente, já existia índio? Na realidade o Brasil foi invadido, mas você vai discutir isso nas escolas pra ver. Então sempre tem essas questões e no MST começaram a ensinar isso pra gente e eu comecei a ter uma visão diferente. Daí fomos pra um debate, outro debate, aí um falava, outro falava e eu comecei a ver no MST uma coisa diferente de lá do outro Movimento. Aquela injustiça no MST não tinha, lá faziam a discussão no coletivo. Eu comecei um debate, fui na próxima reunião. Aí eu não voltei no outro acampamento nem pra buscar as minhas coisa, porque naquelas reuniões do MST eu descobri o povo com quem eu queria caminhar. Era aquilo que eu sentia vontade, lutar por justiça, lutar pela reforma agrária e lutar também para as pessoas abrirem a mente pra descobrir o que é reforma agrária. A primeira ocupação que eu fiz eu tive aquela sensação de fazer parte, a sensação de você ser alguém, entendeu? Não apenas fazer parte, mas ser parte da construção. Porque na primeira ocupação que nós fizemos foi uma coisa assim de louco, era tiro; nós ocupamos numa noite, na noite seguinte nós fomos despejados de lá a tiro. Nós ficamos ilhados pelos jagunços, porque não tinha como a gente sair, pois era tiro pra lá e pra cá. Isso foi a noite inteira e a única coisa que a gente tinha pra se defender era um cocho e uma árvore pra gente se esconder dos tiros e também uns pedaços de pau. Eu brincava ainda com os meninos, entregaram uns pedaços de pau: os jagunços estão lá armados, a hora que eles chegarem dando tiro a gente chega perto deles com um pedaço de pau e faz HUUU. Por isso eu perguntava pra coordenação: o que um pau vai nos defender se eles estão atirando na gente, mas apesar de tudo a gente conseguia rir de tudo a noite inteira. Isso tudo deu ibope, porque no outro dia por meio das reportagens ficamos sabendo que os jagunços eram amigos nossos lá da cidade, por isso falaram: esse povo é doido, nós passamos a noite inteira dando tiro pra cima e esse povo ficou foi rindo. No outro dia, quando a televisão veio pra gente fazer a denúncia e saber o que estava acontecendo me mandaram dar uma entrevista e eu nunca tinha dado uma entrevista, não sabia nem como me comportar, mas falaram pra mim, vai lá e fala sobre reforma agrária, daí eu pensei o que eu vou falar sobre reforma agrária? Daí o menino me disse,

Reforma Agrária é você ter direito a saúde, educação, terra, trabalho, é você ser cidadão. Daí eu pensei que eu nem sabia que era isso, daí eu entendi que reforma agrária era ter a direito a coisas que a gente não tem. Então em menos de 10 segundos eu fiquei sabendo de coisas que a minha vida inteira eu não soube, daí então eu entendi que era a oportunidade de conhecer, a oportunidade de poder lutar. Aí eu dei a entrevista, falei e peguei mais admiração pelo MST e a partir daí o MST me convocou pra estudar, me incentivou a incentivar, a fazer curso e isso foi abrindo a minha mente pra luta de classes e nisso eu estou aí até hoje. Eu fiz ocupação que tive revólver apontado. Nesse período eu estava grávida, porque quando eu acampei logo depois eu fiquei grávida de um namorado que eu tinha na cidade e eu tive meu filho dentro dos acampamentos. A gente foi despejada em Santa Vitória, na fazenda bebedouro e por coincidência eu assentada numa fazenda Bebedouro aqui em Uberlândia. Mas lá nós fomos despejados de uma fazenda bebedouro, porque a nossa história do assentamento canudos foi todo uma história de despejos violentos, toda ocupação que nós fazíamos acontecia despejo violento por jagunço. A gente teve uma história de despejo em Santa Vitória por jagunços que eram policiais encapuzados. Nós fomos despejados de lá e eles colocaram revólver na minha cabeça disseram que iam me matar e quando o companheiro Juarez disse que não era pra fazer aquilo porque eu estava grávida eles puxaram o revólver e colocaram na minha barriga falando que ima matar meu filho dentro da minha barriga que era pra matar esses vagabundos sem-terra, daí eu virei pra ele e disse vagabundo são vocês, porque nós estamos aqui lutando por reforma agrária, lutando por justiça lutando pra viver e por comida na mesa de vocês. Enquanto vocês estão querendo matar as pessoas que vão trabalhar pra alimentar vocês, então vocês é que são vagabundos que estão sendo pagos pra bater em trabalhador, vocês é que são vagabundos. Daí o policial levantou o revólver pra atirar e o Juarez falou para, para, para, ela vai sair daqui. Então ele me tirou da negociação e colocou a chica pra negociar no meu lugar porque eles viram que eu era "boca dura" e por isso poderia acontecer uma coisa pior. Me tiraram e eu tive que sair. Quando eu saí eles entraram de fato no acampamento, daí bateram na gente, passaram trator em cima de tudo que tinha lá, quebraram moto; meus documentos ficaram todos lá porque eu tive de sair escondida, pois a hora que eles conseguiram entrar eles disseram eu quero a barrigudinha, procura a barrigudinha, aí eu tive que sair disfarçada de homem, porque eu não estava com medo do que podiam fazer comigo, mas sim com o meu filho, porque eu pensei: eu estou aqui por escolha minha, mas meu filho não, ele não tem escolha, ele está dentro a minha barriga, então eu tenho que proteger meu filho. Quando consegui sair entrei dentro de uma camionete F4000, lá tinha mais de 50 pessoas com eles jogando botijão de gás fogão e um monte e coisa em cima de nós, além e fazerem pressão psicológica o tempo todo dizendo que ima jogar a camionete dentro do córrego que era pra matar todo mundo, também estavam dando tiro; a hora que agente levantava eles começavam a dar tiro por cima da nossa cabeça. Quando chegou em uma outra fazenda eles tiraram a gente dessa camionete F4000 (que era de firma de construção lá de Santa Vitória) e passou pra um caminhão. Na hora de passar pra esse caminhão ainda ficou fazendo ironia com o fazendeiro falando você não quer esse povo aí? O fazendeiro respondeu: Deus me livre, tira isso da minha porta. E quando passou pro caminhão começou a bater em todo mundo e porrete, inclusive um senhorzinho que tinha mais de 70 anos (inclusive ele já faleceu), bateu em uma mulher que quebrou a clavícula dela; esse processo está em Santa Vitória e até hoje não virou nada. Quando a gente foi passar por caminhão o cara me reconheceu e falou: ah! Essa daqui é a barrigudinha, daí ele passou a mão em mim, passou a mão na minha vagina e a outra companheira Francisca que

estava eles tentaram estuprar ela, só não fizeram porque ela disse que estava menstruada, inclusive tinham até levando ele pra um canto pra estuprar porque era uma morena muito bonita. Inclusive essa companheira morreu na luta e não chegou nem a conquistar a terra. Foi a companheira que entrou na luta comigo, na época nós éramos amigas. Inclusive tem um acampamento com o nome dela. Ela morreu de enfarto. Tinha sérios problemas de pressão alta e como era dirigente do acampamento, lá tinham muitos problemas eram muito stress; ela corria pra baixo e pra cima, não tomava os remédios e não cuidava da saúde. Além disso, ela tinha problema com o marido dela (O marido dele era esquizofrênico); era pressão em cima de pressão, por isso ela teve um AVC, quando chegou em Goiânia teve outro e veio a falecer com 38 anos apenas. Morreu lutando. E, pra lutar pela terra ela deixou os filhos com o marido e foi pra luta; ela praticamente abandonou os filhos dela pela reforma agrária, pra lutar por justiça; ela foi uma heroína, pois teve coragem de abandonar tudo pra ter uma terra e dar um futuro pros filhos. Mas infelizmente ela morreu antes de conseguir a terra e eu isso foi uma questão que me deixou muito indignada, porque na época tinha muitos companheiros e isso me magoa porque eu briguei para que os filhos dela fossem assentados. Mas eu sozinha não consegui garantir um lote pra ela, porque como os meninos eram menores não tinha como; eu propus pros companheiros que a gente cuidava do lote até os meninos completarem 18 anos, mas infelizmente os companheiros nossos não garantiram isso. Aí propuseram que quando eles completassem 18 anos que eles tinham direito a um lote, mas eu nem arrisco a garantir isso, porque na época dela os companheiros que se dizima companheiros dela não garantiram, imagina hoje. Aí com o tempo eu descobri que injustiça não acontece só no MLST. Existe também no MST, tem os dirigentes que querem fazer a coisa certa, mas tem os dirigentes que fazem coisa erradas.

Com o tempo eu passei a refletir o seguinte: se todo mundo está fazendo errado e só eu estou querendo fazer o certo, quem está errada sou eu. Porque se tem 100 pessoas fazendo certo eu tenho que fazer igual eles, porque senão só eu que estou errada. Eu não vou fazer, porque eu estou vendo que está errado, então eu prefiro me afastar. Foi onde eu saí da direção do Movimento, eu me afastei. Nunca deixei de contribuir, de ir para as ocupações, de fazer minhas lutas, mas não como dirigente Eu tenho uma coisa comigo, eu sou uma pessoa eu fico aqui, mas avalio tudo; a gente tem problemas nos assentamentos e a direção sabe disse, problemas com lideranças, problemas de pessoas que não aceitam certos tipos de pessoas, porque fizeram muita coisa errada e o meu problema era esse eu estava vendo que muita gente estava errando e eu tinha comigo que se a gente consertasse, a gente dirigente, a gente conseguia segurar a base e por isso a gente poderia ter uma base muito maior, só que eles não conseguiam enxergar e nem ver as coisa que eu estava falando, tanto é que hoje a gente perdeu muita base, a gente perdeu muito assentamento e aí eu não seu se até hoje eles não descobriram ou se ficam ignorando porque eu alertei eles para aquilo, Eu fui solteira a minha vida inteira, como no Movimento a gente não pode trabalhar, eu tinha um lanchinho lá em São Simão e no carnaval eu ia lá e trabalhava e ganhava o suficiente pra ficar o resto do ano na luta; quem militava na verdade era eu e meu filho. Eu punha ele na mochila e saía de carona, hoje ele tem 11 anos. Como eu ficava viajando militando, muitos companheiros disseram ficavam me criticando e dizendo que não era pra eu pegar terra que eu ficava só viajando; pra eles só podiam pegar a terra quem ficava debaixo de um pedaço de lona e eu tentava passar pra eles que pra conquistar a terra você tem que ir pro embate, tem que ir pra Brasília, tem que ir pra Belo Horizonte, tem que fazer curso pra formar outras lideranças, mas isso não entrava na cabeça, queriam que eu ficasse ali debaixo da lona igual eles ficavam, eles acham que eram melhores que eu porque ficavam de

> baixo da lona. Lá eles tinham cesta básica, ficavam balançando na rede, jogando truco, enquanto eu e meu filho não tínhamos essas "mordomias". Quantas vezes eu fui de carona de São Simão até belo Horizonte com meu filho, dormia com meu filho sentada em banco de posto de gasolina esperando amanhecer o dia pra pegar carona de novo e continuar a viagem até o destino, porque eles não tinham dinheiro e eu também não tinha, mas quando chegava em Belo Horizonte eles me repunham o dinheiro. Outras vezes, pegava carona pra ir até o assentamento e sempre com meu filho. Daí chegou a um ponto que eu avaliei o seguinte, eu estou nessa vida porque eu escolhi, mas meu filho não. Então como eu estava tendo muita pressão pra sair da direção porque eu estava sendo o calo de alguns dirigentes. Daí eu avaliei, eles estão querendo que eu saia; tentaram de todas as maneiras achar um deslize meu, avida inteira foi assim, tentavam me pegar pra ver se me expulsavam, mas eles nunca conseguiram, então eu avaliei, meu filho não está escolhendo, ele já está com três anos; eu fico pra baixo e pra cima, ele com bronquite, eu levava ele pra ficar em lona, passava a noite no relento nas ocupações que eu ia, daí eu pensei que eu tinha que ser denunciada pelas coisas que eu fiz ele passar, então eu avaliei assim: eu vou parar porque eu não estou conseguindo avançar com o que eu quero, com justiça, com coerência e o meu filho está sofrendo, o meu filho não está pedindo, ele não escolhe. Então eu pensei em tudo isso e pedi o meu afastamento da direção do Movimento. Quando foi pra eu sair a base não queria, mas daí eu tive até ajuda de pessoas que tinham o interesse que eu saísse, que aproveitaram a oportunidade pra defender o meu lado, dizendo que eu estava mesmo precisando descansar, precisando desse tempo pra mim e que o povo tinha que reconhecer que eu já tinha dado muito de mim e que eu precisava descansar um pouco. Então o povo concordou com eles e aceitou a minha saída do Movimento. Mas mesmo fora da direção eu continuei atuando, continuei ajudando e hoje tem um ano mais ou menos que eu peguei a frente da associação do assentamento, mas durante quase dez anos que a gente estava lá eu nunca quis pegar a presidência, eu peguei agora porque a eu me vi obrigada a pegar essa presidência.

Mediante essa história surge uma questão: como não admirar, respeitar e considerar todas as memórias trazidas à tona por essa mulher que fez e faz da luta contra as injustiças e desigualdades sociais sua bandeira de vida? Essa questão já aparece na sua infância quando a chácara dos seus pais foi inundada pela barragem e a (pseudo)indenização que receberam mal deu pra comprar uma casa de adobe. Mas, mesmo longe da terra, estar nela, voltar para ela, fazê-la produzir era um sonho. Então, quando surgiu a primeira oportunidade ela foi se juntar aos companheiros na luta pela terra. A primeira experiência de ocupação foi em Goiás, com o MLST, mas não foi muito exitosa, porque já nos primeiros dias teve um enfrentamento com o grupo que liderava o acampamento pela clara divisão entre quem mandava e quem obedecia, quem tinhas as benesses e quem ficava com as sobras. Isso foi motivo de muita indignação e um posicionamento seu diante do que estava vivenciando, ou seja, separação, exclusão entre os que lideravam e os liderados por meio de duas cozinhas, onde que era servido para uns poucos não era servido para a grande maioria dos trabalhadores sem-terra. Seu posicionamento e questionamento/reivindicação lhe rendeu uma ameaça.

Neste ínterim, foi convidada a conhecer outro Movimento, o MST, lá desde a primeira reunião já se posicionou acerca do seu papel como mulher, deixando bem claro que seu objetivo ao estar ali era a luta pela terra. A partir de então começou a participar e abrir se às questões afetas a garantia de direitos. Afirma que sua mente se abriu e começou a entender o fundamento da reforma agrária; ouviu dizer pela primeira vez sobre socialismo. Assim, afirma ter se encontrado o povo com quem queria caminhar. A partir dali começa a compreender que tudo o que mais fazia e fez ao longo de sua vida era reivindicar direitos, lutar pela condição humana sua e de seus pares.

Ao longo de sua trajetória nos quadros de lideranças do MST, foram muitos enfretamentos e tensionamentos vivenciados com jagunços e a Polícia Militar encapuzados e pagos pelo dono da terra para expulsarem aqueles invasores de terra que ali estavam ameaçando a suposta paz social daquele lugar. Segundo Heller (1985, p. 99), esse comportamento aponta que "[...] todos eles desprezam tanto os pobres homens que desempenham seus papéis que passam a considerar a fetichização como algo absoluto e definitivo, acreditando assim que é possível manipular o homem tanto quanto se queira."

Vale registrar que estes homens que vão intimidar e fazer as reintegrações de posses têm uma sede maior nas mulheres, consideradas o lado frágil nesta luta. Mas também, em certa medida, são satanizadas como as mulheres da idade média no período da inquisição. Nestes termos Beauvoir (1970, p. 10) nos aponta a seguinte reflexão:

> O homem esquece soberbamente que sua anatomia também comporta hormônios e testículos. Encara o corpo como uma relação direta e normal com o mundo que acredita apreender na sua objetividade, ao passo que considera o corpo da mulher sobrecarregado por tudo o que o especifica: um obstáculo, uma prisão.

Esta questão ainda hoje, em pleno século XXI, se aproxima do universo destes homens, quando, diante das mulheres que assumem lugar na direção nos acampamentos, assumem postura machista e patriarcal de forma muito clara e, dessa feita, a leitura que é possível ser feita nos leva a crer que para eles toda mulher está nessa luta merece ser execrada por representar este obstáculo de que Beauvoir fala. E todas aquelas que contestam de alguma forma o regime, fazem lutam, empunham armas, negociam e debatem sobre direitos, são, em certa medida, reconhecidas por estes homens como satãs em potencial. Especificamente na Fazenda Bebedouro em Santa Vitória isso se materializou por meio da tentativa de assassinato sua e de seu filho e, também, a tentativa de estupro da Chica.

Aqui, na análise da luta de **Quartzo Verde** merece um parêntese a história dessa sua companheira, a **Chica**, que morreu lutando e acreditando na transformação social via reforma agrária. Acreditava ser este o caminho para a criação o reconhecimento da reforma agrária enquanto política de desenvolvimento para esse país, o que deveria se refletir na melhoria da qualidade da vida de todos/as trabalhadores rurais sem-terra. Mas infelizmente, apesar da insistência/resistência/persistência de **Quartzo Verde**, não foi possível garantir a terra para seus filhos que ainda eram menores de idade. Apenas como forma de gratidão deram seu nome a um assentamento localizado na região de Campo Florido-MG: **Assentamento Chica Veras.**

Mas, os tensionamentos enfrentados por **Quartzo Verde** superam os embates travados com esses homens que cumprem ordens de seus patrões. Se encontram, também, no interior da direção do MST. Assim**,** além dos problemas internos afetos às formas de reconhecimento das desigualdades e injustiças no interior do Movimento, traz à tona uma questão de discriminação de gênero dentro do próprio MST sofrido por ela junto aos demais líderes. Em vários momentos de reuniões da direção do Movimento, quando **Quartzo Verde** apresentava alguma ideia o grupo de homens discordavam e um dentre eles apresentava a mesma ideia de forma diferente. Ela sempre contestava, mas como era minoria dentro do grupo, era voto vencido. Neste sentido, Nogueira (2013, p. 66) afirma que "Dessa forma, a divisão sociossexual [...] expressa uma hierarquia de gênero, que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino [...]." Como sempre foi incansável na luta, nos embates e nos enfrentamentos, a sua relação com o grupo que estava à frente do movimento foi se desgastando porque ela sempre apresentava de forma objetiva os problemas que vinham ocorrendo no interior do Movimento, mas a única pessoa que de fato desejava mudar e avançar parecia ser ela mesma.

Assim, após refletir sobre sua trajetória, decidiu retornar às bases, e continuar a luta com os companheiros/as do assentamento onde já tinha sua terra. Para realçar esta questão tomamos como referência o pensamento de Heller (1985, p. 102) quando afirma que, "[...] aquele que recusa, o papel por motivos revolucionários não apenas subtrai sua própria pessoa ao jogo dos papéis, mas também se opõe à base econômica e política de determinadas funções." Esta questão de assumir papéis não estava na centralidade da participação de **Quartzo Verde** no Movimento, seu objetivo primeiro era a garantia de justiça e liberdade para todos/as. Esta direção da liberdade por ela assumida vai ao encontro de outra reflexão apontada por Heller (1985, p.104), que apresenta a espontaneidade, outra característica de **Quartzo Verde** "A espontaneidade criadora está acima da consciência conformista; por sua vez a consciência criadora está acima da espontaneidade criadora, embora sempre conservando dialeticamente os elementos da espontaneidade."

Estas características de luta pelo direito à terra apresentadas na história de **Quartzo Verde** também podem ser reconhecidas nas memórias de **Hematita.**

> **HEMATITA:** eu e meu marido nos engajamos nas lutas por meio das pastorais da Igreja católica. Já no final da década de 1980 conhecemos vários Movimentos em prol dos direitos humanos e, a partir daí, começamos a lutar por nossos direitos. Lembro que nestes nossos encontros a gente começou a tomar consciência da desigualdade. Fizemos um curso de fé e política em Uberlândia quando estudamos sobre o capitalismo, como era o processo de exploração e aí a gente foi tomando consciência da realidade, das injustiças que acontecia e logo depois a gente ajudou a fundar o PT em Uberaba. A gente visitava as roças, ia aonde estavam os trabalhadores. Justamente nessa época a gente conheceu a CPT e começamos a militar nela e foi aí que a gente despertou o interesse de conhecer mais a realidade de luta pela terra. Quando teve a ocupação pelo MST na fazenda barreiro meu marido foi ajudar e eu sempre ia lá fazer visitas. Logo em seguida teve a ocupação da fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho e nós também ajudamos. Lá a gente passava a noite junto, lutando com eles pra conquista da terra. A gente começou a participar das romarias da terra e através dessas romarias a gente mobilizava muita gente e ia formando grupos pra fazer ocupações de terra. La na ocupação da Santo Inácio Ranchinho nós fomos só ajudar, ali eu ainda não sonhava em ter terra pra mim, a gente era só apoio na luta pela terra até então. E quando nós viemos pra cá meu marido me disse um dia a gente vai entrar de fato nessa luta pela terra, mas eu pensava que ia demorar muito tempo. Mas na época ele começou a organizar um grupo e foi quando houve um racha entre o MST e fundaram o MTL. Esse racha foi porque o outro grupo não aceitava a organização e a disciplina rigorosa do MST principalmente em relação a negociação que tem todo uma diretriz onde as pessoas têm que ir pra luta pra conseguir terra pra todos e não tirar vantagem pessoal e boa parte dos que decidiram fundar o outro Movimento queriam tirar vantagens; eles achavam que o MST tinha muitas regras, muitas normas e muita burocracia e eles não aceitaram. A gente trabalhava com eles, era um grupo só, mas decidiram fundar esse outro Movimento. Aí o grupo de pessoas que meu marido organizou aqui em Uberaba se juntou às lideranças de Iturama, de Limeira D'Oeste e foram fazer a ocupação da fazenda Olhos D'Água, no município de Sacramento-MG. Eu, até então, confesso que não estava muito preparada para ir pra terra, mas eu sonhava em ser professora, eu sonhava defender a educação. Aí eu falei pro meu marido que eu ficava tomando conta das crianças, que ainda eram pequenas e da nossa mercearia, porque alguém tinha que tomar conta da mercearia. Mas ele foi. Daí eu falava pra ele: olha bem eu nunca sonhei em ter terra, mas eu sonho em ser professora, quem sabe dentro do seu sonho eu consigo realizar o meu? Daí meu compadre me convidou para ir visitar o acampamento e eu fui. No meio do caminho ele brincava comigo e dizia: você vai virar sem-terra, daí eu falava será mesmo? Será que vou dar conta? É muito difícil ser um sem-terra. Quando eu cheguei lá as pessoas estavam todas lá sentadas nos seus barracos. Lá era um lugar muito bonito, muito verde, daí teve um momento que eu me distancie das pessoas, daí eu senti a presença de Deus assim tão forte; e eu conversando com Ele eu entendi que aquele povo precisava de mim e aí falei, pois eu vou vir ser uma sem-terra. Naquele momento eles estavam discutindo quem é que vai cuidar das crianças? Quem é que vai cuidar da cozinha comunitária? Quem é que vai cuidar da farmácia? Eles estavam distribuindo as tarefas. Ai foi quando eu falei: eu vou vir morar aqui, eu vou vir ajudar a cuidar das crianças. Por meu marido foi uma

felicidade muito grande, porque ele não imaginava nunca que eu fosse ter coragem de ir pra luta pela terra. Então naquele momento houve uma mudança muito grande dentro de mim; aquela entrada, aquele contato com a terra provocou uma mudança totalmente dos meus conceitos, de tudo. E aí eu cheguei e casa e foi uma choradeira né. A gente tinha construído essa casinha com tanto sacrifício, porque meu marido antes trabalhava no pau de arara, eu trabalhava de doméstica. Mas mesmo assim eu fui. As pessoas contavam que meu marido ficou muito feliz com minha decisão, disseram que ele estava construindo a nossa barraca e cantava dizendo que aminha amada vai vir morar comigo; e ele fez com muita alegria a nossa barraca. Nesse período a minha filha tinha 15 anos e estava terminando a oitava série e lá, no arraial só tinha telecurso, então ela falou: mãe eu vou deixar uma escola aqui, fazer telecurso lá se eu quero prestar vestibular? Aí ela fez a opção de ficar aqui na cidade. E meu filho que também já estava na sexta série fez a opção de ficar com a irmã. Então eu tive que romper, deixar os filhos aqui na cidade e ir pra roça e a nossa roça fica a 140km de distância daqui, por isso quando eu tomei a decisão foi muito sofrido, mas eu fui porque eu senti um chamado de Deus. Aí eu fui e comecei o trabalho com as crianças. A gente levantava quatro horas da manhã entrava numa perua e levava as crianças pra uma escolinha do Arraial, então a gente foi fazendo um trabalho muito gostoso, porque as nossas crianças enfrentavam uma dificuldade muito grande, primeiro: a gente não tinha comida direito no acampamento, tinha que fazer muitas campanhas; eles tinham que levantar as quatro horas da manhã porque eram quase 40 km de distância que a gente fazia o percurso de ida e depois os mesmos 40 km de volta, mas a gente ia cantando todas as músicas do Movimento e ia passando todas as informações que a gente tinha nos cursos. Além de tudo isso, as crianças do acampamento eram muito discriminadas na escola. As outras crianças falavam: chegou os sem-terra; falavam que elas comiam mais do que as outras crianças. A gente chegou e o Arraial tinha uma estrutura para atender poucas crianças e elas mais 40 crianças, mas mesmo assim eles tinham que acolher todos. Quando a gente chegava às vezes as crianças queriam cantar as músicas do Movimento e os outros não deixavam. As outras crianças eram também filhos de sem-terra que eram empregados, mas tinham um certo conforto. Por isso essas crianças não gostavam de sentar com as nossas crianças, por isso eu comecei a fazer todo um trabalho de socialização das crianças da zona rural lá com as nossas crianças do acampamento. Lá na escola do Arraial eu dava aula pra turma do segundo ano e na minha turma tinha mais alunos do acampamento. Nós ficamos acampados quatro anos até que a terra fosse liberada pelo INCRA para se tornar assentamento. Mas essa terra até não demorou muito não porque era uma terra que tinha ido a leilão três vezes pelo banco do Brasil, então a gente ocupou daí eles perguntaram ao INCRA se havia interesse e daí começou a negociação. Mas só que os recursos não chegam. Aí as pessoas ficaram lá recebendo a cesta básica do governo até a terra ser liberada. Eu morava lá e vinha em casa uma vez por mês porque não tinha dinheiro, então por isso eu tive que fazer uma opção, mas eu sofria muito a ausência dos filhos. No assentamento que hoje se chama canudos, eu e meu marido fomos para a ocupação. Na época a polícia tinha pegado um bandido da linha direta, então lá na cidade de Goiás só tinha duas viaturas e na época, por causa desse bandido tinha umas sies viatura e nós íamos fazer uma ocupação. Estávamos eu, meu marido e todo mundo. E meu marido foi na frente para ver se estava tranquilo pra gente entrar na terra. Ele falou que dentro de uma hora ele voltava pra gente ir. aí deu uma hora nada, deu duas horas nada e o povo já estava tudo pronto dentro do caminhão pra sair e fazer a ocupação da terra. Eles começaram a perguntar: e agora que eles não voltam pode ser que a polícia pegou e prendeu eles. Daí eles começaram a perguntar:

> vamos, nós vamos ou não? Isso para ver o papel da mulher naquele momento, foi aí que meu instinto falou bem forte e eu respondi: gente nós vamos sim, porque se eles foram presos se a gente ficar fora da terra o que nós temos para negociar pra eles soltarem eles? Por isso nós vamos fazer a ocupação. Daí fomos, chegamos, cortamos cadeado e entramos na terra gritando palavras de ordem. Mas naquela noite eu passei a noite inteira em claro preocupada em saber o que tinha acontecido com o meu marido e o outro companheiro. Mas eu tinha certeza que com a gente ali a gente podia negociar, se a gente não entrasse como a gente poderia negociar? Aí no outro dia a gente saiu procurando em todo lugar para ver se não achava corpo, se tinham matado, jogado no mato e até no outro dia até meio dia a gente não havia encontrado eles, foi aí que nós descobrimos que eles estavam presos numa cidadezinha ali perto. Aí eu tive que acionar a comissão de direitos humanos, deputados e assim nós conseguimos tirar eles da cadeia. Prenderam eles alegando que acharam que eles eram ladrões de gado. Depois que eles descobriram que a gente tinha ocupado a terra, que agente era sem-terra eles queriam saber quem era o líder. Aí tinha jagunço, trocaram tiros com o nosso pessoal e a gente enfrentou tudo isso. Para gente conseguir sair de lá nos saímos quase que escoltados, porque os jagunços estavam querendo matar a gente mesmo. Essa foi uma das coisas que a gente enfrentou nessa construção e organização do Movimento aqui na região do triângulo Mineiro. Depois disso nós organizamos muitas outras ocupações. Praticamente em todas as lutas do triângulo Mineiro a gente participou. Ainda hoje quando tem as ocupações a gente vai e ajuda até estruturar, depois a gente retoma nossa vida. Mesmo já estando assentados e organizados nós não perdemos o vínculo com a luta pela terra pra que outras pessoas possam também ter o direito de acesso á terra.

Hematita se aproxima das lutas sociais via pastorais da igreja católica e da criação do Partido dos Trabalhadores no município e Uberaba. Na realidade, como boa esposa católica e companheira, ela acompanhava o marido e, ao estar lá participava das ações que reconhecidamente tinham como alvo a garantia dos direitos humanos e o enfrentamento das desigualdades sociais no capitalismo. Neste contexto conheceram a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e começaram militar nela, assim despertou neles o interesse pelo Movimento de luta pela terra. O primeiro a engajar de fato nesta luta foi o marido que foi como apoio em uma ocupação de terra. Ela ia só visitar o local. Fizeram o mesmo em outra ocupação e também participaram de romarias da terra junto com CPT. Somente um tempo depois que o marido resolveu organizar um grupo e ocupar, agora também lutando por um pedaço de terra para ele e sua família. Nessa primeira ocupação, também vivenciaram uma separação do grupo em decorrência das regras estabelecidas pelo MST que o grupo de pessoas que saiu consideravam muito rígidas, não pactuavam com a condução ideopolítica do MST. Fundaram então o Movimento Terra e liberdade (MTL).

Esta situação fez com se juntassem a outras famílias e fizessem a ocupação na fazenda Olhos D'Agua em Sacramento. Mas ela, a princípio não foi, afirma que não tinha o desejo de possuir terra. Quando foi visitar o marido pela primeira vez disse que sentiu um chamado muito

forte de Deus para ficar ali e ajudar aquela gente, como boa cristã que sempre foi, porém com formação na teologia da libertação, cujo pressuposto teológico é experimentar Deus no encontro com os excluídos sociais, decidiu naquele instante ficar junto com o marido e aqueles companheiros. Segundo Löwy (2000, p. 63) este princípio teológico é: "[...] produto espiritual do movimento social denominado cristianismo da libertação. Há vários princípios que regem a teologia da libertação. A matriz comum entre política e religião neste movimento é a fé." E foi esta fé que orientou e guiou Hematita para a sua permanência junto com aquele coletivo de trabalhadores/as. E assim o fez, permaneceu e assumiu o setor de educação junto com o marido e os demais acampados na luta pela terra e iniciou a realização de um grande sonho que era o de ser professora.

Apesar de ser uma terra destinada a leilão, tiveram que ficar por um período de 04 anos acampados, foram tempos difíceis, pois além de ter que deixar os filhos na cidade acompanhava as crianças para uma escola que ficava em um arraial localizado a 40 quilômetros de distância do acampamento. Na realidade, além da distância as crianças do acampamento eram muito discriminadas pelas outras, que também eram filhos/as de trabalhadores/as, mas não se reconheciam iguais, consideravam-se superiores e vivam se estranhando. Diante dessa situação, Hematita se dispôs a fazer um trabalho de aproximação e socialização com todas as crianças que frequentavam a escola. Porém, percebemos que neste Movimento, com certeza, as crianças somente reproduziam a visão dos pais em relação aos sem-terra, não se reconheciam iguais, pois também eram trabalhadores sem-terra vendendo sua força de trabalho para os proprietários de terras da região. Segundo Marx (2004, p. 86, grifo do autor): "O ser *estranho* ao qual pertence o trabalho e o produto do trabalho, para o qual o trabalho está a serviço e para a fruição do qual [está] o produto do trabalho, só pode ser o *homem* mesmo."

Além dessa situação de estranhamento, a falta de estrutura da escola do arraial para atender às crianças do acampamento, foi outra questão que veio à tona, pois não comportava o número de alunos e, por isso, ficou superlotada. Esta é uma questão que, via de regra, não é colocada na agenda de governos como prioridade e, neste caso não foi diferente. Durante o tempo que ali permaneceram a situação da escola continuou a mesma.

Contudo, após a organização deste acampamento, continuaram fazendo luta junto ao Movimento. Um desse enfrentamentos ocorreu no local que hoje é conhecido com assentamento Canudos. No ato da ocupação o marido de **Hematita** foi mais cedo para reconhecimento da terra dizendo que voltava rápido, mas como não voltava o grupo começou a pressionar **Hematita** para decidir se iam ou não fazer a ocupação. Naquele momento ela se viu diante da necessidade de tomar uma decisão muito séria, mas percebeu também que estavam

testando sua competência frente ao grupo, principalmente por ser mulher. Decidiu pela ocupação e, ainda, afirmou ser uma estratégia de negociação caso eles estivessem sido presos. Dessa feita conseguiu impor a sua condição de liderança e mulher no Movimento. Mediante esta situação que ainda ocorre no interior dos movimentos de luta pela terra, "[...] é imprescindível avançar na realização de uma metamorfose na divisão sociossexual do trabalho [...]" neste espaço, para que haja uma primeira libertação dessas mulheres (NOGUEIRA, 2103, p. 67).

A partir daí, **Hematita** afirma que ela e o marido fizerem parte de todas as ocupações da mesorregião do Triângulo Mineiro e ainda continuam firma na luta para que outras pessoas tenham direito de acesso à terra. Nesse sentido, **Hematita** deixa bem claro o significado de pertencimento a este Movimento quando afirma que:

> ***[...] depois que você rompe a cerca e entra no Movimento sem-terra você nunca mais volta a ser o que era antes; a sua visão de mundo, os seus valores, a cultura. Para mim o Movimento Sem-terra é a maior escola que existe porque o que eu consegui aprender debaixo de uma lona ninguém me tira, por incrível que pareça, debaixo da lona foi o lugar em que eu fui mais feliz na minha vida.***

Esta declaração de amor à luta nos emociona, pois expressa o verdadeiro sentido da construção histórica em prol do reconhecimento e valorização do ser na sua essência, ou seja, na sua condição humana.

A luta apresentada nas memórias de **Rubi** se aproximam deste sentimento de pertencimento neste processo de luta e resistência.

> **RUBI:** Entrei pra luta do MST na década de 1990, ali me encontrei. No ano de 2003 nós fizemos a ocupação do futuro canteiro de obras da Via Sim dessa hidroelétrica Capim Branco, tentando mostrar ao INCRA o tanto de famílias sem-terra que tinha em Araguari, a miséria e a dificuldade em que todos se encontravam e também uma alerta sobre a questão da hidroelétrica, que a gente foi contra a questão desta hidroelétrica aqui, lutou muito pra que isso não acontecesse, mas infelizmente aconteceu, ela está aí, continua nos importunando. Houve um impacto grande e nessa história. A partir daí nós tivemos vários enfrentamentos com a polícia. A gente é fotografada igual eu fui muitas vezes com meu filho; fui presa duas vezes, a última com meu filho assistindo e eu sinto que por ser mulher a força e a ira deles ainda é maior com a gente. Então a gente não cala mesmo porque aprendeu a discutir e a defender nossos direitos e a gente discuti de igual para igual, seja um major, seja um PM e assim a gente apanha um pouco mais e as perseguições são bem maiores. Falou que não gosta de sem-terra que a Igreja Católica ainda apoia isso, que era para eu tomar cuidado; então teve muito disso, a própria polícia fez isso também. Tinha um cabo aqui que foi na minha casa muitas vezes, falava que tinha minha ficha completa, daí eu falei: que bom você está vendo ai que

sempre trabalhei, sou uma pessoa honesta, pode continuar correndo atrás da minha ficha porque ela é limpa. Esse cabo nós tivemos até que denunciar ele. O major da época também a gente teve muito atrito, ele sempre atribuía qualquer coisa no meu nome, virou uma questão pessoal. Inclusive teve um tenente que acabou me defendendo, porque a coisa estava tão feia que ele acabou depondo a meu favor numa situação aqui em Araguari. Houveram muitas denúncias, mas acaba que a gente cansa porque elas não têm fundamento. Daí a gente também denuncia, desgasta, é perseguida porque denunciou. Você denuncia o fazendeiro, você é perseguida, você denuncia o policial, você é perseguida; isso vai pra Belo Horizonte, isso vai pra Brasília e termina em nada. Aí a gente tem é que tomar cuidado mesmo, denuncia, "bota a boca no trombone" que pelo menos uns três dias a pessoa vai ficar com vergonha. Alguma coisinha vai acontecer, um e outro vira a cara para a pessoa, mas falar que foi punido eu desconheço. Inclusive esse fazendeiro que me ameaçou, ameaçou também o assessor do Juiz de morte aqui em Araguari, porque esse assessor em uma audiência viu ele instruir a testemunha no banheiro, daí o assessor passou para o juiz esse fato e ele ameaçou o assessor dentro do fórum. A gente falava do que eram as perseguições aqui no Triângulo Mineiro e poucos acreditavam e isso o juiz viu de perto. O Triângulo Mineiro é uma região muito perigosa, de quem está acostumado a lidar com jagunço, com bala voando para todo lado; é uma guerra rela e que você tem como coordenar. No Triângulo Mineiro a opressão aqui é maior; mesmo que não morre ninguém, a opressão vem das autoridades, a opressão vem da polícia, a opressão vem do fazendeiro. As reintegrações de posse são feitas imediatamente. Já são quatro áreas que a gente ocupa e não consegue permanecer nem dez horas dentro delas, a polícia tira sem qualquer termo de reintegração de posse. Então o Triângulo Mineiro é uma das piores regiões do Brasil de fazer luta, seja ela por reforma agrária, ou a luta urbana. A gente acompanha a nível nacional várias situações, mas igual ao Triângulo Mineiro eu nunca vi; uma ditadura e uma opressão igual existe aqui eu nunca vi em outra região do Brasil. Sempre que vem alguém acompanhar um pouco o Movimento tem um choque muito grande, porque aqui é um berço muito grande do agronegócio e eles trabalham de uma forma que não se condena e a gente vai cada vez sendo diminuída, massacrada. Nesses últimos cem decretos da Dilma, a única área decretada que aconteceu foi a fazenda Palermo no município de Monte Alegre no Estado de Minas inteiro; então o Triângulo Mineiro é uma região que atualmente tem vinte e nove Movimentos de luta pela terra, essa área parece que veio de propósito, pra criar uma guerra. Nós resolvemos entrar, ocupar um pequeno pedaço da área, porque ela já era do MST, tinha um decreto. Entramos mais pra anunciar que ela era do MST, mas que nós não concordávamos que uma região igual ao Triângulo Mineiro, berço do agronegócio, com 29 Movimentos, desapropriar uma área minúscula, uma única área? Então nós tínhamos problemas sérios de outros Movimentos onde teve assassinato, onde teve perseguições, que a gente tem um fórum de luta pela terra e a gente também estava brigando por eles. Que era a São José dos Cravos, a da própria **Turmalina Paraíba, a da Diamante,** a fazenda Quilombo que é uma questão política séria. Então tinha áreas que a gente tinha um compromisso de luta, um compromisso de todos serem assentados, no entanto veio só essa área. Nós ocupamos, a polícia gritou ordem de prisão no primeiro minuto que a gente chegou; não tinha três horas de ocupação eles deram ordem de prisão para todos; algemou as mulheres, algemou os demais que eles deram conta de algemar; apreendeu todos os carros, levou a gente dentro de porta-malas de viaturas; eu mesma e outras companheiras fomos algemadas, ficamos em pé no sol por mais de duas horas; nossos braços foram inchando das algemas apertadas e o sol; estava muito calor. O major gritava,

empurrava a gente com muita violência, jogou a gente no porta-malas, queria colocar quatro mulheres num espaço que mal cabia uma. Depois saíram dando cavalo de pau com os carros e a gente chegou na cidade todas arrebentadas, cheias de hematomas e as crianças assistindo tudo isso, foi muito constrangedor. E o pior, a terra ainda está lá e nós esperando a emissão de posse para podermos entrar de novo. Mas antigamente a gente ocupava uma área assim que tinha saído o decreto e era muito tranquilo de entrar, hoje a lei está sendo cada vez mais arbitrária pra gente que é sem-terra e aqui na região do Triângulo Mineiro a situação está cada vez mais acirrada em decorrência desta questão do agronegócio mesmo. Aqui a gente não consegue garantir uma ocupação por muito tempo mais com facilidade; a reintegração acontece com a simples vontade da polícia e do proprietário como aconteceu na fazenda Palermo. Nós sabíamos que não podíamos ocupar a Palermo, corremos o risco até de perder essa área, mas mesmo assim decidimos ocupar em protesto por ter sido a única área decretada no Estado de Minas Gerais, nem para o Triângulo Mineiro ela não bastava, quanto mais para o Estado todo. Imagina que dentro de 100 decretos sair um pra Minas Gerais que é a área que tem maior conflito, o maior Estado com o maior número de trabalhadores sem-terra; e para o Triângulo Mineiro o maior número de Movimentos mandar uma área somente? Pra nós isso foi uma provocação.

Em 1996 nós ocupamos outra área que um tempo depois foi decretada pelo INCRA para fins de reforma agrária, por isso 25 famílias ocuparam seus lotes, mas quinze dias depois que saiu o decreto federal o governador assinou outro decreto estadual tornando a área um parque pra repor então o impacto ambiental causado pela construção da hidroelétrica. Por isso, nós não podemos mexer em nada desde então; a gente não tem qualquer condição de melhorar a qualidade de vida dos assentados, progredir dentro da área. Tem lugar que não pode nem capinar com enxada mais, nós tivemos muitos problemas e estamos tendo até hoje na questão de manter a área e nós estamos cuidando, cuidando de um parque; nós viramos cuidador de parque. Não pode mexer em nada, por exemplo se incendiar como já aconteceu várias vezes da rodovia pra lá, a gente tem correr, a gente mesmo que apaga o fogo porque até o bombeiro chegar já incendiou os barracos. Então é um problema muito grave porque o INCRA assinou o compromisso de assentar a gente, de ter uma área pro assentamento Irmãos Naves. E nós não vamos abandonar o acampamento porque tem uma indenização que às vezes mal dá um barraco na cidade, nós vamos sair com uma casinha e com o desemprego, por isso nós não vamos aceitar porque a gente não consegue se adaptar mais na cidade. Imagina, nós hoje somos mais de 25 famílias nessa situação, mas o compromisso do INCRA é para assentar 20 famílias. Por isso o Movimento tem que de fato movimentar, a área está sendo massificada de novo, nós vamos continuar as lutas porque mesmo com essa indenização já tem mais de quatro anos de audiência que não dá em nada; falaram em dinheiro e a gente por dois anos gritou e lutou pra não receber esse dinheiro, nós queremos terra por terra como consta na condicionante do consórcio que construiu a hidroelétrica, no entanto nós fomos vencidos e orientados que aceitasse senão nós íamos sair sem nada. E a gente sabe que reintegrações acontecem, o juiz que está aí assina sem nem ler, só assina contra os sem-terra e contra a gente ter a terra. A vara agrária que nós lutamos para existir aqui virou nosso maior inimigo do Movimento hoje também e por isso as lutas têm sido cada vez mais difíceis. A polícia faz reintegração de posse a vara agrária até bate palma porque fez o papel deles. Quem faz reintegração é a vara agrária né. Mas, apesar de tudo, nós aqui do acampamento Irmãos Naves em Araguari esperamos ser assentados. A indenização é pelas nossas perdas de muitos anos dentro da lona, ela não vai pagar nada que a gente passou. É um valorzinho pra gente começar a vida

> dentro da terra, não é um dinheiro pra gente sair e ficar bem na cidade, porque nós não vamos conseguir adaptar mesmo dentro da cidade mais.

Quando **Rubi** se engajou na luta do MST na década de 1990, onde afirma ter se encontrado, o primeiro enfrentamento ocorreu em uma área já ocupada por uma grande empresa responsável pela construção da usina hidroelétrica Capim Branco. Nesta ocupação tinham dois objetivos bem definidos: mostrar o nível de miséria e pobreza dos trabalhadores rurais sem-terra da região e, também, alertar à comunidade de Araguari sobre os impactos socioambientais que esta hidroelétrica poderia gerar ao município. Como já era esperado, essa situação desencadeou um tensionamento muito grande entre as partes envolvidas. Mas, infelizmente aconteceu a construção da hidroelétrica cujos impactos estão sendo sentidos por todos os moradores da região, pois segundo informações do instituto de geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a temperatura da região aumentou em média dois graus depois desta construção. Contundo na lógica do capital isso nunca é levado em consideração, uma vez que para eles o que realmente importa são as divisas econômicas geradas a partir deste investimento. Nesta lógica as prioridades são inversas uma vez que coisifica-se as pessoas e humaniza-se as coisas.

A partir daí **Rubi** participou de muitas outras frentes de luta do MST, o que lhe rendeu vários enfrentamentos com a polícia. Inclusive, de acordo com suas memórias, pressupõe-se que foi criado um dossiê dela na polícia. Pois ela e o filho foram fotografados em situações diversas; também foi ameaçada várias vezes por PMs, tenente. Tinha, também, um major e um cabo que devido a várias perseguições e denúncias infundadas feitas por ele tornando a questão até pessoal e, diante dessa situação, **Rubi**, em um dos vários processos que sofreu, teve como testemunha um tenente que a defendeu das acusações infundadas que foram apresentadas pelo cabo e pelo major. Diante desse mandos e desmandos muitas denúncias foram feitas, mas, também afirma que passa por todas as instâncias e resulta em nada. Apenas em uma das situações foi revelada a verdadeira situação quando um assessor de um juiz foi ameaçado

Neste contexto de luta foi presa duas vezes. E afirma que por ser mulher eles são ainda mais duros com ela. Ao afirmar isso reafirma o pressuposto anteriormente apresentado na análise das memórias **Quartzo Verde** acerca da satanização da mulher neste contexto de luta pela terra, pois percebe-se haver por parte das autoridades (diga-se de passagem que são todos homens) um ódio e uma fúria infundados em relação às mulheres que estão à frente nestas lutas fazendo negociação e enfrentamentos. Para Beauvoir (1970, p. 15)

> [...] o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens. No momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens. Eles bem o sabem, elas mal duvidam. Recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes.

E este recusar ser o Outro, previamente definido por uma sociedade machista e patriarcal é exatamente o caso de Rubi, que no grupo de direção do MST na mesorregião do Triângulo é responsável pela comunicação e, por isso, está sempre à frente nas negociações.

Merece destaque a realidade do Triângulo Mineiro acerca da luta pela terra que Rubi nos apresenta e que têm sido cada vez mais acirrada, cruel e sangrenta. De fato, essa é uma região onde ainda impera a voz das oligarquias patriarcais, que estão no domínio inclusive da política local, que a conduz no modelo dos antigos currais eleitorais. Nesta perspectiva, compreendemos que esta é uma sociedade tradicional/conservadora, machista e patriarcal em todos os modos e sentidos. Assim o sendo, incorporaram, desde a época da ditadura militar, a modernização do campo, seguido, com muita força, do agronegócio aqui instalado e reconhecido por todo o Brasil como referência e modelo a ser seguido; a exemplo apontamos a indústria bilionária do Zebu no município de Uberaba e as grandes indústrias multinacionais de grãos e alimentos que se encontram instaladas em Uberlândia e mesorregião do Triângulo Mineiro que se traduz em um monopólio instalado nesta área. Com vistas a justificar as informações acima apresentadas Salgado (2014, online) nos informa que:

> “Para que a reforma agrária avançasse, seria preciso uma negociação grande com a bancada ruralista e os empresários do agronegócio. Setores que apoiam o governo e, por isso, a presidência evita entrar em choque." [...] Segundo os pesquisadores da Unesp, do Ipea e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a política de assentamentos e desapropriações no país esbarrou e tem esbarrado na falta de estudos concretos e até no descaso pelo governo. Com a pressão do agronegócio por terras de boa qualidade, o governo destinou às famílias acampadas terras com baixa capacidade produtiva, em áreas com nenhuma ou precária infraestrutura produtiva e social, como falta de estradas, escolas, hospitais, e, até, regiões com altos índices de doenças, levando aos assentados a repetirem o ciclo de lutas por terra.

Em decorrência desta realidade do império do agronegócio aqui instalado, diga-se de passagem, grande gerador de dividas para engordar os cofres e determinar a elaboração dos orçamentos públicos, foi, dentre os 100 decretos assinados no final de 2013 pela presidenta Dilma, que se deu a desapropriação de terras de apenas uma área pequena destinada ao MST nesta região. Diante deste contexto, resta-nos registrar que na mesrregião do Triângulo Mineiro

temos hoje (final do ano de 2014) instalada 29 Movimentos de luta pela terra, dentre eles os de **Turmalina Paraíba** e **Diamante.** Ao avaliar esta realidade de inúmeras famílias acampadas o MST decidiu pela ocupação da fazenda Palermo, como forma de manifestar sua indignação frente ao tratamento dado a esses/as trabalhadores/as. Este ato de ocupação gerou um embate violento por parte da Polícia Militar, que fizeram a reintegração de posse em menos de 24 horas de ocupação sem qualquer documentação que os amparasse legalmente. Foi uma ação que lançou mão do uso da força de forma abusiva.

O Movimento ainda está aguardando receber o termo de posse desta área por parte do INCRA. Todavia, os trabalhadores, apesar de toda essa realidade de luta desigual, continuam resistindo e acreditando na possibilidade de acessar o seu direito à terra neste terreno inóspito que se transformou esta região. Segundo Salgado (2014, online):

> [...] especialistas que estudam a reforma agrária são unânimes em dizer que o processo está parado. Para eles, "a nova política" seria, na verdade, uma tática para desestimular e enfraquecer os movimentos que lutam pela redemocratização do acesso à terra. [...]"A reforma agrária saiu da agenda do governo. E não foi de agora, é algo que acontece desde 2008. Não só a terra, mas o programa como um todo de assistência vem sendo esquecido", [...]"Geralmente se desapropria terras de fazendas que, em algum momento estiveram em produção, e hoje são um solo cansado [...].

Há de se considerar nestas memórias de **Rubi** o Movimento de conquistas/resistência. Exemplo disso é o Assentamento Irmãos Naves, onde tem o seu pedacinho de terra. Ali, ao ocuparem sua terra, já na condição de assentados, sofrem um baque quando, quinze dias depois de já estarem instalados vem a notícia que o então governador do estado de Minas Gerias tinha assinado um decreto determinando que aquela área seria um parque. Na realidade esse parque foi criado para amenizar os impactos da Usina Capim Branco, que o MST já tinha feito luta contra sua instalação na região. Resta informar que a aquisição desta área deveria ser de total responsabilidade do consórcio que construiu a usina e não do Estado de Minas Gerais, porém não foi isso que ocorreu. Esse episódio vem ao encontro do que foi apresentado logo acima sobre os grupos que dominam esta região. Porém, os assentados entraram com um processo na justiça que se arrasta a bastante tempo. Já aconteceram várias audiências, acordos foram propostos no sentido de indenizar as famílias, mas o dinheiro oferecido não permitiria nem a compra de um barraco na cidade, tampouco a aquisição de outra terra para que as famílias pudessem produzir. Por isso ela afirma que: ***"[...] nós queremos terra por terra como consta na condicionante do consórcio que construiu a hidroelétrica."*** Rubi afirma que forma

orientados a aceitar a proposta, mas não irão abrir mão desse direito. Por isso continuam firmes na luta.

À vista dessa situação, **Rubi** nos apresenta a realidade da Vara Agrícola que é fruto de reivindicação do Movimento, mas que acabou se tornando o "calcanhar de Aquiles"[92] de todos os trabalhadores rurais sem-terra da região. Acreditavam que esta Vara, ao ser criada, defenderia seus direitos, entretanto, afirma que o juiz que a ocupa representa com muita propriedade o interesse dos grandes proprietários de terra e, na defesa desses interesses, "***assina tudo sem ler"***. Quando afirmamos que esta Vara tem se tornado o "calcanhar de Aquiles" dos Movimentos Sociais de luta pela terra é porque esperava-se que a reivindicação para sua criação pudesse estabelecer marcos definidos em lei para apreciação dos conflitos e litígios relativos à posse de terras em todo território nacional.

Sabemos que a criação dessa Vara tinha finalidade primeira de dirimir os conflitos relativos a uso e posse da terra, conforme previsto no art. 126 da Constituição Federal (1988): "Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias." Esse pressuposto legal, em tese, criaria mecanismos de acesso à Justiça e condições de se evitar o choque direto envolvendo conflitos armados no campo. Mas, no Triângulo Mineiro esta ordem foi totalmente inversa, ou seja, conforme anteriormente anunciado por **Rubi**, o juiz que ocupa essa vara, atende única e tão somente o interesse dos donos do agronegócio. Por isso, o Movimento reconhece que a conquista dessa Vara Agrícola representou um retrocesso para os Movimentos de luta pela terra na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Mediante as histórias reveladas aqui nestas memórias deve-se registrar que todas essas mulheres, cada uma a seu modo, têm voz e são muito respeitadas pelos companheiros do Movimento. Mesmo frente a tantos embates não se intimidam e continuam se posicionado; reconhecidamente são mulheres de luta, de fibra, de coragem, pois apesar de todas as inúmeras perseguições que sofreram e ainda sofrem, continuam firmes, com uma postura admirável e uma certeza inabalável; sabem fazer ação política; reconhecem e tem incorporada em si o valor e a importância da luta pela terra conforme serão apresentados no item seguinte.

[92] Calcanhar de Aquiles é um termo utilizado para retratar o ponto fraco de alguém, ou seja, aquele que transmite a ideia de fraqueza e vulnerabilidade. É o ponto onde uma pessoa se sente mais frágil, não possuindo domínio suficiente para controlar uma determinada situação. Se baseia na história de Aquiles (mitologia grega), um grande guerreiro, filho do rei Peleu e de Tétis deusa do mar. Reza a lenda que o pai de Aquiles querendo torna-lo imortal o mergulhou nas águas sagradas do rio Estige. Entretanto o deixou vulnerável exatamente onde o segurou e não deixou que se molhasse, ou seja, o calcanhar.

3.6 Ser Mulher no contexto de luta: memórias e histórias

A condição da mulher no contexto de luta pela terra se configura em uma ação de cunho político com vistas ao alcance das aspirações de um compromisso maior de cunho coletivo. Com essa diretriz este Movimento se fortalece e se torna o responsável pelos inúmeros avanços no que se refere à luta da mulher trabalhadora rural sem-terra, possibilitando, mesmo com as adversidades presentes neste contexto, outras maneiras de pensar a posição da mulher nesta sociedade, em certa medida, ainda machista e patriarcal. Ao questionar estes papéis imbricados nesta cultura machista e patriarcal, criam outras possibilidades de pensar esta realidade e, assim, desestabilizam o caráter 'natural' que as relações de gênero assimétricas incorporam para justificar relações de poder, tentando compreender os limites e as possibilidades de uma maior organização das mulheres cujas relações sociais se dão no mundo do rural.

Tendo como premissa essa realidade, será possível analisar o sentido de ser mulher apresentado nas memórias de todas as mulheres, a começar por **Ágata.**

> **ÁGATA:** Mesmo sendo mulher, desde muito sendo aprendi a cultivar e fazer produzir e, por isso, sempre tive um grande amor pela terra, pra mim é fonte de vida e ter um pedaço de terra para que pudesse produzir era um sonho quase impossível pra mim. O período de acampamento foi um tempo muito difícil pra mim que sou mulher e sempre sozinho. Quando ia pra Campo florido trabalhar e não achava carona andava 40 quilômetros até a cidade. Muitas vezes cheguei com os pés inchados, mas não desisti do sonho da terra.

Ágata nos apresenta em suas memórias a sua condição de mulher diretamente vinculada ao campo, com uma relação de amor pela terra, na terra e com a terra. Por isso, ter um pedaço de terra para fazer produzir é a realização de um sonho de menina que se concretizou a partir do momento que teve o direito de acesso à terra. Além disso, nos aponta as dificuldades vivenciadas por ela enquanto 'mulher sozinha' nesta luta. Essa questão, aliada ao fato de ter que depender única e exclusivamente de si mesma pela sobrevivência cotidiana, em certa medida, expressa fragilidade/vulnerabilidade de relações sociais determinadas, ou seja,

> [...] historicamente as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade. As relações sociais capitalistas legitimam uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens, imprimindo uma conotação considerada natural à mulher, dada pela sua subordinação. (NOGUEIRA, 2013, p. 65).

Esta 'verdade' apresentada por ela, retrata a situação de alguém que experimentou sozinha o enfretamento com os companheiros. Percebemos que esta questão foi desencadeada

pelo fato de **Ágata** não ter um companheiro e filhos. Isso expressa sua condição de diferente e desigual dentro de uma lógica hegemônica de família. Neste sentido, compreendemos que esta realidade aqui apresentada colabora para a manutenção deste modelo de produção e reprodução da vida material. Também esta mesma situação contribui para a persistência da desigualdade na divisão sociossexual (NOGUEIRA, 2013) do trabalho ainda em pleno século XXI. Entretanto, mesmo diante de todas estes tensionamentos, dificuldades e adversidades, permaneceu, lutou, persistiu e venceu. Hoje está no seu pedacinho de chão sobrevivendo do que a terra produz.

Topázio nos apresenta sua certeza sobre a importância da mulher em todos os espaços, sejam eles de luta ou não.

> **TOPÁZIO:** Pra mim a mulher é o esteio. Sem ela nada funciona, inclusive no Movimento. Para que ações acontecem, tanto no Movimento quanto nos lotes, quem sempre está à frente é a mulher. Quantas vezes eu e minhas companheiras tivemos que correr atrás para que a luta de fato acontecesse e todos pudessem ser beneficiados. Hoje estou na terra junto com meu companheiro, lutando pra produzir e eu sei, por isso, a importância da mulher nessa luta, pois tenho certeza que a terra sem mulher vira deserto.

São das memórias dela que surge a tese central desse trabalho, ou seja, "***a terra sem mulher vira deserto***". Afirma com muita convicção que, apesar da mulher ser ainda reconhecida nesta sociedade patriarcal apenas no campo da reprodução, ela é o esteio, o sustentáculo, é ela que dá vida, gera e a mantém em todos os múltiplos sentidos e finalidades. Neste contexto a mulher é "consciência em si" e, também, "consciência para si" enquanto qualidade da práxis humana (KOSIC, 1976). Ou seja, a consciência de um ser que "[...] age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais."

Foi a partir dessas memórias que apreendemos qual era de fato para a mulher o significado e o sentido, na perspectiva de sujeito coletivo, de estar nesta luta pelo direito de acesso à terra. E as memórias das outras mulheres não se distanciam desta concepção.

Safira ao se declarar de raiz camponesa também traz à tona essa consciência do ser e estar mulher neste campo de lutas.

> **SAFIRA**: Desde criança eu sempre me indignei com as injustiças sociais, com essa má distribuição da riqueza. Meu pai era da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Formosa e eu lembro que eu adorava ir com ele naquelas reuniões. Eu era criança e ficava ali o meio daqueles homens ouvindo. Sempre me interessei por política, e acho que fui assim por causa do meu pia que sempre foi uma referência pra mim, uma pessoa que eu admirava

> muito. Quando eu fiz 18 anos a gente se mudou pra Uberlândia, meu pai veio trabalhar juntamente conosco numa granja. Daí me casei e vi ali a oportunidade pra eu voltar a estudar, porque eu só tinha a quarta série. Mas meu marido disse que eu não ia estudar e eu falei vou sim, homem nenhum vai me impedir de estudar. Pra começar eu precisava do histórico escolar e as irmãs dele estavam indo pra minha cidade, mas ele disse que não ia pedir pra elas. Então eu disse: tudo bem, eu vou pegar carona com um caminhoneiro e vou lá buscar. Como ele viu que eu ia ele mandou elas trazerem. Daí eu comecei a estudar, mas no meio da moçadinha eu vi que ia ser difícil, além disso estava tudo fácil demais. Daí os professores ao verem aquilo começaram a me incentivar a fazer o supletivo aí eu fui e em uma não e meio fiz o primeiro e o segundo grau. Nesse ínterim, já grávida da minha filha, sofri um acidente muito grave e machuquei bastante, meu rosto ficou todo desfigurado. Depois que eu tive a minha filha eu entendi que não gostava do meu marido. Ele era uma pessoa grossa, muito difícil. Eu dizia pra ele que queria separa e ele ficando chantageando que iria suicidar daí eu ficava com dó, com medo e eu fui levando. Então eu só fui separar dele quatorze anos depois que minha filha nasceu. Foi um tempo de muito sofrimento; ele tinha a língua muito violeta, por isso eu precisava ficar protegendo a minha filha; ele maltratava meus amigos. Por isso eu entrei em depressão, tomei remédio uns dez anos, a minha dor interna foi pro corpo. Entrei na faculdade em 2005 e a formatura foi em fevereiro de 2010. Bom lá eu estava feliz pela realização, uma camponesa conseguiu pegar o diploma de curso superior de um belo curso. Foram numa van daqui de Uberlândia. Muitas pessoas conseguiram ir nessa van, mas eu não pude nem curtir meus amigos porque meu marido ficou muito incomodado porque ver que aquela pessoa que ele falava que era um lixo estava pegando um diploma de curso superior, por isso ele começou a me perseguir o tempo todo lá. Fomos pro hotel e ele não queria que nós fossemos pra formatura. Eu disse pra ele que estava ficando doido, porque aquele era o dia mais importante da minha vida. Aquela luta tinha sido difícil pra todos nós do Movimento, por isso nós tínhamos muito que comemorar. Mas ele ficou indiferente e me puxando pra baixo o tempo todo. Eu fiquei muito indignada com tudo aquilo e fiquei doente o médico disse que era resultado de stress. Suportei além do necessário daí pedi a separação e então ele disse que ia me matar. Tive que sair do assentamento e ficar escondida. Até hoje tenho receio de sair sozinha com medo dele. Mas apesar de tudo isso, nunca desisti da luta, enfrentei tudo de peito aberto, porque ser mulher é estar o tempo todo no enfrentamento diante de todas as dificuldades que a vida nos apresenta.

Ao falar de forma bastante consciente da sua condição de mulher presente, participativa, militante, lutadora, indignada com as desigualdades sociais desde muito jovenzinha, **Safira** considera importante revelar sua memória sobre a situação de violência que vivenciou durante um casamento que durou quase 15 anos. Mais uma vez a violência doméstica se apresenta no movimento desta análise. Neste sentido podemos afirmar a importância de abrir espaços para as discussões acerca das relações de gênero, possibilitando, assim, ampliar esta discussão para vários âmbitos, vários lugares, difundindo reflexões e concretizando prováveis articulações.

Mesmo estando na luta, ocupando lugar na direção do Movimento, vivenciou todo esse sofrimento de ser subjugada como inferior diante do ‘seu macho’. Entretanto, vale registrar que foi por meio da participação nas formações oferecidas pelo Movimento que ela entendeu estar

vivendo em condição de violência a muito tempo e conseguiu se libertar, pois até então se considerava culpada por não gostar daquele homem que era 'tão bom marido'. Neste sentido Beauvoir (1970, p. 14): nos apresenta a seguinte reflexão: "[...] a mulher sempre foi, senão a escrava do homem ao menos sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora sua condição esteja evoluindo, a mulher arca com um pesado *handicap*."

Esse *handicop*, ou seja, essa deficiência estabelecida socialmente como forma de manter a mulher em um status de inferioridade em relação ao homem, ainda pode ser facilmente reconhecido nas mais diversas formas de representação social no interior das várias modalidades de união afetiva entre mulheres e homens. Isso não foi diferente com **Safira.** Entretanto, reconheceu-se em estado de violência e saiu 'pagando' um preço alto, ou seja, teve que sair do assentamento porque foi ameaçada pelo ex-marido. Hoje ainda fica na cidade, em local isolado e não divulgado. Continua na luta, mas tem muito cuidado ao sair e ao voltar para casa. Vai ao assentamento sempre acompanhada.

Além dessa situação de violência apresentada, importa ressaltar a consciência de sujeito coletivo apresentada por Safira, quando afirma que a conquista de se diploma de ensino superior representou uma conquista do coletivo de trabalhadores/as sem-terra, essa postura de Safira demonstra um salto de quem a princípio individualmente manifestava indignação diante da injustiça e ao assumir uma luta coletiva reconhece o interesse maior de uma classe.

Neste sentido, suas ações enquanto mulher neste contexto de luta pela terra, culminam com as palavras de Iasi (2011, p.87), quando assim se manifesta: "Pode ser que a materialidade presente no desautorize, mas mudaremos o mundo ou morreremos tentando e, ao morrer, o faremos denunciando a farsa com seus velhos e novos profetas, com os olhos abertos e limpos de qualquer véu."

As representações do ser mulher de **Turmalina Paraíba** neste contexto de luta pela terra são, também, bastante emblemáticas e significativas.

> **TURMALINA PARAÍBA:** Ser mulher na luta pela reforma agrária tem um significado pra mim que não sei explicar, porque eu sei que hoje mesmo que largue tudo eu tenho a certeza que eu faço parte da história de muita gente. Qualquer um que for contar a sua história no meio dela vai estar a **Turmalina Paraíba**; esse é um processo que a gente contribui, colaborou diretamente pra que acontecesse.
> Sempre fui mulher de luta, acho que já nasci lutando. Desde que entrei no Movimento de luta pela terra fui direto pro MLST. Fiquei uns oito/dez anos no MLST e daí fiquei conhecendo a federação em 2006 pra 2007 e em 2008 eu fui eleita para a direção no congresso da FETRAF Minas. A partir daí a gente conheceu um outro lado. Em 2008 pra 2009 eu conheci um outro

> processo de reforma agrária, mas um processo, digamos, "dentro da lei". Porque até então a organização que a gente conhecia era o Movimento social que não existia identificação jurídica, não existia nada. E a partir daí não, a gente conheceu uma outra forma de Reforma agrária, uma entidade, uma federação com CNPJ, com registro né, com todos os meios da Lei; uma luta de reforma agrária via sindical de luta pela terra; então ela é um processo completamente diferente da que você passa do lado do Movimento Sem-terra. Mas por um lado, quebrou um pouco daquele paradigma de sem-terra, onde tudo é isso, tudo é aquilo e, passou a ser um sem-terra institucionalizado, porque? Você tem CNPJ, você pode ser processado, entendeu, porque quando você tem um registro legal, você é passível de processo. Porque lá você não tem nada, vai processar quem? Uma bandeira? Então piorou um pouco da situação, você tem a vantagem da legalidade de um lado, mas por outro lado você tem uma barreira muito maior, porque qualquer coisinha você é processado, qualquer coisinha você corre o risco de ser preso, você é passível das penalidades que eles encontram pra te enquadrar, entendeu?
> Já fui acusada de formação de quadrilha, de sequestro, até de evasão de divisas, um 'troço' que eu nunca soube o que era o cara botou num processo lá pra criar barreiras pra gente. Mais graças a Deus, o trabalho que a gente faz, a luta que a gente travou criou muitas inimizades políticas, mas muitos amigos políticos também e até jurídico, entendeu? Criamos alguns vínculos, algumas amizades no próprio Ministério Público, dentro do Tribunal de Justiça que isso gerou, digamos assim, uma defesa muito boa pra gente. Pra gente não estar na cadeia hoje é por conta desses amigos que 1° você não tem dinheiro pra concorrer com eles o que eles pagam pra advogado e, 2°, se você não tiver alguém que te defenda de verdade e que acredita na causa o próprio poder judiciário em si, na sua maioria, não vê a causa da luta pela terra com bons olhos. Já passamos por várias situações, fomos perseguidos, já correram atrás, tentaram me matar um bucado de vezes, mas graças a Deus não conseguiram fazer isso. Desta minha vida de lutas intermináveis eu não tenho medo, a minha preocupação é com meus familiares (filhos, netos). Mas a gente vai criando estratégias de defesa e vai superando as dificuldades que aparecem no nosso caminho.

O sentimento de pertencimento e de sujeito histórico na luta e pela luta são bastante significativos nas memórias de **Turmalina Paraíba**. Além disso se reconhece como mulher de luta desde sempre. Iasi (2011, p. 172) afirma que "[...] a transformação das consciências não está além da luta política e da materialidade onde esta se insere. É ao mesmo tempo produto da transformação material da sociedade e um meio político de alcançar tal transformação."

Assim, tendo como elemento principal o processo durante o qual esteve no Movimento Social de luta pela terra, faz um recorte de sua história no MLST, apresentando-o como um Movimento que defende uma bandeira e, como consequência desse processo de luta, apresenta outro lado, por ela definido com a legalização da luta por meio de sua inserção na direção estadual da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) herdeira do sindicalismo rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dentre

suas principais pautas está a luta pela afirmação e o reconhecimento dos pequenos agricultores. De acordo com Picolotto (2008, p. 8, grifo do autor):

> [...] a FETRAF objetiva colocar-se como agente ativo na sociedade atual, que almeja fortalecer o segmento social da agricultura familiar tanto para adequar-se ao modo capitalista de produção vigente, quanto para ser uma forma concreta de agricultura em uma possível "sociedade socialista". A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter "atrasado", "imperfeito" e "incompleto" da noção de pequena produção e elaborar uma ressignificação cultural da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como: "produtora de alimentos", "moderna" e "eficiente". O lema da FETRAF – *Agricultura Familiar: as mãos que alimentam a nação* – corrobora com essa análise.

Desta feita, neste contexto de legalização da luta há que se considerar que a FETRAF procura constituir e positivar um sujeito ("agricultor familiar") produtor de alimentos para o mercado interno, que precisa ser apoiado com políticas públicas para desenvolver-se. Assim o sendo surge a seguinte questão: até que ponto sair do 'Movimento de bandeira' e se inserir em um Movimento institucionalizado representa avanço na e para luta?

Na concepção de **Turmalina Paraíba**, é avanço a partir do momento em que consegue dialogar com a justiça e ser reconhecida e apoiada por alguns que estão naquelas instâncias, a saber, Ministério Público e Tribunal de Justiça do Estado, apesar de a maioria não ver a causa da luta pela terra com bons olhos. Contudo reconhece que a partir do momento em que sua luta passa pelo viés da institucionalização e da legalidade, ela está passível de sofrer processos judiciais com mais facilidade. Eis ou ônus a se pagar tendo estabelecido vínculo institucional, pois nesta luta procuram formas e formas de 'enquadrar' os sujeitos nela envolvidos, inclusive de formação de quadrilha e de evasão de dividas (termo que assume ser pra ela desconhecido antes de passar por essa situação). Além desse ônus, também vive situações de perseguição e, por isso, precisa buscar estratégias que lhe permitam resguardar a si mesma e aos seus. Dessa forma não vive em um lugar fixo. Sempre está em lugares diferentes e, boa parte deles é nos acampamentos, onde continua fazendo luta pela terra assim como as demais mulheres, dentre elas **Turquesa**.

A postura de **Turquesa** quanto à condição da mulher no Movimento é bastante otimista.

> **TURQUESA:** eu vejo que a condição da mulher no Movimento melhorou demais. Sei que o machismo ainda existe muito e que ainda tem homens que quando estão junto com todos do Movimento tratam suas mulheres de igual pra igual, mas que em casa continua do mesmo jeito: a mulher continua servindo o homem e fazendo suas vontades. Mas, mesmo assim, pra mim isso mudou muito. Antes de eu vir pro MST eu era uma verdadeira Amélia dentro

> de casa, depois que vim e assumi várias funções as coisas lá em casa também mudaram muito. Na realidade quem é servida hoje sou eu. Como sempre estou indo pros enfrentamentos e pras lutas, meu marido cuida de tudo. Da casa, dos animais, do gado, tira o leite, faz o queijo. Às vezes fico até um mês fora de casa e quando chego está tudo em ordem. No Movimento eu aprendi que a família é do homem e da mulher e que todos precisam cuidar de todos.

Apesar do otimismo sobre a condição da mulher, **Turquesa** reconhece que ainda existe homens que escondem como de fato são. Agem de uma forma na frente dos companheiros de luta e em casa exigem serem servido pelas companheiras, perpetuando uma clara relação de poder. Sobre isso Beauvoir (1970, p. 14) afirma que "[...] mesmo quando os direitos lhe são abstratamente reconhecidos, um longo hábito impede que encontrem nos costumes sua expressão concreta." Assim, estas mulheres e estes homens, apesar da possibilidade de mudança que a eles/elas está sendo apresentada pelo Movimento, continuam reproduzindo os hábitos e costumes que a eles/elas foram passados de uma geração a outra.

Entretanto, para ela as coisas sofreram uma mudança radical. Hoje, ela afirma que quem é servida em casa agora é ela. E diante dessa realidade enfatiza que isso se deu graças à militância no MST. Neste contexto, ao enfatizar que a família é do homem e da mulher nos leva a compreender os avanços pelos quais ela e seu companheiro se permitiram passar para alcançarem esse entendimento. Esse avançar diante da realidade é positivo para todos que fazem parte dessa família e, por isso se aproxima da seguinte concepção de Kosik (1976, p. 30) "O caminho entre a 'caótica representação do todo' e a 'rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações' coincide com a compreensão da realidade." Esse caminho foi, em certa medida, trilhado por **Citrino.**

Ao trazer suas memórias sobre **o ser mulher, Citrino** nos apresenta uma realidade de múltiplas determinações em suas relações.

> **CITRINO:** Ser mulher na luta pela terra passa por várias questões, mas mesmo com os avanços alcançados nessa luta relativos à questão de gênero é a mulher que continua assumindo a casa e os filhos. Um episódio que retrata isso na minha militância foi o que enfrentamos numa ocupação onde estávamos eu e outra companheira[93] Eu lembro duma cena dela e eu com as meninas quando nos ocupamos a fazenda carambola; eu ela e as meninas dela construímos uma barraca perto do rio e estava chovendo muito. Choveu a noite toda e quando nós acordamos que fomos ver não achamos as crianças. Era enchente de São José. O rio tinha levado o colchão que estava as netinhas dela e as minhas meninas. Quando nós vimos esses meninos estavam longe de nós assim uns cinquenta metros dentro do rio no colchão assim. Eram os galhos, as galhadas que seguravam Aquilo serviu de história pra nós, porque

[93] Esta companheira foi brutalmente assassinada em 2013 quando estava lutando pelos direitos dos companheiros de um acampamento em que ela era identificada como liderança.

> nós ocupamos a carambola com um grupo assim bem reduzido. Essa foi uma estratégia política pra conseguir a liberação do nosso Plano de Exploração Anual - PEA da fazenda taquara e deu certo a estratégia.

No âmbito das múltiplas determinações da realidade, **Citrino** nos apresenta uma visão de continuidade da postura machista dos homens onde a mulher se reconhece ainda no campo da reprodução. Neste sentido, Safiotti (2013, p. 63) afirma que "[...] a socialização da mulher se orienta por valores que a definem como a mantenedora da ordem estabelecida, como defensora da organização familial e da ordem moral [...]." Esse ordenamento para manter uma sociedade prática/funcional/utilitarista a favor do capital, também ocorre nos espaços em que há uma formação política com vistas à compreensão de que todos/as são responsáveis diretos belo bem estar do conjunto de forma coletiva.

Quando Citrino apresenta suas memórias acerca da sua militância juntamente com outra companheira, manifesta o sentido de ser e estar nesta militância, mesmo continuando as responsáveis pelo cuidado dos filhos/as, pois, "[...] no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda um mundo que pertence aos homens." (BEAUVOIR, 1970, p. 15). Mesmo participando da criação de estratégias políticas e, assim, mostrando sua competência e capacidade de produzir ideias e coisas, mantêm-se na posição de cuidadoras. Esse deve ser reconhecido com um aspecto singular desta sociabilidade ainda a ser superado dentro e fora do Movimento.

Para além das questões relativas à produção e reprodução da vida material, **Diamante** apresenta suas memórias sobre a condição da mulher a partir de uma posição política dentro do Movimento.

> **DIAMANTE:** Eu comecei a me inserir no cenário político quando entendi a importância da luta de classes, e hoje, sendo muito humilde, eu acredito que como mulher eu sou uma das peças fundamentais, principalmente dentro dos acampamentos. Digo isso porque hoje eu consigo visualizar que as companheiras que estão lá, muitas não têm orientação quase que nenhuma, é só naquele regimento: é fazer a comida, é dar conta dos filhos é arrumar a casa e tenho certeza que elas têm que discutir política também, minhas companheiras têm que discutir política também, elas têm que ser empoderadas. Eu já consegui fazer várias discussões e assim, fazer várias companheiras coordenadoras, mas principalmente fazer esse empoderamento dentro da minha casa, porque por mais que meu companheiro seja da classe trabalhadora e esteja na luta de classe ele não deixou de ser homem. Então eu travo essa primeira batalha dentro da minha casa, colocando tudo de igual pra igual e deixando bem claro que por trás de um grande homem não existe uma grande mulher, é ombro a ombro. Não é nenhum na frente do outro, a luta vai ser de igual pra igual e com a divisão de trabalho sim, porque ele também é obrigado a cuidar das crianças porque as crianças são filhos da família não são filhos só da mãe. A casa não é só da mulher, a casa é do homem também. Isso

> não é fácil e não foi fácil dentro da minha casa, mas quando ele começou a entender que eu não ia recuar foi quando deu abertura pra eu fazer o debate de gênero dentro das áreas de ocupação dentro do Movimento, porque se existe o espaço todos eles têm que ser ocupados, principalmente pela mulher, com isso tudo que a gente carrega no corpo, na alma; com as cólicas menstruais. Com isso tudo a gente já faz uma diferença muito grande, porque a gente é coração e razão e por isso a gente dá conta de ponderar em muitas situações, coisa que o "bicho" homem já não consegue. Isso tudo pra muito foi muito importante, porque hoje eu em identifico como uma guerreira mesmo, sabendo de tudo que eu enfrentei com as minhas irmãs, da forma que a minha mãe foi assassinada, isso tudo representa pra mim uma conquista pessoal muito grande, porque, tirando a minha avó, eu nunca tive apoio da minha família de sangue, só tive apoio da minha família de classe, por isso eu valorizo cada companheiro/a com todas as suas diferenças. Sei que não adianta julgar meus/minhas companheiros/as quando eu sei que a gente continua como colônia. Eu acredito que não é assim que a banda funciona, mas dentro das área fazer este enfrentamento é muito mais complicado, porque geralmente nas áreas de ocupação estão aquelas pessoas que vieram da terra, foram criados na terra, então geralmente tem aquele sistema em que a mulher brinca de ser mãe quando é pequena e o menino brinca de ser médico; então sempre teve essa doutrina né, menina com boneca, menino com bola e carrinho, por isso eu vejo como uma dificuldade muito grande, mas que não é impossível, importa que tenha um começo.

Com uma posição bem definida quanto a sua postura política frente ao Movimento, Diamante afirma ser uma das peças fundamentais nos acampamentos que existem hoje na mesorregião do Triângulo Mineiro. E contrapartida, reconhece também a posição que algumas mulheres ainda ocupam, ou seja, a de mulher que cuida dos filhos e da casa. Neste sentido fala na necessidade de 'empoderar' essas mulheres. Segundo Gonh (2004) 'empoderamento' deve ser entendido como a capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, enfatiza seu protagonismo para geração de 'desenvolvimento autossustentável'. Para Diamante, esse 'empoderar-se' passa pela discussão da realidade política, social, econômica e cultural e do papel que as mulheres ocupam na sociedade, ou seja, visa promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais.

No entanto, Diamante afirma que cotidianamente trabalha a construção desse empoderamento dentro da sua própria casa, uma vez que seu marido mesmo já estando na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, não deixou de ser um 'homem', ou seja, com posturas que apresentam resquícios de machismo. Por isso, a luta é cotidiana, estabelecendo uma nova forma de ser família e de se ocupar de uma casa, ou seja, um espaço que é de todos e, assim o sendo, deve ser cuidado e mantido por todos. A luta com vistas a uma mudança efetiva acerca do modus operandi de uma casa é continuada e permanente, pois, "[...] o encontro de soluções no nível funcional da existência social, imprescindível à conservação da estrutura do sistema, opera ainda como reforço legitimador da ordem estabelecida, representando

verdadeira barreira à mudança sociocultural." (SAFFIOTTI, 2103, p. 422). Por isso, tendo a certeza e a clareza de que a questão de gênero na área rural é construção sócio-histórica e cultural, percebeu a necessidade de um olhar diferenciado para esta questão por se tratar do campo onde deve-se ultrapassar o imediato, o campo das aparências onde as partes (complexos) aparecem invariavelmente como identidades-consigo-mesmo (PONTES, 2010). Assim, mediante essa compreensão, **Diamante** fez e continua fazendo essa luta para além dos muros da sua casa, a tem feito no interior do próprio Movimento.

Além de entender a necessidade de uma permanente discussão da questão de gênero no Movimento, Diamante faz uma abordagem sobre o significado e o sentido de ser mulher no espaço de luta pela terra, afirmando que é ela a responsável pela resolução de conflitos por ser ela o sujeito que tem competência para tal. Ao afirmar que a mulher tem essa competência no trato com o outro e na condução de questão que requerem o sentido da produção de ideias e /ou de coisas pode-se reconhecer aí a condição humana da mulher em seu princípio ontológico o que nos leva à compreensão, ou seja, numa perspectiva histórico-crítica, reconhecer a razão humana da sua existência. Segundo Beauvoir (1970, p. 73, grifo da autora):

> A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *anti-phisis*: ela não sofre passivamente a presença da Natureza, ela a retoma em mãos. Essa retomada de posse não é uma operação interior e subjetiva; efetua-se objetivamente na *praxis*.

Esta afirmação de Beauvoir leva-nos à compreensão da humanidade por meio de uma realidade histórica com ponto de partida, ou seja, objetivamente dá-se tendo como elemento. Central o ser humano (homens e mulheres) e as construções que ocorrem a partir de suas relações. Esta questão vem à tona nas memórias de **Diamante** quando ela afirma que:

> ***[...] a gente tem um ranço aí de 500 anos de exploração e expropriação. Enquanto a gente não desmistificar esta questão, entendendo que a gente pode andar com as próprias pernas, que a gente tem que assumir o comando mesmo da política partidária, da política de cargo é muito complicado, porque os homens colocam que é obrigação da mulher a casa, não é um trabalho a mais, não é uma outra frente de trabalho.***

Diamante desmistifica a própria concepção burguesa de família quando reconhece ter uma família de classe, ou seja, retoma as concepções da família burguesa em Engels ([19--], p. 89) quando diz que "[...] a família é produto do sistema social e refletirá sua cultura [...]." Desta feita, ao afirmar que tem uma família de classe, **Diamante** nega todos as características que

determinam o modo de ser da tradicional família burguesa cujo cerne é fazer desta família o seio elementar da mercantilização e do consumo. Ainda, corroborando com essa ideia, o mesmo autor afirma que "Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser uma unidade econômica da sociedade." (ENGELS,[19--], p. 81). Essa afirmação vem ao encontro do sentido de família apresentado por **Diamante**, ao pensar essa realidade no contexto da totalidade social, onde este novo modo de ser família se insere no universo e compreende uma nova forma de pensar essa realidade a partir da sua inserção no próprio Movimento.

Esta nova forma de pensar a dialética da vida tem em si um elemento que gera rebatimentos quando essa luta também é compreendia no campo enquanto terreno fértil para múltiplas contradições. Essa premissa é aqui apresentada por **Diamante** pelo fato da maioria das pessoas acampadas terem origem camponesa e, assim, terem sido criadas com o paradigma que mulher brinca de boneca e homem brinca de carrinho, por isso discutir gênero na perspectiva da luta de classes é trabalhar na perspectiva de romper com esse paradigma, daí ser árduo, difícil, mas não impossível. Contudo, **Diamante** acredita na possibilidade de mudança, por isso continua firme diante de mais esse enfrentamento.

A luta pelo reconhecimento do lugar da mulher no Movimento também faz parte das memórias de **Quartzo Verde.**

> **QUARTZO VERDE:** eu sempre lutei contra essa questão de achar que a mulher é objeto. Enquanto mulher e líder, tive alguns problemas com outras lideranças, que no MST em sua maioria ainda são homens. Eu tive muito embate com estes homens (e com algumas poucas mulheres), porque havia muita discriminação; se eu estivesse em uma reunião e ali eu colocasse um ponto e eu debatia sobre ele e como eu sempre tive dificuldade para me colocar, eu não falo bonito, eu não conseguia transmitir para pessoas o que eu queria, por causa dessa forma agressiva de falar, muitos batiam contra e aí era aonde entrava a Chica. Eu tive sempre esse problema, eu colocava uma questão e os homens principalmente não concordavam, mas daí eles pegavam aquela proposta minha colocava mais ou menos da forma deles e todo mundo concordava, e eu falava, mas gente foi isso que eu propus. Eu sei que a maioria dos meus problemas estava vinculada a questão por eu ser mulher. Mas meu principal problema era embate com os homens, porém junto com os homens tinham algumas mulheres também que trabalhavam, mas pra eles quem estava sempre errada era eu, por isso eu decidi me afastar da direção.

Esse apropriar-se das ideias, desconsiderando a competência da mulher é um dos principais elementos de indignação **de Quartzo Verde.** Pensando nessa postura machista há que se considerar o pensamento de Beauvoir (1970, p.19) quando afirma que:

> Os que não se intimidam com seus semelhantes mostram-se também muito mais dispostos a reconhecer na mulher um semelhante. Mesmo a esses, entretanto, o mito da Mulher, o Outro, é caro por muitas razões; não há como censurá-los por não sacrificarem de bom grado todas as vantagens que tiram disso; sabem o que perdem, renunciando à mulher tal qual a sonham, ignoram o que lhe trará a mulher tal qual ela será amanhã. É preciso muita abnegação para se recusar a apresentar-se como o Sujeito único e absoluto.

Este estado em que o homem é sujeito único e absoluto resume, em parte, a causa dos tensionamentos pelos quais **Quartzo Verde** passou e tem passado desde que ocupou, enquanto mulher, o espaço de liderança no Movimento. Impressiona a lucidez quando afirma que sabe estar os problemas relacionadas à questão de ser mulher, isso só reafirma o pensamento de Beauvoir acima apresentado acerca das diversas razões do mito da mulher enquanto o Outro. Romper com esse mito é muito difícil para o homem que É e deseja permanecer sendo o dono absoluto e o sujeito nas relações sociais cotidianas.

Nesta perspectiva, **Quartzo Verde**, mesmo que de forma inconsciente, fez da superação desta questão sua bandeira de luta. Sempre negou esta condição de mulher como o Outro e, por isso é reconhecidamente uma guerreira que enfrentou e continua enfrentando vários obstáculos na vida. Porém, mediante esta realidade de tensionamentos continuados houve um certo desgaste e a situação foi ficando difícil já que sua referência e apoio era a companheira Chica. Com sua morte decidiu se afastar da direção, mas como mulher que desde a mais tenra idade sempre se posicionou contra as injustiças e desigualdades, não deixou de fazer luta e resistência por acreditar que uma vida melhor é possível para todos/as.

As memórias de **Rubi** acerca da condição da mulher dentro do Movimento reforçam a discussão sobre o papel que ocupa neste contexto e, em certa medida, retoma o papel de mulher/mãe enquanto faz a luta acontecer.

> **RUBI:** Ser mulher é difícil também e a mulher tem um papel muito forte dentro dos acampamentos, na maioria das nossas áreas as lideranças são as mulheres porque elas chegam com um afinco diferente, elas deixam de ser domésticas, donas de casa e passa a ter uma tarefe diferente que é coordenar. Então a maioria das mulheres gostam de coordenar e participar da formação do MST porque elas se veem num outro papel, não no papel só de mãe, esposa, de doméstica, então isso é muito importante pra elas porque é o espaço que o Movimento abre pra elas estarem atuando num outro sentido e assim elas se sentem mais úteis por meio de uma tarefa importante que é coordenar uma ciranda, coordenar um setor, pois nós temos vários setores de educação, de saúde, de alimentação, de produção; em todos os setores uma mulher faz parte. Além disso a gente tem a tarefa de educar nossos filhos, de formar nossos filhos da melhor maneira é isso é o que eu tentei muito com meu filho que hoje está com 16 anos, não me decepcionou em nada, porque acredito que a formação que ele recebeu do Movimento foi muito rica pra ele porque ele estudou dez anos em escola de zona rural e passou no exame de bolsa numa

> escola particular de Araguari em 1° lugar. Hoje ele é bolsista e tem dois anos que mantém a bolsa por mérito dele, pelos esforços em estudar, mas por mérito também do Movimento porque aí é muito rico tudo o que a gente participa por isso ele tem uma bagagem que pouquíssimas pessoas têm no mundo. Então as crianças nossas, que são educadas por nós as mulheres do Movimento, são diferentes, elas são mais atrevidas, mais abertas, mais comunicativas, perguntam, criticam, não trazem dúvidas pra casa que veio da sala de aula; eles têm uma participação muito mais efetiva. Neste contexto é que a gente acredita ter uma responsabilidade muito grande porque nós sempre queremos um novo homem e uma nova mulher nesse mundo e quando eu engravidei eu sabia que eu tinha esse papel importante de fazer meu filho ser um novo homem, diferente na sociedade, que busca justiça, que participa das lutas e é o que ele é hoje. Eu fico feliz e orgulhosa de saber que a gente conseguiu, não só eu como o MST conseguimos fazer a educação dele ser especial, ele ser justo, correr atrás, participar das lutas firme no MST participando efetivamente de tudo que diz respeito ao Movimento. É difícil porque ás vezes gera um certo ciúme, certas desavenças, a gente vê que muitas mulheres casadas têm dificuldade, o marido poda muito. Por mais que a gente construa essa formação e se diz revolucionário, o machismo é muito grande e dentro do Movimento existe essa disputa porque a mulher sobressai muito nas coordenações, nas lutas políticas delas e acaba que gera um certo ciúme e certas desavenças mesmo, às vezes discussões pesadas, porque ambos têm formação política, então é difícil, não é fácil pra mulher no Movimento não, nem dentro do Movimento e fora também. A gente às vezes tem que falar mais sério, ter uma postura muito séria nos lugares, porque por ser mulher existe muitas piadinhas sujas ainda, eles acham que a gente ainda é frágil, mas as mulheres aprendem a ser muito mais forte.

Segundo **Rubi,** a mulher mãe, dona de casa, cuidadora, ao chegar no Movimento e se reconhecer como parte dele, passa a descobrir-se, também, com competência para liderar, coordenar, fazer história e se constituir enquanto sujeito histórico uma vez que em todos os setores do movimento tem que haver mulher que se ocupem das coordenações[94]. Todavia, Rubi se apresenta no papel de mãe educadora sob a perspectiva de uma educação baseada nos princípios do MST cujas bases se dão sob a perspectiva social-comunista. Neste sentido, trabalha-se com bases organizativas onde não cabe a velha sociedade burguesa, com seus antagonismos de classe, "[...] surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é o pressuposto para o livre desenvolvimento de todos." (MARX; ENGELS, 2009, p. 45). Assim ela afirma que o filho foi educado por ela e pelo Movimento. Aprendeu e se fez e continua se fazendo um novo homem, pois é esse novo homem terá condições objetivas de criar condições para a supressão da luta de classes e a coletivização dos meios de produção.

Entretanto, de acordo com Rubi, por mais que haja no Movimento diversas expressões de luta contra a dominação, o machismo ainda se faz presente; muitas mulheres ainda são castradas pelos maridos e, assim, impedidas de se colocar no papel de sujeito para romper com

[94] O fato de em todos os setores ter que haver uma mulher na coordenação se constitui uma premissa do MST.

essa cultura patriarcal. Esses homens não imaginam que perpetuam a posição de macho alfa imposta pelo domínio burguês e, nesse caso, "[...] trata-se precisamente de abolir o papel da mulher como simples instrumento de produção." (MARX; ENGELS, 2008, p. 38) Romper com essas posturas significa romper com o paradigma de uma sociedade onde impera o domínio do homem em todas as áreas de produção da vida material.

Um modo diferente de ser mulher sujeito ativo nesse contexto, tem sido a postura adotada por Rubi que, estando à frente das negociações, sempre se posiciona de maneira firme para romper com esse véu de fragilidade em que esta sociedade burguesa secularmente condicionou a mulher a se revestir. Para tanto, se apropriando de uma forma que negue essa realidade ela afirma: ***"Eu penso que uma ocupação tem que ser feita de homens e de mulheres, ou só de mulheres, porque a ocupação de mulher é legal e se for só homem eles chamam de formação de quadrilha não tem jeito, então eu acho fundamental o papel das mulheres e das crianças."*** Ou seja, parafraseando Beauvoir (1970) às avessas, a mulher, neste processo de luta pela terra É, o homem é o Outro.

Reafirmando a mulher como o sustentáculo da luta, **Hematita**. Também, afirma que a mulher neste contexto é o esteio, a força a energia que move este Movimento de luta pela terra.

> **HEMATITA:** o papel da mulher nesse processo é muito importante, porque ela é a força maior que dá sustentação a tudo que acontece ali. O homem sozinho na luta é muito difícil, ele só consegue desenvolver toda a sua energia porque ele tem o apoio da mulher que é firme, ela é decisiva. Eu tive momentos que tive que tomar decisões importantes. Eram muitos homens, muitas assembleias que tinha que fazer e eu tinha que tomar decisões importantes. Além disso, na organização da casa, no equilíbrio de todas as coisas é ela que está sempre à frente. Também colaborando para que outras mulheres pudessem sair pra luta, pudessem militar, pudessem participar dos cursos de formação; então é esse o elo da mulher, tanto dentro da barraca como na construção da organização do Movimento como um todo. Pra isso a mulher é fundamental, ela tem uma capacidade de pensar, ela tem equilíbrio, ela tem sentimento e nesse sentimento que ela coloca ela é doce ela encara tudo. Então o papel da mulher como é importante, em muitos momentos a gente passa ser linha de frente com as crianças, então olha o nosso papel. A gente faz o papel de cuidar das crianças e também o enfrentamento, com o batalhão de choque de um lado e a gente de outro, firmes, sem desistir nunca, de equilibrar. Por isso tudo foi e é uma honra muito grande de estar na luta.

Hematita afirma que a mulher é decisiva em muitos momentos da luta. Por isso, quando esteve à frente de tensionamentos se viu no impasse da tomada de decisão e teve que se posicionar, decidir pelo coletivo de trabalhadores e o fez com a certeza do que era melhor para aquele coletivo. Entretanto, reafirma o papel de cuidadora desta mesma mulher nestes espaços. Isso corrobora com a concepção de mulher pluriarticulada, ou seja, aquela que assume múltiplos

papéis. Sai do espaço doméstico para ir pra luta, mas este espaço vai com ela e permanece nela, ou seja, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade da mulher, assim, "[...] a divisão sociossexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte." (NOGUEIRA, 2013, p. 65). Essa questão, mesmo ocorrendo em um espaço de luta com perspectivas social-comunista, só vem confirmar que a divisão social do trabalho é um fenômeno histórico, de gênero e social, o que evidencia a naturalização de uma forte opressão de gênero e também a exploração do capital.

Não muito diferente é a concepção apresentada por **Cornalina** sobre a condição da mulher no Movimento.

> **CORNALINA:** O papel da mulher no MLST é pouco reconhecido, mas mesmo assim a gente luta em busca de melhorar pra todos e todas. Quando eu cheguei aqui no assentamento a Associação já estava com o grupo praticamente montado, tinha surgido da ideia de outros companheiros e companheiras da luta, então quando duas companheiras chegaram para me convidar eles já tinham se organizado bastante, mas eles me colocaram porque eu tinha umas ideias boas, sempre participava de tudo, e foi onde me convidaram, e gostei muito e eu vi que ia dar certo porque a maioria que participava era mulher e onde tem mulher as coisas andam. A marca e a diferença da mulher na terra é a disposição pra fazer e lutar pra que as coisas aconteçam. Ela sabe que plantando e cuidando da terra dali vai ter uma renda, e o melhor, não tem patrão cobrando nada dela; não tem horário para cumprir, enfim, sabe que tem a liberdade. Tem que saber cuidar da terra para receber os frutos, mas isso a mulher faz melhor que ninguém.

Neste contexto, Cornalina se reconhece como mulher de boas ideias, por isso se agrupou à diretoria da Associação que tem a maioria de mulheres em sua composição. Entretanto, em suas memórias **Cornalina** novamente reafirma que, apesar das lutas cotidianas, a mulher ainda é pouco reconhecida no MLST. Essa questão reforça a ideia da reprodução de papéis sociais nesta estrutura onde a mulher é duplamente oprimida, pela exploração do capital e por ser mulher. Segundo Saffiotti (2013, p. 375): "Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero." Para tanto é necessário desmistificar esse modelo ontológico de mulher, com vistas à construção e implementação de um novo modelo de sociedade.

Quando **Cornalina** afirma que a Associação é formada em sua maioria por mulheres, por isso ela acredita que é bom e vai dar certo abre campo para que estas mulheres, estando nessa condição de direção da Associação construam uma identidade por meio da discussão de seu papel social no Movimento, questionando e problematizando o lugar que ocupam neste espaço de luta. Essa forma de organização pode e deve levar estas mulheres à busca da

superação das desigualdades inerente ao padrão dominante de relação de gênero, uma vez que como mulheres competentes que são, estão fazendo a terra produzir, reconhecem e valorizam esta terra e os frutos ali gerados por meio de suas mãos, de seu trabalho. Nesta realidade cotidiana se fazem protagonistas de suas histórias e memórias conforme veremos no item seguinte.

3.7 Reafirmação do protagonismo das mulheres no Movimento: histórias e memórias

Durante todas as análises até aqui desenvolvidas acerca das memórias dessas mulheres o protagonismo delas se fez presente. Os registros abaixo apresentados se configuram em singularidades que às vezes se transformam em particularidades, respeitando todas as questões universais contidas em cada uma das memórias e histórias. Nesta perspectiva, compreendemos que essas mulheres acreditam no seu protagonismo. Ser reconhecidas como trabalhadoras rurais tem gosto e significado de uma grande conquista, pois enfrentaram e ainda enfrentam toda sorte de dificuldades nos espaços de participação política do Coletivo das Mulheres Trabalhadoras Rurais dos Movimentos aos quais estão vinculadas. Não se furtam em dizer das dificuldades que enfrentaram e ainda enfrentam, mas hoje, em certa medida, têm segurança do que querem e onde querem chegar.

Assim, **Ágata** se faz protagonista no Movimento de luta pela terra, mas principalmente no próprio movimento de sua vida.

> **ÁGATA:** Tudo que conquistei na vida foi fruto de muita luta. Apesar de não estar à frente como liderança, sempre fiz questão de participar de tudo, pois aprendi na vida que as conquistas nascem da luta e luta que a gente faz com o coletivo, com certeza dá frutos melhores, mais doces e melhores de apreciados. Por isso, entendi bem no começo, quando entrei para o Movimento que precisava participar de cursos de formação, fosse qualquer que fosse a formação. Quando entramos definitivamente para os nossos lotes outra batalha começou, a batalha para conseguir sobreviver daquele pedaço de terra. Confesso que às vezes a gente pensa em desistir, porque fazer a terra produzir sozinha é uma luta muito difícil. Mas, a partir do momento que entrei aqui decidi que, mesmo com as dificuldades ia sobreviver do que eu conseguisse fazer a terra produzir. Mas entendi também que precisamos nos aliar às companheiras para que a dureza da vida seja menos sofrida. Assim sempre participei de todas as atividades da Associação, pois sempre procuraram oferecer curso que permitisse ao trabalhador melhorar sua qualidade de vida. Nestas idas e vindas eu acabei ensinando e aprendendo um pouco mais sobre o meu ofício do artesanato e os doces para muitas companheiras de luta. Assim, tivemos muitos cursos na Sede da Associação e eu sempre fiz todos. Lá a gente trocava, a gente aprendia e de lá, eu e minhas companheiras começamos um grupo de produção de artesanato com materiais que encontrávamos lá na fazenda

> mesmo, também, com os frutos que plantamos e colhemos nos nossos lotes, fizemos doces cristalizados e doces em compota pra vender na cidade. Plantamos pimenta, também para vender e assim estamos conseguindo sobreviver da terra.

Na perspectiva de se fazer protagonista, Ágata se coloca na condição de aprendiz da/na vida. Desta feita, sua postura junto ao Movimento não poderia ser diferente, ou seja, participa e faz questão de lembrar da importância das atividades que já aconteceram na perspectiva do trabalho coletivo. Assim, para Caldart (2000) é preciso compreender esse processo de ações coletivas possibilita o fortalecimento do movimento de mulheres enquanto uma das matrizes pedagógicas fundamentais para um processo educativo contrário aos de exclusão social, com a finalidade de, numa perspectiva histórica, reconstruir a 'utopia coletiva' de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos/as.

É essa 'utopia coletiva' que, faz de Ágata uma dentre tantas outras mulheres que são protagonistas na luta pela terra, mesmo estando e sendo invisibilizadas. Esse é o sentido do ensinar e aprender com as companheiras. Também é esse o sentido de fazer a terra produzir em busca de uma condição de vida melhor. Quem sabe seja esse o fator que gera motivação para seguir na luta pela própria sobrevivência e a faz seguir e não desistir de tanto cansaço no meio do caminho.

Neste contexto de análise vale registrar que o protagonismo de Ágata se destaca quando se reconhece que, assim como ela, existem mulheres que sofrem todo o impacto de um modelo de agricultura perverso que ocorre em todo Brasil. Mas, mesmo assim, tomam consciência da necessidade do enfrentamento desse modelo para mostrar à sociedade a existência de um projeto alternativo de agricultura camponesa que está sendo construído nos projetos de assentamento de todo o Brasil e, via de regra, encabeçado por mulheres como ela que acreditam que é possível viver na/da terra.

A 'utopia coletiva' também faz parte do protagonismo de **Topázio.**

> **TOPÁZIO:** Desde que cheguei no acampamento procurei participar de tudo. Assim, quando recebemos o título da terra decidimos criar uma associação e me candidatei pra fazer parte dela porque entendi que era a melhor forma de eu estar sempre participando de tudo e colaborando com o processo de melhoria das condições de todos os companheiros trabalhadores que estavam, assim como eu e minha família, morando ali naquela terra e tentando fazer ela produzir para a nossa sobrevivência. Nunca vi dificuldade em participar, sempre que o grupo decidia nas nossas assembleias: vamos fazer isso ou aquilo eu estava junto, lutando. Sempre entendi que para as coisas ficarem melhores a gente precisa lutar junto, acreditar junto, sofrer com as dificuldades junto. Sei que isso às vezes parece uma utopia e, muitas vezes é mesmo, mas vou continuar sonhando, porque assim, quando a gente acredita que um

> mundo melhor é possível para todos nós trabalhadores a gente nunca desiste da luta.

Ao se posicionar dentro do grupo, **Topázio** apresenta uma posição de muito otimismo e, ela mesma, traz à tona a questão da utopia. Neste contexto, na sua concepção é a participação o elemento que agrega e permite que a tomada de decisões aconteça privilegiando as ações de cunho coletivo. Porém, é importante considerar esta questão da/s Utopia/s no Movimento uma vez que expressa de forma simbólica e significativa a postura revolucionária de Che Guevara[95]. Segundo Bogo (2002, p. 17-18):

> [...] a utopia segue caminho inverso dos passos, pois quando ela é imaginada, foge e vai à frente até o lugar onde se quer chegar. O lugar é o objetivo que vem de encontro a quem caminha. [...] Este imaginar se torna a prática: na formação política, na organização da luta, na marcha, no alinhamento das barracas.

Neste sentido, esta/s utopia/s é/são o que alimenta os sujeitos coletivos para continuarem as lutas e os enfrentamentos na busca da superação desta sociedade perversa e desigual. É neste campo dos valores militantes que **Topázio** materializa seu protagonismo nesta luta. De forma bastante visível, apesar das adversidades enfrentadas cotidianamente, ela não se deixa abater e, por isso, se posiciona bastante otimista mesmo diante desta realidade de tantas mazelas. Esse modo de ser no contexto de luta é coroado pela utopia. Assim, pode se comparar a uma forma de viver como se estivesse sempre se preparando para a superação deste projeto de sociedade.

Safira sempre se mostrou uma mulher de luta, desde muito cedo se fez protagonista de sua história, assim como no MST.

> **SAFIRA**: Quando cheguei no Movimento fui convidada pra fazer parte do setor de educação, em seguida já fui dar aula pros adultos da EJA. E logo eu comecei a viajar pra participar dos cursos de formação política do MST. Depois me convidaram pra secretaria regional do MST, onde eu fiquei um bom tempo. Participei, também, de muitas formações das relações de gênero e isso foi me fazendo entender aquela relação de violência na qual eu estava. A partir do momento que entrei pro Movimento, sempre estive em todas as lutas junto com os companheiros e companheiras. Hoje sei que junto com outras companheiras sou referência no MST da região do Triângulo Mineiro. Nesta luta o Movimento me oportunizou até viagem para Europa. Estive na Itália num Congresso pra divulgação da nossa luta, lá eu entendi como o nosso Movimento é reconhecido e valorizado do outro lado do oceano e como a presença da mulher é importante para esse crescimento e essas conquistas.

[95] Che Guevara afirmava que "a luta não tinha fronteiras". Para esta referência utilizamos a cartilha do MST: Che Guevara Vive.

A marca de Safira no MST é o setor de educação. Como sempre alimentou o sonho de ser professora, aqui de fato ela se fez em todos os modos, formas e sentidos. Foi no Movimento que se formou acadêmica e politicamente e, assim se fez respeitar e ser reconhecida socialmente. Mas, mesmo diante desse reconhecimento, lutou e continua lutando para romper com múltiplas formas de preconceitos, dificuldades, e, sobretudo subalternização, que ainda acontece contra as mulheres onde, em certa medida, ainda sofrem repressão social da inferioridade por meio do machismo instalado no campo. Neste sentido, há que se considerar aqui a predominância das mulheres na dinâmica dentro do Movimento especificamente nos setores social e de subsistência, que são constituídos por atividades nas áreas da saúde, educação, lazer, produção de alimentos destinados ao consumo interno e consideradas tradicionalmente como femininas. Todavia, Sales (2007, p. 438) afirma que "Ao ingressar em movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano."

Dito isso, importa ressaltar que ser mulher protagonista neste contexto compreende de forma direta o ato de revogar, de reivindicar direitos, de concordar, de discordar e de formar-se como ser político e social. Desta feita, **Safira** construiu sua trajetória dentro do Movimento privilegiando o setor da Educação, mas alçou outros voos. Entretanto, nesses voos sempre considerou a luta e as conquistas dela advindas na perspectiva do sujeito coletivo e assim, teve a possibilidade de fazer história dentro do próprio Movimento ao ir até a Europa para representar seus companheiros e discorrer para aquele povo letrado e culto, muito diferente do seu, acerca do significantes e significados da luta diária pela garantia de direitos.

Com isso, representou muito bem as mulheres do Movimento, que, apesar de estarem incluídas nas frentes de luta por meio das organizações dos mais variados espaços, ainda necessitam serem e se fazerem representar. Com sua participação ativa, protagonizou, fortaleceu e materializou a ideia de que as mulheres que estão inseridas nos diversos movimentos sociais não são incompetentes no campo da produção da vida material. As diferenças entre mulheres e homens não podem ser um elemento de separação, mas sim de afirmação de ambos. Essa participação de **Safira,** também, só vem confirmar o seguinte: o que não falta às mulheres é competência política.

O protagonismo de **Turmalina Paraíba** se aproxima do que foi apresentado sobre **Safira.**

> **TURMALINA PARAÍBA:** Sempre tive à frente como liderança, no tensionamento e no enfrentamento. Na fazenda tangará já cheguei na condição de coordenadora, ajudei organizar uma horta com 60 homens, mas logo já fui pra uma reunião em Belo Horizonte e a partir daí comecei a participar das

> reuniões não é. No caso da fazenda tangará a gente chegou a participar das reuniões com eles mas eu ainda não era 100% não, porque quem estava à frente eram homens, uma direção 100% masculina, agente enquanto mulher não tinha uma posição não. Quando surgiu a ocupação da fazenda capim branco que resultou no assentamento 21 de abril lá em Veríssimo aí sim eu já estava na frente, quem determinava e fazia uma leitura do que tinha que ser feito e fazia aí já era eu mesma. Eu não consegui assumir essa frente, na verdade foi por livre e espontânea força. Veio uma direção da Bahia e de São Paulo, todos homens. Eles vieram e reiniciaram uma reestruturação do Movimento só que eles tinham vida lá e os recursos financeiros do Movimento são muito pequenos daí eles retornaram pros estados deles de origem e largaram o pepino na minha mão. Como se diz o outro: ou você pega ou você larga tudo e naquela altura do campeonato não tinha como você largar tudo entende? Então, de livre e espontânea força eu fiz uma reunião com o pessoal do acampamento 21 de abril ali na FERUB e daí eu falei pra eles: o gente a vida inteira eu entrei pro Movimento pra pegar uma terra pra mim, mas eu sozinha, sem chance, se vocês quiserem nós vamos bater cabeça, mas nós vamos pegar uma terra, não largo vocês não. Então a gente topa. Fizemos um acordo então vamos todo mundo, vamos... Dai partiu, ia de carona pra BH, não tinha carro, não tinha nada, até resultar no assentamento 21 de abril que é lá em Veríssimo.
> Quando você faz porque acredita, você enfrenta qualquer coisa. Tem gente que faz por achar bonito, tem gente que faz por achar que vai ter promoção pessoal, politica, quer aparecer e coisa e tal, isso vai um tempo e para, mas quando você faz porque acredita, você quer ver o agricultor voltar à sua origem e você acredita que isso é possível, você faz. Não tem muito esforço, você tira da boca pra fazer e não tem problema, não tem cansaço, não tem nada. Hoje a gente mora nuns lugares onde fica meio que um canto aqui hoje outro ali amanhã, pra evitar que fique uma rotina pra gente não acabar como outros companheiros já acabaram, mas estamos levando. Todas as ações judiciais que eles (a Cutrale) entraram contra os agricultores do acampamento eles perderam. Isso não é bom nos olhos deles; pra gente não é bom. Como liderança é gratificante é tudo, mas para o outro lado eles não vêm a gente como bons olhos, vê assim: é culpa daqueles lá. Mas, nós conseguimos ganhar da Cutrale, ninguém até hoje tinha conseguido esse feito.

Todas as ações impetradas por **Turmalina Paraíba** a partir do momento em que se inseriu neste contexto de luta pela terra reforçam o seu protagonismo. Sempre esteve na estrutura orgânica do Movimento e se colocou como pessoa responsável pelas ações e, também, disposta a fazer o debate. Enquanto protagonista, reconhece que não basta ser produtora, trabalhadora; desde o começo está se fazendo para ser reconhecida como tal. Inicialmente, quando se colocou à frente, no comando de uma ocupação isso se deu porque naquele momento os dirigentes não tinham como se manter aqui em Uberlândia, por isso a deixaram tomando conta do Movimento sozinha. Porém, com isso aprendeu que:

> Ao participar do campo político [...] é preciso entrar no jogo, e jogar é tratar com o imprevisível, o novo, o desconhecido. Não existe um modelo pronto para estabelecer uma negociação; é preciso saber tratar com o inesperado, é

> desenvolver um pensar intempestivo, que dê vazão à criatividade, à espontaneidade. (SALES, 2007, p. 439).

Neste sentido, a partir do momento que assumiu o compromisso com os trabalhadores foi à luta com o coletivo em virtude de um objetivo comum: a conquista da terra. Se privou de muitas coisas, viajou sem qualquer condição, para conseguir que se realizasse o que tinha sido acordado coletivamente: o assentamento 21 de Abril. Esta ação reafirma seu protagonismo dentro (e fora) do Movimento.

Merece especial atenção a participação institucional de **Turmalina Paraíba**, pela via sindical. Isso possibilitou uma luta maior junto ao agronegócio materializado na multinacional Cutrale. Aí seu protagonismo se destaca ao assumir a direção da FETRAF no Estado de Minas Gerais. Essa inserção propiciou a **Turmalina Paraíba** reconhecimento da sua liderança frente aos trabalhadores/as rurais sem-terra da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A partir daí realizaram-se reflexões coletivas sobre as dificuldades específicas das/os trabalhadoras/es rurais que pudessem impedi-los de usufruir o direito de acessar a terra a eles destinada pelo INCRA e ocupada irregularmente por força judicial guiada pela influência política e econômica da CUTRALE. Esse caminho adotado por **Turmalina Paraíba** e seus companheiros permitiu-lhes, depois de longas e dolorosas batalhas, que vencessem essa guerra com o agronegócio. O melhor disso tudo foi que este resultado favorável aos trabalhadores rurais sem-terra abriu precedentes para outras lutas de outros companheiros.

O protagonismo de **Citrino** foi evidenciado a partir do momento em que chegou no acampamento e está integrado à realidade em que ocorre e ocorreu o protagonismo de **Turmalina Paraíba**, estando a duas histórias diretamente ligadas.

> **CITRINO:** A partir do momento que cheguei no acampamento já assumi a coordenação de grupo. E a gente começa a se envolver tanto. É como eu falo a política é uma coisa interessante, que você se envolve, entra na veia e quando você se vê não consegue sair mais. Quantas vezes eu, a **Turmalina Paraíba** o marido dela, a gente posava em motel nas viagens, porque nós não tínhamos dinheiro pra pagar hotel. Quantas vezes a gente já dormiu dentro de carro nos postos. A gente ia pra BH, Brasília, São Paulo; porque é assim, você chega em BH e eles falam o problema tá lá em Brasília, eles que não liberaram recurso, tal e tal; Nós pegávamos dali mesmo a gente falava o problema tá lá, a gente só tem tanto mais dá pra gente pagar o combustível, olhava um pro outro, vamos? Então vamos! O problema tá lá a gente ia lá, entendeu? Então nós dali mesmo nós já OH pra lá, Nós não medíamos as consequências, nós íamos e íamos. Se era pra gente ocupar uma fazenda pra fazer força política nós íamos e ocupávamos. Nós não pensávamos. Essas nossas lutas, a partir de 2009, aconteceram por meio do sindicato dos trabalhadores rurais que nós criamos com muita luta também, porque os representantes do sindicato rural da cidade do Prata não aceitavam em hipótese alguma a criação desse sindicato. Diziam

> que nós iríamos interferir na atuação do sindicato deles que era mais antigo na cidade. Para que o sindicato nascesse tivemos que fazer enfrentamentos. O mais emblemático deles aconteceu na cidade de Carneirinho (sabíamos que na cidade de Prata-MG não conseguiríamos formalizar o sindicato) onde reunimos vários companheiros (aproximadamente a lotação de 03 ônibus) para a aprovação do estatuto e criação, de fato e de direito, do nosso sindicato dos Trabalhadores Rurais vinculado à FETRAF. Mas, os fazendeiros da região, filiados ao Sindicato Rural eram contra esta criação. Por isso, também encheram ônibus e jagunços e foram até onde estávamos para impedir a nossa ação. Porém, como já conhecíamos as formas de atuação deste grupo do agronegócio, nos organizamos de tal maneira que eles não conseguiram ter acesso no nosso território e, assim, conseguimos aprovar nosso estatuto e criar o nosso sindicato que está funcionando e cumprindo seu papel na cidade de Prata-MG.

O protagonismo de **Citrino** está diretamente vinculado às diversas ações políticas que fez junto aos companheiros/as do Movimento. Neste contexto, acreditar no que fez/faz independente de todas as condições das mais adversas pelas quais passou/vivenciou, representou/representa o "combustível" para ser reconhecida liderança junto a seus/suas companheiros/as de luta.

Nesta perspectiva, resta-nos lembrar que ao fazer a luta corroboram com o pensamento de Marx (2008, p. 8) quando nos afirma que "A história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes." Foi com essa consciência de estar como parte integrante nesta história da luta de classes que, a partir de 2009 se insere na luta via sindicato juntamente com a companheira **Turmalina Paraíba** que conseguiram construir uma identidade de gênero neste contexto e assim, por meio de suas lutas sociais e políticas guiadas pela perspectiva da transformação social, conseguiram quebrar paradigmas culturalmente instituídos acerca da mulher ocupar o espaço de produção da vida material.

Para a legalização/formalização deste sindicato dos trabalhadores rurais travaram uma luta de grandes proporções com o sindicato rural do município de Prata-MG. Porém, este sindicato recebeu apoio de todos os empresários rurais da região, dentre esses alguns políticos e o próprio prefeito da cidade. Ao se unir, este grupo tinha o objetivo de impedir a organização dos trabalhadores/as via sindicato, pois esta situação significava certo abalo nas forças hegemônicas dos sindicatos rurais da região. Além disso, este sindicato representava concorrência no repasse de o repasse dos recursos destinados a sindicatos de categoria, bem como uma concorrência com a tradição de modelo de sindicato da região. Esta postura reacionária acabou revelando que em pleno século XXI ainda "[...] o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo." (MARX, 2008, p. 12).

Apesar da mobilização de todos esses homens poderosos do agronegócio da região (que se balizam em posturas coronelistas), **Citrino e Turmalina Paraíba** juntamente com outros companheiros/as aguerridos/as que fazem a luta acontecer no Movimento, se organizaram de maneira estratégica, dentro do seu próprio território e, conseguiram vencer mais esta batalha da guerra que vivenciam cotidianamente frente a este grupo que comanda todas as ações e investidas do agronegócio contra os movimentos sociais de luta pela terra na região do Triângulo Mineiro. Com esta vitória, conseguiram endereço e CNPJ para o sindicato que, atualmente, se encontra em pleno funcionamento atendendo às demandas dos trabalhadores/as rurais da região sob a gestão destas mulheres que são, sem sombra de dúvidas, as grandes protagonistas dessa história.

Já a postura de **Turquesa** para assumir seu protagonismo passa pela luta revolucionária.

> **TURQUESA**: A partir do momento que conheci o Movimento por dentro me apaixonei, daí fui conhecendo minha capacidade de coordenar e participar de forma mais ativa nas ações do MST. A partir de então passei a dar palestras nas escolas, no começo era muito difícil porque eu tinha muita dificuldade para falar em público, mas já cheguei a falar para até 10 turmas, 60 pessoas. Então no início eu falava e depois era a mesma coisa que não tivesse sido eu né. Eu fui apaixonando cada vez mais pelo MST, pelas propostas que tinha, conheci os acampados, a luta que era, como era maltratado, discriminado pela sociedade. Ai vim para Uberlândia né, ai aqui batalha aqui, batalha ali, continuamos firme na luta pela terra no acampamento. Nessa época eu já era casada, só que no início eu não queria terra, eu queria ver a revolução, porque aquilo ali para mim era lindo, era maravilhoso, se o povo junta e consegue tudo que eu estou presenciando, se a gente convencer mais pessoas a ver da forma que me convenceram a ver a gente vai ter revolução. Eu luto é para de fato aconteça uma revolução, esse é o meu sonho.

A trajetória de Turquesa junto ao Movimento demonstra que apesar do protagonismo exigir determinada competência, seu acúmulo político se deu na formação cotidiana junto ao Movimento, na própria luta. Neste sentido, Sales (2007, p. 439) explica que:

> Como o campo político é também perpassado pelas desigualdades de gênero, a competência aparece nesse campo como divisor dos tecnicamente competentes e dos que se representam por porta-vozes. As mulheres estão sempre incluídas entre os que precisam ser representados, entretanto, aquelas que estão inseridas nos movimentos sociais têm demonstrado que as diferenças entre mulheres e homens não podem afirmar falta de competência política das mulheres.

Essa competência política foi e continua sendo construída por **Turquesa**. Assim ela esclarece que a materialização de sua luta caminha na perspectiva da revolução a ser impetrada pela classe trabalhadora por se tratar da única classe social capaz de realizá-la concreta e

radicalmente. Seria esse o espírito revolucionário o mesmo anunciado por Marx (2008, p. 42) já em 1848 quando nos explica que "A revolução comunista é a ruptura mais radical com a relação das propriedades remanescentes; não é de se espantar que, em seu desenvolvimento, rompa-se de modo mais radical com as ideias do passado"? É com esse espírito de ruptura radical no movimento da sociedade burguesa que Turquesa estabelece, também, no interior do coletivo de mulheres trabalhadoras, discussões acerca das atividades que empreendem e, como resultado dessas discussões têm aos poucos compreendido a necessidade de se libertarem de valores pré-estabelecidos. Nesta dialética da vida têm, na mesma medida, reconhecido a potência interna que lhes possibilitam avançar no terreno da autonomia individual e coletiva.

A mesma postura revolucionária de **Turquesa** é apresentada nas memórias de **Diamante**.

> **DIAMANTE:** Eu sempre falo que eu sou uma sobrevivente do capitalismo, mas tenho muito orgulho de ser essa sobrevivente e ter o direito de sonhar, porque se eu não tivesse encontrado meu povo eu penso que eu não tinha nem o direito de sonhar mais e pra mim a uma pessoa que é negado o direito de sonhar ela não tem o direito de sonhar mais é por isso que eu sonho e sei que eu vou conquistar ainda a faculdade. Então a nível de Brasil eu sou uma referência feminina e eu tenho muito orgulho disso porque eu dei um passo de cada vez. Mas se meu companheiro conseguir entender o processo a gente caminha até bem, mas se ele não conseguir eu executo da mesma forma, encarando a importância do momento, como tem que ser feito. Eu já saí pra evento que ia num dia e voltava no outro, só que eu fiquei quinze dias e ele cumpriu as tarefas de casa, ele ficou com as crianças, ele foi o dono da casa. Então assim, numa semana só eu tive duas conquistas, uma foi a desapropriação dessa fazenda que na assembleia da semana passada depois que todos falaram eu falei e comecei pedindo desculpas para os meus, porque eu fui ausente com eles, mas eu tinha um compromisso com a classe trabalhadora da desapropriação daquela área então eu não medi esforços pra isso. Eu pedi uma salva de palmas pros meus companheiros que acreditaram no projeto e acreditaram na minha pessoa, pra mim foi fundamental eu respondi a altura, porque eu tenho uma família só e meus filhos estão dentro da família da classe trabalhadora. Porque pra mim só tem duas classes: a que oprime e a que é oprimida e eu faço parte da maioria que um dia vai se dar o devido valor e vai se dar a devida importância e falar basta de corrupção, basta de venda da classe trabalhadora, o poder é nosso. E a gente tem como assumir esse poder, principalmente se tiver a consciência de classe e se inserir politicamente falando, porque existe cada espaço, cada lacuna e se a gente preencher, com certeza a gente faz a diferença por um Brasil melhor, por um Brasil mais igualitário, porque eu não vejo igualdade social em nenhum campo, seja na política, seja na saúde, seja na educação, seja no transporte, seja dentro da câmara, seja dentro da prefeitura, eu não vejo isso em lugar nenhum, porque os que dizem ser nossos representantes são bancados pelo agronegócio, pelas multinacionais, então como a gente vai avançar achando que os nossos representantes que se diz de esquerda, que diz ter uma consciência social; como a gente vai avançar, se banca uma eleição, se banca uma candidatura não vai ser de graça, ninguém dá dinheiro de graça. Mas, eu

> ainda quero estar viva para ver que os que estão adormecidos ainda vão acordar, eu quero estar viva, eu quero participar desse momento, porque nosso povo está dormindo, está sonolento. A gente não precisa do agronegócio, a gente precisa é de alimento. A gente não precisa de ter miseráveis, a gente não precisa ter criança fora da escola, a gente não precisa de uma criança que não tem um pão pra comer. Quantas crianças que não vão pra escola pra estudar, vão só pra comer. Pelo Brasil ser do tamanho que é, com a grandeza que tem é inadmissível que meus companheiros ainda estejam adormecidos. Esse assistencialismo de nada vale pra nós, essas bolsas se pelo menos desse dignidade, mas só é compra de votos. Se eu não estiver nesse momento de despertar do meu povo eu, com certeza tenho uma companheira que vai estar que é a minha filha, porque ela foi gerada na luta, ela foi criada na luta, ela fez um aninho dentro de uma ocupação e tem uns quinze dias que ela decidiu falar com o prefeito, pra mim foi um dos momentos mais bonitos que já vivi. Uma menina de nove anos que fez uma mesa calar a boca, uma mesa que só tinha uma liderança feminina que era eu. Consegui perceber que naquele exato momento surgiu uma nova liderança mulher que era a minha filha.

Diamante apresenta-se, incialmente como uma sobrevivente do capitalismo. Isso expressa uma consciência de que nesta sociabilidade boa parte da classe trabalhadora encontra-se nessas condições de luta pela sobrevivência. Essa mesma classe é aqui anunciada por ela como seu povo, aquele que lhe permitiu sonhar e, juntamente com eles, ir pra luta para ocupar o lugar em que "[...] o homem deixa de ser escravo e instrumento do meio e se converte em arquiteto de seu próprio destino." (GUEVARA, 1985 apud MONEREO PÉREZ, 2001, p. 32).

Por isso tudo, apresenta sua trajetória dentro do Movimento com muito orgulho e sem qualquer modéstia: se reconhece como referência de liderança feminina no Movimento de luta de terra. Podemos afirmar que **Diamante** é a expressão da força da mulher que se constrói sujeito histórico tendo como premissa sua perspectiva ontológica. Portanto, cabe a sua postura o seguinte pensamento de Guevara (1985 apud MONEREO PÉREZ, 2001, p. 31):

> Conviria dizer que a teoria revolucionária, como expressão de uma verdade social, está acima de qualquer enunciado; isto é, que a revolução pode ser feita desde que se interprete corretamente a realidade histórica e desde que sejam utilizadas corretamente as forças que nela intervêm, ainda que sem conhecimento da teoria.

Enquanto protagonista neste espaço de disputas, enfrentamentos, tensionamentos e resistência, sua luta maior é trabalhar a construção de caminhos que viabilizem alcançar a tão sonhada nova sociedade transformada, tendo como ponto de partida as contradições inerentes ao sistema capitalista e colocando o ser humano, observados sua realidade e o contexto histórico, em condições de determinar de maneira consciente o futuro que almeja para si e para os seus pares. Isso é utopia? O tempo dirá.

Mesmo alimentando sonhos e utopias, Diamante não perde a dimensão das múltiplas determinações da realidade, ou seja, traz à tona vários problemas de ordem econômica, política e social, ao apontar a questão social e suas diversas expressões presentes e próprias da ordem do capital, entretanto revela enorme preocupação com o grau de alienação em que, ainda, se encontra o 'seu povo'. Nestes termos, Mészáros (2002, p. 276) citando o pensamento de Hayek nos explica que esta situação de alienação ainda permanece porque "O dever de homens e mulheres, segundo ele, é 'submeter-se' alegremente aos ditames de nossa 'complexa civilização' e lutar com unhas e dentes contra os que se recusam a aceitar a necessidade da submissão como 'condição humana' permanente [...]." E a constante negação dessa condição de submissão permanente, representada numa visão alienada e imediatista de boa parte dos companheiros/as, que encerra a bandeira de luta e utopia expressa no protagonismo de **Diamante**.

Assim como **Diamante**, **Quartzo Verde** tem uma bandeira de luta que expressa seu protagonismo dentro do Movimento. Sempre primou pela igualdade de direitos e condições dê todos/as companheiros/as independente do espaço que ocupam dentro do Movimento.

> **QUARTZO VERDE:** A gente sabe dos vícios e desvios e o MST e a utopia do Movimento é trabalhar esses vícios e desvios. Mas infelizmente a utopia do Movimento está muito longe de ser alcançada porque a gente sabe que os desvios são muito maiores, então a gente não consegue isso. Por isso que eu sempre tive problema na direção do Movimento porque eu sempre tive embate. Daí com o tempo eu vim descobrir que aquelas brigas que eu sempre tive com o meu pai, com a minha mãe, com as minhas patroas, com as minhas amigas não era só lá, porque eu enfrentei com os dirigentes do MST porque eu via coisa errada e eu queria mudar, eu queria fazer da forma na utopia do Movimento, mas eu descobri que não tem como fazer. Então eu tinha embate constante com a direção. Eu era dirigente, mas parecia que eu era inimiga deles porque eu via as coisas erradas. Aí eu concluí o seguinte, dizem que é melhor errar com o povo do que errar sozinha. Eu não era nenhum Pedro Stelide, eu não era nenhum Paulo Freire, mas com a minha ignorância eu já filosofava que ia acontecer isso que aconteceu nos assentamentos. Tem liderança que chega nos assentamentos e ninguém mais acredita; e muitos desses tentaram de muitas formas me derrubar, mas nunca conseguiram porque o povo me tem como exemplo em qualquer assentamento que eu chego, eles sabem que eu não consegui, mas eu tentei. Hoje eu continuo, eu faço, luta, eu faço tudo apesar de já ter conquistado minha terra no PA Canudos, continuo firme na luta porque tem muitos outros companheiros que estão nessa luta pela terra e eu sinto que preciso colaborar par a conquista deles também. Por isso eu sigo lutando.

Quartzo Verde, se descobriu com competência para reivindicar direitos de todos/as ao ingressar no espaço de luta e, também, compreendeu que rebelar-se contra qualquer injustiça social sempre foi seu lema. Segundo Monereo Pérez (2001, p. 14):

> [...] Che considerava que toda pessoa que pretendesse ser revolucionária deveria ter suficiente capacidade de indignação para rebelar-se diante de qualquer injustiça social exercida contra qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, em qualquer circunstância.

Essa capacidade de indignação acompanha **Quartzo Verde** desde muito pequenina e, para que se possa fazer o que é justo em prol do bem comum é uma guerreira incansável na frente de batalha. Por isso reconhece a necessidade de continuar corrigindo os vícios e desvios do Movimento, e expressa uma preocupação ainda maior precisamente com o que está na base material de todas as práticas dos dirigentes deste mesmo Movimento.

Nesta frente de batalha, **Quartzo Verde** reconhece que esses princípios de igualdade e justiça que a orientam são também utopia. Neste sentido, Monereo Pérez (2001, p. 34) trata assim dessa questão: "[...] para que a sociedade socialista possa se reproduzir, são necessários indivíduos, pessoas que, subjetiva e objetivamente, lutem contra as sutis formas de alienação capitalista e sejam capazes de transformar a si mesmas e à sociedade." Essas sutis formas de alienação são o reforço da massificação de alguns companheiros/as e, para **Quartzo Verde** as verdades são mais importantes que as sutilezas. Neste sentido, ela acredita que ao se permitir trabalhar na perspectiva de fazer valer a verdade, primando pela transparência nas ações e a resolução de conflitos e onde estão vinculadas/implicadas a justiça e a igualdade de direitos, o ser humano se coloca na condição de dirigir o seu próprio destino.

Com essa concepção utópica de verdade, ao se fazer e estar protagonista, mesmo tendo a cabeça nas nuvens, tem os pés plantados no chão. Por isso, **Quartzo Verde** acredita que vive na tensão e no enfrentamento e, em certa medida, pode até ser considerada uma pessoa problemática. Contudo permanece firma no propósito de deixar-se instruir pela verdade/realidade, na busca de explicações objetivas para os acontecimentos que acontecem dentro e fora do Movimento e, sobretudo, mediante as mais diversas situações tenta tirar lições operativas e efetivas para o que entende ser a chave do futuro: a consciência política e o pensamento revolucionário.

É justamente esta consciência revolucionária que faz de **Rubi** uma das principais protagonistas do MST na mesorregião do Triângulo Mineiro.

> **RUBI:** No nível regional aqui do triângulo Mineiro eu faço parte do setor de educação e comunicação. Então como comunicação e negociação andam juntos eu sempre estou nas audiências, reuniões com algumas autoridades a gente sempre está junto. E por ser da comunicação regional do MST era destacada como líder (mas essa é uma palavra que a gente não usa no MST,

> não existe líder porque uma área é coordenada por mais de 40 companheiros) e por isso a gente se destaca um pouco e há muita perseguição por parte da polícia. Na ocupação do canteiro de obras da Usina de Capim Branco meu filho tinha apenas dois anos e nós fomos muito perseguidos, aonde a gente ia tinha um carro da polícia estacionando junto, meu filho foi fotografado no meu colo a gente viu que a coisa estava ficando muito perigosa, eu fiquei na cidade um tempo para fazer a comunicação e as questões jurídicas, mas logo, logo eu tive que correr para o acampamento porque dentro do acampamento é sempre mais seguro; então é muito complicado, pra mulher mais ainda que está com o filho, está carregando o filho na luta e ainda ser perseguida politicamente por polícia, por jagunço. O fazendeiro foi muitas vezes na minha casa armado; então foram situações muito graves que eu vivi. Também o fazendeiro foi nos procurar falando que a área pertencia a mãe dele, que tinha um valor estimativo, que não era nós entrarmos, mas sempre com a arma dentro do bolso e o carro com a porta aberta, a chave na ignição e ele viu que eu estava sozinha com meu filho e ficou me intimidando. No Movimento eu também fui educadora de EJA por dois anos e meio e logo depois eu coordenei o setor com o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) também aqui na região do Triangulo Mineiro, fui coordenadora desse Programa por três anos e a gente tem essa preocupação no Movimento né, a forma de educar nossas crianças, a forma de alfabetizar, de realmente anular o analfabetismo nos acampamentos e assentamentos. Então por isso os assentamentos se destacaram muito com a Escola no PA Rosa Naves, onde a gente criou vários projetos de alfabetização e por isso a escola fez muito sucesso no Pronera, inclusive material nosso que a gente construiu dentro do acampamento foi pro material didático do Programa, um material que está sendo lançado agora esse ano. Pra isso sempre participei de formações políticas do MST e também todas as outras formações em congressos, nos encontros nacionais, além disso sempre tem momentos de estudos nas reuniões que a gente frequenta; em nossos encontros regionais também e dentro da própria área nos momentos de formação. Hoje continuo no setor de educação, mas na nossa área eu contribuo muito na negociação, na comunicação.

Ao ocupar essa posição de protagonista, **Rubi** e seu filho passaram pelas mais diversas situações de perseguição, ameaças e intimidações. Essas situações vivenciadas por **Rubi** reafirmam a condição da mulher que ainda em pleno século XXI é reconhecida como a frágil e vulnerável. Neste contexto de luta estes papéis socialmente cristalizados, em segmentações distintas são mais acentuados e perceptíveis.

Entretanto, com esta questão observamos que a mulher tem conquistado e garantido espaços em diversos meios e segmentos sociais. Ao assumir estes espaços, tem revolucionado aspectos de ordem política, econômica e social que geralmente são determinados tendo como base as relações de poder. Ao assumir estes espaços, tem, também, colaborado para que haja mudanças efetivas na construção de outra identidade para as mulheres.

Rubi desenvolveu suas lutas sociais e políticas objetivando uma transformação social e a quebra de paradigmas culturalmente instituídos e, portanto garantir espaços de discussão

sobre o lugar social das mulheres e a criação de uma nova identidade a ser construída por elas a partir da sua cotidianidade. Por isso continua na luta de maneira incessante para que se possa, coletivamente, trabalhar para a construção de uma sociedade diferente. Segundo Marx (2008, p. 48):

> Será necessária inteligência tão profunda para entender que, com a mudança das condições de vida das pessoas, das suas relações sociais, de sua existência social, também se modificam suas representações, concepções e conceitos, em suma, também sua consciência?

A partir deste questionamento é possível compreender porque se luta tanto e porque se sonha e se almeja tantas mudanças. Mas tudo isso se efetivará a partir do momento em que essas ideias revolucionárias 'tomarem corpo' no interior da velha sociedade, possibilitando que "[...] a abolição das velhas ideias acompanhe a supressão das velhas condições de vida." (MARX, 2008, p. 41).

A construção histórica de **Rubi** no Movimento também lhe oportunizou estar à frente da Educação de Jovens e Adultos do PRONERA na mesorregião do Triângulo Mineiro. Como excelente protagonista que é, contribuiu, juntamente com o grupo com o qual trabalhava, na construção do material de estudos, cuja excelência foi reconhecida pelos técnicos do Ministério da Educação (MEC) e, por isso, ainda nesse ano de 2014 comporá o material didático a ser usado em todo território nacional. A própria rubi ressalta que isso só foi possível por causa das diversas formações políticas que participou pelo Movimento. Ao participar de formações políticas toma consciência do seu papel político junto ao Movimento, com isso passa a trabalhar na comunicação e negociação. Assim, de forma consciente assume a condição de protagonista de sua história neste contexto de lutas. Assim é possível encerrar a análise do protagonismo de Rubi com a concepção de homem enquanto ser consciente apresentado por Marx e Engels (2009, p. 31): "[...] a consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real da vida [...]." E, assim além da consciência da luta, a palavra realização com certeza está impressa na vida de **Rubi**.

A condição de sujeito histórico é viés pelo qual **Hematita** orienta seu protagonismo.

> **HEMATITA:** Entrando na luta veio aquele amor à terra, a busca de querer transformar, fazer acontecer o sujeito histórico, a construção desse perfil desse sujeito sem-terra. Dentro do assentamento a gente cantava as músicas do Movimento com as crianças, fazia as cirandas infantis; na minha barraca eu dava reforço escolar, eu alfabetizava as crianças; trabalhei com a educação de jovens e adultos. Durante o período em que eu estava cursando a pedagogia da Terra (2000 a 2002) eu era coordenadora do Pronera, cuidava da Educação de Jovens e Adultos em todos os assentamentos do Triângulo Mineiro. Viajava sem dinheiro, mas não desistia da luta. A gente preparava voluntárias nos

> assentamentos, elas não tinham formação acadêmica. Mas eram preparadas com o método Paulo Freire e depois alfabetizavam todos os companheiros dos assentamentos e acampamentos. Tínhamos a preocupação de alfabetizar todas as pessoas, porque verificamos que boa parte das pessoas não sabiam assinar o nome quando foram receber o crédito para investir nos lotes dos assentamentos, então a gente fez o trabalho dentro das áreas para as pessoas aprenderem a ler e escrever e pegarem os créditos. Isso porque tínhamos muitos analfabetos. No nosso assentamento eram aproximadamente uns 70% de analfabetos. Nas lutas que enfrentei, apenas no acampamento que eu fiquei foi tranquilo, porque a terra estava em leilão. Também tentei criar junto com outros companheiros a primeira escola do MST na Nossa região. Deixei meu barraco e fui para outro acampamento, conseguimos panelas, carteiras, e tudo com o município de Sacramento, mas as pessoas desanimaram, as mães e as próprias crianças. Só para você ver como o pensamento capitalista está enraizado nas pessoas até as crianças diziam, eu não quero uma escola que só fica falando de terra, eu quero que meu filho tenha direito da escola da cidade; o povo só queria o que o menino da escola da cidade ia aprender, eles não tinham aquela consciência que a escola ia só ser lá dentro do acampamento. Além de fazer parte do processo da educação nos acampamentos e assentamentos eu participei de vários enfrentamentos, já enfrentei polícia, jagunço, fazendeiro porque acredito que a luta faz parte dos enfrentamentos e por isso é necessária.

Hematita se fez protagonista no contexto de luta pela terra, a princípio, por meio de sua experiência no trabalho vinculado ao setores cuja finalidade era o cuidado com as crianças – educação e cirandas -. Entretanto, resta-nos perguntar: Por que o trabalho da ciranda infantil, que integra o setor social, é realizado majoritariamente por mulheres? A resposta passa pela necessidade de ‘liberação’ da mulher para o trabalho considerado produtivo, e este é um dos principais motivos da criação da ciranda. Essa situação reforça a naturalização do papel da mulher como cuidadora, além disso, há o reforço da ideia de que os padrões de ser pai e mãe são reafirmados, bem como, a manutenção da divisão sociossexual (NOGUEIRA, 2013) do trabalho, especialmente no que se refere ao fato de a ciranda infantil ser um local de trabalho feminino.

Considerando ser o Movimento espaço de contradição, há que se reconhecer o valor do trabalho de alfabetização de jovens e adultos protagonizado por **Hematita.** Ao se deparar como o fato de terem 70% (setenta por cento) de analfabetos nos assentamentos e entenderem que essa condição lhe impossibilitava o acesso ao crédito e, em consequência, as melhorias de condição para trabalhar a terra e a fazer produzir fez com que definissem eliminar esse alto índice de analfabetismo. O ato de ir de assentamento em assentamento para formar outras companheiras com o método Paulo freire e, a partir daí serem elas mesmas as alfabetizadoras, possibilitando o acesso a todos/as ao letramento, isso sem as mínimas condições para fazê-lo, foi realmente emblemático, pois materializa a crença na força das massas. Segundo Monereo

Pérez (2001, p. 19) se configura em uma prática revolucionária adotada por Che, ou seja, uma "[...] prática essencialmente anti-burocrática, [...] anti-dirigista. Evitando [...] escolher o melhor caminho para eles. Estar sempre no meio do povo era o melhor caminho para errar menos." Esta intervenção de Hematita, evidenciou uma necessidade existente no contexto dos assentamentos, desenvolveu uma ação concreta no sentido de eliminá-la e, possibilitou que os/as companheiros/as que não sabiam ler e escrever pudessem ter acesso às letras e assim, tornarem-se os protagonistas concretos neste processo de transformação de suas vidas.

Nesta luta incansável pela qualidade social da educação dentro dos assentamentos, fez a tentativa de criar uma escola, mas se deparou com o inesperado: os pais queriam que seus filhos tivessem acesso à escola da cidade. Essa realidade despertou o enraizamento do capitalismo que existe dentro dos acampamentos/assentamentos. Sobre esta questão Mészáros (2002, p. 299) nos revela que:

> O capital tem interesses especiais exatamente opostos ao que seria necessário. Ele tem de fragmentar ao extremo as unidades de consumo e modificar de maneira correspondente a estrutura da família, em nome da manutenção, a qualquer custo, de seu processo de "realização" cada vez mais perdulário [...].

Os acampamentos/assentamentos se encontram nesse processo de realização cada vez mais perdulário onde, a alienação permeia o cotidiano de um grande número de trabalhadores/as que se rendem aos fetiches da mercadoria[96] e, assim, consideram que para alcançar o tão almejado nível social que lhes permitam a aquisição dessas mercadorias, deverão ter acesso à escola da cidade que, supostamente/ilusoriamente, tem um ensino-aprendizagem de melhor qualidade. Diante desta realidade, desconsideram a necessidade e se negam a conhecer questões/matérias relativas à terra que já é ou deverá ser sua para ali fazer produzir e dar frutos.

Entretanto, não podemos desconsiderar o urbanocentrismo que cria a representação da cidade como lugar do moderno e desenvolvido, ou seja, o melhor lugar par se viver e criar os filhos. Além disso, não é difícil perceber que existem muitas dificuldades para que aconteça uma educação de qualidade na zona rural, pois, via de regra, as aulas são ministradas em um contexto de salas multiseriadas, complexificando ainda mais o processo de ensino-aprendizagem. Isso demonstra que não existe a preocupação dos governantes para que de fato se efetive um projeto de educação no campo. Porém, mesmo com esta 'decepção', Hematita não desistiu e continua persistindo se fazendo sujeito histórico neste contexto de luta pela terra.

[96] Este termo é aqui empregado tendo como parâmetro Marx (O capital, 1984), significando o caráter que as mercadorias possuem, dentro do sistema capitalista, de ocultar as relações sociais de exploração do trabalho, sedimentando-se, por conseguinte, em toda a sociedade.

Cornalina expressa seu protagonismo não como liderança, mas como uma referência para os companheiros/as de luta.

> **CORNALINA:** Não me considero uma liderança, mas uma referência, sempre que pedem para me ver, pra eu ajudar eu estou ajudando. Me considero uma pessoa abençoada por Deus, porque até hoje tudo que eu fui fazer, mexer com os papéis e alguma coisa, eu coloco primeiramente Deus e tudo dá certo. Existe uma diferença em mim antes e depois do Movimento, porque muitas das vezes eu faço as coisas e luto mais pelo próximo do que para mim mesmo, ajudo mais, não fico mais em cima do meu eu, aprendi a dar valor nas pessoas, no que elas são.

Ao apresentar-se como pessoa abençoada por Deus se posiciona entre a realidade objetiva e processos de intervenção subjetivos. Esse é um fenômeno comum entre os sujeitos que vivem toda a sorte de situações no campo da sobrevivência, tal qual a história da vida de **Cornalina**. Nesta perspectiva, para Konder (2000, p. 74):

> [...] o acaso dança freneticamente sobre a tumba da ideia da necessidade. [...] e a renúncia à discussão do sentido da história resulta do desinteresse por qualquer projeto coletivo de ação política transformadora, capaz de criar um sentido real para história que vem sendo feita tão "sem sentido".

Dito isso, importa considerar uma questão acerca de se tornar sujeito político e se formar politicamente com vistas à compreensão das relações sociais determinadas nesta sociedade de classes. Esta questão se apresenta quando **Cornalina** afirma que há uma diferença dela antes e depois de fazer parte do Movimento, entretanto continua afirmando que valoriza e ajuda os outros. Apresenta-se enquanto protagonista numa perspectiva de alteridade altruísta, ou seja, há uma dicotomia entre fazer o bem para o outro reconhecendo-se no seu lugar e, também, fazer este bem para ser reconhecida como tal. Isso de longe, expressa qualquer nível de consciência política e, em certa medida, reflete a ausência de formação política dentro do coletivo de trabalhadores/as que se encontram vinculados ao MLST.

Esta realidade foi por nós percebida ao rever as memórias das mulheres que se encontram vinculadas a este Movimento. Diferentemente do grupo vinculado ao MST, fica claro que o coletivo de trabalhadores/as do MLST, ao assumir seu lote no assentamento, sente-se compelido a se organizar em Associações (e a fazem sem qualquer orientação e informação deste processo) em decorrência das várias dificuldades que enfrentam para permanecer naquele espaço sem ter qualquer orientação e ou apoio por parte da direção que os levou até ali. Essa direção, formada majoritariamente por homens, participa e/ou participou de formação política, mas não considera a necessidade de formar seus/suas companheiros/as de luta. Coordenam e guiam estes trabalhadores a seu bel prazer, ou seja, uma clara

exploração do homem pelo homem. A não formação política facilita essa condução e induz esse grupo de trabalhadores/as à condição de massa de manobra com comportamentos expressamente alienados[97] da realidade e de si mesmo, inclusive sem qualquer orientação acerca dos caminhos em que se dá a luta pela terra.

Ser protagonista neste contexto se dá exatamente como está impresso na memória de Cornalina, ou pela simpatia, ou pelo carisma. Como ela se encaixa nos dois perfis é reconhecida como referência pelo grupo de companheiros/as do assentamento onde vive.

Enfim, é possível afirmar que diante das memórias e histórias aqui apresentadas e analisadas percebemos que todas essas mulheres se encontram em um processo permanente de (auto)reconhecimento como sujeito que constrói sua identidade, coletiva ou não, e reivindica constantemente a garantia de serem percebidas como aquelas que fazem suas histórias juntamente com seus companheiros/as de luta neste contexto social. Os procedimentos, estratégias e saberes adotados neste processo têm como parâmetro aquilo que não é óbvio, e assim se posicionam no campo de suas identidades como aquelas que não se enquadram dentro dos padrões de normalidade.

Nesta perspectiva se inventam e se reinventam todos os dias e, de um modo geral, o objetivo é eliminar quaisquer dúvidas que porventura venham a exigir o respeito de determinados sujeitos a quem se apresentam de maneira que fogem aos padrões dominantes. Nesse caso, é necessário reforçar a construção de suas identidades e, de algum modo, tentar eliminar as marcas das diferenças que foram e ainda continuam as fazendo ser reconhecidas apenas no campo da reprodução da vida material, cujas ideias se encontram sedimentadas nesta sociabilidade de cunho burguês, principalmente no mundo rural, balizadas em pressupostos machistas e patriarcais.

[97] Este termo é aqui utilizado tendo como parâmetro o conceito de alienação apresentada por Marx já nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos (2004) onde ali já esclarecia ser tudo aquilo que fragmentava o ser humano, que o apartava do mundo, de si mesmo, das coisas que ele criara; tudo aquilo que o separava da consciência que deveria ter, que o transformava quase em um autômato ou em um "animal desnaturalizado"; ou seja, tudo aquilo que o mergulhava em uma espécie de sono do qual não parecia ser possível despertar, remetia em Marx ao âmbito da alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para poder analisar o tema em questão consideramos fundamental discutir, **a princípio**, a luta das mulheres a partir do projeto de modernidade. Esta opção se deu por considerarmos que ali se encontram as bases que fundamentaram a visão de mundo e de homem da sociedade burguesa e, em certa medida, continuam fundamentando de uma forma mais sutil, sofisticada e adaptada ao nosso tempo histórico.

Foi a partir deste projeto que emergiu com mais força e propriedade as relações de classes e a mulher como trabalhadora complementar, mesmo sendo as relações de gênero determinadas pelo patriarcado, onde homens e mulheres têm papéis definidos numa relação de gênero visivelmente hierarquizada, desde então reconhecido e afirmado como padrão social natural. Nele à mulher é destinado/confirmado/ratificado o campo da reprodução e, portanto, são legitimados os papéis de mãe, esposa, dona de casa e trabalhadora e, assim se firmaram em um modelo burguês como práticas sociais femininas. Também, expressando claramente nas relações sociais cotidianas a divisão sociossexual (NOGUEIRA, 2013) do trabalho.

Contudo, sabedores de que as relações sociais não são estáticas e sim, históricas, contraditórias e carregadas de negação da realidade vivida, isso também é fato nas relações de gênero. Por isso, as mulheres avançaram em suas lutas por emancipação social, inclusive em suas relações vivenciadas no mundo rural. Mas as forças dominantes e opressoras do capital sempre permearam e ainda permeiam os processos que ocorrem neste contexto. Por isso, apreender os meandros da questão agrária a partir de suas bases foram importantes para trazes à tona a realidade da mulher que se encontra vinculada aos movimentos sociais de luta pela terra.

Assim, importa considerar a realidade da questão agrária e fundiária, pois representa antes de tudo uma questão política com suas bases fincadas no movimento do sistema capitalista. Desde o período colonial o Brasil apresenta sérios problemas de ordenamento e condução desta questão. Porém, a década de 1960 é bastante emblemática pois foi um período de em que há um fomento à discussão da Reforma Agrária por alguns intelectuais que não necessariamente tinham a mesma concepção teórica. Entretanto a partir de 1964, após um golpe militar, a condução política do Brasil se encontra atrelada a um modelo ditatorial, cuja diretriz econômica tem como alicerce o modelo desenvolvimentista. Com isso, essa diretriz prioriza a modernização da agricultura, balizado num modelo conservador de ocupação do espaço agrário.

E os trabalhadores/as rurais nesse processo? Se viram obrigados a deixar o campo e buscar ocupação nas cidades, desencadeando de forma considerável o aumento acelerado da

desigualdade social e um processo profundamente excludente. A proposta de reforma agraria vinha acompanhada de um discurso de oportunidades iguais com vistas a um desenvolvimento social, econômico e cultural para os trabalhadores/as do campo. Esta realidade, provocou mudanças profundas na condução da proposta anterior de reforma agrária, o que eliminou a efervescência do debate determinado pela força militar.

Esse processo de modernização avança por meio de uma tecnificação da agricultura (1965 -1982) e este modelo, fruto do capitalismo agrário brasileiro influenciou de forma marcante a política econômica durante todo o período de ditadura e, ainda influencia o momento democrático do presente. Foi a partir da abertura democrática (1983-1984) que os movimentos sociais emergem com mais força, é deste contexto que nasce o MST e outros como Pastoral da Terra, CONTAG. Também, no Governo Sarney é elaborado o I PNRA, colocando novamente a pauta da Reforma Agrária em um cenário político onde as forças pró e contra esta proposta se faziam pressentes.

A década de 1990 representa alguns avanços quanto ao número de assentamentos, porém reprodutores de carências e ausências de toda sorte, ou seja, sem qualquer qualidade. Neste contexto veiculava-se a tese de que assentando as famílias acampadas o problema agrário do Brasil estaria resolvido. Porém, esta tese foi desmentida com os massacres de Corumbiara-RO e eldorado dos Carajás-PA. Além disso, ocorreu um aumento considerável de ocupações neste período. Então, a partir da década de 2000 o que se viu foi uma onda de repressão aos movimentos sociais de luta pela terra, deixando claro que a política de Reforma agrária esteve como prioridade na agenda política daquele governo.

O governo seguinte, apesar de considerar a importância da Reforma agrária a fez de forma parcial e, com isso não enfrentou a bancada ruralista no congresso, permitindo que esse grupo continuasse determinando os caminhos da política agropecuária brasileira. Isso continua até o governo atual e com um agravante, em momento algum manifestou apoio direto aso movimentos sociais de luta pela terra, pois à guisa de uma política econômica voltada para a lógica de mercado, seu foco principal é o agronegócio.

Desta realidade apresentada acerca da questão agrária deve ser analisada e considerada, também, a questão fundiária brasileira (desigual e concentrada de caráter patrimonialista), uma vez que desde o Brasil colônia a ocupação de terras se realizou por meio do uso da supremacia política e econômica, materializado em concessões dessas terras para quem fizesse tudo o que lhe fosse determinado pela coroa portuguesa. Neste sentido, as duas partes deveriam se beneficiar desta máxima exploração do território. Algumas tentativas foram feitas para mudar

essa situação, mas todas esbarraram em interesses maiores e por isso foram descartadas ainda no meio do caminho.

Nesta perspectiva todos os marcos legais e institucionais de formas de acesso à terra pouco amparam os trabalhadores/as rurais, haja vista, ser referenciada por uma sociedade oligárquica e patriarcal. Entretanto a classe trabalhadora continuou em Movimento e, assim se organizou para lutar contra as enormes desigualdades socioeconômicas históricas que existiam e ainda existem no campo. Dentre esses Movimentos merece destaque o MST, que a partir dos anos de 1980 se organiza e faz lutas, enfrentamento e resistência em prol da garantia de direito de acesso à terra apesar de os grandes latifundiários crer que o único compromisso social que têm é o pagamento do ITR, ignorando por completo a função social da propriedade. Por isso, a concentração de terras nas mãos de grupos econômicos no Brasil se revelam bastante expressiva e tratada reconhecidamente como reserva de valor. Assim, compreendemos, sem sombra de dúvidas, que a Reforma agrária, se for tratada como uma política de desenvolvimento, configurará a real possibilidade de solução da questão agrária e fundiária do Brasil.

Dentre todas essas questões há que se considerar a mulher trabalhadora rural e a questão de gênero neste contexto, pois, as mulheres representam força de trabalho bastante significativa em países cujas economias são de base agrícola. Por isso, já de longa data, o movimento feminista, bem como os demais movimentos sociais de mulheres, reivindica o reconhecimento de seu lugar e de sua importância no processo de produção da vida material, além da igualdade de direitos. Nesta perspectiva, as mulheres trabalhadoras rurais se organizam em prol de seu reconhecimento e valorização, lutam por se libertarem das amarras machistas e patriarcais, com vistas a uma maior participação políticas nos contextos de luta.

Em um **segundo momento** consideramos importante trazer à tona questões relativas ao papel do Estado e o papel da mulher papel da mulher trabalhadora rural no que tange à garantia de direitos. Para tanto, é importante lembrar que no Estado funciona um comitê administrativo que atende aos interesses da classe burguesa e apresenta, também, uma tradição voltada ao conceito de liberdade vinculada aos princípios do liberalismo, cujas diretrizes tem como foco o indivíduo e não o sujeito coletivo. É nesse contexto que ocorre a elaboração de projetos sociais – dentre estes o projeto de reforma agrária - que geram rupturas e resistências de acordo com os interesses de classes.

Mais que uma simples concessão do uso da terra, a reforma agrária deve se configurar em uma política de cunho social com uma clara inter-relação de forças políticas, econômicas sócias e culturais, onde o latifúndio não perdeu em nada suas forças. Diante desta realidade, interessa-nos aqui observar que o ritmo e o financiamento da reforma agrária ainda estão

ancorados nos limites institucionais, políticos e financeiros do país. Além disso, devemos considerar a realidade de miserabilidade e exclusão social em que vivem as famílias dos trabalhadores rurais sem-terra por todo território brasileiro que, por assim estando, o simples fato de distribuição e acesso à terra para esses sujeitos se configura em uma possibilidade de mudança das condições objetivas nas quais se encontram, mesmo com limites claros.

Esse movimento contraditório representa um amplo espaço de luta, onde a mulher trabalhadora rural também está inserida, por isso tem ocupado cada vez mais seu espaço com vistas à garantia de seus direitos. Neste sentido, a luta histórica em defesa de sua emancipação social acontece de forma continuada e sua participação política tem se ampliado nas ações de ocupação e enfrentamento impetrada pelos movimentos sociais de luta pela terra no Triângulo Mineiro e alto Paranaíba onde o Estado Neoliberal tem atuado de forma bastante acirrada e endurecida junto a estes movimentos, uma vez que em sua agenda prioriza/privilegia o agronegócio travestido nas oligarquias patriarcais desta mesorregião.

Apesar deste cenário se apresentar bastante desfavorável à luta pela garantia do direito à terra, boa parte das mulheres vinculadas aos Movimentos continuam firme numa busca incessante de sua afirmação enquanto sujeitos políticos, agricultoras com vistas à superação do controle social exercido pelos homens em relação a elas, buscam romper, também, com papel de mulher cuidadora por considerar que se trata de exploração do capital sobre sua força de trabalho, inclusive no contexto rural.

Ao considerarmos este movimento contraditório e desigual que se encontra inerente a esta sociabilidade e, que neste sentido se faz presente no mundo rural, reafirmamos a necessidade de rever e analisar neste contexto a particularidade da questão de gênero, especificamente o protagonismo das mulheres trabalhadoras enquanto elemento fundamental para a luta em prol da garantia do direito de acesso à terra.

Assim sendo, no **terceiro momento** deste trabalho definimos como **questão central** de análise **a construção social e o protagonismo da mulher nos projetos de assentamentos do Triângulo Mineiro**. E, ao ler e reler as histórias e memórias de cada uma delas com todo o cuidado que era devido, definimos analisar alguns elementos que se fizeram presentes de forma mais recorrente nos relatos que nos foram passados.

Quanto à origem, reconhecemos algumas singularidades e, também, situações bastante comuns nas histórias e memórias de cada uma delas. A luta pela sobrevivência da família de origem vinculada ao campo é situação que se fez presente em boa parte das memórias de todas as mulheres, mesmo que não tivesse uma relação direta. Essa situação comprova que naquele período histórico havia um grande contingente de famílias que vendia sua força de trabalho para

empresários rurais, tais como as de **Ágata, Topázio e Hematita**, por ser esse o único ofício que aprendeu (passado de pai para filho) e que exigia mais força física que uma formação técnica, reconhecidamente esse grupo de trabalhadores correspondia ao proletariado rural. Com o avanço do agronegócio essa situação se alterou, pois a tecnologia invadiu o campo. Por isso, hoje há uma clara exigência de formação técnica desses trabalhadores e as atividades que carecem apenas de um saber empírico atualmente é desenvolvida pelos mais velhos, que nesse caso, são as pessoas cujas remunerações não passam de um salário mínimo. Isso denota que foram e ainda continuam sendo explorados pelos donos da terra, que, nesse caso, consideram que estão sendo 'bonzinhos', fazendo caridade ao empregar esses/as trabalhadores/as que não servem mais para o mercado, mas por questão de sobrevivência ainda necessitam vendar o pouco de força física que lhes resta e o muito de sabedoria acerca das práticas do campo. Reflexo da vida material no mundo/sociedade capitalista.

Importa lembrar, também, que **Safira e Turmalina Paraíba** expressam um sentimento de amor à terra e às suas raízes de forma bastante representativa, ou seja, trazem suas memórias carregadas de um valor que lhes foi passado pela família. Esse valor elas ainda trazem dentro de si e, com certeza, o levará consigo por toda a vida. Além disso, suas famílias, bem como a de **Diamante** vivenciaram na pele o modelo de concentração fundiária brasileira por meio da venda da força de trabalho de seus familiares como meeiros. Produziam para que os donos dos meios de produção se beneficiassem de seu trabalho de maneira injusta. Ao apresentarem essa realidade traz à tona uma das questões vivenciadas por grande número de trabalhadores/as rurais que ao terem oportunidade de ir para o Movimento de luta pela terra o fazem na certeza de que, ao acessarem esse direito voltarão a trabalhar na produção de alimentos, como foi o caso pai de Safira que ao deixar a roça e ir pra cidade, sempre alimentou esse sonho.

Mas, **Citrino, Rubi e Cornalina** que nasceram na cidade também viveram em situação de pobreza e miserabilidade. Seria essa situação reflexo do êxodo rural que inchou as periferias das cidades de trabalhadores/as que nasceram e cresceram no campo e por falta de qualificação que atendesse as exigências a eles impostas pela modernização/tecnificação da agricultura se viram obrigados a mudar do lugar que tinham referência e identidade de uma vida inteira? Além disso, a crescente industrialização representou à época um 'convite' para essa mudança para os grandes centros urbanos, haja vista a necessidade de um número significativo de trabalhadores/as para operar suas máquinas (expressão de um modelo fordista/taylorista). Ao 'venderem' a ideia de que ali poderiam ter oportunidades que o campo não lhes oferecia, bem como, diferente deles, a possibilidade dos filhos terem acesso à educação e, assim, poderem vencer na vida, representava o fator que os motivava a sair do campo?

Estas duas vertentes acima apontadas são simples representações que foram utilizadas, à época, para conduzir o/a trabalhador/a a seu bel prazer e, assim, atender às estratégias de mercado nesse período em que a economia brasileira estava sendo gestada por um governo militar (ditador) que seguia as regras impostas pelos organismos internacionais sob a orientação dos Estados Unidos. Tempos em que toda a América Latina vivia o terror implantado pelos norte-americanos acerca do comunismo em decorrência da história de Cuba e dos 'camaradas' que estavam tentando, conforme já vinha ocorrendo no leste europeu, libertar aquele território das amarras do capitalismo.

Essa proposta de desenvolvimento econômico passava pela melhoria da infraestrutura em todo o Brasil e uma delas, quiçá a mais importante, dizia respeito à melhoria da distribuição de energia elétrica por todo o Brasil, principalmente no centro-sul do país. Para tanto, considerando a riqueza hídrica brasileira, definiram pela construção de usina hidroelétricas e, assim, muitas cidades e famílias inteiras foram diretamente afetadas por essas construções de barragens, quando se viram obrigados a abandonar toda sua história e todas as suas memórias e transferi-las para outro lugar, outro território. Essa situação representou um recomeço.

As famílias de **Quartzo Verde e Turquesa** vivenciaram essa triste experiência que teve reflexos negativos e significativos na vida de todos os familiares. Tiveram, a partir dessa imposição de mudança, que buscar novas formas de sobrevivência. Ao que tudo indica, tanto a família de **Quartzo Verde**, quanto a de **Turquesa** não foram devidamente indenizadas pela empreiteira. Assim, todos os familiares de **Turquesa** que sobrevivia do que produziam na terra que era do avô, se viram obrigados a ir cada um para seu canto em busca de outras formas de sobrevivência. Especificamente seus pais, juntamente como os filhos/as foram para a cidade vender sua força de trabalho para a pequena indústria. A família de **Quartzo Verde,** que à época tinha um pequeno sítio, também se viu obrigada a ir para a cidade, morar numa pequena casa na cidade, resultado da parca/insignificante indenização. Essa situação deixa claro qual é de fato a preocupação dos governantes em relação aos investimentos maciços em desenvolvimento econômico do país. A conta resulta em uma simples equação: humaniza-se as coisas e coisifica-se as pessoas.

Assim, ao revisitar as **memórias das infâncias**, compreendemos que essas situações vivenciadas por todas essas mulheres, a partir de suas origens, tiveram rebatimentos diretos em suas infâncias. Neste contexto, apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela sobrevivência, apenas Rubi apresenta uma infância com brincadeiras e vivências lúdicas junto a seus irmãos, sob os cuidados e olhar da sua mãe. As memórias das demais companheiras nos apresenta o

trabalho (assalariado ou não) como o ato máximo da sobrevivência diária e cujas situações, de certa forma, se perpetuaram pela vida afora.

Exemplo disso é **Ágata** que desde 'jovenzinha', pelas condições objetivas e materiais da vida, foi obrigada a se separar de sua família, tendo que sozinha enfrentar as mais diferentes adversidades e ao exercitar essa sobrevivência solitária, própria de uma diretriz liberal, aprendeu essa condição e a carregou por toda a vida quando ainda hoje, apesar de estar junto com os companheiros/as do Movimento, continua exercitando essa sobrevivência solitária na luta da vida cotidiana. Recentemente (em agosto de 2014), após uma luta árdua, via sindicato dos trabalhadores/as rurais do município de Prata-MG (dirigido por **Turmalina Paraíba**), conseguiu se aposentar com trabalhadora rural pelo INSS. Com isso, Afirma que agora, com esse recurso financeiro garantido mensalmente, consegue vislumbrar possibilidades reais de mudança em sua vida por meio da terra que faz produzir.

Assim como **Ágata**, as companheiras de luta **Citrino, cornalina, turquesa** e **Topázio, Turmalina Paraíba, Safira, Diamante, Hematita** carregam em suas lembranças da infância o trabalho que desde muito cedo tiveram que fazer para garantir as condições de sobrevivência de toda família, isso retrata a usurpação do direto de brincar na infância, ou seja, demonstra a usurpação de fantasias, desejos e brincadeiras dessas meninas. E, nesse sentido, as memórias de **Quartzo Verde**, são emblemáticas para reforçar esta questão, uma vez que, cansada de esperar pela tão sonhada boneca, foi à luta e, aos 11 anos buscou um trabalho como boia-fria para conseguir, ela mesma comprar seu brinquedo. Contudo, resta-nos lembrar que a utilização da força de trabalho infantil era, naquele período histórico, legitimada pela sociedade, quando faziam uso do labor como algo que tornasse o homem uma pessoa boa, honesta e obediente. Essa obediência estava vinculada ao atendimento das determinações do modelo burguês de máxima exploração do homem pelo homem.

Esse discurso do trabalho enquanto ato dignificante, nessa época tinha e, em certa medida ainda hoje, tem muita força. Isso porque se fazia necessário utilizar do trabalho infantil por vários motivos, dentre eles os baixos salários (ou a não existência dele), a total ausência de reivindicação de direitos, além de representar uma forma clara de colaborar com seus familiares. Entretanto, neste contexto de análise, importa lembrar que quanto mais estas meninas se colocavam à disposição do trabalho, mais se legitimava o fosso da desigualdade social, materializado na miséria/pauperização, bem como na evasão escolar, dentre outros problemas que marcaram profundamente a vida destas meninas, o que já demostrava a barbarização da vida dos filhos da classe trabalhadora. Como a vida é a representação clássica

da dialética, as vivências do trabalho na infância repercutiram diretamente na escolarização delas.

Assim, **Quanto à escolaridade**, boa parte delas não conseguiu cursar o ensino fundamental em decorrência de toda essa realidade de ausências e lutas pela sobrevivência nesta sociabilidade que prima pela exploração da força de trabalho dos sujeitos que a têm como único caminho para se manterem ativos, porém mediados pela supra-sunção da propriedade privada e da acumulação.

Todavia, não perderam a capacidade de sonhar. Assim, Diamante ainda acredita que vai realizar o sonho de se graduar por considerar esse 'o caminho' para melhoria das condições de vida dos filhos da classe trabalhadora. Conforme já sinalizado anteriormente, essa situação demonstra o que é pregado pelo pensamento (neo)liberal que hoje, mais do que nunca, tem a educação como um dos mercados mais lucrativos. Desta feita, vendem a ilusão da graduação como passaporte para um 'bom emprego'. Mas, quando terminam esse nível de escolarização, percebem que precisam ingressar em um curso de pós-graduação e procuram dentre as diversas empresas de educação a que 'vende' o produto/mercadoria mais acessível ao seu bolso. A qualidade da formação oferecida é o que mesmo importa nessa roda vida que se tornou o mercado da educação no Brasil.

Mas, **Safira e Hematita**, afirmam ter tido o privilégio de se graduarem em Pedagogia da terra, pois, com a força do coletivo de trabalhadores rurais sem-terra se organizaram e, enfrentando dificuldades diversas, foram para outras cidades (Belo Horizonte-MG e São Mateus-ES) para realização do sonho de se graduarem em pedagogia para serem professoras. Como forma de gratidão e, também, reconhecimento do valor do trabalho e da luta coletiva dos trabalhadores/as rurais sem–terra, continuam juntas com estes companheiros, colaborando nas formações e também, nos enfrentamentos e lutas cotidianas.

Resta-nos afirmar que essa realidade de escolarização, interferiu diretamente na inserção dessas mulheres no mundo do trabalho assalariado.

Neste sentido, **Quanto ao ingresso no mundo trabalho assalariado,** todas essas mulheres tiveram que fazê-lo, conforme já apresentado, ainda muito jovens. Isso retrata o papel relevante da mulher na produção da riqueza social e na subsistência de sua família, ainda incorporada nas relações produtivas sob condições desumanas. Isso é retatado nas memórias de **Ágata, de Quartzo Verde, de Turquesa, de Diamante, de Citrino, Topázio e de Cornalina** quando ainda bem meninas se submetiam a extensas jornadas de trabalho e, por uma questão de sobrevivência, se deixavam levar pelos ditames e ordenamentos deste universo das relações

de produção e reprodução da vida material em que a questão de gênero, de longa data, se encontra nitidamente expressa na divisão sociossexual do trabalho.

Já na vida adulta, para garantir o seu sustento e também de seus familiares, continuavam a venda de sua força de trabalho em empregos e ou subempregos, às vezes em tempo parcial, com baixos salários em situação de total precarização, ocupando, assim, espaços onde exigia-se mais a força física do que a força intelectual, em funções meramente reprodutivas; basicamente o setor terciário (de serviços). Além, disso, vale frisar a situação do trabalho no espaço doméstico, onde, via de regra, ainda hoje prevalece sob a total responsabilidade da mulher que assume uma jornada de trabalho continuada, ou seja, inicia suas atividades pela manhã e só as encerra ao deitar-se, refletindo uma postura conservadora e machista acerca dos papéis desempenhados pelo masculino e o feminino. Nesta perspectiva, percebemos a necessidade de um enfrentamento contínuo para romper com esta opressão de gênero por meio de uma luta centrada na exploração do capital.

Entretanto, consideramos que estas situações vivenciadas as fortaleceram para outros enfrentamentos diante das mazelas e explorações que observavam neste espaço sócio-ocupacionais onde vendiam sua força de trabalho, como é o caso de **Rubi** que, ao vender sua força de trabalho para os correios, acabou por se deixar exonerar de um cargo público. Esse deixar-se exonerar realmente ocorreu nestes termos, pois após o gerente maior dos correios de Araguari a demitir em período eleitoral e, via processo judicial reassumir o cargo, decidiu sair daquela instituição extremamente machista, burocrática e conservadora. Segundo Nogueira (2013, p.66) “Isso ocorre porque a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sociossexual do trabalho.” Neste contexto dos correios fica claro que ocupava o lugar de uma mulher trabalhadora que era ali reconhecidamente profissional competente, mas também, militante e combativa na perspectiva de garantia dos direitos de todos/as trabalhadores/as efetivos em seus cargos na instituição. Por isso, Rubi gerava muito desconforto aos dirigentes de estrutura conformada numa hierarquia de gêneros com característica machista e burocratizada.

Mediante estas situações apresentadas, acreditamos que as vivências dessas mulheres no mundo do trabalho assalariado e precarizado, permitiu-lhes compreender a necessidade de buscar outros caminhos para a superação dessa sociedade de classes, onde, via de regra, quem fica à mercê de toda sorte é a classe trabalhadora, que por uma questão de subsistência, necessita vender sua força de trabalho para quem pagar o melhor salário. Contudo, esses salários são regulados por um grupo minoritário que dita as regras do mercado, inclusive criando um exército industrial de reserva e/ou mercado sobrante que fica disponível e sob o controle desse

mesmo grupo. Na realidade os trabalhadores tornam-se mercadorias, vendendo sua força de trabalho para quem paga mais; e ao capitalista não importa o que produz desde que seja lucrativo. Por isso, e por reconhecerem no movimento social outra possibilidade de luta, se vinculam ao Movimento, na perspectiva de garantir o direito de acesso à terra.

Quanto à luta junto ao Movimento é possível afirmar que essas mulheres, por meio das vivências de ocupação da terra e da organização de um acampamento, constituído de trabalhadoras/es sem-terra com as mais distintas trajetórias de vida, carregadas de histórias que perpassam por diferentes formas de exclusão social, política, econômica e cultural, criam, a partir dali uma identidade, formada/articulada por um objetivo comum - a conquista da terra.

Neste sentido, trazem em suas memórias variadas formas de resistência, luta e enfrentamento que podemos reconhecer nas trajetórias de todas em que facilmente se verifica em palavras e posturas que apreenderam e incorporaram para suas vidas. Em **Ágata** a palavra de ordem é luta e participação e isso foi reafirmado e reforçado ao ingressar na luta pela terra. Não muito diferente é a postura de **Topázio,** que ao ingressar na luta se reconhece como classe trabalhadora e incorpora em si e para si o processo de luta pela terra.

Hematita apresenta sua trajetória de luta junto ao movimento localizando-o, em um primeiro momento, nas pastorais católicas (comunidades eclesiais de base e CPT) onde receberam formação política com base na teologia da libertação. Dessa forma se fez líder juntamente com seu marido. Nesta perspectiva, participaram de ocupações como apoio e somente um tempo depois sentiram o desejo de se engajar na luta pela terra junto com outros/as companheiros/as. Ao se assumir de fato uma sem-terra foi para a luta atuando junto ao setor de educação e, assim conseguiu realizar o sonho de ser professora. Ali, acompanhando seus alunos vivenciou situações de estranhamento entre filhos/as de trabalhadores/as. Conseguiu estabelecer o diálogo para que todos/as se compreendessem filhos/as da classe trabalhadora. A partir daí, ao participar de várias outras lutas conclui que o rompimento da cerca lhe permite ser um homem/uma mulher novo/a. Dessa feita, jamais será o mesmo, reafirmando o pensamento de Heráclito que não se pode entrar no mesmo rio duas vezes, pois as águas já são outras e nós já não somos os mesmos, uma vez que é da multiplicidade contraditória que surge a unidade dialética, isso nos permite algum conhecimento, ainda que passageiro.

Já **Cornalina** ao entrar na luta, vivenciou duas realidades de Movimento. O primeiro (MTL) se viu obrigada a abandonar em decorrência de complicações de uma gestação e por estar sem o companheiro naquele espaço de luta. No segundo (MLST) vivenciou uma situação de guerra ideopolítca, ou seja, ali trabalhador enfrentou trabalhador com objetivos e posturas totalmente diferentes entre si. Esta situação de postura equivocada do grupo dirigente do MLST

também aconteceu com o grupo no qual estavam à frente **Turmalina Paraíba** e **Citrino** que, em decorrência disso optaram por se filiar a uma organização sindical. Estas duas situações levam-nos a concluir que este Movimento na mesorregião do Triângulo Mineiro tem à sua frente alguns líderes homens em sua maioria absoluta, que, conforme expresso por muitos militantes, defendem interesses particulares em detrimento dos objetivos de luta da grande maioria dos trabalhadores que é a garantia do direito de acesso à terra. Essa situação tem gerado o afastamento e a total despolitização dos trabalhadores que já se encontram assentados. Também, favoreceu o fortalecimento do MST na região. Que tem estado à frente da maioria das ocupações que se encontram instaladas na mesorregião do Triângulo Mineiro.

Nesta luta**, Safira, Rubi, Quartzo Verde, Turquesa** fazem parte (de forma direta e indireta) do grupo que lidera o MST. Neste sentido, as lutas junto ao Movimento que foram apresentadas em suas memórias sintetizam uma trajetória que por si só expressa/transparece a representatividade feminina neste contexto de luta desta região. **Safira** afirma que a mulher é agente histórico fundamental neste processo de lutas. Se posiciona para o enfrentamento na organização e também no setor de educação.

Rubi se encontra à frente da comunicação, negociação sempre com um espírito aguerrido e combativo mesmo diante de tantas perseguições e intimidações, inclusive diante de uma clara postura de satanização da mulher materializado nas posturas dos homens que fazem as reintegrações de posse. Essa questão também vem à tona nas memórias de **Quartzo Verde**, ambas sofreram na pele esta situação de fúria e ódio por estarem à frente das negociações em ocupações feitas pelo Movimento. Assim como **Rubi, Quartzo Verde** não se deixou intimidar e, apesar do tensionamento, enfrentou todos que vieram fazer a desocupação com truculência e total ausência do reconhecimento do direito humano de todos/as que ali estavam em uma luta legítima. Por isso reconhecemos nestas duas mulheres, com tamanha competência política, as seguintes palavras de ordem: determinação, força, indignação e esperança.

A postura de **Turquesa** não se distancia das de suas companheiras, pois sabedora da realidade da luta de classes, sempre ao estar na luta junto ao Movimento priorizou ações que garantisse o direito de todos/as. Por isso considera fundamental o Movimento estar em constante movimento mesmo, ou seja, mesmo estando já no seu "quadradinho burro", não dá para negar a importância das lutas coletivas, pois reconhece que além das adversidades cotidianas a luta dos trabalhadores/as rurais sem-terra é mais ampla. Trata-se do enfrentamento com o Estado que apoia em primeiro lugar os grandes, os empresários rurais os comandantes do agronegócio. Por isso a luta deve ser permanente. Para tanto, há que se ter um espírito revolucionário.

Importa ressaltar aqui as histórias que se cruzam nas memórias de **Citrino e Turmalina Paraíba,** uma vez que no campo de luta sempre estiveram à frente das mesmas batalhas e por causas comuns desde a ocupação/acampamento ao assentamento e depois dele. Encaram a realidade como um produto histórico social e, assim, enfrentam a luta com determinação, coragem e força sem qualquer medo de fazer este enfrentamento até mesmo com os donos do agronegócio, que são apoiados de forma direta pelo Estado personificado em suas instituições cujas posturas são positivadas e, dessa feita, exercem sue poder a favor dos donos dos meios de produção.

Diamante também faz a luta e a resistência tendo como princípio a luta de classes, e se posiciona sempre preocupada em trazer à tona a questão de gênero que perpassa todo o espaço de luta. Por isso, acredita que a luta deve ser feita com todos/as e por todos/as com vistas à emancipação humana e a superação da lógica da mercadoria. Neste sentido, suas palavras de ordem são certeza e determinação.

Quanto à condição de mulher, nas memórias apresentadas acerca desta questão, elas expressam a certeza e determinação que as movem. No contexto de luta pela terra, conforme anteriormente afirmado, imprimem a modalidade luta de cunho coletivo e ao se organizarem, questionam as posturas machistas e patriarcais ainda vivenciados no cotidiano de um contingente considerável de mulheres companheiras de luta. Mas, todas as mulheres, ao se revelarem na condição de mulher apresentam sua vinculação a essa condição dentro do Movimento. Por respeito à singularidade de cada uma delas, optamos por descrever de forma analítica as suas representações acerca da condição de mulher no contexto do Movimento.

Ágata vincula sua condição ao campo onde se fez e construiu sua identidade de ser mulher. Também apresenta um enfrentamento fez em decorrência de ser uma mulher só. Essa situação que sempre carregou consigo gerou uma disputa que fora foi levantada por homens que estavam na liderança do Movimento. Porém ela mostrou a força da mulher com identidade construída por meio da vivência com a terra e, assim, conseguiu vencer estes homens de forma legítima.

Topázio, ao expressar suas memórias apresenta uma certeza que, conforme já afirmado, se tornou a tese central deste trabalho, ou seja, **a terra sem mulher vira deserto**. Ao apresentar esta questão o fez com uma convicção que nos impressionou e, saímos do seu barraco no assentamento com a certeza de que era exatamente esta tese que deveríamos defender. Ao apresentá-la às outras mulheres, todas reafirmaram que essa era uma verdade por elas vivenciada no cotidiano do assentamento e também carregavam dentro de si a certeza daquela afirmação.

Safira, que se apresenta como camponesa de raiz e o faz de forma consciente de ser o que é. No Movimento é uma mulher militante, ativa, participativa e lutadora e se coloca indignada com todas as mazelas sociais que percebe estar presente em todos os espaços de vivencia das mulheres. Se indigna ainda mais quando encontra situações de violência contra a mulher por se tratar de uma questão que já fora por ela vivenciada e da qual conseguiu se libertar por meio da participação em formações propiciadas a ela via Movimento. **Safira** conseguiu compreender que a situação de violência reforça a condição de inferioridade da mulher em relação ao homem e, após essa compreensão se coloca de olhos bem abertos para qualquer véu que encobre esta situação dentro do próprio Movimento.

Turmalina Paraíba se reconhece como uma mulher que faz a luta dentro de todos os contextos em que os trabalhadores/as se encontram em Movimento para acessar o direito à terra. Neste sentido tem uma postura de pertencimento a esta luta por se reconhecer, também, na condição de sujeito que faz a história da luta pela terra na mesorregião do Triângulo Mineiro. Os tensionamentos gerados por essa luta não a intimidam, pois sabe e se faz reconhecer pelos adversários como uma mulher destemida que não se furta à luta.

Turquesa apresenta uma postura bastante otimista quanto ao posicionamento da mulher dentro do movimento, ou seja, apesar de reconhecer que existem muitas questões a serem superadas acerca do machismo e da postura patriarcal de muitos homens que se fizeram em um contexto onde ele é a cabeça do casal, as mulheres que ali se encontram sabem que podem ser sujeitos de sua própria história, pois a organização do Movimento tem buscado mudar essa situação da condição da mulher como aquela que apenas cuida e, assim, fica no campo privado da mera reprodução.

Segundo **Citrino,** sempre se posicionou como uma mulher de luta, desde sua identificação como pessoa. Entretanto reconhece que a condição de mulher no Movimento continua se dando no campo da reprodução com vistas à manutenção de uma sociedade funcionalista e utilitarista. Entretanto defende que a mulher deve se reconhecer como sujeito político, deve fazer ação política no sentido de que seja reconhecida a sua competência para produção.

Diamante ao apresentar sua memória sobre a condição de ser mulher, se reconhece como peça fundamental no Movimento. Porém, se preocupa com as companheiras e, por isso apresenta a necessidade de que todas sejam empoderadas. Desde muito tempo tem trabalho nesta perspectiva, pois acredita que não adianta fazer as lutas pela ruptura de paradigmas acerca do papel social da mulher. Por isso, afirma que tem feito suas lutas em busca desta ruptura para além dos muros da sua casa por acreditar que é a mulher tem toda a competência para mediar

todos os conflitos que existem no contexto da luta pela terra. Importante reafirmar a concepção de uma família de classe apresentada por Diamante que, de fato rompe com a proposta da tradicional família burguesa. Compreendemos que essa postura representa uma clara superação desse modelo burguês de ser família, criado apenas para reforçar uma sociedade de consumo de bens e serviços.

Quartzo Verde afirma uma postura de luta pelo reconhecimento do lugar da mulher no Movimento. Neste sentido, defende seu reconhecimento como produtora de ideias, pois já esteve na condição de ser usurpada de suas ideias nos espaços onde se pensa e se faz propostas de avanços para as lutas do Movimento e como transpira indignação diante de posturas autoritárias e injustas, se posicionou e defendeu suas ideias, porém, por se tratar de um espaço constituído pela maioria de homens, acabou sendo voto vencido naquela batalha. Entretanto, pelo seu posicionamento frente à condição de todos/as, merece ser reconhecida neste espaço como determinada e incansável na luta.

Rubi traz à tona o papel de mulher mãe que se encontra na luta que mesmo se ocupando com a maternagem não perde a dimensão do seu papel nas ações políticas dentro e fora do Movimento. Por isso se apresenta como uma defensora árdua do lugar que a mulher deve ocupar na luta afirmando que o movimento deve se configurar como o espaço da possibilidade e viabilidade para a superação da mulher como mera cuidadora, deve incentivar a liberdade da condição de liberdade para desenvolver-se, romper com as amarras do patriarcalismo e do machismo, pois acredita que neste campo de luta pela terra, nega-se o mito pregado por Beauvoir e, assim a mulher É, o homem que é o Outro.

Hematita reafirma que a mulher é o sustentáculo da luta e, neste sentido é decisiva nos momentos de tensionamento, luta e resistência. Porém, apesar de ter essa consciência, reconhece que a mulher continua sendo desafiada a provar a sua competência em todos os momentos em que se posiciona, cobra posturas e faz valer suas ideias. Nestes encontros e desencontros há uma clara manifestação da existência e permanência da divisão sociossexual do trabalho que reafirma e, ainda naturaliza a opressão de gênero.

Cornalina ao apresentar suas memórias sobre a condição da mulher afirma que nos espaços de luta do Movimento é reconhecida como mulher de boas ideias. Entretanto, apesar da Associação do assentamento ser formada em sua maioria por mulheres, reconhece que no MLST a mulher é pouco reconhecida nos espaços de luta o que comprova a tese anteriormente por nós apresenta acerca da ausência de formação política neste Movimento para que a direção possa manipular o coletivo de trabalhadores conforme seus interesses.

Diante de todos estas considerações acerca da condição da mulher nos Movimentos de luta pela terra, há que se reconhecer que todas elas estão continuamente fazendo suas lutas particulares e coletivas para que a mulher rompa com essa situação de opressão e invisibilidade diante da manutenção de seu papel no campo da reprodução. As posturas adotadas por todas as mulheres no que diz respeito à condição de mulher serão também reafirmadas na discussão que trata do Protagonismo de todas no contexto de luta.

Quanto ao protagonismo no Movimento, todas as memórias e histórias até aqui apresentadas refletem com clareza ou não esse protagonismo. Desta feita, nos ocupamos aqui apenas da reafirmação de forma analítica da condição de protagonista de todas elas, nos dando a liberdade de fazer a aproximação de suas histórias e memórias.

Cornalina se apresenta protagonista pela simpatia e carisma. Com essa postura subjetivada ignora a necessidade de uma formação política para que ela e os companheiros possam acordar desse sono profundo da alienação presente nos grupos de trabalhadores/as vinculados ao MLST. Esta realidade já fora abordada de forma bastante ampla ao longo desta análise.

Ágata, se coloca como eterna aprendiz ao se fazer protagonista e se reconhece como uma sonhadora da construção coletiva mesmo que de forma utópica. Visivelmente representa a força de tantas outras mulheres que, mesmo invisibilizadas, fazem suas lutas cotidianas. A vida cotidiana é por excelência o espaço da contradição, onde, tradicionalmente estão presente todas as formas de práticas humanas que não requerem qualquer justificação utilitária, porém, mesmo assim, estas mulheres, mesmo que às vezes de forma inconsciente, fazem a provisão de suas próprias metas, fundamentos e razões.

A utopia coletiva também faz parte do universo em que **Topázio** se faz protagonista, pois mesmo com as dificuldades privilegia ações de cunho coletivo. Acredita que a vida, entre tantas idas e vindas neste movimento dialético de negação/contradição é um caminho a ser construído e está nos preparando para um grande encontro.

Em certa medida, **Turquesa e Quartzo Verde** fazem parte desse grupo das utópicas, porém com uma clara diferença, sabem que suas ideias podem estar nas nuvens, mas seus pés estão sempre no chão, de preferência na terra vermelha. A Utopia de turquesa é a luta revolucionária concreta e radical, para isso se forma politicamente no cotidiano, mas sabedora do distanciamento que está desta revolução utópica, faz pequenas revoluções por onde passa. O mesmo acontece com **Quartzo Verde,** possui uma natureza revolucionária e por onde passa levanta sua bandeira de luta por justiça e igualdade de condições no campo dos direitos sociais e coletivos. Graças à sua competência para reivindicar, mesmo estando distanciada do grupo

que dirige o Movimento, continua firma na luta para a correção dos vícios e desvios do Movimento.

Safira e Hematita fazem seu protagonismo acontecer na organização política e efetivação das lutas, bem como no setor da Educação. A definição de **Safira** enquanto protagonista de sua história pode ser definida como educadora/lutadora em sua completude, pois é professora por vocação e pesquisadora por opção. Assim, por ter acreditado na sua potência e competência alçou e ainda tem alçado autos voos porque se nega aos limites que em um certo período da sua vida lhes foram impostos. Hoje o céu é o limite. Já Hematita continua firme em seus propósitos de trabalhar a qualidade social da educação, mesmo diante de tantos obstáculos vivenciados (estranhamentos, fetiches) os sucesso alcançados (alfabetização de companheiros/as com o uso do método Paulo freire) são o combustível para continuar a luta em prol de uma educação popular que atenda as demandas da classe trabalhadora.

Turmalina Paraíba e Citrino protagonizaram lutas importantes junto com o coletivo de trabalhadores/as no Movimento onde se encontravam vinculadas. Nesta condição, conseguiram quebrar alguns paradigmas acerca do posicionamento da mulher à frente das ações políticas do Movimento de luta pela terra, uma vez que se mostraram excelentes estrategistas frente a grandes batalhas que resultaram em sucesso para todos/as. Nesse sentido, são a personificação da competência política da mulher nesta realidade onde ainda prevalece a presença de homens nos espaços de direção.

Diamante e Rubi são presença importante e reconhecida pelos companheiros/as na construção desses espaços de luta na mesorregião do triângulo Mineiro. Ao rever as memórias delas, a história fala por si, não são necessárias muitas palavras, pois a todo tempo e hora deixam claro que a superação dessa sociabilidade é necessária para que a classe trabalhadora possa alcançar a sua essência, a condição humana que foi e continua sendo totalmente desumanizada nesta lógica do capital.

Resta-nos afirmar que o diálogo entre os diversos movimentos sociais deve ser configurado com uma prática continuada do Serviço Social. Não titubeamos em fazer esta afirmação por acreditarmos, enquanto assistente social que este é por excelência o espaço legítimo de luta da classe trabalhadora e assim o sendo, deflagra o compromisso expresso no nosso projeto ético-político. Além disso, devemos ressaltar que, enquanto profissão que atua junto a questão social e as mais diversas expressões dela advindas, o Serviço Social deve assumir o compromisso de atuação junto às questões agrária e de gênero por se tratar de particularidades da questão social que se colocam a toda categoria em seu exercício profissional cotidiano. Neste sentido, confirmamos aqui a relevância teórica e social deste trabalho, pois ao retratar as histórias e memórias destas mulheres, privilegiando sua participação política nos movimentos sociais de luta pela terra, descortina e traz para a discussão acadêmica as questões

agrária e de gênero, tão atuais e presentes neste contexto. Além disso desvela o protagonismo, bem como a real contribuição das mulheres na condução e construção destes movimentos sociais.

Por isso, há de se considerar a existência das marcas deixadas pelos passos dados por essas e várias outras mulheres que ficaram ao longo do caminho de luta e resistência até aqui construído pela classe trabalhadora. O fato das mulheres não serem muitas vezes lembradas nas memórias e histórias das lutas sociais não reflete a realidade onde quase sempre deixaram de lado a omissão e a (pseudo)passividade, se colocando ativas diante dos mais variados conflitos sociais que ocorreram durante longos anos da história, não só a nível de Brasil, mas a nível mundial.

Devemos ainda relembrar que o modo de vida, dos seres humanos categorizados como gênero na sociedade capitalista contemporânea, é atravessado por singularidades, universalidades e particularidades. O reconhecimento da essência/coisa em si das lutas/enfrentamentos cotidianos das mulheres dos assentamentos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro representa a condição sine qua non, de toda a construção deste trabalho de pesquisa. Neste sentido, ao longo de todas as análises apresentadas acreditamos que tese central deste trabalho foi confirmada, ou seja, **a terra sem a mulher realmente vira deserto**, pois sem a sua presença, junto dando força e vida à caminhada, o homem não consegue enfrentar as dificuldades que se apresentam no cotidiano do assentamento, em suma ele perde a esperança, desiste do sonho de fazer a terra produzir, a abandona e vai embora.

Desta feita, esperamos que estes resultados possam ser publicizados por meio de estudos e publicações, revelando a realidade do protagonismo das mulheres que compõem os movimentos sociais rurais da mesorregião do Triângulo Mineiro. Afirmamos isso por compreender que ainda há um baixo número de publicações sobre esta temática na área do Serviço Social e, neste sentido, consideramos necessário o fornecimento de dados para estudos que acontecem na profissão acerca da realidade e vivência dos sujeitos envolvidos nesta luta pela terra, bem como as questões que envolvem o movimento social rural.

Portanto, o desafio está lançado. Que possamos, a partir de agora criar espaços que oportunizem dar visibilidade às reais condições de resistência, tensionamento, enfrentamento presentes no cotidiano dessas mulheres que estando neste contexto de luta pela garantia do direito de acesso à terra, se dão, também, o direito de exigir que os frutos produzidos em grande parte pelo coletivo das trabalhadoras rurais sem-terra e, neste movimento são o resultado de pequenas e grandes lutas, sejam distribuídos de forma igualitária entre os gêneros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. S. Algumas tendências teóricas de estudo de gênero. In: _____. (Org.). **Violência de género e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

ALVES, G. Fetichismo e subjetividade burguesa – trabalho, valores – fetiche e estranhamento social. In: SILVA, J. F. S; SANTA'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ANTUNES, R**.** A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 104, p. 632-636, out./dez. 2010.

_____. **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engles. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho:** Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

BARCELLOS, S. Desagregação da organização social e produtiva do Assentamento Carlos Marighela/RS - um estudo de caso. **Revista Ideas,** Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 74-93, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/sergiobbarcellos/desagregao-da-organizao-social-e-produtiva-do-assentamento-carlos-marighela-rs-um-estudo-de-caso>. Acesso em: 22 out. 2013.

BOGO, A**. O vigor da mística.** São Paulo: Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 2002.

BORDALO, C. A. Estado, participação e representação política: uma abordagem sócio-histórica à partir dos movimentos de mulheres rurais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE PSIOSSOCIOLOGIA: Sociedade contemporânea, rupturas e vínculos sociais, 11., 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Ed UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/coloquio/files/Caroline%20Araujo%20Bordalo%20%5B208.1%5D.doc>. Acesso em: 7 jul. 2014.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia Livro, 1970.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. Universidade; Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 2003.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BUTTO, A.; HORA, K. E. R. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, A. L.; HORA, K. E. R. (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasi**l. Brasília, DF: MDA, 2008.

_____. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (Org.). **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul.** Brasília, DF, 2006.
BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____**. Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

_____. Conferência do prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). **A dominação masculina revisitada.** Campinas: Papirus, 1998.

_____. A dominação masculina. **Educação e Realidade,** Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 133-184, jul./dez. 1995.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M.; MEYER, D.; WALDOW, V. (Org.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União,** Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Anexo. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 8 fev. 2012.

_____. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 30 nov. 1964. Supl. p. 49. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 13 maio 2103.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, DF, 2003.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR).** 2004. Disponível em: <http://spm.gov.br/subsecretaria-de-articulacao-institucional-e-acoes-tematicas/area-rural>. Acesso em: 7 jul. 2014.

CALDART, R. S. **Escola é mais do que escola na pedagogia do movimento sem-terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARDOSO, F. H. Análise e memória (recordações de Enzo Faletto). **Tempo Social:** Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 215-221, jun. 2007.

CARNEIRO, M.J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 11-22, jun.1994. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/21/23>. Acesso em: 21 mar. 2013.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Reforma Agrária**: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, ed. esp., p. 31-43, jul. 2013.

CARVALHO, L.F. O.; ROCHA, M. I. A. Pedagogia da terra**. Revista Presença Pedagógica,** Belo Horizonte, v. 12, n. 72, p. 60-65, nov./dez. 2006.
CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CISNE, M. Gênero, marxismo e pós-modernidade: uma reflexão teórico-política acerca do feminismo na atualidade. **O Comuneiro,** Lisboa, n. 2, mar. 2006. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr02_09_Genero,%20marxismo%20e%20pos-modernidade.htm>. Acesso em: 13 out. 2011.

COCA, E. L. F. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: Compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária Brasileira: Estudo dos Assentamentos das Regiões Norte e Nordeste. **Relatório final Fapesp/NERA.** Presidente Prudente, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de ética do/a assistente social:** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. Brasília, DF, 2012.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005.

_____. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate,** Brasília, DF, v. 1, n. 2, p. 111-125, jan./ago. 2010.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1993.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, [19--]. (Grandes Obras do Renascimento Universal, 2).

ESQUERDO, V. F. S. ; BERGAMASCO, S.M. P. P. Balanço sobre a reforma agrária brasileira nas duas últimas décadas**. Interciência**, Caraacas, v. 38, n. 8, p. 563-569, aug. 2013.

FELICIANO, G. A.; GIRARDI, E. P. (Coord.). **Dataluta 2011**: Banco de Dados da Luta pela Terra. Organização de José Sobreiro Filho e Tiago Egídio Avanço Cubas. Presidente Prudente: NERA/FCT/UNESP, 2011. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2011.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2012.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Reforma agrária no governo Lula:** a esperança. 2003. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2003.

_____. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 21 out. 2004.

FERNANDES, B. M (Coord.). **Dataluta 2007:** Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente: NERA/FCT/ UNESP, 2008.
FERNANDES, B. M. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília, DF: MDA; São Paulo: Ed. Uniara, 2008.

_____. A Reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil:** Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.

FERREIRA, B. A Reforma Agrária no Governo Lula. Balanço: 2003 a 2005. **Reforma Agrária:** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 32, n. 1, p.13-37, jan./jul., 2006.

FERREIRA, M. L. A. As desigualdades de Rendimento por Gênero na RMBH e no município de Montes Claros. In: SOUZA, M. F. (Org.). **Desigualdades de gênero no Brasil:** novas ideias e práticas antigas**.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

FISCHER, I. R.; GEHLEN, V. Reforma agrária: chão masculino, pão feminino. **Textos para Discussão:** Revista da Fundação Joaquim Nabuco**,** Recife, v.1, n.130, p.1-9, fev.2002. Disponível em <http://periodicos.fundaj.gov.br/TPD/article/view/936>. Acesso em: 8 jan. 2012.

GLASS. V. **O Incra no fio da navalha**. 21 jan. 2013. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2013/01/o-incra-no-fio-da-navalha>. Acesso em12 out. 2013.

GLR gemas do Brasil. Disponível em: <http://www.pedraspreciosasbrasileiras.com.br>. Acesso em: 17 maio 2014.

GODINEAU, D. **Les femmes dans la société francaise**: 16 – 18e siècle. Paris: Armand Colin, 2003.

GOMES, G. Reforma agrária: algumas questões atuais. **Reforma Agrária**: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas, v. 31, n. 1, p.63-68, jan./abr. 2002.
GONÇALVES, R. Gênero: a participação política das mulheres no MST**. Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GOHN, M. G. M. **Sem terra, ONGs e cidadania.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, ago. 2004.

GRAMSCI, A. **Scritti Giovanili.** Torino: Einaudi, 1975.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HELLER, A. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

HILSENBECK, A. M. F. A transformação do projeto de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. In: MARX E O MARXISMO 2013: Marx hoje, 130 anos depois, 2013, Niterói. **Anais....** Niterói: Ed. UFF/NIEP, 2013. Disponível em: <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc603.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

HUNT, L. Revolução francesa e vida privada. In: ARIES, Philippe; DUBY, Georges (Org.). **História da vida privada**. Tradução Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

IAMAMOTO, M.V. A questão social no capitalismo. **Temporalis,** Brasília, DF, ano 2, n. 3, p.9-32, jan./jun. 2001.

IANNI, O. **Origens agrárias do estado Brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IASI, M. **Ensaios sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Olhar o mundo com olhos de mulher?** (à respeito dos homens e a luta feminista) Publicado em 1991. Disponível em: <http://abeef.files.wordpress.com/2010/01/mauro-iasi_feminismo.pdf>. Acesso em: 21 out. 2011.

IBGE. **O Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/workshop/sidra.shtm>. Acesso em: 23 abr. 2014.

_____. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>. Acesso em: 8 abr. 2014.

_____. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000> Acesso em: 08 de jun. 2012.

_____. **Pnad 2011.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011>acesso em: 13 mar. 2012.

IBGM. **Manual Técnico de Gemas**. Consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição de Jane L. N. da Gama. Brasília, DF, 2009.

INCRA. Portaria n. 981, de 02 de outubro de 2003. Altera a Norma de Execução SDA nº 29 de 2002. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=185200>. Acesso em: 12 mar. 2012.

_____. Instrução normativa n° 38, de 13 de março de 2007. Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF**,** 14 mar. 2007. Seção 1. p. 57. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_normativa/IN38_130307.pdf >. Acesso em: 12 mar. 2012.

ÍNDICE Gini. Disponível em: <www.suapesquisa.com/economia/coeficiente_gini.htm>. Acesso em: 5 mar. 2014.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dictionnaire critique du féminisme.** Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2000.

KONDER, L. **Os sofrimentos do "homem burguês".** São Paulo: Ed. Senac, 2000.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAGEA. **Dataluta**: Banco de Dados da Luta pela Terra: Relatório 2012 - Minas Gerais. Coordenação de João Cleps Júnior. Uberlândia, 2013.

LEITE, S.; et al. **Impactos dos Projetos de Assentamentos: Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro.** Brasília-DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LEITE, S. P. A reforma agrária como estratégia de desenvolvimento: uma abordagem a partir de Barraclough, Furtado, Hirschman e Sem. **Boletim de Ciências Económicas**, Coimbra, v. 45, p.3-38, 2007.

LESSA, S. Para compreender a ontologia de Lukács. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: <http://afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lessa,%20Sergio/para%20compreender%20a%20ontologia%20de%20lukacs.doc>. Acesso em: 17 mai. 2012.

LIMA, R. A. **Notas Sobre a Teoria do Estado em Marx.** 6º Colóquio Internacional Marx e Engels – CEMARX. UNICAMP – Campinas 3-6 de novembro, 2009. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos>. Acesso em: 20 out. 2012.

LOURENÇO, E.A.S. Desemprego, precarização do trabalho e os reversos para a saúde dos trabalhadores. In: SILVA, J. F. S; SANTA'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses**: religião e política na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCENA. C. **Hayek:** Liberalismo e a formação humana. Campinas: Alínea. 2010.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. (Temas de Ciências Humanas, 4).

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v. 2.

MAB. **Final da década de 70:** os primeiros passos. 1 ago. 2011a. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>. Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens**. São Paulo: Secretaria Nacional do MAB, 2011b. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

MACÊDO, M. S. Gênero, família e chefia feminina: algumas questões para pensar. In: BORGES, A.; CASTRO, M. G. (Org.). **Família, gênero e gerações**: desafios para as políticas sociais. São Paulo: Paulinas, 2007.

MALUF, R. et al. **Pobreza rural:** concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. Brasília, DF: IICA, 2011.

MARCHA das Margaridas: trajetória histórica. Disponível em; <http://www.contag.org.br/indexdet.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=88&ap=1>. Acesso em: 22 maio 2014.

MARIGONI, G. **Os 80 anos de Plínio**. 21 out. 2010. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-80-anos-de-Plinio/4/15937>. Acesso em: 27 dez. 2010.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital**: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 9. ed. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1. t. 1.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel:** introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MATOS, V. C. S. Um estudo histórico das relações de gênero e classe. **Saber Acadêmico,** São Paulo, n. 7, p. 57 -73, jun. 2009.

MELO, H. P; SABATO, A. D. Um olhar de gênero nos assentamentos da reforma agrária. In: In: LOPES, A. L.; BUTTO, A. Z. (Org.). **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília, DF: MDA, 2008.

MENDONÇA, S. R. Representação agroindustrial e reforma agrária: o Plano Nacional de Reforma Agrária (I – PNRA 1985). In: _____.; STÉLIDE, J, P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006.

MMCBrasil. **Histórico.** Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>. Acesso em: 7 jul. 2014.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAIS, C. S. História das ligas camponesas do Brasil (1969). In: STÉLIDE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MST. **Che Guevara vive.** São Paulo, 1998. (Lutadores).

NADER, M. B. Mudanças econômicas, mulher e casamento em Vitória- 1970-2000. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais....** Ouro Preto: ABEP, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_His_ST28_Nader_texto.pdf> Acesso em: 9 fev. 2012.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012.

NASCIMENTO, C. G. **O problema da terra e movimentos sociais:** a reforma agrária em foco. Disponível em: <www.geocities.ws/claugnas/terraemovimentos.doc>. Acesso em: 29/10/2010.

NERI, M.; MELO, L. C. C.; MONTE, S. R. S. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. São Paulo: Ed. FGV, 2012.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado:** a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. A Precarização e a divisão sociossexual do trabalho. In: SILVA, J. F. S.; SANTA'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e serviço social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

OLINTO, A. **Minidicionário Antônio Olinto da língua portuguesa.** São Paulo: Moderna, 2000.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004, p. 29-70.

_____. **Modo de produção capitalista,** agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.

ONU. **Conferências sobre Mulheres**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-mulheres>. Acesso em: 25 maio 2014.

ONU BRASIL. **Mulheres representam até 70% da força de trabalho rural em economias agrícolas, afirma OIT**. 8 maio 2012. Disponível em: <http://www.onu.org.br/mulheres-representam-ate-70-da-forca-de-trabalho-rural-em-economias-agricolas-afirma-oit/>. Acesso em: 23 abr. 2014.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULO NETTO, J. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CFESS : ABEPSS : CEAD : Ed. UNB, 1999.

_____. J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Para a crítica da vida cotidiana. In: PAULO NETTO, J.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). **Cotidiano:** conhecimento e crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3., 2010, Serpa. **Anais....** Serpa: ODiário.info, 2010b. Disponível em: <http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Neto,%20Jose%20Paulo/Uma%20face%20contemporanea%20da%20barbarie.pdf> . Acesso em: 13 set. 2012.

PAULILO, M. I. S. **Movimento de mulheres agricultoras:** terra e matrimônio. 2010. Disponível em: <http://naf.ufsc.br/files/2010/08/mma1.pdf>. Acesso em 13 mar. 2014.

MONEREO PÉREZ, M. **Che Guevara:** contribuição ao pensamento revolucionário. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PERROT, M**. Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001a.

_____. Introdução à história da vida privada. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.). **História da vida privada**. São Paulo: Cia das Letras, 2001b. v. 4.

_____. Figuras e papéis. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.). **História da vida privada**. São Paulo: Cia das Letras, 2001c. v. 4.

_____. Sair. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs). **História das mulheres**: o século XIX. Lisboa: Afrontamento, 1991.

PICOLOTTO, E. L. Quando novos atores entram em cena o que muda? A construção de representação política dos trabalhadores rurais/agricultores do Sul. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., 2008, Londrina. **Anais.....** Londrina: GEPAL, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/everton_lazarreti.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

PINASSI, M. O. O protagonismo das mulheres no MST. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA: Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 4., 2010, Londrina. **Anais....** Londrina: Ed. UEL, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt7/14_mariaorlandapinassi.pdf> Acesso em: 12 nov. 2012.

PINTO, C. R. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA. A.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos e Fundação Carlos Chagas. 1992.

PLANO de Apoio Conjunto Inova Agro. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/pagina.asp?pag=programas_inovaagro>. Acesso em: 20 mar. 2013.

PLOEG, J. D. V. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/arquivos/noticias/13647_7%20teses%20%281%29.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2014.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRADO, A. A. ; GONSAGA, E. A. . Política pública de educação para a área rural: a licencitura em educação do campo. In: CHAVES, I.M.B.; COSTA, V.A.; CARNEIRO, W. (Orgs.). **Políticas públicas de educação:pesquisas em confluência**. 1ed.Niterói: Intertexto Editora e Consultoria, 2009, v.1 , p. 109-131.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MST. **Princípios da Educação no MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** São Paulo, 1996. **(**Cadernos de Educação, n. 8).

RANGEL, I**. A questão agrária brasileira**. Brasília, DF: Conselho de Desenvolvimento, 1961.

REVISTA DO NUDEPOR: Retratos e Assentamentos**.** Araraquara: Ed. FCLAr/UNESP, v. 14, n. 1, 2011. 336 p.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 187.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação.** Tradução de Sérgio Millet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. (Clássicos Garnier).

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou "Coordenadoras de Panelas"?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, DF: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: Tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p.437-443, maio/ago. 2007.

SALGADO, A. **Brasil Econômico (RJ):** reforma agrária está lenta ou criteriosa? 26 fev. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21567&catid=159&Itemid=75>. Acesso em: 16 out. 2014.

SAMPAIO, P. A; CARVALHO FILHO, J. J. Editorial. **Reforma Agrária**: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 32, n. 1, p.7-9, jan./jun. 2006.

SANT'ANA, R.S.; E. FILHO, A. S.; MORAIS, L. V**.** II Plano Nacional de Reforma Agrária e sua efetivação no acampamento Mário lago. In**:** II Congreso Nacional de Trabajo Social y Encuentro Latinoamericano de Docentes, Profesionales y Estudiantes de Trabajo Social, 2007. **Anales….** Tandil: FCH, 2007. p.1-15. Disponível em: <www.gias.com.ar/congreso_nacional_de_trabajo_social/De%20A.%20Santos,%20A.%20P.%20y%20otros.pdf> . Acesso em: 21 out. 2012.

SANT'ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial:** questão agrária, assistência e Serviço social. São Paulo: Cortez, 2012.

SAYÃO, D. T**.** Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. **Perspectiva,** Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149, jan./jun.2003.

SEM a luta das mulheres, as conquistas ficam pela metade. **Jornal Sem-Terra,** São Paulo, ano 14, n. 153, nov. 1995. p. 12.

SCOTT, W. J. El problema da invisibilidade In: ESCANDON, Carmem R. (Org.). **Gênero e história:** la historiografia sobre la mujer. México: Instituto Mora, 1992.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul 2007.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 2, n. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SIGAUD, L. A política 'social' do setor elétrico**. Sociedade e Estado**, v.4, n.1, p.55-71, jan., 1989.

SILVA, D.F. et al. A reforma agrária e a luta pela terra no triângulo mineiro: a criação de assentamentos rurais – o balanço de uma década (1996-2007). In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e o V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009. Niterói. **Anais...** Niterói: Instituto de Geociências/UFF, 2009. Disponível em:

<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/DANIELLE%20FABIANE%20DA%20SILVA.pdf.> Acesso em: 22 mai. 2012.
SILVA, J. G. Mas, qual Reforma Agrária? **Reforma Agrária,** São Paulo, 17, 1, abr./jul. 1987.

SILVA, J. F. S.; CARMO, O. A**.** Sociabilidade burguesa, violência e Serviço Social. In: _____.; SANTA'ANA, R. S.; LOURENÇO, E. A. S. (Org.). **Sociabilidade burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉLIDE, J.P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. São Paulo: expressão Popular, 2013.

SILVA, A. C.; LAGE, A.C. Saberes experienciais das mulheres trabalhadoras rurais do Assentamento irmã Dorothy em Pernambuco: o campo como um Espaço de luta e resistência. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2012, Florianópolis. **Anais.....** Florianópolis: Ed. UFSC, 2012. Disponível em: <http://educampo.ufsc.br/wordpress/seminario/files/2012/01/Silva-e-Lage.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

SOARES, J. L. **Abertura democrática no Brasil**. 22 out. 2009. Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#!topic/tradicional/Rc_Qu-g25ZU>. Acesso em:10/10/2013.

SORJ, B.; WILKINSON, J. A tecnologia moderna de alimentos: rumo a uma industrialização da natureza. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 64-79, 1998.

SOUZA, I. A Mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. **Revista da FARN**, Natal, v.2, n.2, p. 111 -124, jan./jul. 2003.

SOUZA, L. C. **O agronegócio no Triângulo Mineiro e o impacto das políticas públicas nas últimas décadas.** 2012. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor2012/trabalhos/sessao1F/04LucianaSouza.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.

SOUZA, M. M. C. Menção honrosa. In: WOORTMANN, E. F.; MENACHE, R.; HEREDIA, B. (Org.). **Margarida Alves I**: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília, DF: MDA : IICA, 2006.

STÉDILE, J. P. **Questão agrária no Brasil**. 6. Eed. São Paulo: Atual, 1997a.

_____. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997b.

_____. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil:** o debate na esquerda – 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (Org.). In: **A questão agrária no Brasil:** história e natureza as Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TAVARES, K. **Os efeitos do Consenso de Washington na economia brasileira.** Disponível em: <http://www.politicaeconomia.com/2011/10/os-efeitos-do-consenso-de-washington-na.html>. Acesso em: 25 nov. 2011.

TAVARES, M. C. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

TEDESCHI, L. A. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária**.** In: MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS, M. F. L.(Org.). **Educação, relações de gênero e movimentos sociais**: um diálogo necessário. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2009.

THOMPSON, Pl. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VECINA, C. C. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: uma análise para além do aparente. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...**, Uberlândia: Ed. UFU, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1367_1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.

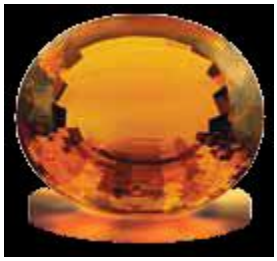
YASBECK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento**. Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Este apêndice tem a finalidade de apresentar, na perspectiva da ciência (IBGM; GAMA, 2009) as imagens e as características das pedras utilizadas para nominar as onze mulheres que foram sujeitos de pesquisa

Ágata

Classe mineral ® silicatos
Espécie mineral ® quartzo criptocristalino
Sistema de cristalização ® hexagonal (trigonal)
Fórmula química ® SiO2
Variedade ® calcedônia
Nomes utilizados pelo mercado ® muitos, sendo que alguns têm significado apenas local; ágata, ágata musgo, ágata iridescente e ágata-de-fogo
Cor ® várias, usualmente cinza azulada, branca, marrom e vermelha; apresenta estrutura bandada, com camadas de cor, espessura e porosidade diferentes; quase a totalidade das ágatas utilizadas em joalheria é colorida artificialmente
Transparência ® de semitransparente a opaco
Brilho ® de gorduroso a vítreo
Fenômenos ópticos ® pode apresentar iridescência
Índices de refração ® 1,535 - 1,539
Caráter óptico ® AGG
Birrefringência ® normalmente indetectável, porém pode apresentar 0,004
Dispersão ® não apresenta
Pleocroísmo ® não apresenta
Fluorescência ® geralmente inerte; algumas podem fluorescer de fraco a forte verde amarelado (uvc e uvl)
Espectro de absorção ® não apresenta espectro significativo; verde tingida - linhas oscilantes em torno de 645 e 670 nm
Peso específico ® 2,60 (+0,10, -0,05)
Fratura ® concoidal algumas vezes granulada de brilho fosco a ceráceo
Clivagem ® não apresenta
Características de identificação ® inclusões minerais (limonita, goethita, pirolusita e hornblenda)
Tratamentos possíveis ® frequentemente tingida de várias cores, devido a sua grande porosidade, principalmente com corantes metálicos, mais estáveis; verde (sais de cromo), vermelho (óxido de ferro; também tratamento térmico para intensificar a cor), preto (açúcar e ácido sulfúrico), azul (ferro cianeto de potássio e sulfato de ferro)
Possíveis confusões com ® nenhuma
Dureza ® 6,5 - 7
Estabilidade
Ao calor ® pode mudar a cor
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® atacado por ácido fluorídrico; ácido nítrico pode atacar a tingidura



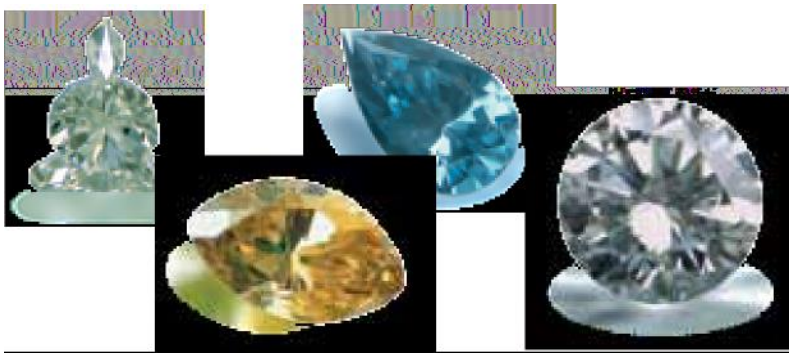
Citrino

Classe mineral ® silicatos
Espécie mineral ® quartzo
Sistema de cristalização ® hexagonal (trigonal)
Fórmula química ® SiO2
Variedade ® citrino
Nomes utilizados pelo mercado ® citrino; errôneos: topázio da Espanha, topázio madeira, topázio citrino, quartzo topázio, topázio Bahia, topázio rio grande, topázio ouro, topázio de palmeira e citrino topázio
Cor ® de amarelo a laranja ao laranja amarronzado
Transparência ® transparente
Brilho ® vítreo
Fenômenos ópticos ® não apresenta
Índices de refração ® 1,544 - 1,553
Caráter óptico ® uniaxial positivo, RD
Birrefringência ® 0,009
Dispersão ® 0,013
Pleocroísmo ® muito fraco, diferentes tons de amarelo ou laranja
Fluorescência ® inerte
Espectro de absorção ® não diagnóstico
Peso específico ® 2,66 (+0,03, - 0,02)
Fratura ® concoidal de brilho vítreo
Clivagem ® não apresenta
Características de identificação ® zoneamento de cor, inclusões bifásicas e trifásicas, fraturas, cristais negativos e inclusões líquidas
Tratamentos possíveis ® térmico (transforma ametista em citrino) - (transforma o "quartzo cor de mel" do quartzo fumé) - cobertura ou chapa no fundo do cabochão (melhora a cor da pedra)
Possíveis confusões com ® berilo, ortoclásio, escapolita, citrino sintético, topázio, âmbar, turmalina e labradorita
Dureza ® 7
Estabilidade
Ao calor ® pode fraturar quando submetido a mudança abrupta de temperatura; temperatura elevada torna a pedra incolor
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® solúvel em ácido fluorídrico e fluoreto de amônio; fracamente solúvel em álcalis

Cornalina

Classe mineral ® silicatos
Espécie mineral ® quartzo criptocristalino
Sistema de cristalização ® hexagonal (trigonal)
Fórmula química ® SiO2
Variedade ® calcedônia
Nomes utilizados pelo mercado ® cornalina e carneol
Cor ® de amarelo-laranja a vermelho alaranjado, vermelho amarronzado ou laranja amarronzado
Transparência ® de semitransparente a translúcido
Brilho ® de gorduroso a vítreo
Fenômenos ópticos ® não apresenta
Índices de refração ® 1,535 - 1,539
Caráter óptico ® AGG
Birrefringência ® normalmente indetectável, porém pode apresentar 0,004
Dispersão ® não apresenta
Pleocroísmo ® não apresenta
Fluorescência ® geralmente inerte
Espectro de absorção ® não diagnóstico
Peso específico ® 2,60 (+0,10, - 0,05)
Fratura ® concoidal algumas vezes granulada de brilho fosco a ceráceo
Clivagem ® não apresenta
Características de identificação ® hematita, que atua como agente corante
Tratamentos possíveis ® material alaranjado a marrom adquire cor vermelha mediante tratamento térmico
Possíveis confusões com ® opala-de-fogo, âmbar, vidro e fluorita
Dureza ® 6,5 - 7

Estabilidade
Ao calor ® pode mudar a cor
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® atacado por ácido fluorídrico; ácido nítrico pode atacar o tingidura.



Diamante

Classe mineral ® elementos nativos
Sistema de cristalização ® cúbico
Fórmula química ® C
Variedade ® diamante
Nomes utilizados pelo mercado ® diamante, brilhante, canário, champanhe, conhaque, river, premier, jager, camaleão, diamante-do-cabo, diamante-savoiano, piqué e diamante "fancy"
Cor ® normalmente de amarelo, cinza e marrom muito claros ao incolor (muito raro) as cores "fancy": amarelo, cinza e marrom mais escuros que a classificação 'Z'; azul, verde, laranja, rosa, vermelho e roxo em tonalidades de muito clara a escura e preto
Transparência ® de transparente a opaco
Brilho ® adamantino
Fenômenos ópticos ® não apresenta
Índices de refração ® 2,417
Caráter óptico ® RS
Birrefringência ® não apresenta
Dispersão ® 0,044
Pleocroísmo ® não apresenta
Fluorescência ® exemplares de incolor a amarelo - de inerte a forte, normalmente azul (UVL e mais fraco sob UVC)
Espectro de absorção ® linha 415,5 nm na série Cabo, quando resfriado a baixa temperatura, irradiado e tratados termicamente, regularmente apresenta linha fina por volta de 594 nm
Peso específico ® 3,52 (±0,01)
Fratura ® em degraus de brilho adamantino
Clivagem ® perfeita em quatro direções
Características de identificação ® natural, superfície do rondízio de granulada a cerácea, barba, junções de facetas afiadas, inclusões angulares, não é possível se ver através, inércia térmica mais alta que os simulantes e lustro adamantino
Tratamentos possíveis ® irradiação muitas vezes seguido de tratamento térmico controlado, furo de laser seguido de branqueamento, preenchimento de fraturas com resinas, cobertura com plástico e alta pressão/alta temperatura (hpht)
Possíveis confusões com ® zircônia cúbica, YAG, GGG, rutilo sintético, zircão, espinélio sintético, titanato de estrôncio, safira sintética, diamante sintético, demantóide e moissanita sintética
Dureza ® 10

Estabilidade
Ao calor ® começa a vaporizar sob atmosfera rica em oxigênio de 690ºC a 875ºC
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® nenhuma.

Hematita

Classe mineral ® óxidos
Grupo ® hematita
Espécie mineral ® hematita
Sistema de cristalização ® hexagonal (trigonal)
Fórmula química ® Fe2O3
Nomes utilizados pelo mercado ® hematita; errôneos: diamante negro, pérola negra, diamante negro do Alaska
Cor ® de cinza escuro a preto
Transparência ® opaco
Brilho ® metálico
Fenômenos ópticos ® não apresenta
Índices de refração ® 2,940 - 3,220 (- 0,070)
Caráter óptico ® RD
Birrefringência ® 0,280
Dispersão ® não presenta
Pleocroísmo ® não apresenta
Fluorescência ® inerte
Espectro de absorção ® não diagnóstico
Peso específico ® 5,20 (±0,08, - 0,25)
Fratura ® fibrosa, granulada ou subconcoidal de brilho fosco
Clivagem ® não apresenta
Características de identificação ® magnetismo de moderado a nenhum, é comum que as superfícies das fraturas e o traço sejam vermelho-marrom
Tratamentos possíveis ® nenhum conhecido
Possíveis confusões com ® cassiterita e imitação de hematita
Dureza ® 5,5 - 6,5

Estabilidade
Ao calor ® pode se tornar magnética
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® solúvel em ácido clorídrico

Quartzo Verde

Classe mineral ® silicatos
Espécie mineral ® quartzo
Sistema de cristalização ® hexagonal (trigonal)
Fórmula química ® SiO2
Variedade ® prasiolita (a cor verde pode ser obtida por tratamento térmico de algumas ametistas e morions)
Nomes utilizados pelo mercado ® ametista esverdeada, quartzo verde e prasiolita
Cor ® de verde a verde amarelado
Transparência ® transparente
Brilho ® vítreo
Fenômenos ópticos ® não apresenta
Índices de refração ® 1,544 - 1,553
Caráter óptico ® uniaxial positivo, RD
Birrefringência ® 0,009 (pode não ser detectado em agregados)
Dispersão ® 0,013
Pleocroísmo ® muito fraco - verde claro, verde pálido
Fluorescência ® geralmente inerte
Espectro de absorção ® não diagnóstico
Peso específico ® 2,66 (+ 0,03, - 0,02)
Fratura ® de concoidal a irregular ou granulada (em agregados) de brilho vítreo
Clivagem ® não apresenta
Características de identificação ® inclusões líquidas, bifásicas, trifásicas, zonas de cor, planos de geminação e cristais negativos
Tratamentos possíveis ® pode ser produzido por tratamento térmico, com temperaturas entre 100 e 500ºC, de algumas ametistas, de quartzo morion e amarelo, em conjunto com irradiação. Se submetido a calor forte pode alterar ou perder a cor verde
Possíveis confusões com ® apatita, berilo, fluorita, hiddenita, peridoto e turmalina
Dureza ® 7

Estabilidade
Ao calor ® pode fraturar quando submetido a mudanças abruptas de temperatura. O aquecimento forte pode alterar ou perder totalmente a cor
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® solúvel em ácido fluorídrico e fluoreto de amônia; muito levemente solúvel em álcalis.

Rubi

Classe mineral ® óxidos
Grupo ® hematita
Espécie mineral ® coríndon
Sistema de cristalização ® hexagonal (trigonal)
Fórmula química ® Al 2O3
Variedade ® rubi astérico
Nomes utilizados pelo mercado ® rubi birmanês ou oriental - geralmente considerado da melhor cor, que foi tradicionalmente denotada pelo termo sangue-de-pombo (de vermelho a vermelho ligeiramente violáceo em tonalidade escura média e saturação vívida); rubi sangue-de-bife - ligeiramente mais escura que a cor sangue-de-pombo; rubi cor francesa ou cereja - ligeiramente mais claro que a cor sangue-de-pombo; rubi tailandês, siamês ou do Sião, também chamado de rubi lamacento - (de vermelho escuro a vermelho amarronzado ou vermelho arroxeado);
Cor ® de vermelho alaranjado a vermelho arroxeado, vermelho amarronzado
Transparência ® de transparente a opaco
Brilho ® de vítreo a subadamantino
Fenômenos ópticos ® asterismo, normalmente de 6 raios; acatassolamento muito raro
Índices de refração ® 1,762 - 1,770 (+ 0,009, - 0,005)
Caráter óptico ® uniaxial negativo, RD
Birrefringência ® de 0,008 a 0,010
Dispersão ® 0,018
Pleocroísmo ® forte, vermelho arroxeado e vermelho alaranjado
Fluorescência ® birmanês - vermelho forte (UVL), vermelho moderado (UVC); do Ceilão - vermelho-laranja forte (UVL), vermelho-laranja moderado (UVC); tailandês - vermelho fraco (UVL), inerte (UVC)
Espectro de absorção ® forte linha dupla em 694,2 e 692,8 nm que poderá aparecer como uma linha fluorescente, linhas distintas em 668 e 659,2 nm, larga absorção de 620 a 540 nm,
uma forte linha dupla em 476,5 e 475 nm, e uma linha fraca em 468,5 nm, e absorção geral do violeta
Peso específico ® 4,00 (± 0,05)
Fratura ® de concoidal a irregular de brilho vítreo
Clivagem ® nenhuma, pode apresentar pseudo clivagem na partição de gemas geminadas
Características de identificação ® seda (finas agulhas de cristais de rutilo ou cristais de boemita), agulhas de rutilo muitas vezes dispostas em três conjuntos que se cruzam com ângulos de 60º, cristais de zircão normalmente cercado por um elo de fraturas escuras, inclusões tipo impressões digitais, linhas de crescimento hexagonal e zonas de coloração
Tratamentos possíveis ® aquecimento seguido de resfriamento controlado, aquecimento e lento resfriamento, difusão (tratamento térmico acima de 1900ºC na presença de óxido de titânio ou outro agente colorante), tratamento térmico; tingidura com óleo, preenchimento
das cavidades e fraturas com vidro
Possíveis confusões com ® rubi sintético, granadas vermelhas, crisoberilo, espinélio natural ou sintético, doublet de safira com rubi sintético, doublet de rubi natural e doublet de granada e vidro
Dureza ® 9

Estabilidade
Ao calor ® as vezes pode melhorar a cor
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® atacado com dificuldade, pode perder o polimento se fervido em solução para limpar diamantes, contato com boro pode corroer a superfície

Safira

Classe mineral ® óxidos
Grupo ® hematita
Espécie mineral ® coríndon
Sistema de cristalização ® hexagonal (trigonal)
Fórmula química ® Al 2O3
Variedade ® safira com mudança-de-cor, espato adamantino e safira astérica
Nomes utilizados pelo mercado ® safira dourada; safira ameixa; safira jacinto; safira rosa; safira verde; safira incolor ou leucossafira; safira tipo alexandrita (safira com mudança-de-cor) • safira padparadscha - de laranja rosado intenso, de claro a médio, a laranja-rosa; safira Kashmir - azul ligeiramente violáceo, aveludado, altamente saturada de tonalidade de média a média escura (muitas vezes descrita como flor de trigo azul), com transparência "adormecida"; reconhecida como a melhor qualidade de safira azul; safira oriental ou birmanêsa - azul ligeiramente violáceo, altamente saturado de tonalidade de média a média escura (normalmente descrita como azul royal); pode apresentar uma aparência tinturada sob luz incandescente, mas é ainda considerada uma safira de muito boa qualidade; safira do Ceilão ou Sri Lanka - do azul claro acinzentado ao violeta, bastante brilhante; safira do Sião, siamesa ou tailandesa - azul escuro; na Inglaterra um azul escuro intenso com ligeira aparência aveludada; safira de Montana - altamente transparente, a maioria de tonalidade clara, a cor é descrita como azul "adormecido"; safira africana - tipicamente de tonalidade clara; safira australiana - muito escura e altamente saturada, muitas vezes apresenta cor dicróica verde forte; safira "gueda" - gema de aparência leitosa proveniente da Sri Lanka que pode desenvolver a cor azul quando tratada por aquecimento; errôneos: topázio oriental, topázio rei, topázio imperial, esmeralda oriental, ametista; oriental, água-marinha oriental, safira água-marinha, safira ametista
Cor ® verde, amarelo, rosa, roxa, violeta, marrom, preto, cinza, incolor, de azul violáceo a azul esverdeado de tonalidade indo de muito claro a muito escuro
Transparência ® de transparente a opaco
Brilho ® de vítreo a subadamantino
Fenômenos ópticos ® asterismo, acatassolamento muito raro, mudança-de-cor
Índices de refração ® 1,762 - 1,770 (+ 0,009, - 0,005)
Caráter óptico ® uniaxial negativo, RD
Birrefringência ® de 0,008 a 0,010
Dispersão ® 0,018
Pleocroísmo ® exemplar roxo ou violeta - forte, violeta e laranja; exemplar verde - forte, verde e verde amarelado; exemplar amarelo - fraco, amarelo e amarelo claro; exemplar laranja - forte, amarelo-marron ou laranja e incolor; exemplar azul - de moderado a forte, azul violáceo e azul esverdeado
Fluorescência ® exemplar rosa - forte vermelho-laranja (UVL), fraco vermelho-laranja (UVC);
exemplar laranja - normalmente inerte, podendo ocorrer laranja-vermelho forte (UVL); exemplar amarelo - de inerte a moderado de laranja-vermelho a laranja-amarelo (UVL), fraco de vermelho a amarelo-laranja (UVC); exemplar verde – inerte ; exemplar violeta e com mudança-de-cor - de inerte a forte vermelho (UVL), mais fraco (UVC); exemplar incolor - de

inerte a moderada de vermelho a laranja (UVL e UVC); exemplar marrom - normalmente inerte, pode apresentar vermelho fraco (UVL e UVC); preta – inerte; exemplar azul e tratada por aquecimento - algumas vezes verde esbranquiçado (UVC); exemplar azul (algums provenientes da África) - de moderado a alaranjado forte (UVC); exemplar azul (algums provenientes da Tailândia) - branco esverdeado (UVC); exemplar azul escuro - normalmente inerte, pode apresentar vermelho moderado (UVL e UVC); exemplar azul claro do Ceilão - de moderado a alaranjado forte a vermelho (UVL), mais fraco (UVC); exemplar azul (outras) - visualmente inerte

Espectro de absorção ® exemplar verde - 450, 460, 470 nm; exemplar amarelo (australiano) - 450, 460 nm; exemplar amarelo alaranjado da Austrália e outras partes - sem espectro típico; exemplar roxo - pode apresentar uma combinação de espectro do rubi e da safira azul; exemplar azul - três faixas aproximadamente em 450, 460 e 470 nm; nas gemas australianas todas as três faixas são normalmente distintas, mas as gemas da Sri Lanka somente a linha 450 nm é normalmente visível; as gemas de Kashmir de vez em quando apresentam linhas; as gemas tratadas com aquecimento muitas vezes não apresentam linhas ou somente uma linha esmaecida em 450 nm

Peso específico ® 4,00 (+ 0,10, - 0,05)

Fratura ® concoidal de brilho vítreo

Clivagem ® nenhuma, pode apresentar pseudo clivagem na partição de gemas geminadas

Características de identificação ® inclusões tipo seda (finas agulhas de rutilo ou cristais de boemita): agulhas de rutilo muitas vezes dispostas em três conjuntos que se cruzam com ângulos de 60º, cristais de zircão normalmente cercado por um elo de fraturas escuras, inclusões tipo impressões digitais, linhas de crescimento hexagonal e zonas de coloração **Tratamentos possíveis** ®

aquecimento seguido de resfriamento controlado, aquecimento e lento resfriamento, difusão (tratamento térmico acima de 1900ºC na presença de óxido de titânio ou outro agente colorante), tratamento térmico, tingidura com óleo, preenchimento das cavidades e fraturas com vidro, uma fina cobertura por material tipo filme e irradiação

Possíveis confusões com ® safira sintética, granada, crisoberilo, espinélio natural ou sintético, doublet de safira com safira sintética, doublet de granada e vidro, tanzanita, iolita, benitoíta e cianita

Dureza ® 9

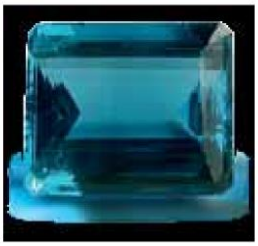
Estabilidade

Ao calor ® as vezes pode melhorar a cor, ou pode remover a cor

À luz do dia ® estável

Reações com químicos ® atacado com dificuldade, pode perder o polimento se fervido em solução para limpar diamantes, contato com boro pode corroer a superfície

Topázio



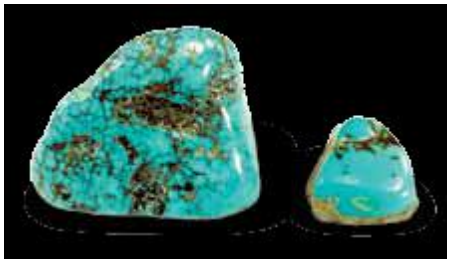
Classe mineral ® silicatos
Espécie mineral ® topázio
Sistema de cristalização ® ortorrômbico
Fórmula química ® Al2(F,OH)2SiO4
Variedade ® topázio imperial e topázio olho-de-gato
Nomes utilizados pelo mercado ® • topázio imperial - rosa, rosa alaranjado, amarelo, alaranjado a vermelho alaranjado; topázio cereja - vermelho alaranjado médio; topázio azul.
Cor ® incolor, amarelo, alaranjado, marrom, de rosa a vermelho ao violáceo-vermelho; azul: de claro a escuro, verde claro
Transparência ® transparente
Brilho ® vítreo
Fenômenos ópticos ® acatassolamento (raro, em algumas gemas azuis e amarelo-laranja)
Índices de refração ® 1,619 - 1,627 (± 0,010)
Caráter óptico ® biaxial positivo, RD
Birrefringência ® de 0,008 a 0,010
Dispersão ® 0,014
Pleocroísmo ® exemplares amarelo - de fraco a moderado, amarelo amarronzado, amarelo e amarelo-laranja; exemplares marrom - de fraco a moderado, amarelo-marrom e marrom; exemplares vermelho e rosa - de fraco a moderado, vermelho claro e de vermelho alaranjado a amarelo; exemplares verde - de fraco a moderado, verde-azul e verde claro; exemplares azul - de fraco a moderado, diferentes tonalidades de azul
Fluorescência ® exemplares de amarelo a marrom e de rosa a vermelho - fraco a moderado, amareloalaranjado (UVL, geralmente mais fraco sob UVC); alguns exemplares rosa - moderado, branco esverdeado (UVC); exemplares azul e incolor - de inerte a fraco, amarelo ou verde (UVL, geralmente mais fraco sob UVC)
Espectro de absorção ® não diagnóstico
Peso específico ® 3,53 (± 0,04)
Fratura ® concoidal de brilho vítreo
Clivagem ® perfeita em uma direção
Características de identificação ® inclusões contendo dois líquidos que não se misturam, inclusões bifásicas, trifásicas, hematita, quartzo e fraturas
Tratamentos possíveis ® térmico - muda a cor de alguns topázios amarelo, alaranjado e marrom para rosa ou vermelho; irradiação - torna alguns topázios incolores em marrom ou verde amarronzado, sendo este o primeiro estágio da produção do topázio azul tratado que, logo em seguida, é feito o tratamento térmico, produzindo a cor azul nas pedras irradiadas
Possíveis confusões com ® turmalina, andalusita, barita, berilo, quartzo, danburita, apatita, espinélio sintético, crisoberilo e kunzita
Dureza ® 8

Estabilidade
Ao calor ® rápido aquecimento ou resfriamento causam fraturas internas; sob forte calor pode alterar ou perder totalmente a cor
À luz do dia ® algumas gemas marrons perdem a cor sob luz forte
Reações com químicos ® atacado muito levemente por ácidos.

Turmalina Paraíba

Classe mineral ® silicatos
Grupo ® turmalina
Espécie mineral ® elbaíta
Sistema de cristalização ® trigonal
Fórmula química ® (Ca, k, Na)(Al, Fe, Li, Mg, Mn)3 (Al, Cr, Fe, V)6 (BO3)3 Si6O18 (OH, F)4
Variedade ® turmalina Paraíba, turmalina Paraíba olho-de-gato e turmalina Paraíba com mudança-de-cor
Nomes utilizados pelo mercado ® turmalina Paraíba, turmalina Paraíba olho-de-gato e turmalina Paraíba com mudança-de-cor
Cor ® azul a azul violáceo, verde, de rosa a rosa arroxeado (as cores vívidas são denominadas pelo mercado como neon, fluorescente ou elétrica)
Transparência ® transparente
Brilho ® vítreo
Fenômenos ópticos ® acatassolamento e mudança-de-cor
Índices de refração ® 1,618 - 1,639 (± 0,001)
Caráter óptico ® uniaxial negativo, RD
Birrefringência ® de 0,018 a 0,025
Dispersão ® 0,017
Pleocroísmo ® de forte a moderada, geralmente diferentes tonalidades da cor da gema
Fluorescência ® não apresenta
Espectro de absorção ® uma faixa fraca e bem definida a 415 nm; faixa larga de intensidade variável centralizada em 515 nm, e faixa larga de absorção começando por volta de 600 nm e absorvendo todo o vermelho
Peso específico ® de 3,03 a 3,12 (+ 0,05, - 0,02)
Fratura ® concoidal de brilho vítreo
Clivagem ® não apresenta
Características de identificação ® inclusões trifásicas, líquidas, do tipo impressões digitais e tubos finos de crescimento paralelos ao eixo óptico
Tratamentos possíveis ® tratamento térmico
Possíveis confusões com ® turmalina, esmeralda, espinélio sintético, imitações em vidro, demantóide, peridoto, safira, lazulita, tanzanita, hauynita e apatita
Dureza ® 7 - 7,5

Estabilidade
Ao calor ® pode alterar a cor sob forte calor, mudanças súbitas de temperatura pode causar fraturamento
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® nenhuma.



Turquesa

Classe mineral ® fosfatos
Grupo ® turquesatese
Espécie mineral ® turquesa
Sistema de cristalização ® trigonal
Fórmula química ® CuAl6(PO4)4(OH)8 5H2O
Nomes utilizados pelo mercado ® turquesa, turquesa persa, americana, mexicana ou egípcia e turquesa teia-de-aranha
Cor ® de azul médio a claro, de azul esverdeado a verde, frequentemente matizado, podendo apresentar manchas escuras ou veios da rocha matriz
Transparência ® de semitranslúcido a opaco
Brilho ® de ceráceo a vítreo
Fenômenos ópticos ® não apresenta
Índices de refração ® 1,610 - 1,650 normalmente 1,61 na leitura pelo método "spot"
Caráter óptico ® AGG; RD
Birrefringência ® normalmente não detectada
Dispersão ® não apresenta
Pleocroísmo ® não apresenta
Fluorescência ® de inerte a fraco amarelo esverdeado (UVL), inerte (UVC)
Espectro de absorção ® ocasionalmente apresenta 2 faixas médias a fraca em 420 e 432 nm (a última é mais forte); pode também ter uma faixa fraca em 460 nm
Peso específico ® 2,76 (+ 0,14, - 0,36)
Fratura ® concoidal ou granular, dependendo da porosidade; brilho ceráceo a fosco
Clivagem ® não apresenta
Características de identificação ® frequentemente tem matriz
Tratamentos possíveis ® impregnação com plástico, algumas vezes com adição de corante (produz azul médio de quase branco, material muito poroso, também ajuda a durabilidade); impregnação com cera (selar os poros e escurecer a cor dos poros, material de cor clara); tingidura com líquidos negros (imitar matriz); reforçar peças desbastadas com epoxy (aumentar a espessura, resistência e peso das peças muito desbastadas para ser cortada de outra maneira); enchimento de cavidades com um metal em epoxy, normalmente cor amarelada de pirita (encher a cavidade e imitar inclusões de pirita); cobertura da superfície com laca, verniz, epoxy, etc (para adicionar cor ou para selar cor subjacente ou pintar)
Possíveis confusões com ® variscita, turquesa sintética, howlita tingida, serpentina, amazonita, vidro, plástico e pectolita
Dureza ® 5 - 6

Estabilidade
Ao calor ® sob calor forte (maçarico) pode explodir; perde a cor
À luz do dia ® estável
Reações com químicos ® dissolve lentamente em ácido clorídrico; pode ser descolorido por líquidos de densidade, suor e cosméticos